

número 168

Dossiê
Enchente de
2024

re vis ta



Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Julho • 2025

número 168

ISSN 1678-3484

Dossiê Enchente de 2024

re vis ta

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 105, n.168, 2025.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1922-.

Descrição baseada em: número 167 (2024)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

349p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

Ilustrações: A autoria: Fotos da enchente de 2024 disponibilizadas pelo Governo Federal.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Atendimento ao Público com Agendamento

Prévio: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760 E-mail: ihgrgs@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

Youtube: youtube.com/@ihgrgs

Facebook: facebook.com/IHGRGS/

Instagram: instagram.com/ihgrgs/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2024-2026

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Luciana da Costa Oliveira

Diretor Financeiro: Pedro Câncio

Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários

Earle Diniz Macarthy Moreira, Moacyr Flores.

Membros Efetivos

Alexandre Veiga, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Carlos Roberto Winckler, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittecourt Almeida, Eduardo Cunha Müller, Eurípedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Hamilton Almeida, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jefferson Teles Martins, Jorge Stocker, José Carlos Teixeira Giorgis, José Daniel Craidy Simões, Juvêncio Saldanha Lemos, Luciana da Costa de Oliveira, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Maria Elizabeth Lucas, Maria Medianeira Padoin, Miguel Frederico do Espírito Santo, Ondina Fachel Leal, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pedro Câncio, René Ernaini Gertz, Simone Steigleder Botelho, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Adriano Comissoli, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Aldovan Moraes, Alex Antônio Vanin, Alexandre Pena Matos, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Andre Huyer, Angelita Peixoto, Antônio Carlos Soares, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Breno Viotto Pedrosa, Bruno César Euphrasio, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, Carolina Martins Etcheverry, Cássia Daiane Macedo da Silveira, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Charles Monteiro, Clarissa Maroneze Garcia, Cristiano Enrique Brum, Daniele Machado Vieira, Edson Huttner, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Gustavo Figueira Andrade, Henrique Montagner, Homero Dornelles, Inês Martina Lersch, Israel Aquino Cabreira, Jacqueline Custódio, Jeanice Ramos, João Batista Santafé Aguiar, José Carlos Cardozo, José Francisco Alves, José Newton Cardoso Marchiori, Leandro Goya Fontella, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Fernandes Boeira, Luciana Gransotto, Luis Felipe Alencastre Escostegui, Luis Fernando Spinelli Pinto, Luis Roselfield, Luiz Cláudio Nunes Knierim, Marcela Kröeff, Marco Aurélio Biermann Pinto, Marcos Palermo, Marcus Vinicius, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Mario Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Mônica Marchesan Rossato, Nádia Maria Weber Santos, Neandro Thesing, Patrícia Bosenbecker, Paula Vanessa Paz Ribeiro, Pedro Paulo Pons, Pedro Von Mengden Meirelles, Regina Portella Schneider, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Rodrigo Lavalhos Dal Forno, Rodrigo Luis dos Santos, Rodrigo Trespach, Ronaldo Marcos Bastos, Ronaldo Queiróz De Moraes, Sérgio Augusto Pereira de Borja, Thiago Vaucher, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Victor Emanuel Vilela Barbuy, Virgilio Ribeiro Muxfeldt, William Mog.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Evanir Plaszewski, Fernando Antonio Quiroga Fonseca, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Marcela Kröeff, Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organizador do Dossiê “Enchente de 2024”

Wagner Feloniuk

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Arno dal Ri Jr (UFSC), Camilo López Burian (Universidade da República/UY),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
João Francisco (Universidade Católica de Angola/AO),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), José Carlos Cardozo (FURG),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Editor-Junior

Carlos Otaviano Passos (FURG), Tiago Leles de Oliveira (FURG)

Avaliadores

Adalberto Dias de Souza (UEM), Ailson Barbosa de Oliveira (UECE),
Alan Dutra de Melo (UNIPAMPA), Ana Paula Ferreira D'Avila (UFPEL),
Andre Melati (UCS), Aparecido Pires de Moraes Sobrinho (UEM),
Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), Cristiane Bondan Rampazzo (UCS),
Débora Grando Schöffel (UFRGS), Edivan de Azevedo Silva da Costa (UNICAMP),
Felipe Rodrigo Caldas (UDESC), Fernanda Costa da Silva (UFRGS),
Filipe Reblin (UFPR), Hugues Velleda Soares (UFRGS), Ivana Karine Aver (UFRGS),
Jennifer Paola Umaña Serrato (UFPR), Jessica Caroline de Oliveira (UEPF),
Leticia Borges Nedel (UFSC), Lilian Stedile Ferri (UFSC),
Margarita Nilda Baretto (UFSC), Margarita Nilda Baretto (UFSC),
Maria Catarina Zanini (UFSM), Marta Bonow Rodrigues (UPF),
Patrícia Binkowski (UERGS), Pedro de Alcântara Bittencourt César (UNITAU),
Rodrigo Luis dos Santos (IFFarroupilha), Verônica Daniel Kobs (UFPR).



APRESENTAÇÃO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul permanece, em 2025, cumprindo seus deveres editoriais. A aderência à publicação ética e às normas estabelecidas pelo Ministério da Educação, sobretudo às do Qualis, pauta a revista nos últimos dez anos, desde que ela foi digitalizada. Esperamos, com isso, preservar e aprimorar a qualidade acadêmica do periódico, contribuindo com a veiculação das pesquisas científicas voltadas ao Estado do Rio Grande do Sul. A continuidade dos trabalhos se dá, agora, com a publicação deste primeiro número de 2025.

Enchentes marcam a história do Rio Grande do Sul. No entanto, em 2024, a sociedade enfrentou uma das mais severas já registradas. Os impactos sociais, econômicos e sobre a vida das pessoas foram severos. Vidas foram ceifadas e inúmeras outras tiveram sua trajetória alterada. Mesmo que já tenha se passado um ano, as marcas desse acontecimento continuam, assim como o receio de outras e as obras para tentar evitar que algo dessa magnitude se repita no Estado.

A escolha de fazer um dossiê sobre as enchentes se dá pela importância do tema. Um aspecto relevante é auxiliar na promoção da história desse acontecimento. Foi aberto um espaço específico para isso, com narrativas de envolvidos e vítimas dos acontecimentos. Trata-se de um modelo no qual os artigos científicos existem, mas são seguidos por documentos formadores de memória, capazes de servir, no futuro, para que as pessoas entendam o que foram esses acontecimentos. Essa tentativa de ampliar as perspectivas, trazendo pessoas que, de outra forma, não escreveriam especificamente sobre a tragédia na forma de artigo científico, foi o principal desafio enfrentado neste número.

Esse objetivo foi alcançado com um número relevante de contribuições sobre a enchente. Isso se deu na forma de três artigos científicos, produzidos já sobre a tragédia, e outros oito documentos de contribuição nos espaços de documentação voltados à memória dos acontecimentos. Ao todo, um conjunto capaz de contribuir com o corpo documental e de pesquisa que certamente se formará ao longo dos próximos anos.

Além dos documentos próprios do dossiê, a revista seguiu sua trajetória de receber artigos em fluxo contínuo relacionados às suas linhas editoriais. O caráter interdisciplinar se manteve. Temas de história política e cultural, desenvolvimento do território, artes e infraestrutura estadual foram trazidos por pesquisadores de várias instituições respeitadas no Estado. Poder publicar esses artigos é de grande importância, pois os anos seguidos dessas publicações dão à revista sua principal finalidade: defender e apresentar a ciência produzida no Rio Grande do Sul.

Assim, agradecemos às instituições, aos pesquisadores e aos avaliadores. Neste número, também agradecemos aos afetados pelas enchentes, que enriqueceram os acontecimentos com suas histórias, memórias e produções. Esperamos que a revista possa trazer reflexões hoje e no futuro, contribuindo, com tais esforços, para a promoção das ciências. Em um momento de graves dificuldades, desejamos que esses esforços tragam um pouco de alento, solidariedade e também ideias para superar, nas diversas formas em que precisam ser superados, os acontecimentos enfrentados pela nossa sociedade.

Wagner Silveira Feloniuk

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Organização do Dossiê “Enchente de 2024”

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Dr. José Carlos da Silva Cardozo
Bel^a. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

Carlos Otaviano Passos
Tiago Leles de Oliveira
Editor-Junior

SUMÁRIO

ARTIGOS DO DOSSIÊ ENCHENTE DE 2024

- 15** **Uma enchente, diferentes territórios: os efeitos espaciais da enchente de maio de 2024 no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**

A flood, different territories: the spatial effects of the May 2024 flood in the Taquari Valley, Rio Grande do Sul

Anelise Nardi Huffner

William Mog

- 35** **Ação cultural em contextos de emergência: a atuação do MUDI nas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul**

Cultural action in emergency contexts: MUDI's role in the 2024 floods in Rio Grande do Sul

Daniel Maurício Viana de Souza

Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira

Isadora Costa Oliveira

Jhone Lugão Lima

João Pedro Peccini Rodrigues

Luísa Brito da Costa

Miriã da Mota de Souza

Nicóly Ayres da Silva

Renan Marques Azevedo da Mata

- 63** **Navegando em “Água Turva”: veiculação do romance em contraste à realidade sobretudo ambiental**

Sailing in “Água Turva”: veiculation of the romance in contrast to reality, especially environmental

Airton Pott

Ivânia Campigotto Aquino

ARTIGOS

- 83** **O “DistrictO de Viamão”: um lugar colonial esquecido**

El “Distrito de Viamão”: un lugar colonial olvidado

Antonio Soares

- 111 **David José Martins Canabarro: um olhar sobre as origens e as estratégias familiares empreendidas em vida pelo líder farroupilha**
David José Martins Canabarro: a look into the origins and the family strategies undertaken in life by the Farroupilha leader
Eduardo Matheus Palini
Fábio Kühn
- 135 **Folclore no sul do Brasil: o Boitatá na Revista Mensal do Partenon Literário em 1869**
The folklore in the south of Brazil: the Boitatá in the Revista Mensal do Partenon Literário in 1869
Henrique Perin
- 151 **Artes plásticas fora do eixo: Clóvis H. Irigaray, estética e protagonismo Kayapó do Baixo Xingu - 1975**
Plastic arts off the axis: Clóvis H. Irigaray, aesthetics and Kayapó protagonism of Lower Xingu - 1975
Túlio Cesar de Arruda Ferreira Diogo
- 189 **O desenvolvimento turístico cultural no município de Vila Flores, RS**
Cultural tourism development in the municipality of Vila Flores, RS
Sandra Beatriz Rathke
Luisa Gertrudis Durán Rocca
- 217 **O desenvolvimento territorial sob a perspectiva do imaginário**
Territorial development from the imaginary perspective
Samila Balbinot
Daniela Marzola Fialho
- 239 **As políticas do setor elétrico e as condições de trabalho em barragens no Rio Grande do Sul (2016-2022)**
Electricity sector policies and working conditions in dams in Rio Grande do Sul (2016-2022)
Giovana Duarte
Maria Aparecida Bridi

DOCUMENTAÇÃO DO DOSSIÊ

- 273** **Duas contribuições: Memorial das Cheias e Mulheres Invisíveis de Uma Enchente Qualquer**
Livia PetryJahn
- 279** **Monitoramento hidrológico da enchente de 2024: a região sul do RS**
Claudia Bos Wolff
Paulo Duarte
- 287** **Saúde, saneamento e ambiente: vigilância ambiental em saúde no evento climático extremo de maio de 2024**
Crise climática global e o impacto à rede de atenção à saúde em Porto Alegre – RS
Alex Elias Lamas
Marcelo Coelho da Silva
Gabriela Cunha
Ariane Marques
Roxana Pinto Nishimura
- 295** **Salvando histórias e memórias: acervos e enchentes no Rio Grande do Sul**
Luciana da Costa de Oliveira
- 301** **Efeitos e processo de recuperação do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo após a enchente de maio de 2024**
Rodrigo Luis dos Santos
- 309** **Um relato das enchentes de 2024 no bairro Sarandi, Porto Alegre**
Wagner Feloniuk
- 321** **Na emergência por acolhimento e alegria, a criação de espaços para o esperançar**
Andrea Helena Petry Rahmeier
Machado, Viviane de Oliveira

**331 Entre memórias e interpretações: lembranças da enchente na
cidade de Canoas/RS (2024)**

José Carlos da Silva Cardozo

DOCUMENTAÇÃO

343 A mapoteca do IHGRGS

ARTIGOS DO DOSSIÊ ENCHENTE DE 2024

UMA ENCHENTE, DIFERENTES TERRITÓRIOS: OS EFEITOS ESPACIAIS DA ENCHENTE DE MAIO DE 2024 NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

A FLOOD, DIFFERENT TERRITORIES: THE SPATIAL EFFECTS OF THE MAY 2024 FLOOD IN THE TAQUARI VALLEY, RIO GRANDE DO SUL

Anelise Nardi Huffner¹
William Mog²

1 Engenheira Ambiental, graduada pela Universidade Luterana do Brasil (2010). Possui Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (2013) pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH/UFRGS). Esteve como professora de graduação no Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da ULBRA (2013 a 2019) e Uniritter (2020 a 2022), onde ministrou disciplinas nas áreas de resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana integradas a tópicos do saneamento ambiental. Atuou como assessora do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias (CAOURb) entre os anos de 2015 e 2024. Esteve como Engenheira Ambiental responsável pela análise técnica dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) no âmbito do programa ReSsanear - Resíduos Sólidos e Saneamento. Integrou vários grupos de trabalho interinstitucionais, atuando em diferentes temáticas: soluções individuais de esgotamento sanitário; ocupação em áreas de risco; solução mista de esgotamento sanitário; esgotamento sanitário do Litoral Norte do RS, além de ter sido Gestora do Termo de Cooperação SEMA/DRHS - CORSAN MPRS N 07/2023 (Utilização irregular de fontes alternativas de água poços tubulares). Atualmente, estou como representante na Câmara de Drenagem e Manejo das Água Pluviais Urbanas do Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN), membra da Diretoria da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/RS) e Coordenadora Adjunta do Programa Jovens Profissionais do Saneamento (JPS/RS).

2 Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - 2013. Possui Mestrado (2016) e Doutorado (2022) em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). No Mestrado, sua pesquisa esteve vinculada à linha de pesquisa “Cidade, Cultura e Política”, e no Doutorado, à linha “Planejamento e Espaço Urbano e Regional”, com um período sanduíche na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em 2019. Possui período de pós-doutorado no PROPUR/UFRGS entre 2023 e 2024. Desde 2017 é membro e pesquisador do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos (LEUrb/CNPq), ligado ao PROPUR. Atuou como professor substituto no Departamento de Arquitetura da UFRGS de 2019 a 2021 e foi professor pós-doutorando no Departamento de Urbanismo da UFRGS (2023 - 2024). Entre 2016 e 2022, coordenou, o Programa Moradia da ONG Associação Saúde Criança Porto Alegre (ASCPA) - voluntariado. Atuou como arquiteto e urbanista no Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) entre os anos de 2021 e 2024 - assessor técnico na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística (PJHDOU) - 2021 e 2022 e no Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias (CAOURB) entre 2023 e 2024. Atualmente, ocupa o cargo de Analista Municipal - Arquiteto e Urbanista na Prefeitura de Canoas/RS, lotado na Secretaria Municipal de Projetos e Captação de Recursos. Sua experiência acadêmica e profissional abrange áreas como: Expressão e Representação

RESUMO

Este artigo tem o intuito de apresentar uma análise comparativa dos efeitos espaciais das inundações no Vale do Taquari em 2023 e 2024, contemplando a relação entre o contexto territorial dos municípios atingidos pelos eventos hidrológicos e a existência ou não de uma estrutura de planejamento urbano com especial destaque para o Plano Diretor. Para tanto, foram analisadas as legislações dos sete municípios mais atingidos, situados no Médio e no Baixo Taquari-Antas, a fim de identificar os critérios hidrológicos considerados quando da elaboração das leis e qual a relação destas com o impacto territorial decorrente dos eventos climáticos extremos. Constatou-se que há uma correlação entre o potencial destrutivo do evento extremo e a ausência de uma estrutura de planejamento urbano.

Palavras Chaves: Inundações. Vale do Taquari. Plano Diretor. Planejamento Urbano. Impacto Territorial.

ABSTRACT

This article aims to present a comparative analysis of the spatial effects of floods in the Taquari Valley in 2023 and 2024, contemplating the relationship between the territorial context of the municipalities affected by the hydrological events and the existence or not of an urban planning structure with special highlighting the Master Plan. To this end, the legislation of the seven most affected municipalities, located in the Middle and Lower Taquari-Antas, were analyzed in order to identify the hydrological criteria considered when drafting the laws and what their relationship is with the territorial impact resulting from extreme weather events. It was found that there is a correlation between the destructive potential of the extreme event and the absence of an urban planning structure.

Keywords: Floods. Taquari Valley. Master plan. Urban Planning. Territorial Impact.

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) está situado em uma zona subtropical na costa leste do oceano Atlântico, caracterizada pelo encontro de massas de ar tropicais, vindas do Atlântico e da Amazônia, na primavera e verão, e de massas de ar polares, oriundas do sul da América, no outono e inverno. Os eventos extremos (vendavais e precipitações extremas) são mais frequentes nas estações de transição, como primavera e outono³. Ainda, o clima do RS sofre influência dos fenômenos El Niño e La Niña, que provocam variabilidade interanual acentuada, principalmente em relação à precipitação.

Gráfica, Projeto Arquitetônico e Urbano, Planejamento Urbano e Regional, Geoprocessamento de Dados, Legislação Urbanística e Habitação Social.

3 MapBiomias. Nota Técnica. Os impactos do evento climático de maio de 2024 sobre a cobertura e o uso da terra no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/06/NT_Evento_climatico_extremo_RS_maio_2024_Final.pptx.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.

De acordo com as projeções do IPCC⁴, em um cenário de mudanças climáticas, há uma tendência de aumento na precipitação e na frequência de eventos severos. No caso do RS, durante o evento de El Niño mais recente (com início em junho de 2023⁵), ocorreram eventos de precipitações severas: junho de 2023, no Vale do Rio dos Sinos e no Litoral Norte; setembro de 2023, no Vale do Rio Taquari-Antas; novembro de 2023, nos vales dos rios Taquari-Antas e Caí, na Serra Gaúcha e na Região Metropolitana; e abril-maio de 2024, abrangendo praticamente todo o estado.

Em relação aos eventos ocorridos no Vale do Taquari, o primeiro, ocorrido em setembro de 2023, impactou fortemente os municípios de Muçum, Encantado e Roca Sales. O segundo, ocorrido em novembro de 2023, se deu justamente em um momento em que os municípios começavam a se reestabelecer. E o evento ocorrido em abril-maio de 2024, considerado como a pior tragédia climática do Estado do RS e do Brasil, causou destruição total ou parcial em bairros dos municípios localizados no Médio Taquari-Antas (Muçum) e no Baixo Taquari-Antas (Encantado, Roca Sales, Arroio do Meio, Colinas, Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Bom Retiro do Sul, Taquari).

Pode-se dizer, portanto, que o evento hidrológico de maio de 2024 foi de magnitude regional, uma vez que um conjunto de municípios da mesma bacia hidrográfica foi atingido por eventos hidrológicos e geológicos. Neste sentido, entende-se que tal acontecimento deve ser debatido no âmbito da bacia hidrográfica, uma vez que ela é a unidade de planejamento, gestão e de análise das ações de prevenção de desastres relacionados aos recursos hídricos, conforme a lei nº 9.433/1997⁶, em seu art. 1, inciso V.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo contextualizar e analisar o evento climático extremo ocorrido no Vale do Taquari, destacando as suas especificidades quanto ao território e seu modelo de uso e ocupação do solo. A partir disso, apresenta-se a seguinte hipótese: Entende-se que a enchente de maio de 2024 evidenciou efeitos espaciais distintos entre os municípios do médio Taquari (Muçum) e do baixo Taquari (Encantado, Roca Sales, Arroio do Meio, Lajeado, Estrela e Cruzeiro do Sul) em função da correlação entre as condições geomorfológicas do território e a existência (ou não) de um modelo de uso e ocupação do solo planejado a partir dos parâmetros territoriais, definidos pela Lei nº 10.257/2001⁷.

4 Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). AR6 Synthesis Report: Climate Change 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

5 Disponível em: <<https://portal.inmet.gov.br/noticias/el-ni%C3%B1o-saiba-como-foi-a-atua%C3%A7%C3%A3o-do-fen%C3%B4meno-no-brasil>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

6 Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

7 Lei nº 10.257/2001, que institui as diretrizes da política urbana.

A partir desta formulação, construiu-se a seguinte metodologia: I. Classificação dos eventos ocorridos a partir de parâmetros técnicos; II. Contextualização territorial do Vale do Taquari contemplando os municípios atingidos bem como as suas áreas territoriais; III. Análise comparativa dos municípios atingidos, considerando a relação entre a existência ou não de legislação urbanísticas, solicitadas junto às prefeituras municipais, e os efeitos espaciais sofridos por esses municípios, a partir de vistorias *in loco*. E por fim, com base nas etapas anteriores, foi possível identificar uma correlação entre área territorial atingida e a ausência de parâmetros técnicos de planejamento urbano, que levou ao aprofundamento de dois casos específicos: Roca Sales e Muçum.

1 CLASSIFICAÇÃO DOS EVENTOS A PARTIR DE PARÂMETROS TÉCNICOS

Os eventos climáticos extremos ocorridos no Vale do Taquari entre 2023 e 2024 podem ser entendidos como eventos hidrológicos sem precedentes conforme o entendimento de Collischonn et al. (2025). Neste sentido, entende-se que estes eventos carecem de uma classificação apropriada que contemple suas especificidades não verificadas até então.

Em relação à conceituação técnica dos eventos ocorridos, no Brasil, existem algumas terminologias usualmente empregadas para descrever e diferenciar os eventos de enxurrada e inundação, o que torna mais complexo o enquadramento dos mesmos. A Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)⁸ é o principal documento oficial válido atualmente para classificação dos desastres naturais em âmbito nacional. De acordo com a publicação:

Inundação: Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.

Enxurrada: Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.

8 A COBRADE é uma ferramenta do Ministério da Integração Nacional, e está vinculada junto à pasta de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/DOCU_cobrade2.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

A partir da COBRADE, infere-se que o evento ocorrido por três vezes no Vale do Taquari apresenta características de enxurrada devido ao “escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas” e “pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial”, apresentando “grande poder destrutivo” e de inundação em função da “submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas”. Ainda, pode-se dizer que pelas características, a enxurrada precede a inundação, ou seja, a primeira é o fenômeno, o evento si, e a segunda é a consequência do evento.

Assim, apesar da enxurrada ocorrida por três vezes no Vale do Taquari ser considerada um único evento, a inundação como consequência do evento vai apresentar especificidades relacionadas ao território em função de elementos naturais e antrópicos. Do ponto de vista natural, o elemento de diferenciação dos efeitos da inundação é a topografia enquanto que, do ponto de vista antrópico o elemento de diferenciação é o modelo de uso e ocupação do solo. Logo, é necessário analisar cada contexto específico conforme a recomendação do geógrafo Milton Santos (2014a, p. 22): “A questão não é, pois, levar em conta causalidades, mas contextos. A causalidade poria em jogo as relações entre elementos, ainda que essas relações fossem multilaterais. O contexto leva em conta o movimento do todo”.

Neste sentido, a única maneira de compreender um determinado fenômeno em sua totalidade, como o evento hidrológico que atingiu o Vale do Taquari, é através do contexto territorial onde cada parte do todo pode ser analisada e, portanto, diferenciada a partir da relação com o todo. “É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las (SANTOS, 2014a, p.25)”. Esta abordagem viabiliza a desconstrução do nosso atual modelo de usar e ocupar o território na medida em que coloca em evidência suas falhas e suas limitações.

Assim, estamos diante de uma oportunidade de superar, a partir de práticas concretas nos termos de Limonad (2013), o discurso usualmente vago ou vazio do “desenvolvimento sustentável”, que por vezes encobre ações exploratórias e predatórias sobre o território. Para tanto, o Vale do Taquari será contextualizado e analisado a seguir, em função da compreensão das suas partes e dos efeitos espaciais decorrentes dos eventos climáticos extremos, objetivando uma leitura comprometida com a transformação do atual modelo de uso e ocupação do solo urbano, em busca de alternativas de fato mais sustentáveis e articuladas com a natureza e o meio ambiente.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL DO VALE DO TAQUARI

O Vale do Taquari está localizado na porção central do estado do Rio Grande do Sul, estando inserido na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, a qual faz parte da Região Hidrográfica do Lago Guaíba (Figura 1).

Figura 1: Localização da Região Hidrográfica do Guaíba no Estado do Rio Grande do Sul.



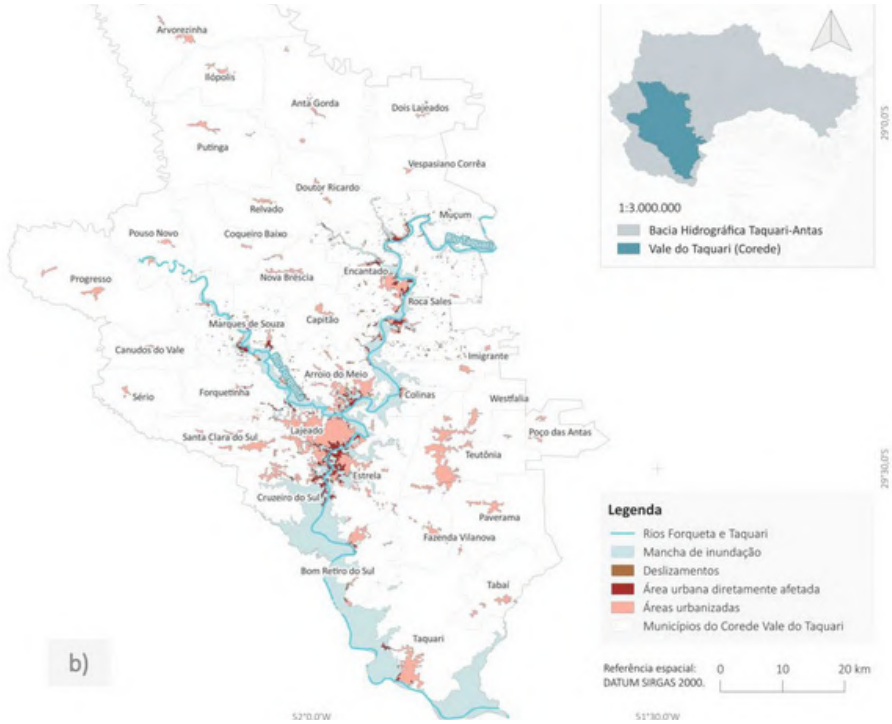
Fonte: CAOURb/MPRS⁹.

O Vale abrange 36 municípios (Figura 2), que, juntos, ocupam uma área total de 4.825,4 km² e tem uma população estimada em 383.262 habitantes¹⁰. O principal recurso hídrico da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas é o Rio Taquari, o qual desempenha um papel importante na história regional e está ligado diretamente com a formação econômica, política e social da região drenada pelo rio.

⁹ Elaborado pela equipe técnica do Centro de Apoio da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias – CAOURb/MPRS. DOC CAOURB n° 024.2024. PGEA n° 01342.000.456/2024.

¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. 2024.

Figura 2: Municípios do Vale do Taquari afetados pelo evento climáticos extremo em 2024.



Fonte: CAOURb/MPRS¹¹.

As inundações são fenômenos naturais, que ocorrem periodicamente e podem apresentar elevações e características variadas, muitas vezes a depender no nível fluviométrico que está sendo monitorado em determinado município. Tais fenômenos ocorrem a partir de uma combinação de fatores globais e locais, porém, a ação antrópica no território ao longo de muitas décadas provocou no Rio Taquari e no seu entorno graves problemas ambientais.

Um dos reflexos que se percebe é a destruição da mata ciliar, consequência de uma agricultura não planejada, extração de madeira, agropecuária e coleta de argila utilizada para a fabricação de tijolos e telhas (KREUTZ *et al.*, 2023). Conforme dados publicados pelo MapBiomass¹² referentes ao ano de 2023, 52,95% da bacia hidrográfica do Taquari-Antas corresponde a área de formação florestal (em 1985, o total era de 61,6%). Essa diminuição é explicada pelo aumento de área destinada ao uso antrópico, sendo ocupada por lavoura – soja e silvicultura (83,89%), campos/pastagem (11,93%) e área urbanizada (3,95%).

11 Elaborado pela equipe técnica do Centro de Apoio da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias – CAOURb/MPRS. DOC CAOURB nº 024.2024. PGEA nº 01342.000.456/2024.

12 Plataforma MAPBiomass uso e cobertura. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Em relação às áreas urbanizadas dos municípios, destaca-se que, apesar desta parcela corresponder à menor porcentagem territorial, estas áreas apresentaram as maiores perdas materiais e de vidas humanas em função da maior concentração demográfica, usualmente localizadas junto aos corpos hídricos e, portanto, atingidas pelas inundações. A tabela 1 apresenta os sete municípios mais atingidos pelas inundações no Vale do Taquari em 2024. Estes municípios estão distribuídos ao longo do curso do rio Taquari representando os diferentes contextos territoriais que compõem a bacia hidrográfica.

Tabela 1: Comparação entre os municípios mais atingidos no Vale do Taquari

NOME DO MUNICÍPIO	ÁREA MUNICIPAL (km ²)	ÁREA URBANA (km ²)	ÁREA URBANA ATINGIDA (km ²)	% ÁREA URBANA ATINGIDA (%)
Muçum	111,247	2,213	1,05	47,447
Roca Sales	208,108	4,63	1,511	32,635
Estrela	185,026	18,334	5,407	29,492
Cruzeiro do Sul	155,058	10,412	2,66	25,547
Encantado	140,006	13,204	3,197	24,212
Arroio do Meio	157,088	20,71	2,879	13,901
Lajeado	91,231	44,941	4,028	8,963

Fonte: elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE e do banco de dados das cheias na Região Hidrográfica do Lago Guaíba em maio de 2024 da UFRGS¹³.

Os sete municípios listados exemplificam o impacto significativo nas áreas urbanas decorrente das inundações bem como suas especificidades. Com exceção de Lajeado, os demais municípios possuem áreas urbanas relativamente pequenas quando comparadas com as áreas municipais (urbana e rural). No entanto, estas pequenas áreas urbanizadas foram severamente atingidas com destaque para os dois municípios com as duas menores áreas urbanas do conjunto destacado. Apesar de apresentar uma pequena urbanização, Muçum e Roca Sales tiveram, respectivamente, 47,45% e 32,63% das suas áreas urbanas atingidas pelas inundações.

13 Possantti, I.; Müller, J.; Ruhoff, A. (Editores.). (2024). **Cheias no Rio Grande do Sul - Base de dados e informações geográficas na Região Hidrográfica do Lago Guaíba e na Lagoa dos Patos em 2024**. UFRGS. Disponível em: < <https://storymaps.arcgis.com/stories/a81d69f4bccf42989609e3fe64d8ef48>>. Acesso em: 23 mai. 2025.

Entende-se que os altos percentuais de área urbana atingida destes municípios possuem um fator em comum que os diferencia dos demais: a falta de planejamento urbano fundamentado em parâmetros técnicos que considerem as particularidades geográficas locais na restrição do uso e da ocupação do solo, como será evidenciando a seguir.

3 EFEITOS ESPACIAIS E A SUA RELAÇÃO COM O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Embora os sete municípios apresentados na tabela 1 façam parte da mesma bacia hidrográfica, os impactos territoriais provocados pelas inundações foram distintos. Estas diferenças decorrem da relação entre contextos geográficos particulares e o modelo de uso e ocupação do solo adotado em cada município.

A partir das vistorias *in loco* e do levantamento de informações acerca dos instrumentos de planejamento urbano em cada uma das prefeituras municipais, foi possível estabelecer uma correlação entre a porcentagem de área urbana atingida pela inundação e o grau de restrição do uso e da ocupação da planície de inundação em cada município. Conforme a análise individual do planejamento urbano, de cada município, verificou-se como a ausência de instrumentos e critérios de planejamento urbano (a exemplo de critérios hidrológicos como o zoneamento da planície de inundação¹⁴) afetou na magnitude dos impactos decorrentes das inundações. Conforme mencionado anteriormente, todos os municípios afetados localizam-se às margens do Rio Taquari.

A respeito disso, na tabela 2 estão reunidas as informações levantadas acerca dos instrumentos de ordenamento territorial dos municípios de Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Cruzeiro do Sul, Estrela, Roca Sales e Muçum, com ênfase para o Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano conforme a Constituição Federal (Art. 182), conforme Brasil (2021). Destaca-se que o Plano Diretor é instrumento de ordenamento territorial indispensável em municípios com áreas suscetíveis a eventos hidrológicos como as inundações, de acordo com o EC. Conforme o art. 42-A do EC, o plano diretor destes municípios deve conter parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo restritivos conforme o mapeamento das áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, no sentido de resguardar a população do risco de desastre.

14 Definida como as áreas relativamente planas e baixas que de tempos em tempos recebem os excessos de água que extravasam do seu canal de drenagem. Tecnicamente, o canal de drenagem que confina um curso d'água denomina-se leito menor e a planície de inundação representa o leito maior do rio. Emprega-se também o termo várzea para identificar a planície de inundação de um canal natural de drenagem. (BRASIL, 2007).

Tabela 2: Comparação entre as legislações urbanísticas dos municípios mais atingidos no Vale do Taquari

Município	Plano Diretor	Critérios hidrológicos no Plano Diretor	Comentário complementares sobre planejamento urbano
LAJEADO	Instituído pela Lei nº 11.052/2020	Art. 53. Imóveis sujeitos a cheias e inundações são os que estiverem localizados em cota de nível inferior à 27,00 metros positivos em relação ao sistema oficial de referência de nível do Mar (R.N. Oficial). Parágrafo único. A atividade residencial será permitida somente acima da cota 27,00m, sendo admitidas garagens na cota 24,00m.	Contempla as áreas de cheia no zoneamento com a restrição da ocupação nas Zonas de Controle Especial, onde não é permitida a urbanização. No entanto, há algumas regiões urbanizadas junto do Rio Taquari em especial na área central, ocupada antes do atual Plano Diretor, que foram atingidas pelas inundações.
ARROIO DO MEIO	Instituído pela Lei nº 3.888/2020	Art.46 Não poderão ser loteados ou arruados: I – Terrenos alagadiços e sujeitos a inundações (RN < 29 metros), antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.	Contempla as áreas de cheia em diretriz técnica do Plano Diretor. Restringe parcialmente a sua ocupação no zoneamento, pois há Zonas Especiais de Interesse Social na planície de inundação. Uma destas zonas foi severamente atingida pelas inundações, o Bairro Navegantes.

ENCANTADO	Instituído pela Lei nº 1.566/1991 Obs. Foi atualizado em 2022 (lei complementar nº 01/2022) especificamente para viabilizar a construção do Cristo de Encantado.	Art. 19 - Na Zona de Ocupação Condicionada – ZOC – as edificações obedecerão a critérios de ocupação, determinados pela Municipalidade, visando minimizar os efeitos dos alagamentos periódicos. § 1º - Nesta zona, todas as edificações deverão possuir dois pavimentos e/ou pilotis, obrigatoriamente ocupando o pavimento térreo com compartimentos de utilização transitória, obedecendo-se a cota mínima, fornecida pela Prefeitura Municipal.	Sem restrições de ocupação das áreas de cheia em zoneamento ou diretriz técnica no plano. Há apenas orientações para a forma de ocupação em áreas alagadiças, conforme demais legislações, como o Código de Edificações (1.550/1991) e a Lei de Parcelamento do Solo (1.119/1979). O resultado prático deste modelo permissivo constante na legislação foi a destruição de áreas pontuais como o Bairro Navegantes (área popular) e o Porto Quinze.
CRUZEIRO DO SUL	Instituído pela Lei nº 1.114-04/2012	Art. 88 - As zonas especiais do ambiente natural – ZEAN, são zonas que possuem patrimônio natural significativo e se classificam em: ZEIA – Zona Especial de Interesse Ambiental: são áreas localizadas no território, com rico patrimônio ambiental, atingidas por cheias do Rio Taquari, as quais possuem ocupações residenciais e comerciais consolidadas. Atividades em áreas abaixo das cotas de inundação (23 e 25), dependerão de EVU.	Contempla as áreas de cheia no zoneamento. No entanto, apesar do art. 40, que trata sobre o plano de drenagem, prever no seu inciso II diretriz específica no sentido de impedir a ocupação de áreas alagáveis e utilizar estas áreas para controle das cheias, o art. 88 permite a ocupação, conforme demais legislações, como o Código de Obras (129-02/1990). As áreas que estão gravadas na área do zoneamento (planície de inundação/área de cheia) são zonas especiais de interesse social (ZEIS), como a região do Bairro Passo de Estrela, severamente atingida e destruída pelas inundações.

ESTRELA	Instituído pela Lei nº 4.314/2006	Art.18. As Áreas Especiais dividem-se em: III - Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA) serão porções do Território com características culturais ou naturais diferenciados, que estruturarão a paisagem ou que constituirão ecossistemas importantes, atribuindo-lhes identidade com repercussões em nível Macro da cidade (Abaixo da cota 24).	Contempla as áreas de cheia no zoneamento com restrição parcial da ocupação, pois há Zonas Especiais de Interesse Social e Zonas Industriais na planície de inundação. A região do Bairro Marmitt e o Bairro Industrial, respectivamente, exemplificam estas zonas que foram destruídas pelas inundações.
ROCA SALES	Não possui	Não possui	Não possui Plano Diretor, zoneamento e nem diretrizes de planejamento urbano. A Lei de Diretrizes Urbanas (nº 356/2002) apresenta padrões de uso e ocupação do solo e das construções, mas sem uma leitura de planejamento urbano. Já a Lei de Parcelamento do Solo (nº 1.698/2017) não apresenta restrições objetivas de uso e ocupação em áreas de inundação, o que resultou na inundação de um terço da área urbana municipal.
MUÇUM	Instituído pela Lei nº 191/1968	Art. 29 Não poderão ser loteadas nem arruadas as seguintes áreas: a) Terrenos baixos e alagadiços, sujeitos a inundações, sem que sejam previamente aterrados e drenados.	Há artigo que contempla as áreas de cheia em diretriz técnica do Plano Diretor, mas não restringe a sua ocupação, conforme demais legislações como o Código de Edificações (Lei nº 3.041/2009), o que resultou na inundação de praticamente metade da área urbana municipal.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das legislações dos municípios.

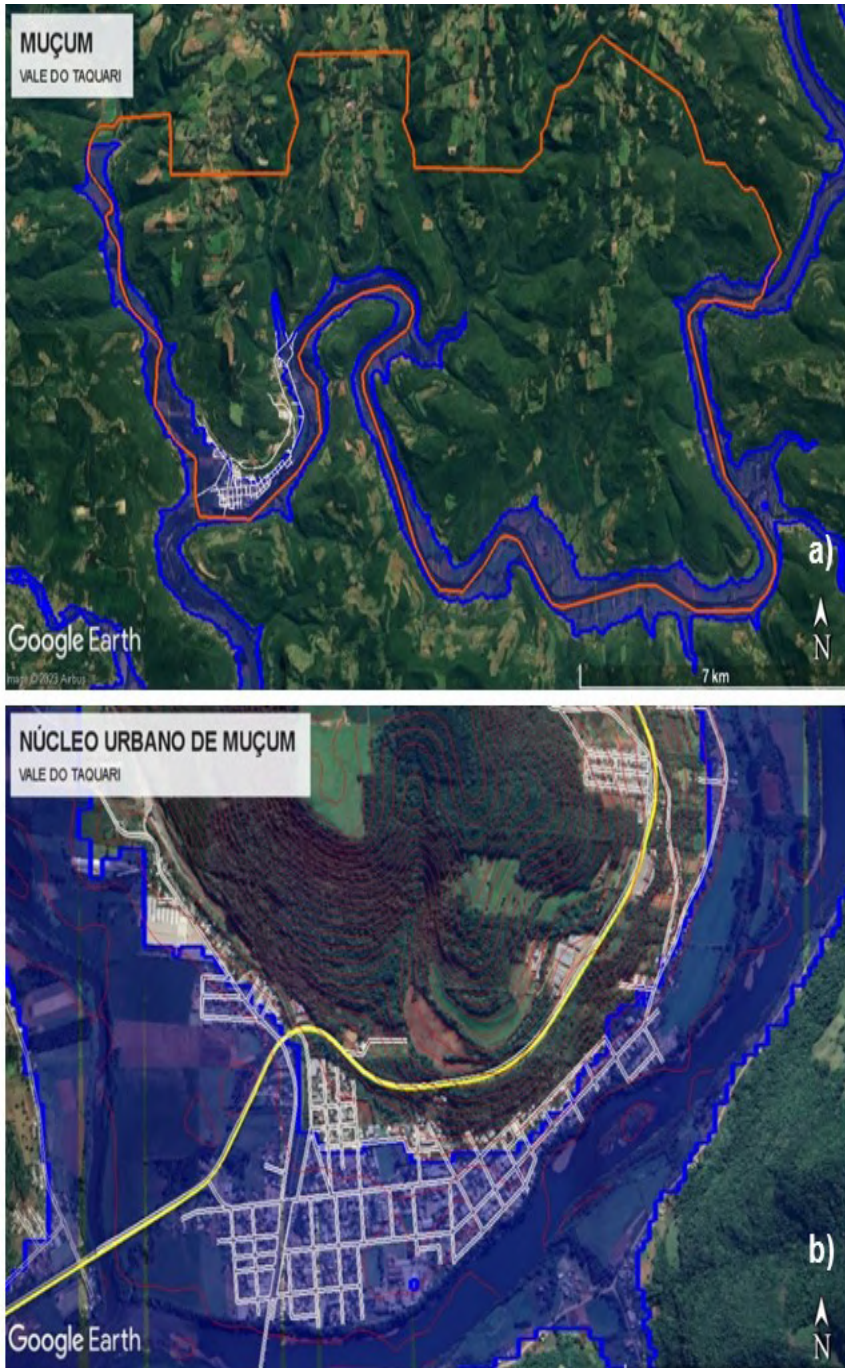
A partir das informações compiladas na tabela 2, observa-se que os sete municípios abordados apresentam modelos de desenvolvimento urbano que pouco restringem o uso e a ocupação das áreas inundáveis no Plano Diretor e em legislações correlatas. No entanto, dois dos sete municípios abordados não apresentam estrutura alguma de planejamento urbano, o que acaba por inviabilizar o ordenamento territorial a partir de critérios satisfatórios: Muçum e Roca Sales, os dois municípios com a maior porcentagem de área urbana atingida no Vale do Taquari.

Embora o município de Muçum disponha de plano diretor e de código de edificações, o primeiro está desatualizado, pois data do século passado, enquanto que o segundo não proíbe a edificação na planície de inundação, mas apenas condiciona a sua morfologia. Ambos os documentos não mencionam nenhum tipo de zoneamento do uso e ocupação do solo autorizando a ocupação de área alagadiças e inundáveis por meio de aterros, o que tende a potencializar o impacto da inundação a jusante. Já Roca Sales não apresenta nenhuma estrutura de planejamento urbano, pois não possui plano diretor e nem zoneamento com restrição do uso da planície de inundação. Este município conta apenas com uma Lei de Diretrizes Urbanas que se restringe ao padrão construtivo das edificações e uma Lei de parcelamento que ignora a planície de inundação.

Assim, quando analisadas conjuntamente, as tabelas 1 e 2 se complementam, demonstrando a correlação entre a magnitude dos impactos causados pelas inundações nos territórios dos municípios de Muçum e Roca Sales e a falta de uma estrutura de planejamento urbano em comparação com os demais municípios. Como apontado anteriormente, tais municípios tiveram respectivamente 47,45% e 32,63% das suas áreas urbanas atingidas pelas inundações.

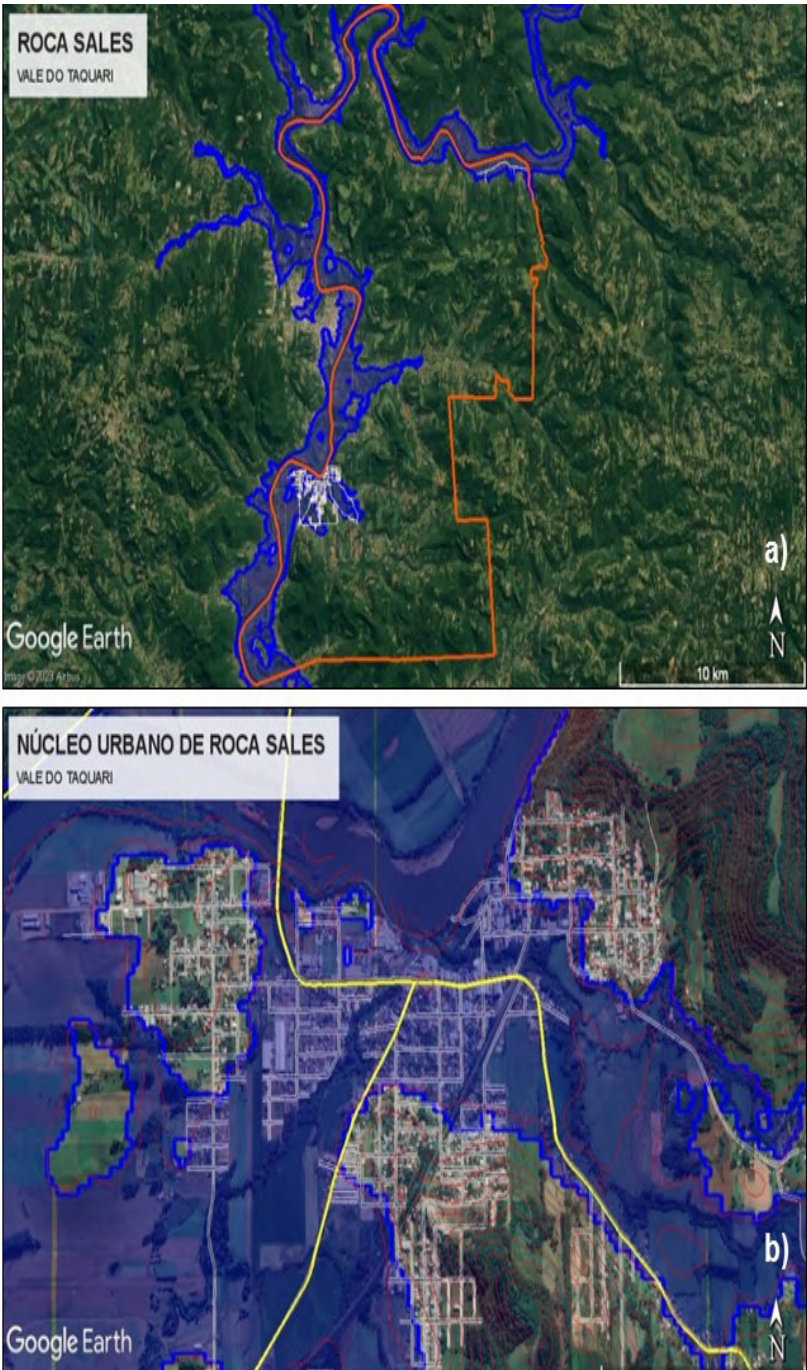
Para se ter uma clareza maior do que esses números significam, as figuras 3 e 4 mostram uma representação esquemática simples de sobreposição de imagens de satélite com a mancha de inundação disponibilizada no banco de dados das cheias na Região Hidrográfica do Lago Guaíba em maio de 2024 da UFRGS para ilustrar como o território desses municípios foi atingido, destacando-se o núcleo urbano.

Figura 3: Mancha de inundação, sobre imagem de satélite do Google Earth, dos territórios de Muçum.



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Figura 4: Mancha de inundação, sobre imagem de satélite do Google Earth, dos territórios Roca Sales.



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

As imagens na figura 3 evidenciam a concentração da área urbana de Muçum junto da confluência do Rio Taquari, curso d'água principal, com o Rio Guaporé, seu afluente (a). Esta hidrografia contribuiu para que a maior e principal concentração urbana do município fosse drasticamente atingida pelas inundações. Toda a área central de Muçum foi impactada, com exceção de locais junto das encostas (b). Assim como Muçum, Roca Sales, município representado na figura 4, se urbanizou ao longo de um dos meandros do Rio Taquari (a) em um ponto em que ocorre o encontro com outros dois arroios de menor porte. Com as inundações em função do aumento do volume e da vazão de água do Rio Taquari, o encontro entre os cursos d'água adquiriu um alto poder destrutivo, impactando a região central da principal concentração urbana do município (b), onde estão localizados os principais comércios e o setor industrial.

A partir das imagens de satélite, é visível o impacto territorial produzindo pela inundação nas áreas urbanas destes dois municípios que possuem um comportamento semelhante no que diz respeito ao uso e a ocupação do solo. As urbanizações de Muçum e Roca Sales ocorrem majoritariamente nas margens do Rio Taquari sem qualquer restrição de uso e ocupação ou área livre para o amortecimento das cheias periódicas do corpo d'água, o que representa um risco potencial para as áreas residenciais e de comércio e serviços próximas ao rio.

Enfatiza-se ainda que em ambos os municípios a interface entre o rio e a urbanização é configurada pelos fundos dos lotes junto ao corpo hídrico e não por áreas públicas, com destaque para o uso industrial na beira do curso d'água, sobretudo em Roca Sales. Trata-se de um modelo de uso e ocupação do solo fruto da ausência de um planejamento urbano baseado em parâmetros técnico condizentes com as realidades hidrológicas locais. O efeito espacial prático deste cenário é a destruição, conforme as imagens a seguir.

Figura 5: Situação do núcleo urbano de Muçum pós-enchente.



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A figura 5 evidencia o potencial destrutivo das inundações na área junto ao antigo cemitério de Muçum onde só restou um prédio sobre pilotis (a, b) além de mostrar as réguas para controle do nível da água bem como processos de deslizamentos da margem oposta do Rio Taquari, área rural de Roca Sales (c, d). Já a figura 6 apresenta o cenário de destruição na área urbana de Roca Sales. As imagens a e b mostram as edificações destruídas junto do encontro do Rio Taquari com os dois arroios referidos enquanto a imagem c mostra a erosão das margens de um dos arroios, provocada pela inundação, descaracterizando o curso d'água.

Figura 6: Situação do núcleo urbano de Roca Sales pós-enchente

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

As duas cidades analisadas aqui apresentam cenários estarrecedores após os eventos hidrológicos. Trata-se de registros históricos nas paisagens de cada lugar que transformam o espaço habitado segundo a interpretação de Santos (2014b). A história do desastre fica gravada no território como um alerta das mudanças climáticas para nós repensarmos o modelo de uso e ocupação dos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As projeções do IPCC do ano de 2023 indicam que o aumento do número e da magnitude de eventos climáticos extremos são uma realidade cientificamente comprovada. Uma das causas apontadas é a exploração desenfreada dos recursos naturais e de um modelo predatório de uso e ocupação do solo. As inundações ocorridas no Vale do Taquari entre os anos 2023 e 2024 são um indício da necessidade de superar o nosso atual modelo de desenvolvimento, conforme Limonad (2013). Destaca-se que este modelo evidencia práticas insustentáveis de uso e ocupação do solo na medida em que negligencia os parâmetros territoriais, a exemplo da bacia hidrográfica, como balizadores do planejamento urbano apesar deste se valer por vezes do discurso da sustentabilidade.

Os sete municípios do Vale do Taquari mais atingidos pelas inundações e analisados aqui exemplificam o modelo insustentável de desenvolvimento apresentado. No entanto, vale ressaltar que em algumas localidades os efeitos espaciais foram mais destrutivos do que em outras em função da maneira como o território foi usado e ocupado pelo homem. Municípios com uma estrutura mais robusta de planejamento urbano, como Lajeado, apresentaram percentuais de perdas menores do que municípios com uma estrutura praticamente ausente, como Roca Sales e Muçum.

Importa dizer que o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor, é uma ferramenta inexistente em Roca Sales e desatualizada em Muçum, os dois municípios com as maiores porcentagens de área urbana atingida no Vale do Taquari. Isso não significa que a existência deste documento, essencial para o planejamento urbano, por si só é garantia de um modelo de uso e ocupação do solo sustentável, mas que este modelo precisa ser construído a partir do plano, pois este disciplina o uso e a ocupação do solo, explicitando as políticas de ordenamento territorial e articulando políticas setoriais (como a de saneamento básico e mobilidade urbana).

O Plano Diretor e o seu respectivo zoneamento de uso e ocupação do solo (regime urbanístico) não devem ser instrumentos genéricos e/ou abstratos. Pelo contrário, devem ser elaborados a partir de um olhar sobre a totalidade do território, incluídas as áreas urbanas e rurais bem como aquelas com risco de desastre. Para tanto, é fundamental compreender o contexto, conforme a interpretação de Milton Santos, a partir de diagnóstico adequado acerca dos problemas existentes em cada território, das necessidades a atender e dos tipos de atuação cabíveis para atender a tais necessidades, sempre a partir da leitura dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais que as condicionam.

Trata-se de uma busca urgente por um planejamento do território que contemple as dinâmicas naturais em um contexto de crise climática a partir das bases científicas e legais existentes para que a nossa existência no planeta deixe de ser um problema para o equilíbrio ambiental do próprio planeta.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. **Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/mapeamento.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- BRASIL, L. de F. **Elementos para uma teoria geral do direito urbanístico**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.
- COLLISCHONN, W. et al. **The exceptional hydrological disaster of April-May 2024 in southern Brazil**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 30, e1, 2025.
- KREUTZ, M. R.; MACHADO, N. T. G.; HOPPE, W. H. **História ambiental do Rio Taquari, Rio Grande do Sul**. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, v. 34, n. 51, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2023.201746>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- LIMONAD, E. **A insustentável natureza da sustentabilidade: da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis**. *Caderno Metrópole*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 123-142, jan./jun. 2013.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

Recebido em: 01/09/2024

Aceito em: 14/04/2025

AÇÃO CULTURAL EM CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA: A ATUAÇÃO DO MUDI NAS ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

CULTURAL ACTION IN EMERGENCY CONTEXTS: MUDI'S ROLE IN THE 2024 FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL

Daniel Maurício Viana de Souza¹

Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira²

Isadora Costa Oliveira³

Jhone Lugão Lima⁴

João Pedro Peccini Rodrigues⁵

Luísa Brito da Costa⁶

Miriã da Mota de Souza⁷

1 Doutor em Sociologia pelo Programa de PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com período sanduíche no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (2016). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de PPGCI- IBICT/UFF (2007). Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2004). Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro, e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador no Núcleo de Estudos sobre Museus, Ciência e Sociedade (NEMuCS). Coordenador do MuDI - Museu Diários do Isolamento. Dedicar-se a estudos vinculados à Museus, Ciência, Divulgação Científica, Sociologia da Ciência e Teoria da Sociedade do Espetáculo.

2 Museóloga. Mestra em Museologia e Patrimônio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Pelotas. Secretária do Colegiado Setorial de Museus do Rio Grande do Sul (2019-2021). Fundadora e produtora cultural da TACHO Cultura Museal (2019). Coordenou e foi relatora do Grupo de Trabalho de Mapeamento da 5 Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul (Emergencial Lei Aldir Blanc 2020). Delegada eleita pela cidade de Pelotas para a 6 Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul (2024). Eleita Conselheira Titular do Conselho Regional de Museologia do Rio Grande do Sul (2025-2027). Tem interesse em Museologia, Memória Social, Patrimônio Cultural, Gestão Cultural, Economia da Cultura e Políticas Públicas.

3 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atuando principalmente nos seguintes temas: concepção, montagem e avaliação de exposições; documentação museológica; comunicação em museus; divulgação científica e educação museal.

4 Graduando em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Atuou como bolsista junto ao FNDE por meio do Programa de Educação Tutorial (PET) - Fronteiras: Saberes e práticas populares. Integrou ao corpo de bolsistas da Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) junto ao projeto "Divulgação e Comunicação da Rede de Museus da UFPel". Foi membro do Centro Acadêmico do curso de Museologia (CAMU). Participou como colaborador e organizador do projeto "Acervo Mestra Griô Sirley Amaro" vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET) Fronteiras: Saberes e práticas populares.

5 Graduação em andamento em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas.

6 Graduação em andamento em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas.

7 Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, na Universidade Federal de Pelotas. Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas. Experiência nas áreas de

Nicóly Ayres da Silva⁸

Renan Marques Azevedo da Mata⁹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar e discutir as ações promovidas pelo Museu Diários do Isolamento (MuDI) em resposta às enchentes que afetaram o estado do Rio Grande do Sul em 2024. Inicialmente, abordamos a abrangência do evento a partir de dados, estatísticas e registros oficiais, com atenção às características das populações mais atingidas, evidenciando a complexidade relacional-associativa entre contextos sociais e ambientais subjacentes a eventos climáticos extremos. Em seguida, apresentamos sobre como se organizou o MuDI nesse contexto, estabelecendo um comitê de crise e desenvolvendo uma metodologia de trabalho adaptada às suas estruturas discursivas essenciais. Por fim, são analisados os resultados obtidos, considerando seu alcance e permeabilidade dialógica, bem como reflexões sobre as implicações das ações implementadas. As conclusões destacam a relevância de iniciativas culturais, particularmente dos museus, em contextos de crise, reforçando a necessidade de estratégias participativas e inclusivas, capazes de fomentar capacidade crítico-reflexiva para lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Palavras-chave: Enchentes no Rio Grande do Sul. Museu Diários do Isolamento (MuDI). Crise socioambiental. Mudanças climáticas. Catástrofe ambiental.

ABSTRACT

This article aims to analyze and discuss the actions promoted by the Diários do Isolamento Museum (MuDI) in response to the floods that affected the state of Rio Grande do Sul in 2024. Initially, we address the scope of the event based on data, statistics and official records, with attention to the characteristics of the most affected populations, highlighting the relational-associative complexity between social and environmental contexts underlying extreme climate events. Next, we present how MuDI was organized in this context, establishing a crisis committee and developing a working methodology adapted to its essential discursive structures. Finally, the results obtained are analyzed, considering their scope and dialogical permeability, as well as reflections on the implications of the implemented actions. The conclusions highlight the relevance of cultural initiatives, particularly museums, in crisis contexts, rein-

Documentação Museológica e Museologia Social.

8 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Membro do Museu Diários do Isolamento (MuDI) atuando nas funções de produção de conteúdos e projetos, produção e gestão de arte/design de conteúdos e desenvolvimento web e tecnologia da Informação (2020 - atualmente). Atua principalmente nos seguintes temas: Produção Audiovisual em Museus; Audiovisual como ferramenta nas práticas museológicas; Gesto, Objeto, Arte e Memória; Comunicação em Museus; Projetos e Montagem Expográfica.

9 Museólogo (COREM 3R 0286-I). Experiência com pesquisa e comunicação em museus; gestão de acervos e planejamento museológico; conservação e preservação de bens culturais; concepção, montagem e avaliação de exposições; educação museal e acessibilidade cultural.

forcing the need for participatory and inclusive strategies, capable of fostering critical-reflexive capacity to deal with the challenges posed by climate change.

Keywords: *Floods in Rio Grande do Sul. Museu Diários do Isolamento (MuDI). Socio-environmental crisis. Climate change. Environmental catastrophe.*

INTRODUÇÃO

Eventos naturais extremos têm se tornado cada vez mais comuns em todo mundo, resultado de uma combinação complexa de fatores. Entidades internacionais, tais como a Organização Meteorológica Mundial (OMM)¹⁰ e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹¹, sistematizam dados que oferecem uma perspectiva, de certo modo, alarmante em relação a essa tendência. Apenas considerando a última década, há registros de ondas de calor que atingiram recordes históricos; além do aumento na frequência e intensidade de furacões, ciclones, tornados, secas, entre outros. Se nos últimos cinquenta anos o número de fenômenos desse tipo triplicou, mais de um terço deles ocorreu de dez anos para cá.

No que se refere especificamente a eventos intensos de precipitação, como chuvas e inundações, o aumento das ocorrências é costumeiramente explicado – ao menos em parte, corretamente – em razão do significativo aquecimento atmosférico e sua consequente retenção de umidade. Em 2021, por exemplo, chuvas excepcionais causaram inundações históricas na Alemanha e na China, com volumes pluviométricos que antes eram esperados apenas em intervalos de séculos¹². Ainda de acordo com a OMN, os impactos econômicos globais, na ordem de US\$ 2,98 trilhões, em comparação às cifras de períodos anteriores ao último decênio são tão significativamente mais profundos que não é incorreto afirmar que a crise é não só climática, mas sim, um fenômeno social total¹³.

Concordamos com Andria, Souza e Pascuotte (2024) quando defendem que o clima e as questões que o envolvem devem ser compreendidos como um sistema. Ou seja, nenhum evento climático é isolado, portanto, não pode ser corretamente enfrentado sem a clareza de que é necessário dar conta da complexidade de suas causas e, também, das suas consequências. Nesse sentido que aspectos culturais, socioeconômicos e políticos,

10 Conforme relatório: World Meteorological Organization, *Provisional State of the Global Climate 2023*.

11 Conforme relatório: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>>.

12 Ver, entre outras fontes possíveis: <<https://www.dw.com/pt-br/preju%C3%Adzos-por-desastres-clim%C3%A1ticos-aumentaram-em-2021/a-60264128>>.

13 Tomado aqui em uma acepção que se alarga para além da cunhada por Marcel Mauss (2003). De maneira que, se articulam fenômenos naturais às próprias práticas sociais e culturais, em uma correlação complexa de interferências e consequências.

como o fato de vivermos em sociedades cindidas em classes e com altos índices de desigualdades, não podem fugir ao horizonte de compreensão sobre tais fenômenos.

No Brasil, os efeitos das mudanças climáticas têm igualmente se agravado nas últimas décadas. Grandes alagamentos vêm provocando todo tipo de transtorno e perdas, inclusive de vidas, em diferentes regiões do país, não se excluindo dessa realidade até mesmo os estados e municípios que contam com maior investimento em infraestrutura, portanto, supostamente menos vulneráveis. E, embora não sejam nada recentes os alertas da ciência acerca dos perigos que representam tais mudanças climáticas radicais, associadas aos demais fatores sociais – sobre o quais vimos frisando até aqui – há uma tendência, que também se intensifica nos últimos tempos de negação dessa realidade. Segundo Zhouri e Castro (2024), “a receptividade dos alertas no meio político e das elites econômicas tem sido pífia”, de maneira que têm prevalecido os interesses do grande capital e suas práticas predatórias de produção. A partir desse pressuposto que consideramos as enchentes ocorridas nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul (RS) resultado do que as autoras, acima citadas, expressam como a “intercessão de escolhas econômicas, políticas e institucionais ‘mal adaptadas’ ao meio ambiente e à sociedade”.

Tendo sido a maior catástrofe climática da história do RS, segundo o próprio governo do estado¹⁴, as enchentes afetaram cerca de 441 municípios, mais de 94% das cidades, causando danos diretos a dois milhões de pessoas. No início do mês de maio, 2/3 dos municípios já haviam decretado estado de calamidade pública. Somando-se as perdas materiais, danos a diferentes ecossistemas, mortes de pessoas e animais, contaminação de recursos hídricos, entre outros prejuízos, os impactos dessas cheias superaram os de 1941, quando ocorreu o que até então era considerada a maior enchente já registrada no estado.

Na mesma linha de interpretação sistêmica, Jorge (2024) ressalta que, embora as causas imediatas de tais enchentes sejam decorrentes do rompimento de diques e barragens que não suportaram o transbordamento de rios, lagos e córregos afetados pela elevação dos índices pluviométricos, o problema não se reduz às causas naturais. A mesma autora afirma que “a ocupação desordenada do solo, o desmatamento e a impermeabilização das áreas urbanas” agravaram o cenário, de modo que se estabeleceu uma conjuntura propícia às inundações. Há de se acrescentar que, além disso, tanto a lentidão da reação do poder público, quanto a sua interpretação parcial, estreita, limi-

14 Conforme documento: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202405/2024-05-10-govrs-coletiva-site-saude-13-esc-tje-itcdm-v2.pdf>>.

tada e enviesada acerca da situação, ampliaram a abrangência da catástrofe.

Diante de tal quadro, o Museu Diários do Isolamento - MuDI, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mobilizou esforços para implementar uma intervenção que, circunscrita ao escopo de uma instituição de memória, ampliasse as possibilidades de compreensão crítica e ação transformadora, por meio de práticas de divulgação científica capazes de operar, tanto quanto possível, dialogicamente com seu público. Criado durante e em razão da pandemia de COVID-19¹⁵, na condição de “museu de virtuais conexões”¹⁶ o MuDI atua privilegiando o uso de plataformas digitais, tendo como parte de sua missão institucional proporcionar uma comunicação horizontal sobre a ciência e seus sentidos e significados enquanto matéria social.

Consideramos que, em constante diálogo com outros sistemas de saberes, a ciência – resguardando sua abrangência e seus limites – potencializa a conscientização da sociedade, podendo instrumentalizá-la na tomada de decisões acerca de temas e situações sensíveis como as geradas pela crise climática, por exemplo. Neste sentido, se justificam e se enquadram as ações do MuDI, que assume, como um museu ciente de sua responsabilidade social, uma postura comprometida com a construção de um mundo mais justo e sustentável. Aqui, com maior detalhamento mais adiante, será possível notar que, assim como ocorreu na pandemia, e diante da negligência e negacionismo do poder público e demais esferas decisórias, as redes de solidariedade, como expressões de emergências dos saberes populares e tradicionais, demonstraram capilaridade e força de atuação fundamentais, sendo justamente esse um dos focos das ações do Museu nesse contexto.

Assim considerando, o objetivo primordial deste artigo é apresentar e discutir acerca das ações promovidas pelo MuDI em razão das enchentes no RS que aconteceram no corrente ano. Para tanto, refletiremos sobre a abrangência do evento a partir de dados, estatísticas e demais registros oficiais, dando atenção às características das populações mais atingidas, tendo em conta a compreensão da complexidade interrelacional entre contextos sociais e ambientais que desembocam em situações climáticas ex-

15 Hoje, o MuDI além de abordar a pandemia como um fenômeno de multidimensional, que não se encerra nele mesmo, pois tanto suas origens quanto suas consequências deixam lastros nas mais diversas dimensões da realidade – ambiental, cultural, econômica, social, etc. –, trabalha numa perspectiva consubstancial, atentando às questões étnico-raciais, direitos humanos, acessibilidade inclusiva, entre outras pertinentes ao debate crítico-reflexivo e dialógico acerca da ciência e suas relações com as demais esferas da sociedade.

16 Conceituação que caracteriza tanto sua tipologia, enquanto instituição sediada no território digital-internético, quanto seu caráter de potencializar mobilizações dialógicas com base em pressupostos científicos.

tremas. De maneira mais específica, debateremos sobre como o MuDI se organizou, estabelecendo um comitê de crise que propôs uma metodologia de trabalho focada na adaptação de suas estruturas discursivas essenciais. Por fim, buscaremos tecer ponderações a respeito dos resultados obtidos, observado seu alcance e permeabilidade dialógica.

1 AS ENCHENTES NO RS

1.1 A ABRANGÊNCIA DA CATÁSTROFE EM NÚMEROS

Entre os dias 30 de abril e 24 de maio de 2004, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com fortes chuvas que desencadearam cheias extremas. Este período ficou marcado por evidenciar a vulnerabilidade do estado perante os eventos climáticos extremos. O processo foi desencadeado através de um anticiclone no Oceano Atlântico Sul, que trouxe um fluxo contínuo de ar quente e úmido em direção ao continente (Emater, 2024). Esse sistema estagnado na região possibilitou a combinação do perigo oriundo da umidade e da instabilidade meteorológica, resultando em uma sucessão de chuvas intensas.

Os efeitos foram devastadores. Para enfrentar este cenário, o Governo do Estado declarou estado de calamidade, conforme Decreto 57.596 (2024) em 78 municípios, e estado de emergência em outros 340, com um total de 456 os municípios atingidos. Foram mais de 9 mil localidades impactadas, com 206 mil propriedades rurais diretamente atingidas. Na zona rural, especificamente, as implicações foram significativas: casas, galpões, silos, plantações, estufas e aviários foram destruídos, e mais de 19 mil famílias tiveram suas vidas afetadas de alguma forma.

As estradas principais se tornaram intransitáveis, isolando 4.548 comunidades. Houve impossibilidade de tráfego de pessoas e de bens essenciais. O abastecimento de água foi outro ponto crítico. Quase 4.600 fontes ficaram contaminadas e 34.519 famílias ficaram sem acesso à água potável, um problema que expõe fragilidades estruturais das áreas rurais, onde há maior dependência de recursos locais. Os efeitos na produção agrícola e pecuária, pilares da economia do estado, também foram alarmantes. Mais de 48 mil produtores de grãos informaram perdas significativas, assim como fruticultores, olericultores e floricultores. Ademais, na pecuária os números são estonteantes: quase 1,2 milhão de aves comerciais, 14,8 mil bovinos, 14,7 mil suínos, e 2,4 milhões de bovinos de leite mortos (Emater, 2024).

A enxurrada também afetou severamente o solo. 2.706.683 hectares em 405 municípios tiveram perda de fertilidade devido a erosão hídrica que ocorreu, esta erosão é uma das principais causas de degradação do

solo, pois remove os nutrientes da camada superficial do solo. Esses danos seriam irreversíveis à sustentabilidade da produção agrícola a longo prazo se não fossem implementadas medidas de recuperação do solo e estratégias de manejo que evitam o agravamento da manipulação do solo em novos episódios extremos de clima. De acordo com o perito da Sanear Ambiental, Rafael de Souza Timbola (2024), a primeira medida necessária se dá pela restauração das matas ciliares, que são as áreas de vegetação que cercam os rios, pois são essenciais na prevenção da erosão em caso de novas enchentes. A descompactação do solo realizada pelos produtores rurais também é crucial para análise do solo, para compreensão da extensão dos danos e uma correção nutricional adequada. O perito também indica o plantio de algumas forrageiras, como amendoim, feijão etc., pois essas plantas ajudam na proteção do solo contra futuras erosões além de auxiliarem na fixação de nutrientes. Essas medidas são vitais para restaurar de forma gradual a produtividade do solo.

A produção leiteira, por outro lado, foi prejudicada pela interrupção das atividades de 7.450 produtores, fator que também serviu para aprofundar ainda mais a crise econômica no setor agropecuário (Emater, 2024). Os dados obtidos no Boletim Evento Adverso, produzido pela Emater na sequência das cheias, são de extrema importância para revelar detalhadamente a dimensão dos danos causados, além de proporcionar material para entender quem foi afetado e de que forma.

O impacto das enchentes no RS foi extremamente agressivo, porém o setor agropecuário não foi o único atingido, muitas pessoas acabaram perdendo a vida. De acordo com o G1, após seis meses do desastre, a última atualização é de que 183 perderam a vida, 27 ainda seguem desaparecidas e cerca de 806 pessoas acabaram feridas. Cerca de 2 milhões de pessoas foram diretamente afetadas, aproximadamente 538 mil ficaram desabrigadas e 76 mil necessitam de abrigo em instalações temporárias. De acordo com a CNN Brasil, através dos esforços de resgate, foi possível salvar mais de 76 mil pessoas e cerca de 11 mil animais. A força tarefa contou com voluntários, com militares das Forças Armadas, Defesa Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Segundo a Agência Brasil, em um balanço divulgado pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas contaram com cerca de 900 militares, incluindo a Aeronáutica, o Exército, a Marinha e agências parceiras, além dos recursos humanos também foram disponibilizados 866 viaturas, 182 embarcações, 30 helicópteros e 4 aeronaves. Além disso, o Ministério da Justiça também relatou a colaboração de 734 agentes nas equipes de resgate, sendo 60 bombeiros e 674 policiais.

1.2 POPULAÇÕES ATINGIDAS

As inundações de 2024 no Rio Grande do Sul demonstraram de maneira contundente os efeitos dos eventos climáticos extremos nas populações mais vulneráveis do estado. Entre os mais de 2,4 milhões de indivíduos afetados, sobressaem-se aqueles que já se encontravam em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, como indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e residentes de áreas urbanas periféricas (Ipea, 2024). Essa parte da população foi a mais impactada pelos efeitos do desastre, prejudicando ainda mais suas condições de moradia, subsistência e acesso a serviços essenciais.

Nas comunidades indígenas, os danos materiais impactaram 80% das aldeias, e 60% relataram perdas em plantações e criação de animais, que são essenciais para a segurança alimentar dessas populações (Relatório Emater/RS-Ascar, 2024). A venda de artesanato, que constitui uma das principais fontes de receita, foi completamente interrompida em razão da destruição das infraestruturas e do isolamento provocado pelas enchentes. De maneira similar, as comunidades quilombolas sofreram perdas significativas em suas lavouras, bens materiais e infraestrutura, o que agravou a insegurança alimentar e dificultou ainda mais o acesso ao mercado de trabalho. Conforme informações da Emater/RS-Ascar, 88% das comunidades quilombolas sofreu impactos diretos, com várias delas situadas em municípios que declararam estado de emergência ou calamidade pública (Emater, 2024).

Os assentamentos da reforma agrária foram severamente impactados, com 7.311 famílias informando prejuízos estruturais e perdas em culturas e criações (Emater/RS-Ascar, 2024). Mais de 10 mil hectares de terrenos foram inundados, afetando a colheita e comprometendo a sobrevivência de diversos trabalhadores do campo. As condições habitacionais também se deterioraram significativamente, com 244 famílias deslocadas, enquanto os estragos em estradas e pontes isolaram comunidades inteiras, dificultando o acesso a serviços essenciais e mercados (Ipea, 2024).

Nas zonas urbanas, as consequências das inundações evidenciaram as desigualdades socioeconômicas existentes. Bairros mais afastados, muitas vezes localizados em áreas de maior vulnerabilidade, foram os mais penalizados. Vários desses residentes sofreram a perda completa de seus bens, enquanto os abrigos provisórios, apesar de fundamentais, mostraram limitações estruturais, como a falta de serviços adequados de saneamento, segurança e assistência psicossocial (Atlas/CNN, 2024). A Secretaria de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul informou que, entre as 75 mil pessoas acolhidas no estado, quase 10% eram idosos, um grupo particularmente vulnerável diante das dificul-

dades climáticas e sociais (Relatório da Defesa Civil do RS, 2024).

As consequências econômicas e sociais para as comunidades afetadas vão além dos prejuízos materiais diretos. Para diversas famílias, a devastação de fontes de renda, como pequenas fazendas e lojas locais, simboliza um retrocesso em anos de avanços - quase sempre, graduais, tímidos e resultado de muita luta. O efeito nas comunidades rurais, por exemplo, abrange não só a diminuição da produção agrícola, mas, também, a degradação da fertilidade do solo em mais de 2,7 milhões de hectares (Emater/RS-Ascar, 2024). Esse elemento prejudica a viabilidade econômica a longo prazo, necessitando de ações imediatas para assegurar a recuperação e a sustentabilidade das regiões impactadas.

A crise gerada pelas inundações evidenciou a necessidade de políticas públicas integradas que levem em conta as particularidades das comunidades. Além da recuperação física, é fundamental assegurar o acesso a recursos financeiros e apoio técnico para que essas populações consigam retomar sua autonomia e restabelecer condições de vida dignas (Zhourí e Castro, 2024). A desigualdade na alocação dos impactos revela as vulnerabilidades já existentes, mas também indica a urgência de uma melhor coordenação entre os diferentes níveis de governo, entidades não-governamentais e a sociedade civil em geral. As enchentes de 2024 servem como um forte aviso de que fenômenos climáticos extremos não são apenas questões naturais, mas também sociais, revelando as falhas estruturais que perpetuam desigualdades e amplificam as crises humanitárias em contextos de calamidade.

1.3 CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS QUE LEVAM A ESSE TIPO E SITUAÇÃO CLIMÁTICA EXTERNA

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos para a sociedade global. O aumento na frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos, impulsionados principalmente pelas atividades humanas, tem levado à busca por soluções coletivas. Nesse contexto, a internacionalização das políticas climáticas surge como uma abordagem estratégica para reduzir seus efeitos e facilitar a adaptação às mudanças no ambiente. Como mencionado anteriormente, há algum tempo, alertas feitos pelos pesquisadores e cientistas sobre novos eventos e as possibilidades de crises vêm sendo ignorados. A crescente frequência e intensidade das tragédias climáticas no RS gera a necessidade de uma resposta contundente e a sensibilização da sociedade sobre os impactos das mudanças climáticas. Afinal, segundo Azevedo (2023), o “Impacto ambiental” está relacionado especificamente aos efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Esses eventos não apenas causam destruição material, mas também destacam a necessidade urgente de implementar medidas preventivas e de tomar decisões informadas, baseadas em dados científicos, para lidar com os eventos climáticos extremos. Conforme apontado por Bobbio (2004), a proteção ambiental e a garantia de condições adequadas para uma vida saudável são direitos fundamentais para assegurar a qualidade de vida e o bem-estar das gerações presentes e futuras. Mas, grande parte desses desastres ocorrem em contextos socioambientais que possuem multidimensões, com inúmeras frentes interconectadas.

Em 2023 ocorreram três eventos climáticos de grandes proporções no RS, evidenciando a vulnerabilidade da região às mudanças climáticas nas regiões da Antártica e da Amazônia. O primeiro desses eventos ocorreu em junho, quando um ciclone atingiu a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a Serra Gaúcha (Serra Geral) e o Litoral Norte, resultando em 16 mortes. Em setembro, um episódio de inundações causou a morte de 54 pessoas, sendo considerado o maior desastre natural da história do estado até aquele momento, afetando principalmente o Vale do Rio Taquari. Apenas dois meses após essa tragédia, grandes volumes de chuva atingiram novamente a região, vitimando mais cinco pessoas, destacando a crescente recorrência e intensidade dos desastres naturais no estado. Em novembro do mesmo ano, cerca de 28 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas devido aos estragos causados pelas fortes chuvas. As áreas mais afetadas foram o Vale do Rio Taquari, a Serra Gaúcha e a RMPA.

Tal cenário já era esperado. Segundo a empresa privada de informação meteorológica Metsul, as chuvas que provocaram as inundações no RS entre o final de abril e maio de 2024 chegaram a superar 1.000 mm em algumas regiões, muito mais do que a média anual do estado, que fica entre 1.299 e 1.800 mm, dependendo da área (Atlas, 2022). O geógrafo Francisco Aquino, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, explica que fatores como as mudanças climáticas, o bloqueio atmosférico no sul do Brasil, o fim do El Niño, o aquecimento dos oceanos e uma onda de calor intensa contribuíram para a quantidade de chuva registrada (IHU, Unisinos, 2024a). O impacto foi grande: o desastre afetou cerca de 222.167 km² do estado, o que é mais que o dobro do tamanho de Portugal ou sete vezes maior que a Bélgica. Ao todo, 418 dos 497 municípios do estado foram atingidos, muitos deles grandes produtores agroindustriais.

A intensidade da tragédia climática evidenciou os riscos de projetos que preveem a remoção do muro de proteção contra as inundações ou até sua adaptação a “formas flexíveis”, como parte de um grandioso projeto urbanístico no Cais do Mauá. Entretanto, a tragédia e os danos por ela cau-

sados, não foram suficientes para que os contratos com o Consórcio Pulsa RS, vencedor da licitação para o desenvolvimento do antigo porto, fossem revisados. De acordo com informações recentes, o consórcio aceitou assinar o contrato, mas propôs uma mudança: priorizar a construção de uma nova proteção contra as cheias, para evitar novos danos na área do Cais. Esse tipo de abordagem reflete uma tendência crescente, observada em grandes desastres, como o Furacão Katrina, que atingiu Nova Orleans em 2005, ou os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), demonstrando como tragédias podem ser usadas como oportunidades para novos projetos e, muitas vezes, para a implementação de medidas que não priorizam a segurança pública ou o meio ambiente.

No RS tem crescido o que Klein (2008) descreve como “capitalismo de desastres”. Esse conceito se refere ao aproveitamento de tragédias como oportunidades para novos negócios, especialmente por empresas de consultoria financeira, que frequentemente veem nesses momentos uma chance de lucrar com privatizações e reformas. Um exemplo disso é a Alvarez & Marsal, especializada em recuperação de empresas e bancos falidos, que ofereceu seus serviços gratuitamente para assessorar na reconstrução de Porto Alegre, com acesso irrestrito aos dados municipais. Seguindo essa linha, o governo do estado também contratou a mesma empresa, além das consultorias McKinsey e Ernst & Young, para formular a “Nova Agenda de Desenvolvimento Gaúcho”. Para tentar resolver o problema do represamento das águas da cheia no Guaíba, causado pelos ventos fortes do sul, que impediam o fluxo normal para a Laguna dos Patos e o mar. Foram apresentadas algumas propostas de engenharia, incluindo a criação de um novo canal para facilitar o escoamento da água acumulada. No entanto, essa sugestão foi amplamente criticada por sua viabilidade questionável e pelos riscos de desequilíbrios ambientais no sistema costeiro-lagunar, levando à sua aparente rejeição até o momento.

No campo científico, o evento serviu como um alerta sobre a crise climática em curso. Em um artigo publicado na *Science*, os pesquisadores Pillar e Overbec (2024) destacaram que as inundações catastróficas no sul do Brasil deveriam ser um aviso para as sociedades de que, apesar do ceticismo ainda presente sobre a mudança climática, é urgente agir em termos de mitigação e adaptação. De janeiro a setembro de 2024, o Brasil também enfrentou outro extremo climático: queimadas, aprofundando o cenário de desastre que já havia sido previsto por cientistas renomados, como Carlos Nobre, por exemplo. Em uma recente entrevista, Nobre expressou sua preocupação com a velocidade da crise climática, afirmando que estamos vivenciando a maior temperatura registrada nos últimos 100 mil anos, um fenômeno que, segundo ele, é “o máximo que já experimentamos”. A tragédia climática nas

regiões de Valência e Barcelona, na Espanha, e outras catástrofes ao redor do mundo confirmam os níveis alarmantes de risco que o planeta enfrenta.

Em outubro de 2024, durante as eleições municipais, o grande debate foi como reconstruir e melhorar a infraestrutura de defesa das cidades afetadas pelas inundações. Em Porto Alegre, a administração municipal foi criticada pela falta de manutenção dos sistemas de proteção, como o das casas de bombas, que deveriam devolver a água ao Guaíba. Mesmo assim, o prefeito Sebastião Melo (MDB) foi reeleito, vencendo Maria do Rosário (PT). Esse resultado foi visto como contraditório, já que Melo governava uma cidade severamente afetada pelas enchentes. O sociólogo Marcelo Kunrath Silva (2024), analisando o papel dos empresários ligados ao prefeito na resposta à catástrofe, identificou mais de 500 ações, incluindo operações de resgates com barcos e jet-skis, doações de materiais, e apoio em abrigos, o que teria sido crucial para a reeleição de Melo. Nesse contexto, o discurso de uma resposta positiva do setor privado à tragédia contrasta com a crítica à suposta ausência do governo federal,¹⁷ sendo amplificada por redes sociais, incluindo plataformas conservadoras de grande alcance.

2 A AÇÃO DO MUDI

2.1 O COMITÊ DE CRISE

As enchentes que devastaram o RS em 2024 não foram, como muitas vezes se tenta narrar, eventos isolados ou espontâneos da natureza, mas sim, manifestações extremas de um sistema climático em colapso, diretamente alimentado por um modelo econômico predatório e uma política climática deliberadamente negligente. Reconhecendo esse cenário, o Museu Diários do Isolamento (MuDI), instituiu, em 10 de maio de 2024, um Comitê de Crise movido pela necessidade de enfrentar não apenas os impactos imediatos da catástrofe, mas os alicerces estruturais que a tornaram possível. De modo que, sua instituição, considera como primordial a integração de saberes e a promoção de engajamento da comunidade acadêmica, além de outras esferas da sociedade.

O MuDI, como espaço de mediação entre as dimensões sociais, científicas e culturais, adota Bruno Latour como uma de suas principais referências. Crítico da separação entre natureza e cultura no paradigma moderno, Latour (2004) ressalta a interdependência entre essas esferas. Ele destaca que a crise ecológica e a governança planetária exigem abordagens que unam ciência, política e sociedade, superando o abismo entre

17 É possível observar as ações do Governo Federal no portal: Balanço reforça apoio incansável do Governo Federal ao Rio Grande do Sul — Secretaria de Comunicação Social

a compreensão dos fenômenos naturais e a regulação da vida social. Para enfrentar essas catástrofes, é necessário integrar o conhecimento científico às experiências e lutas sociais.

O Comitê de Crise do MuDI foi criado com uma abordagem relacional-associativa da crise climática, entendendo eventos como as enchentes no RS em 2024 como reflexos de fatores ambientais, econômicos, políticos e culturais interligados. Seu objetivo principal é fortalecer a resposta do museu a emergências, transformando desafios em oportunidades para promover uma consciência coletiva crítica (Latour, 2004). Para isso, articula ciência, políticas públicas e saberes populares, integrando expertise técnica e as vivências das comunidades afetadas.

Ademais, a decisão por instituir formalmente o Comitê surgiu de dois fatores principais. Primeiro, a constatação de que o negacionismo climático e a negligência institucional exigem iniciativas autônomas, capazes de preencher lacunas deixadas pelas esferas decisórias. Segundo, a percepção de que, enquanto instituição de memória e ciência, o MuDI possui o potencial de agir como um catalisador de debates e possíveis soluções para mitigar os problemas gerados pelas crises. Segundo Rúsio (1989), a interdisciplinaridade é uma reflexão crítica constante na Museologia, alinhando-se à missão do MuDI de integrar diversas áreas do saber para enfrentar desafios contemporâneos. Ao criar o Comitê de Crise, o MuDI reafirma seu compromisso não apenas com a preservação da memória, mas também com a ação ativa no enfrentamento das crises atuais, mantendo-se relevante e conectado às demandas sociais e contribuindo para um futuro mais consciente e sustentável.

2.2 METODOLOGIA DE TRABALHO: A ADAPTAÇÃO DOS MOVIMENTOS

O museu, como um sistema de gerenciamento de informação e de potencial comunicativo, produz novas formas de socialização de experiências e saberes capazes de instrumentalizar seus agentes a partir de uma linguagem própria - museal - (Narloch; Scheiner, 2023) que procura responder aos problemas sociais contemporâneos. Nesse sentido, as exposições e ações educativas/culturais são como pontos de contato entre os museus e os diferentes atores sociais que, no caso do MuDI, são mediados através de estratégias digitais de dialogização. Seu discurso expográfico, neste sentido, é estruturado a partir da perspectiva do movimento, identificando e acolhendo os fluxos e as mudanças inerentes aos processos sociais, sempre em constante transformação. Literalmente denominados “Movimentos”, os nichos temático-discursivos que subdividem a exposição de longa duração

do MuDI¹⁸ são: «Por Dentro da Pandemia»; «Ciência Compartilhada»; «É Fake!»; «Memórias do Isolamento» e «Solidariedade em Rede».

De maneira breve, podemos dizer que o Movimento “Por dentro da Pandemia” foca na seleção e publicação de informações essenciais sobre a pandemia de COVID-19, priorizando fontes confiáveis e seguras para a sociedade em geral. Já o Movimento “Ciência compartilhada” dedica-se à divulgação científica de pesquisas relacionadas ao contexto pandêmico. O “É fake!” tem como objetivo combater a desinformação nas redes sociais, utilizando comparações e análises balizadas por conhecimentos cientificamente comprovados. Por sua vez, o “Memórias do Isolamento” reúne depoimentos de diferentes atores sociais, compartilhando suas perspectivas e experiências durante a crise da COVID-19. Por fim, o Movimento “Solidariedade em Rede” agrupa materiais e informações sobre mobilizações comunitárias e redes de solidariedade que surgiram em resposta aos impactos da pandemia na vida das pessoas, no passado e no presente.

Diante das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, e acompanhando a tendência da Museologia que na contemporaneidade tem se inscrito na busca por justiça social e pela garantia de direitos, humanos e sociais (Tamashiro; Reis, 2023), o MuDI adaptou alguns de seus Movimentos para articular esforços no enfrentamento dos efeitos da crise climática. Essa adaptação, como principal estratégia implementada pelo Comitê de Crise, buscou responder aos desafios da desinformação, promovendo a publicização de fontes confiáveis, estimulando a promoção de redes de reciprocidade e mobilização frente ao desastre socioambiental. De algum modo, já eram práticas recorrentes na atuação do MuDI, contudo, neste contexto, o direcionamento deu-se em razão do caráter emergencial instaurado pelas enchentes, que deixaram diversos gaúchos mortos, desaparecidos, feridos - sem falar nas perdas de casas, escolas, museus e tudo que havia contido nesses espaços.

18 Link para acesso à página do MuDI: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/mudi/>

Figura 1 e 2: Publicações do Instagram @mudiufpel sobre os municípios afetados pelas chuvas em maio de 2024, e como a prevenção poderia mitigar a catástrofe ambiental que acometeu o RS.



Fonte: Acervo MuDI

Logo, em maio de 2024, o Movimento “Por Dentro da Pandemia” passou a chamar-se “Por Dentro das Enchentes”. A partir desta nova abordagem, foi possível coletar, divulgar e comunicar informações que pudessem trazer dados atualizados sobre a dimensão da tragédia em decorrência das chuvas, bem como quais eram as entidades e movimentos sociais que atuaram na linha de frente, quais estratégias seriam necessárias para prevenir e conter este tipo de desastre socioambiental, entre outros. No caso do “Ciência Compartilhada” a produção de conteúdo concentrou-se em aspectos relativos à produção científica que já apontava para a previsão de crises - como essa ocorrida no Rio Grande do Sul -, os desafios da reconstrução das cidades no estado, os impactos das mudanças climáticas em diferentes regiões do Brasil, sobretudo.

Figura 3 e 4: Publicações do Instagram @mudiupel sobre a falsa alegação de que bombeiros esconderam veículos aquáticos durante os resgates, e a divulgação da campanha Ajuda Trans RS.



Fonte: Acervo MuDI

O Movimento “É Fake!” atuou no combate às inúmeras notícias falsas que circulavam nas redes sociais. Algumas, dentre tantas, dessas chamadas *fake news* foram: a de que a Receita Federal havia apreendido aeronaves que traziam doações para o estado; a de que os bombeiros gaúchos estariam escondendo veículos aquático como *jet skis* que seriam usados nos resgates; a de que o Governo Federal importaria arroz de plástico de origem chinesa; a de que o uso de drones seriam proibido no Rio Grande do Sul para evitar que a população contestasse o poder público sobre o número de mortos etc.

Por fim, “Solidariedade em Rede” foi o Movimento que se juntou aos esforços para que diversas iniciativas comunitárias tivessem a devida visibilidade e alcance. Neste sentido, foram feitas postagens de divulgação e pedido de apoio a campanhas como “Ajuda TRANS #RS” - uma rede de solidariedade para ajudar as pessoas transgênero afetadas pelas enchentes; além de campanhas de arrecadação de alimentos, materiais de higiene pessoal e roupas em diferentes entidades e organizações da sociedade; campanhas de manutenção de eletrodomésticos danificados pelas enchentes através de instituições de ensino e tecnológicas; bem como a divulgação de abrigos de pessoas e animais domésticos.

3 RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS

3.1 ANÁLISE E IMPACTOS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL

A partir da adaptação dos Movimentos, por meio das redes sociais, em especial o Instagram¹⁹, o MuDI passou a compartilhar dados relevantes, promover as ações de solidariedade e engajou-se no combate à desinformação. A análise dos resultados obtidos a partir dessas ações evidencia a importância de uma comunicação efetiva e o papel dos museus em contextos de crise. A atuação do Museu foi marcada por uma estratégia intensa e direcionada, que incluiu 54 postagens no *feed*, complementadas por *stories* interativos e parcerias estratégicas. Apesar de um início com altos índices de engajamento nas primeiras semanas, a análise revelou desafios relacionados à frequência de publicações e ao desempenho do algoritmo, fornecendo um panorama importante para futuras campanhas e desdobramentos das ações.

Um dos destaques foi a análise do engajamento por Movimento (Figura 1). As postagens do Movimento “Solidariedade em Rede” responderam por 45% do total dos engajamentos, refletindo uma forte virtual-conexão com o público ao abordar iniciativas de apoio comunitário e campanhas práticas de solidariedade.

Figura 5: Gráfico em pizza de Engajamento por Movimento.



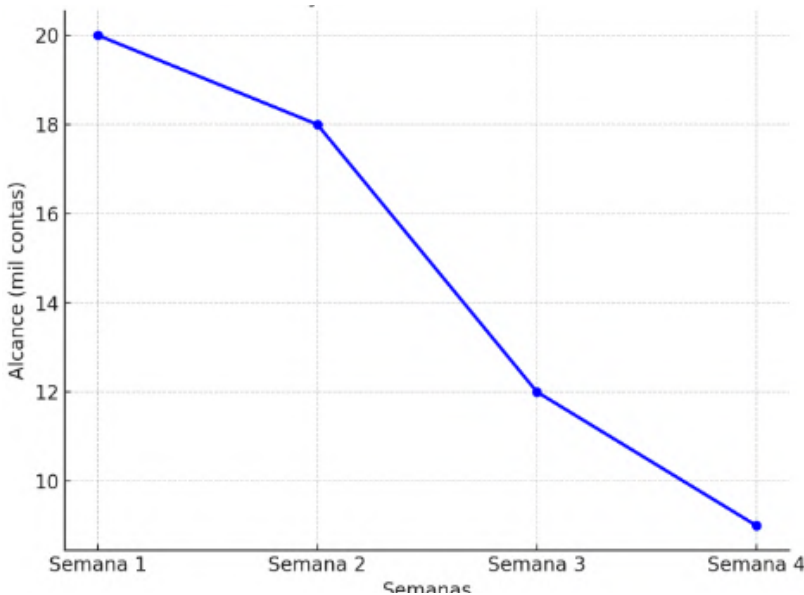
Fonte: Museu Diários do Isolamento.

¹⁹ Disponível em: @mudiufpel

O engajamento emocional e a relevância local dessas postagens explicitam sua alta performance, especialmente em um contexto no qual a mobilização comunitária era urgente. O Movimento “É Fake” obteve 35% do engajamento total, mostrando como o combate à desinformação atraiu a atenção de maneira significativa, fortalecendo o papel do MuDI como uma fonte confiável de informações. Em contraste, os demais Movimentos tiveram uma reverberação mais modesta, indicando que a abordagem adotada pode não ter despertado tanto interesse ou relevância para o público.

Em seguida, a evolução de alcance semanal, representado por um gráfico de linha (Figura 2), ilustra uma queda consistente ao longo das semanas. Na primeira semana, as publicações atingiram cerca de 20 mil contas, mas esse número diminuiu gradualmente, alcançando apenas 9 mil na última semana.

Figura 6: Gráfico em linha de Evolução de Alcance Semanal.



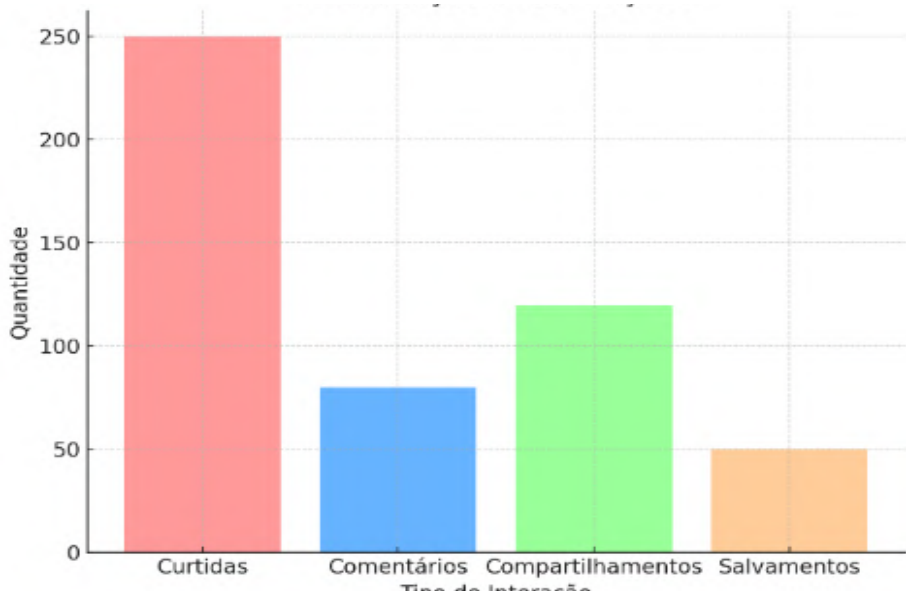
Fonte: Museu Diários do Isolamento

Essa redução foi diretamente influenciada pela frequência elevada de postagens, com cerca de três por dia, o que pode ter saturado o algoritmo do Instagram, comprometendo assim a entrega dos conteúdos. Esse padrão evidencia a necessidade de equilibrar volume e relevância nas publicações. O excesso de postagens pode ter dificultado a identificação, por parte do algoritmo, dos conteúdos mais importantes, além de sobrecarregar o público

com um “excesso” de informações. Uma solução, avaliada como importante, é a adoção de uma frequência reduzida e focada, priorizando horários estratégicos para publicações e conteúdos de maior impacto e relevância.

A análise de distribuição de interações (Figura 3) revelou que as curtidas foram o tipo de engajamento mais recorrente, somando 250 interações. Isso reflete um padrão comum em redes sociais, onde o público realiza interações rápidas e espontâneas. Os compartilhamentos, com 120 interações, indicam que o conteúdo conseguiu mobilizar os seguidores a divulgar as postagens para outros públicos, especialmente nos casos das campanhas de solidariedade e desmentidos de notícias e informações falsas.

Figura 7: Gráfico de Distribuição de Interações.



Fonte: Museu Diários do Isolamento.

No entanto, comentários (80) e salvamentos (50) foram menos expressivos, o que sugere que as publicações não estimularam tantas respostas aprofundadas ou ações práticas de longo prazo. Para aumentar esses números, uma possibilidade é a utilização estratégica de perguntas abertas nas legendas, maior uso de depoimentos ou informações práticas que incentivem os salvamentos. A análise visual desses dados também revelou outros fatores significativos. O engajamento maior nas primeiras semanas coincidiu com as publicações de conteúdos que apresentavam maior apelo visual e local (Figura 4), além de estar em um momento de significativa mobilização. Isso reforça a ideia de que em momentos de crise, conteúdos

visualmente atrativos e de fácil assimilação tendem a obter melhores resultados. Além disso, as postagens colaborativas, que mencionaram outros perfis de parceiros ou instituições, demonstram ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e fortalecer as redes de apoio.

Figura 8: Publicações do Instagram @mudiufpel com apelo visual e local.



Fonte: Museu Diários do Isolamento.

É possível afirmar, a partir das métricas, que as ações realizadas pelo MuDI evidenciam um importante papel na construção de uma dinâmica participativa e conectada com o público, especialmente em contextos de crise. Embora os desafios, como frequência de publicação e o algoritmo das redes sociais, tenham impactado no desempenho, a metodologia adotada demonstrou a capacidade do Museu de mobilizar e engajar seu público de maneira significativa. Uma comunicação sensível às necessidades da comunidade, aliada a um uso estratégico das redes sociais, pode não apenas ampliar o alcance do Museu, mas também criar um espaço de diálogo, reflexão e transformação social, elementos presentes na missão da instituição.

3.2 DESDOBRAMENTOS E NOVAS AÇÕES

Como desdobramento das ações realizadas pelo MuDI, foi produzida uma obra audiovisual intitulada “Qual o impacto da desinformação?”, publicada dentro da programação do Dia do Patrimônio em agosto de 2024. A produção, disponível no canal do YouTube do Museu²⁰, contou com a participação de dois pesquisadores da área da informação. Essa iniciativa não apenas deu continuidade às discussões sobre os desafios enfrentados durante as enchentes no Rio Grande do Sul, mas também ampliou o debate sobre um tema de extrema relevância: a desinformação e seus impactos em contextos de crise.

Em situações de emergência, como desastres climáticos, a propagação de notícias falsas e desinformação cresce exponencialmente, dificultando a coordenação de ações e ameaçando a segurança das populações mais vulneráveis. Para Gragnani (2021), a desinformação assume uma dimensão mais perigosa em contextos de crise, ao explorar o medo e a incerteza das pessoas, prejudicando o acesso a informações vitais e atrasando respostas eficazes. Além disso, Alves e Maciel (2020), destacam que o consumo de informações falsas em plataformas digitais é especialmente suscetível à manipulação algorítmica, tornando-se um terreno fértil para a disseminação de conteúdos falsos. Em crises, essa dinâmica compromete a construção de uma esfera pública informada e enfraquece os esforços coletivos para a recuperação da sociedade. Neste sentido, a produção audiovisual buscou ser uma ferramenta para o esclarecimento acerca do tema.

Outro desdobramento significativo é a idealização da próxima exposição de longa duração do MuDI, prevista para inauguração em maio de 2025. A exposição, intitulada provisoriamente de “Reminiscências: Do Isolamento ao Desolamento”, está sendo desenvolvida no momento da escrita deste artigo, para marcar um ano das trágicas enchentes e deslizamentos de terra no Rio Grande do Sul. Inspirada na obra de Mário Quintana, escrita após os eventos climáticos de 1941, a exposição busca não apenas retratar o que foi perdido, mas também dar um foco às diferentes narrativas construídas na mídia e a resiliência e força das comunidades atingidas. Combinando uma abordagem artística e documental, a exposição tem como objetivo funcionar como um memorial que convida o público a refletir acerca da urgência de respostas coletivas às mudanças climáticas.

A exposição está sendo concebida com base nas ações realizadas pelo Comitê de Crise do MuDI, reconhecendo a necessidade de manter vivo

20 Produção audiovisual disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTpAWEWGmLA>

o debate sobre os eventos climáticos extremos e seus impactos. A partir das avaliações e análises das métricas e do público, identificaram-se fatores cruciais que norteiam o planejamento da exposição: o engajamento emocional, a questão da desinformação e a apresentação de dados informacionais factuais. Esses elementos estão sendo considerados indispensáveis para a abordagem da temática de maneira significativa e impactante. A exposição se dará em formato online no site do Museu e contará com uma série de ações educativas complementares para ampliar o alcance e a promoção da acessibilidade.

Ao tratar temas como este o MuDI se compromete a cumprir sua função social, se posicionando como um espaço de diálogo, reflexão crítica e transformação social. Segundo Oliveira e Chagas (2008), os museus contemporâneos devem ser espaços vivos, comprometidos com as demandas sociais, culturais e ambientais de suas comunidades, promovendo reflexões e ações que vão além de suas paredes físicas. Neste sentido, por meio da exposição - e demais ações realizadas - o Museu reafirma seu compromisso com sua missão em transformar memórias e histórias coletivas em instrumentos para a promoção da cidadania e do engajamento público frente aos desafios climáticos. Diante disto, museus não são apenas repositórios, mas espaços políticos que dialogam com o presente, questionam desigualdades e impulsionam mudanças concretas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos as ações implementadas pelo Museu Diários do Isolamento (MuDI) no contexto das enchentes que devastaram, no primeiro semestre de 2024, o estado do Rio Grande do Sul. Fundamentalmente por meio do estabelecimento de um Comitê de Crise, tal museu operou uma adaptação de sua estrutura discursivo-expográfica, especialmente no que tange à exposição de longa duração, de modo que ela pudesse redirecionar toda atenção para a crise.

A Museologia contemporânea, em suas mais diversas correntes teóricas, defende que os museus, mais além do que instituições de preservação de acervos, são instâncias profundamente comprometidas em agir na construção de um mundo mais inclusivo, diverso e socialmente justo. Neste horizonte, a preocupação com o meio ambiente é indispensável. De maneira que, do ponto de vista museológico, a abordagem sobre um evento climático extremo, como essas cheias – já classificadas como a maior catástrofe da história do RS –, deve considerar diferentes dimensões do fenômeno, incluindo a perspectiva de quem, de múltiplas formas, o vivencia diretamente.

Procuramos evidenciar aqui a abrangência da catástrofe, demonstrando, através de dados quantitativos, os principais danos, materializados na perda de vidas e nos inúmeros prejuízos econômicos, sociais, culturais, entre outros. Neste sentido, enfatizamos que em situações de crise não só se aprofundam como, também, se explicitam as desigualdades que eivam nossa sociedade. Em escala global, é possível perceber que regiões que sofreram com séculos de colonização, e ainda sofrem com a colonialidade como corolário, são exponencialmente mais afetadas pelas mudanças climáticas. Estudos atuais, como o que resultou no relatório *State of the Climate in Africa*, de 2023 da OMM, demonstram que há uma relação direta entre a proporção do impacto do clima com os níveis de desenvolvimento na Ásia, América Latina e, especialmente, na África, onde, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), em 2024, mais de 5 milhões de pessoas foram afetadas por enchentes de grandes proporções, o triplo do registrado no ano anterior, acentuando as crises humanitárias previamente existentes²¹.

O próprio caso das inundações no RS é representativo de como tais fenômenos precisam ser encarados para além do aspecto natural. Afinal, o que explicaria o fato de que pessoas negras, pobres, quilombolas e indígenas, sobretudo, tenham sido as principais vítimas? Em mapa²² desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles²³ fica claro que as áreas economicamente menos favorecidas foram as mais atingidas. No que tange à situação dos quilombolas, todas as 6,8 mil famílias do RS sofreram com as enchentes, em grande medida, em razão de estarem em localidades onde o acesso é precário, assim como as condições de infraestrutura sanitária²⁴. Além disso, sendo o estado da Federação com o 12º maior contingente de indígenas²⁵, o RS teve mais de 16 mil pessoas, de diferentes etnias, diretamente impactadas²⁶.

21 Ver em: <https://www.wam.ae/pt/article/145ghcc-mais-cinco-milh%C3%B5es-pessoas-%C3%A1frica-ocidental?utm_source=chatgpt.com>.

22 Ver em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>

23 Criado em 1996, trata-se de uma rede de pesquisa e articulação acadêmica no Brasil que estuda e analisa as dinâmicas urbanas e metropolitanas, com foco nas desigualdades socioespaciais e nos processos de urbanização.

24 Ver em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/quinze-quilombos-estao-totalmente-isolados-pelas-chuvas-no-rs>>.

25 Segundo dados do Censo IBGE 2022. <Ver em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>.

26 Ver em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/relatorio-da-sesai-indica-que-mais-de-16-mil-indigenas-foram-impactados-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul?utm_source=chatgpt.com>.

A cidade de Pelotas, sede da UFPel, instituição na qual se vincula o MuDI, no auge da crise – em maio de 2024 –, foi palco de um episódio que atesta como o racismo ambiental opera sobre as minorias sociais, sendo mais um fator de aprofundamento de desigualdades. Durante 6 horas, um condomínio considerado de alto padrão, fazendo uso de um duto clandestino, despejou água, que se acumulava em seus lagos artificiais, em uma avenida que dá acesso ao Canal São Gonçalo, que já estava, naquela altura, com volumes próximos ao limite, o que representava risco iminente de um transbordamento que inundaria, de maneira catastrófica, diversas regiões do município. Não por coincidência, um dos territórios que beira o Canal é o Passo dos Negros, onde há uma grande concentração de população de baixa renda²⁷.

Com efeito, as ações propostas pelo Comitê de Crise do MuDI levaram em conta a multidimensionalidade e o caráter social da crise. A partir de uma perspectiva relacional-associativa, com vistas à articulação de saberes, promoção de diálogo e reflexão/ação crítico-reflexiva, o Museu buscou, ao mesmo tempo, informar e combater a desinformação; implementar uma dialógica científica, bem como, fomentar redes de mobilização e solidariedade. Como visto anteriormente, práticas já recorrentes no MuDI, mas que nesta circunstância específica ganha contornos direcionados à sua compreensão e possibilidades de ação cidadã e transformadora.

A análise dos impactos de nossa comunicação digital, por meio das métricas relativas às postagens em redes sociais e demais atividades, deixou claro, todavia, que apesar de podermos considerar que os resultados apontam para o potencial dialógico-comunicativo deste e de qualquer museu regido pelos valores listados mais acima, ainda há muito a ser desenvolvido deste potencial. Ademais, inúmeros desafios ainda se impõem relativos à construção de dinâmicas comunicacionais mais inclusivas e participativas, bem como ao entendimento e manobra das lógicas algorítmicas que regem o território digital.

No momento em que finalizamos a escrita deste texto, numerosas notícias repercutem uma constatação alarmante: em 2024, pela primeira vez na história, o mundo rompeu a marca crítica de aquecimento de 1,5 °C. Este dado foi disponibilizado pela Copernicus Climate Change Service (C3S)²⁸, organismo da União Europeia responsável por monitorar as mudanças climáticas.

27 Ver, entre tantas opções na mídia, em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/nacional/policia-retira-duto-clandestino-usado-para-escoar-agua-de-condominio-em-pelotas-rs/>><https://www.estadao.com.br/brasil/policia-e-acionada-e-duto-que-transferia-agua-de-condominio-para-avenida-em-pelotas-e-retirado-nprm/?srsId=AfmBOoJoHxkvUERc-fk6YnNinEgc9Opi-BZ5miNBg2njGNcUQ2vP-_o>

<<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2024-05-24/condominio-luxo-duto-comunidade-rs.html>>

28 Ver em: <<https://climate.copernicus.eu/2024-track-be-first-year-exceed-15oc-above-pre-industrial-average>>

Apesar de estar relacionado a fatores “naturais”, a ação humana é destacada como determinante. Na contramão do que seria necessário para tentar evitar o que para muitos já é quase inevitável²⁹, nações industrializadas, principais responsáveis pela produção do caos ambiental atual, como Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Arábia Saudita – só para citar alguns – reafirmam posturas negacionistas em relação à crise, se declarando contra o cumprimento das obrigações climáticas, especialmente estabelecidas no Acordo de Paris³⁰.

Enquanto isso, no desfecho do ano de 2024 – marcado indelevelmente na memória da população gaúcha como um dos mais dramáticos da história – se registram incontáveis tragédias mundo afora, flagelando especialmente – mas não só –, como vimos destacando até aqui, as minorias sociais historicamente fragilizadas. Vejamos alguns casos relativos somente ao mês de dezembro: um terremoto de magnitude 6,9 atingiu o sudoeste do Japão, tendo ocasionado risco de tsunami; o ciclone Chido causou mortes e destruição nas Ilhas Mayotte, departamento ultramarino francês localizado entre o oceano Índico e o canal de Moçambique; e para voltarmos ao Brasil, podemos mencionar que a persistente seca na Amazônia gerou queimadas de grandes proporções, tendo sido, dentre outros fatores, responsável por uma violenta onda de calor em São Paulo e demais regiões, com temperaturas ultrapassando 40 °C.

2025, ano em que o Acordo de Paris completa seu décimo aniversário, inicia com o desafio imposto, sobretudo às próximas gerações, denominadas por Araújo e Andrade (2025) como “overshoot”, de já estarem condenadas a viver sob condições de calor sem precedentes. Portanto, nesta quadra histórica marcada por toda sorte de incertezas, advindas, por exemplo, do aprofundamento da crise do capitalismo liberal, da ascensão mundial da extrema direita neofascista, da eleição de Donald Trump com sua retórica negacionista e prometendo dismantelar regulações no campo da proteção ambiental, a luta é pelo reconhecimento da urgência da crise e pela defesa dos direitos ambientais – que passa pelos direitos humanos, certamente. É fundamental valorizar o conhecimento científico, fomentando seu diálogo com saberes e experiências ancestrais, tradicionais, não normativas, comunitárias, entre outros tipos de participação. Os museus, neste sentido, têm importantes contribuições a serem dadas, trabalhando de maneira colaborativa a consciência ambiental, intrinsecamente atrelada à crítica sociocultural, premissas que moveram o MuDI em suas ações no contexto das cheias no RS, conforme procuramos debater aqui.

29 Conforme apontam diversos pesquisadores mencionados em: <<https://www.dw.com/pt-br/mundo-rompe-pela-1%C2%AA-vez-a-marca-cr%C3%Adtica-de-aquecimento-de-15-%C2%Bac/a-71264049>>.

30 Ver em: <https://www.dw.com/pt-br/eua-se-declaram-contr-obriga%C3%A7%C3%B5es-clim%C3%A1ticas-em-tribunal-da-onu/a-70965196#:~:text=Maior%20emissor%20de%20gases%20poluentes,por%20na%C3%A7%C3%B5es%20vulner%C3%Aiveis%20ao%20clima>

REFERÊNCIAS

- ANDRIA, A.; SOUZA, O.; PASCUOTTE, T. **A culpa não é das chuvas - solidariedade ao Rio Grande do Sul**. Hora do Povo, 10 maio 2024. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/a-culpa-nao-e-das-chuvas-solidariedade-ao-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. **O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto**. Revista Internet & Sociedade, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 144-171, jan. 2020. Disponível em: <<https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/o-phenomeno-das-fake-news-definicao-combate-econtexto.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- AMARAL, L. Tudo sobre as melhores práticas para hashtags no Instagram: confira todas as dicas. **RockContent**, 2018. Disponível em: <<https://rock-content.com/br/blog/hashtags-no-instagram/>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- ARAÚJO, M.; ANDRADE, P. Crise climática já condena uma geração inteira a nascer e viver sob condições de calor sem precedentes. **The Conversation**, 15 jan. 2025. Disponível em: <<https://theconversation.com/crise-climatica-ja-condena-uma-geracao-inteira-a-nascer-e-viver-sob-condicoes-de-calor-sem-precedentes-247432>>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- ATLAS/CNN. População atingida pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Atlanta: CNN, 2024. Disponível em: [site consultado]. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
- CHUVA que levou às enchentes no Rio Grande do Sul superou 1000 mm. **Metsul**, 2 jun. 2024. Disponível em: <<https://metsul.com>>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- CNN Brasil. Enchente no RS: veja lista atualizada com os nomes dos mortos e desaparecidos. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchente-no-rs-veja-lista-atualizada-com-os-nomes-dos-mortos-e-desaparecidos/#:~:text=Em%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20ga%C3%BAcho,estado%20contabiliza%20o%20indiv%C3%ADduos%20feridos>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- CHAGAS, Gustavo; LAMAS, João Pedro. Seis meses após enchentes, RS ainda tem 27 desaparecidos. **G1 RS**, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/11/17/seis-meses-apos-enchentes-rs-ainda-tem-27-desaparecidos-e-muito-dolorido-diz-sobrinho-de-casal-de-idosos.ghml>>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- DEFESA CIVIL DO RS. **Relatório sobre as enchentes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, 2024.
- DE OLIVEIRA, Emerson Dionisio Gomes; CHAGAS, Mário de Souza. Há uma

- gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SP: Argos, 2006. **Cadernos de História**, v. 3, n. 1, p. 122-124, 2008.
- EMATER/RS. **Boletim evento adverso: impacto das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024**, n. 01. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sis-perdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- EMATER/RS-ASCAR. **Relatório de perdas referente às chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul – maio de 2024**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2024. Disponível em: [arquivo fornecido]. Acesso em: 22 nov. 2024.
- GRAGNANI, Juliana. **O livro das fake news: guia para ajudar você a não cair em desinformação**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2021.
- IPEA. **Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024.
- JORGE, Roberlaine. Depoimento: prevenção e conscientização poderiam ter minimizado catástrofe ambiental no RS. **The Conversation**, 7 maio 2024. Disponível em: <<https://theconversation.com/depoimento-prevencao-e-conscientizacao-poderiam-ter-minimizado-catastrofe-ambiental-no-rio-grande-do-sul-229572>>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.
- KUNRATH, Marcelo. **Enchentes no Rio Grande do Sul consolidam conservadores em Porto Alegre, diz sociólogo**. Entrevista concedida a Amanda Audi. Agência Pública. Disponível em: <Enchentes no Rio Grande do Sul consolidam conservadores em Porto Alegre. Entrevista com Marcelo Kunrath - Instituto Humanitas Unisinos - IHU>. Acesso em: 17 de jan. 24.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 412 p. (Coleção Ciências Sociais). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/156/156/304>>. Acesso em: 10 out. 2024.
- LIMA, Ricardo Araújo; DOS SANTOS, Ana Ailema Moraes; DE ALENCAR ARRAIS, Bruna Zita. Governança climática transnacional e direitos fundamentais: desafios e atores na mitigação dos impactos das mudanças climáticas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 4031-4048, 2024.
- KLEIN, Naomi. A ascensão do capitalismo do desastre. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 2008.
- MÁXIMO, Wellton. Número de pessoas resgatadas no Rio Grande do Sul chega a 20 mil. **Agência Brasil**, Brasília, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/numero-de-pessoas-resga>>.

- tadas-no-rio-grande-do-sul-chega-20-mil>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- NARLOCH, Charles; SCHEINER, Teresa Cristina. Reflexões atuais sobre o museu-espetáculo: entre a cultura de massa e o dispositivo de mediação. **XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, Aracaju-SE, 2023. Disponível em: <<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1592/1306>>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- PILLAR, Valério; OVERBEC, Gerhard. Learning from a climate disaster: the catastrophic floods in southern Brazil. **Science**, v. 385, n. 6713, set. 2024. DOI: 10.1126/science.adr8356. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.adr8356>>. Acesso em: 14 set. 2024.
- POR águas de chuvas e de lágrimas: Rio Grande do Sul bathed by rainwater and tears. **Revista Brasileira de Meio Ambiente & Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 151-164, 2024.
- RIOGRANDE DOSUL. Decreto n.º 57.596, de 1º de maio de 2024. Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-57596-2024-rio-grande-do-sul-declara-estado-de-calamidade-publica-no-territorio-do-estado-do-rio-grande-do-sul-afetado-pelos-eventos-climaticos-de-chuvas-intensas-cobrade-1-3-2-1-4-ocorridos-no-periodo-de-24-de-abril-a-1-o-de-maio-de-2024>>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- RÚSSIO, W. J. S. **Museologia e Interdisciplinaridade**: uma reflexão crítica. São Paulo: Annablume, 1989.
- TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva; REIS, Maria Amélia. Museu como palco de relações e de múltiplas intersecções: o espaço expositivo como zona de contato. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 334-347, 2023. DOI: 10.26512/museologia.v12i24.46975. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/46975>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- TIMBOLA, Rafael de Souza. Como recuperar o solo após as enchentes no RS? Entrevista concedida à revista Planeta Campo, 2024. Disponível em: <<https://planetacampo.canalrural.com.br/agricultura/imagens-de-satelite-ja-mostram-degradacao-do-solo-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- ZHOURI, A.; CASTRO, J. Mudanças climáticas e justiça ambiental no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2024.

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 14/04/2025

NAVEGANDO EM “ÁGUA TURVA”: VEICULAÇÃO DO ROMANCE EM CONTRASTE À REALIDADE SOBRETUDO AMBIENTAL

SAILING IN “ÁGUA TURVA”: VEICULATION OF THE ROMANCE IN CONTRAST TO REALITY, ESPECIALLY ENVIRONMENTAL

Airton Pott¹

Ivânia Campigotto Aquino²

RESUMO

Autores da literatura contemporânea brasileira têm se mostrado preocupados em escrever narrativas que sejam inspiradas em pessoas, lugares e acontecimentos reais. No conjunto de obras, há o romance *Água turva*, escrito pela autora gaúcha Morgana Kretzmann, que aborda questões ambientais no cenário do Parque Estadual do Turvo, no Rio Grande do Sul. Considerando a pertinência de problematizar a temática e discutir acerca do papel do leitor literário e suas funções, este trabalho investiga a recepção do romance por leitores que se manifestam a respeito da relação entre texto e contexto, com base na teoria da recepção e do efeito estético. Nesse sentido, está fundamentado nos estudos de Iser (1999), Eco (1994), Manguel (2009), Piglia (2006), Candido (2006), Koch e Elias (2008). Os resultados indicam o papel das mulheres na sustentabilidade, consciência ambiental e a aceitação do romance por se tratar de uma narrativa baseada em um espaço geográfico real.

Palavras-chave: *Água turva*. Cenário gaúcho. Meio ambiente. Leitura. Recepção.

ABSTRACT

Authors of contemporary Brazilian literature have been concerned about writing narratives that are inspired by real people, places and events. In the set of works, there is the novel “Água turva”, written by the Gaúcho author Morgana Kretzmann, which addresses environmental issues in the setting of the Parque Estadual do Turvo, in Rio Grande do Sul. Considering the

1 Doutorando, bolsista CAPES, em Letras pela UPF/RS. Mestre em Letras pela UPF/RS. Graduado em Letras Espanhol pela UFPEL/RS e em Língua Portuguesa e Respektivas Literaturas pela UNIJUI/RS. Professor efetivo nas redes públicas de ensino do Estado do Rio Grande do Sul e do município de Condor/RS, atuando 20 horas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Condor/RS.

2 Possui graduação em Curso de Letras pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em Letras - Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutorado em Letras - Estudos de Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutorado em Letras - Estudos de Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, é professora Titular III da Universidade de Passo Fundo, atuando no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras, e professora efetiva da rede municipal de ensino de Passo Fundo, atuando na Secretaria Municipal de Educação. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, crítica literária, romance, história e leitura.

relevance of problematizing the theme and discussing the role of the literary reader and its functions, this work investigates the reception of the novel by readers who express themselves about the relationship between text and context, based on the theory of reception and aesthetic effect. In this sense, it is based on studies by Iser (1999), Eco (1994), Manguel (2009), Piglia (2006), Candido (2006), Koch and Elias (2008). The results indicate the role of women in sustainability, environmental awareness and the acceptance of the novel as it is a narrative based on a real geographic space.

Keywords: *Água turva. Gaucho scenery. Environment. Reading. Reception.*

INTRODUÇÃO

Cenários geográficos e problemáticas sociais a eles relacionadas têm chamado a atenção de escritores para inspirarem suas escritas. Sob essa percepção, o romance *Água turva*, da escritora gaúcha Morgana Kretzmann, influencia as definições de tema, protagonismo e função social da literatura contemporânea ao ambientar a história narrada no Parque Estadual do Turvo, onde há o Salto do Yucumã, ao longo do Rio Uruguai, no limite entre o Brasil e a Argentina, e onde se encontra o último reduto da onça-pintada no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, investigar a recepção dessa obra possibilita analisar a formação de consciência do leitor sobre questões de meio ambiente a partir da natureza ameaçada no Estado que passou, recentemente, por fortes desafios frente às tragédias encontradas em virtude das enchentes.

Neste sentido, amparamos o trabalho na teoria da estética da recepção e do efeito estético, principalmente nos estudos de Wolfgang Iser (1999), para compreendermos as manifestações de leitores a respeito do romance *Água turva*, considerando também o contexto real ao qual ele está inserido. Também recorremos à teoria de Umberto Eco (1994), que nos ampara inclusive sobre a relação entre realidade e ficção guiada pela narrativa, e também aos estudos de Candido (2006), Piglia (2006), Manguel (2009) e Koch e Elias (2008), os quais direcionam seus estudos, de alguma forma, para a leitura.

Com essa contribuição teórica, buscamos selecionar uma rede que nos permitisse diferentes análises e compreensões a respeito do romance selecionado e, assim, chegamos à rede social Skoob, que contém resenhas de leitores, uma vez que nos restringimos a considerar as resenhas especificamente a respeito de *Água turva*, já que este romance é o que subsidia nossas investigações aqui propostas. Assim, amparamo-nos em estudos acerca da recepção do texto e da manifestação dos leitores para conseguirmos analisar as manifestações acerca de *Água turva* a partir do corpus selecionado, buscando resultados que contribuam para os estudos acerca da leitura e do leitor de textos contemporâneos que tenham lugares reais como base para inspirar a ficção, como é o caso de *Água turva*.

1 RECEPÇÃO DO TEXTO E MANIFESTAÇÃO DOS LEITORES NA MÍDIA: VEICULAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ao adentrarmos na teoria do efeito estético do texto, sob os preceitos de Wolfgang Iser (1999), deparamo-nos com o papel ativo do leitor, o qual está diante do texto e age sobre ele conforme suas habilidades e possibilidades, demarcando um desbravamento único a cada leitor no ato da leitura, pelo fato de cada sujeito possuir seu próprio contexto e suas características particulares, demarcando o caráter de indeterminação do texto no ato da leitura por parte de seu receptor. Neste jogo do texto, escrito pelo autor, e recebido pelo leitor, encontramos conceitos que nos permitem refletir sobre a veiculação de informações, atualizadas pelo leitor mediante a leitura e recepção do texto.

Diante dessa série de operações e indeterminações que se manifestam na interface entre texto e leitor, sobretudo pelo fato de o receptor do texto ser sujeito atuante sobre aquilo que lê, surgem ainda mais peculiaridades quando se trata de um texto ficcional. Com relação a isso, norteamos nossa pesquisa a partir da seguinte indagação de Eco (1994, p. 137): “Mas, se a atividade narrativa está tão intimamente ligada à nossa vida cotidiana, será que não interpretamos a vida como ficção, e, ao interpretar a realidade, não lhe acrescentamos elementos ficcionais?”.

Ao refletirmos sobre tal questionamento, considerando o texto literário, compreendemos que o caráter de indeterminação do texto está imbricado à dualidade instaurada entre a realidade e a ficção, ao reconhecermos, enquanto leitores, fatos e marcas do mundo real presentes no texto ficcional. Contudo, ao verificarmos a teoria da estética da recepção do texto, percebemos que a indeterminação do texto é muito mais ampla e, na teoria de Iser (1999), está associada a outros atos e conceitos, dos quais daremos conta de abordar apenas em parte neste estudo.

Diante da complexidade do âmbito ficcional, sobretudo pelo seu caráter de indeterminação, recorremos a Eco (1994, p. 131) para compreender o papel do leitor e sua relação com o texto: “Na ficção, as referências precisas ao mundo real são tão intimamente ligadas que, depois de passar algum tempo no mundo do romance e de misturar elementos ficcionais com referências à realidade, como se deve, o leitor já não sabe muito bem onde está” (ECO, 1994, p. 131).

Logo, o fato de o leitor não saber precisamente onde está diante do texto ficcional, que possui presença de fatos e elementos reais, requer que o receptor do texto realize algumas ações para que possa compreender melhor e se localizar com relação ao texto e àquilo que mais lhe pertence e forma, remetendo-nos novamente à teoria do efeito estético e aos elementos essenciais de tais estudos aprofundados por Iser (1999, p. 113):

Os lugares indeterminados devem ser eliminados e os elementos potenciais devem ser atualizados. Ambas as operações quase não são sincronizadas. Se então os lugares indeterminados são preenchidos ou complementados, isso não significa para Ingarden que eles se transformariam em estímulos para a atualização dos elementos potenciais. Pois quem atualiza esses elementos é a emoção original; no fundo, é ela o início do processo específico da experiência estética. Ela provoca aquela turbulência no leitor que dá partida à atividade constitutiva e só se tranquiliza quando produz o objeto estético.

Amparados na teoria de Iser (1999), evidenciamos que as emoções do leitor possuem fundamental importância e influência diante do caráter de indeterminação do texto, haja vista que elas o conduzem e se manifestam no ato da leitura e recepção do texto. Nesse sentido, podemos afirmar que as emoções dos leitores estão condicionadas aos elementos potenciais do texto, um agindo sobre o outro, mutuamente, pois os elementos potenciais são os que direcionam o leitor e suas emoções.

Diante disso, entendemos que, mesmo sendo independentes dos lugares indeterminados, os elementos potenciais possibilitam ou ao menos auxiliam no preenchimento daqueles. No entanto, isso depende mais do entendimento e direcionamento do leitor do que do texto em si, pois as informações estão no texto, mas as inferências são feitas pelo leitor. Sendo assim, o receptor do texto tem autonomia para decidir quais posições adotar e se simpatizará com o texto ou não, ou partes dele, assim como identificar-se ou não com determinadas personagens.

Tudo isso, porém, parte de dois princípios: a trajetória de vida do leitor, bem como a influência e indução do autor. No entanto, esse último não tem controle sobre o leitor, o qual pode ou não receber o texto conforme esperado e almejado pelo autor. Por isso, “na verdade, espera-se que os autores não só tomem o mundo real por pano de fundo de sua história, como ainda intervenham constantemente para informar aos leitores os vários aspectos do mundo real que eles talvez desconheçam” (Eco, 1994, p. 100).

A respeito da ficção inspirada na realidade, reiteramos que o real representado na narrativa está muito mais contaminado de ficção do que parece. No entanto, isso não significa que a ficção é uma mentira, pelo contrário, conforme recorreremos às palavras de Eco (1994, p. 81): “O leitor tem de saber que o que está sendo narrado é uma história imaginária, mas nem por isso deve pensar que o escritor está contando mentiras”. Logo, a ficção não é inferior à realidade, mas sim uma maneira diferente de representar o que aconteceu na realidade.

Nessa relação entre realidade e ficção está o leitor, que se sente motivado e identifica aspectos de sua realidade ou de realidades sobre as quais tem conhecimento a partir da realização da leitura do texto ficcional, acendendo suas memórias, lembranças, o que nos faz lembrar do leitor ideal, teorizado por Manguel (2009, p. 34): “O leitor ideal é um leitor cumulativo: sempre que lê um livro ele acrescenta uma nova camada de lembranças à narrativa”. Essas camadas de lembranças despertadas no leitor a partir do texto de determinado autor caracterizam o caráter mediador do texto, da obra, o que é reforçado por Candido (2006, p. 85-86):

Se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre autor e obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela lhe é *mostrada* através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição do autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação. Sem o público, não haveria ponto de referência para o autor, cujo esforço se perderia caso não lhe correspondesse uma resposta, que é definição dele próprio.

Ao considerarmos as palavras de Candido (2006), percebemos a importância da relação entre autor e leitor, e a preocupação que o primeiro deve ter com o segundo, pela relação de interdependência que existe entre eles. Afinal, “o reconhecimento da posição do escritor (a aceitação das suas ideias ou da sua técnica, a remuneração do seu trabalho) depende da aceitação da sua obra, por parte do público” (Candido, 2006, p. 87).

Quando enfocam sobre a interação autor-texto-leitor, Koch e Elias (2008, p. 11) enfatizam que a leitura “se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo”. Nesses vieses, o texto pode ser caracterizado como um meio de comunicação e interação entre autor e leitor, mesmo que esses sujeitos não estejam no mesmo espaço e tempo.

Afinal, o autor comunica-se pelo texto, e o leitor recebe esse texto e o atualiza conforme sua compreensão, atualizando, dessa forma, o texto. Iser (1999), com sua teoria sobre o efeito estético do texto no ato de leitura, explana sobre essa concepção do leitor ser um sujeito ativo, atuante no processo de a leitura ser uma ação, e outorga ao leitor funções que vão além da recepção do texto. A atualização do texto conforme a imaginação, os conhecimentos, as vivências e a consciência do leitor possibilita que este atribua novas significações ao texto de outrem, conforme as expectativas e perspectivas do leitor. Com relação a isso, trazemos algumas definições teóricas de Iser (1999, p. 147):

Desse modo, no processo da leitura, o ponto de vista apenas focaliza determinados segmentos das perspectivas e a perspectivização, portanto, salta de um segmento para outro, transformando a sucessão temporal e heterogênea numa sequência de equivalências. As perspectivas enquanto sistema perspectivístico indicam diferentes relações com o objeto intencionado; daí segue que nenhuma delas é capaz de representar integralmente o objeto estético do texto. Ao contrário, o objeto só se constitui graças às relações que se estabelecem entre elas.

Diante desse contexto aprofundado por Iser (1999), considerando o sistema perspectivístico do leitor com relação ao texto, compreendemos que as perspectivas do leitor estão ligadas ao texto por diferentes elementos, acarretando diferentes perspectivas, como, por exemplo, a perspectiva do leitor referente ao narrador, dividida em perspectiva do autor e do personagem do narrador; perspectiva dos protagonistas, que se divide nos polos de herói e personagens secundárias; a perspectiva do leitor fictício, que se divide em posição explicitada e a ele atribuída e em atitude implícita que ele deve tomar quanto a essa posição.

Muitas dessas perspectivas que o leitor alimenta, considerando suas expectativas com relação àquilo que espera ou imagina encontrar no texto, estão ligadas também às intencionalidades do autor, que muitas vezes, pretenciosa e estrategicamente, lança pistas e informações no texto visando envolver o leitor. Portanto, “escritor e obra constituem, pois, um par solidário, funcionalmente vinculado ao público” (Candido, 2006, p. 87). E esse vínculo é que influencia no desencadeamento do fascínio do leitor pelo texto, o que ratificamos nas palavras de Eco (1994, p. 137):

E, assim, é fácil entender por que a ficção nos fascina tanto. Ela nos proporciona a oportunidade de utilizar infinitamente nossas faculdades para perceber o mundo e reconstituir o passado. A ficção tem a mesma função dos jogos. Brincando, as crianças aprendem a viver, porque simulam situações em que poderão se encontrar como adultos. E é por meio da ficção que nós, adultos, exercitamos nossa capacidade de estruturar a experiência passada e presente.

Além do mais, essa experiência entre passado e presente, abordada por Eco (1994), com relação à ficção e às situações desencadeadas por ela, é possível graças às emoções do leitor, sobre as quais já mencionamos aqui, e, ao mesmo tempo, remetem ao sociocognitivo do sujeito. Segundo Koch e Elias (2008, p. 21), “a leitura e a produção de sentido são atividades

orientadas por nossa bagagem sociocognitiva: conhecimentos da língua e das coisas do mundo (lugares sociais, crenças, valores, vivências)”. Em outras palavras, a leitura e a escrita são resultantes de quem somos e do que somos formados ou somos capazes de imaginar. Além do mais, o que imaginamos não surge de um nada, pois é motivado por algo que está em nossa consciência ou até mesmo no inconsciente. Somos, portanto, dotados de conhecimento e imaginação.

Nessa perspectiva, conhecimento e imaginação são possíveis em virtude de um contexto, sendo que “**o contexto** é, portanto, **um conjunto de suposições**, baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizadas para a interpretação de um texto” (Koch; Elias, 2008, p. 64. Grifos do autor). Dessa forma, somos incitados a pensarmos no poder de persuasão, de convencimento, do qual o autor se apropria. Quando ele quer destinar seu texto a um grupo seletivo de leitores, ele tende a escrever estrategicamente, com palavras e recursos que satisfaçam as expectativas daquele público. E quando o autor visa a um público mais abrangente, ele utiliza outros recursos.

Diante disso, acentuamos que cada texto requer habilidades e competências do autor, a fim de que o máximo de leitores seja conquistado por aquela escrita, ou então, que eles, ao menos, correspondam ao esperado pelo autor. No entanto, mesmo que o autor tente influenciar os leitores e passar as informações conforme tenciona, ele não possui completo domínio sobre eles, afinal, eles têm seus próprios conhecimentos, suas próprias expectativas. O que não impede, porém, que o autor queira atingir o leitor ideal, que é aquele, segundo Manguel (2009, p. 36), que “quer chegar ao final do livro e ao mesmo tempo saber que o livro jamais terminará”.

Contudo, antes de compreendermos o que é o leitor ideal, conceituado por Manguel (2009), refletimos sobre o que é um leitor. Parece uma indagação simples, mas, consoante Piglia (2006, p. 25), “a pergunta ‘o que é um leitor?’ é, sem sombra de dúvida, a pergunta da literatura. Essa pergunta a constitui, não é externa a si mesma, é sua condição de existência”. O mesmo teórico, buscando uma resposta, afirma que “a resposta a essa pergunta – para benefício de todos nós, leitores imperfeitos porém reais – é um texto: inquietante, singular e sempre diverso” (Piglia, 2006, p. 25).

Ao considerarmos a inquietude, a singularidade e a diversidade do texto ficcional, compreendemos que o leitor busca o diferente, o que lhe falta, o que pode lhe motivar e ao mesmo tempo modificá-lo de alguma forma, mas ao mesmo tempo, ele encontra algo que já conhece, que lhe permite realizar comparações e identificações com aquilo que já conhece. A respeito disso, Piglia (2006, p. 25) enfatiza que “sempre existe algo de inquietante, ao mesmo tempo estranho e familiar, na imagem concentrada de alguém

que lê, uma misteriosa intensidade que a literatura fixou inúmeras vezes. O sujeito se isolou, parece separado do real”.

Entretanto, o leitor, diante do texto estranho e ao mesmo tempo familiar devido à sua complexidade e composição, age sobre o texto e realiza comparações daquilo que encontra no que lê com o que já conhece, estabelecendo relações e conexões, o que intensifica ainda mais o papel da literatura. Conforme as palavras de Candido (2006, p. 84):

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo.

Ao analisarmos essa ideia de Candido, principalmente na sua conceitualização a respeito da atuação da literatura no tempo, nos damos conta de que “a leitura se opõe a outro universo de sentido. A outra maneira de construir o sentido, melhor dizendo. Habitualmente, o que o sujeito está deixando de lado é um aspecto do mundo, um mundo paralelo” (Piglia, 2006, p. 36-37).

Sendo assim, a leitura transporta o leitor para o universo da imaginação, a qual motiva a atuação do leitor sobre o texto, permitindo que o receptor do texto realize sua atualização, ao mesmo tempo em que o texto causa efeitos no leitor. Segundo Iser (1999, p. 140), “o efeito causado pela tensão nos faz imaginar a informação por ora não dada sobre a continuação da trama. Ao levantar perguntas como ‘o que acontecerá?’, intensificamos nossa participação nos acontecimentos”.

Portanto, as indagações que surgem ao longo da leitura do texto e a atualização do texto por meio da leitura ocorrem porque o leitor está em um espaço-tempo diferente do momento em que o texto foi escrito, ao passo que cada um tem suas próprias características, afinal, duas ou mais pessoas jamais terão exatamente as mesmas características. Logo, começa ali a base para possíveis e diferentes interpretações e indagações. Nesse sentido, propomo-nos a investigar sobre a recepção do romance *Água turva*, da gaúcha Morgana Kretsmann, que trata de acontecimentos em meio a um cenário social e sobretudo ambiental que se passa no Rio Grande do Sul, evidenciando acontecimentos históricos ocorridos recentemente, o que é um dos nossos enfoques de análises nas resenhas de diferentes internautas da Rede Social Skoob.

2 ÁGUA TURVA CONTRACENADO COM A REALIDADE SOB O OLHAR DOS LEITORES NAS MÍDIAS

Após selecionarmos as resenhas na Rede Social Skoob³, passamos a analisá-las individualmente, considerando a situação atual do Rio Grande do Sul e sua representatividade no romance *Água turva*. Assim, conseguimos traçar um paralelo a respeito tanto do cenário de fronteira do Brasil, no território gaúcho, o qual passou recentemente por um forte impacto devido às enchentes que atingiram consideravelmente parte do Rio Grande do Sul e também sobre uma das maiores belezas naturais do planeta que está localizada no Estado, o Parque Estadual do Turvo, no qual está inserido o Salto do Yicumã, que é considerado a mais extensa queda longitudinal do mundo, com cerca de 1800 metros. Neste sentido, encontramos nas resenhas da Skoob uma mistura de elementos do romance *Água turva* comparados à realidade, a exemplo da resenha representada na Figura 1:

Figura 1: resenha de internauta da Skoob a respeito de *Água turva*

Arre, Sarampião! 10 considerações sobre *Água Turva*, de Morgana Kretzmann

1 - Tendo como espaço central a área da reserva do Parque do Turvo no Rio Grande do Sul e protagonizado por um trio de personagens femininas fortes, *Água Turva* vai da ecocrítica à análise política, numa crítica contundente e espelhada em acontecimentos reconhecíveis de nossa história recente. Tudo isso numa narrativa marcada pela construção de cenas intensas carregadas de ação e muita tensão;

2 - Embora tenhamos falado em um trio de protagonistas, a bem da verdade, a dupla formada por Olga, uma jornalista que é o elo de ligação com o Brasil profundo e os gabinetes políticos, odiada em sua terra natal e Chaya, uma guarda-florestal herdeira da família Sarampião e seu legado, tanto em defesa da natureza quanto das tragédias que lhes acompanham, acabam tendo maior impacto que a renegada Preta, prima de Chaya e raiz profunda de uma série de problemas manipulados e controlados pelo poder central da política;

3 - Nesse sentido, podemos dizer que existem algumas frentes de observação da narrativa. Uma, a relação da família Sarampião e a mitologia construída a partir do desaparecimento do patriarca no Turvo. Esse patriarca, arre, Sarampião será a válvula de realismo mágico que abastece o romance e também fonte de tragédias e desencontros de visões acerca do espaço mítico que é a floresta, no caso da família, marcado à sangue pelas traições e descaminhos que ocorrem. A relação dos Sarampião com o Turvo servirá de certo modo como base de ligação e relação da comunidade local com a reserva

site: <https://www.listasliterarias.com/2024/03/arre-sarampiao-10-consideracoes-sobre.html>

Fonte: Skoob (2024)

Já no início da resenha, esse internauta da Skoob evidencia que o espaço central da narrativa é o Parque do Turvo, mencionando inclusive o nome do Estado, e logo na sequência revela o protagonismo feminino de *Água turva*, formado por três personagens que ele adjetiva como sendo for-

3 “Somos a maior rede social do Brasil criada especialmente para quem ama ler. Junte-se aos mais de 9 milhões de leitores e compartilhe experiências literárias”. <https://www.skoob.com.br/>.

tes. Ainda no primeiro parágrafo, o internauta revela a presença de críticas sociais e ambientais presentes no romance de Morgana Kretzmann associadas à realidade e aos acontecimentos, que, conforme afirma em sua resenha, são reconhecíveis da história recente no Rio Grande do Sul.

Além do mais, esse cenário familiar do Parque do Turvo, cenário do romance *Água turva*, marcado pela construção de cenas intensas e carregadas de ação e tensão, conforme o próprio internauta da Skoob acentua em sua resenha, marcam aquilo que teoricamente amparamos em Piglia (2006) quando ele reitera que há algo de inquietante e ao mesmo tempo estranho e familiar àquele que lê o texto. E, no caso desse romance e sua relação com a realidade desse lugar gaúcho, isso fica nítido para aqueles que conhecem o Parque do Turvo e vivenciaram ou acompanharam o que aconteceu devido às recentes fortes enchentes.

Entretanto, no segundo parágrafo de sua resenha, o leitor detém-se à descrição e caracterização de duas das personagens principais, Olga e Chaya, que possuem características bem distintas. Olga é uma jornalista com vínculo à política e Chaya é uma guarda florestal que defende a preservação do Parque, pois possui laços afetivos profundos com o local, uma vez que é da família Sarampião, que possui seu legado vinculado ao Parque do Turvo. Preta, contudo, a terceira protagonista da narrativa, é mencionada pelo internauta da *Skoob*, que possui parentesco com Chaya e que é vítima de manipulações de políticos.

Mencionadas as protagonistas e rapidamente caracterizadas pelo internauta da Skoob, na sequência da resenha há uma descrição de complicações que surgem no enredo de *Água turva*, inclusive o desaparecimento do patriarca da família Sarampião no Parque do Turvo, que abre espaço para o realismo mágico devido aos mitos que se instauram, sobretudo ligados a elementos sobrenaturais. Ao mesmo tempo, *Água turva* abre espaço em seu enredo para conflitos sociais e políticos ligados à preservação ameaçada do Parque do Turvo, o que também é preocupação de outros internautas da Skoob, mesmo aqueles que registram comentário curto a respeito de *Água turva*, como é o caso da resenha encontrada a seguir.

Figura 2: resenha de internauta da *Skoob* a respeito de *Água turva*

De tirar o fôlego!

Livro incrível, da querida Morgana Kretzmann!

“Água Turva” é uma trama hipnotizante e magnética. Daqueles livros que nos fazem prender a respiração.

Com temática ambiental e com inúmeras referências à governos recentes, “Água Turva” é um livro muito necessário. Um thriller genuinamente brasileiro. Diria que é impossível não se sentir atraído, pois ficção e realidade quase se misturam.

Fonte: *Skoob* (2024).

Água turva, para o seu leitor, internauta que registrou a resenha representada na Figura 2, é destacado como sendo “de tirar o fôlego”, presumindo tal caracterização ter sido atribuída pelo fato de o romance conter uma trama que, conforme ele mesmo adjetiva, é hipnotizante e magnética pelo fato de conter a narração de uma história com temas e conflitos ligados a uma realidade ambiental, social e política muito relevante dentro do Estado do Rio Grande do Sul e inclusive no País.

Afinal, no próximo parágrafo de sua resenha, o internauta da *Skoob* revela que *Água turva* é um livro necessário por tratar de conflitos brasileiros atrelados a elementos ficcionais. A respeito dessa relação entre realidade e ficção, e o fascínio que esta tende a despertar no leitor, Eco (1994) já nos amparou teoricamente afirmando que a ficção proporciona uma percepção oportuna a respeito do mundo e uma reconstituição do passado e, no caso de *Água turva*, uma representação e visão a partir da realidade retratada no romance. Tal fenômeno místico e ficcional está ligado também ao vento, o qual recebe atenção poética pelo internauta da *Skoob* que tem sua resenha representada na Figura abaixo:

Figura 3: resenha de internauta da *Skoob* a respeito de *Água turva*

Água Turva, de Morgana Kretzmann

Do vento vibra a viva voz da proteção, que enaltece a vida livre, longe dos humanos. é onde corpo se desfaz pra passar a ser onipresente, como bicho atento a afrontar perigo — de também presença ao espaço todo. como num chamado, entre dores e denúncias, três elos são tragados pelo turvo na única trilha possível de os unir, de verdade; elos, entre mulheres guerreiras, em campo, mata, e política. é ao vento que lutam, é pelo vento que se pactuam, é no vento que se abrigam, é com o vento que contra-atacam.

da premiada autora morgana kretzmann, o livro se passa principalmente no parque estadual do turvo, no rio grande do sul, onde se situa o salto do yucumã, a mais extensa queda d'água longitudinal do mundo. alternado com saltos temporais, água turva narra a história de três mulheres que possuem ligação na infância/adolescência e que retomam contato quando adultas, anos depois de atos de violência as terem separados. paralelamente, enraizado às personagens, se conta da longa briga familiar que culminou em diversas mortes por ódio e vingança, justamente quando surge o ser mítico e protetor do parque. assim, as angústias aqui são meros acasos quando é do próprio fim de que se trata; do tipo de morte que se alastra, consuma e acaba.

Fonte: *Skoob* (2024).

Consoante o internauta da Skoob registra em sua resenha, o vento é o elemento que une as protagonistas, adjetivadas por ele como mulheres guerreiras, que lutam no campo, na mata e na política, conforme o internauta afirma, e nós inferimos que se refere às lutas delas pela preservação do Parque do Turvo. Afinal, enquanto no primeiro parágrafo de sua resenha, o internauta da Skoob volta seu texto para o vento relacionado ao enredo de *Água turva*, no segundo parágrafo ele se direciona também à descrição da realidade do Parque do Turvo. E, na sequência, volta para os conflitos encontrados no romance. Portanto, temos elementos potenciais (termo que verificamos em Iser, 1999) que são identificados e atualizados pelos diversos leitores, a exemplo do receptor que registrou as seguintes impressões a respeito de *Água turva*:

Mais do que um thriller

Um livro que vai além de um thriller. Passa pela questão política, pela questão ambiental e por relacionamentos familiares (sanguíneos e por afinidade).

Em "*Água turva*", conhecemos a história de uma jornalista em busca de perdão e redenção - de vários fatos passados (que não falo aqui para não dar spoiler), além de reconstrução e resgate de sua própria história. Ela trabalha no gabinete de um deputado empenhado na construção de uma hidrelétrica, com tudo que uma obra desse porte acaba envolvendo: corrupção e impactos ambientais são as primeiras coisas que lembramos, né? (Por que será?)

Gostei da escrita da autora, o único ponto que me confundiu um pouco foi o grande número de personagens importantes (questão resolvida com a elaboração de árvores genealógicas durante a leitura - ajudadas inclusive pela lista de personagens logo no começo do livro, ao estilo do que acontece em peças). Quando pus no papel cada uma das personagens, tudo fluiu mais fácil!

Arrê, Sarampião!

Fonte: Skoob (2024).

Ao analisarmos a resenha representada na Figura 4, percebemos no título dela e no início do primeiro parágrafo a palavra *thriller*, que, em sua definição significa um texto narrativo com suspense, tensão. Conforme considerado por este leitor, *Água turva* é mais que um thriller. Logo, presumimos que o suspense e a tensão envoltos ao romance de Morgana Kretzmann despertaram a atenção e curiosidade do leitor, que tendem, aliás, causar no leitor o que Iser (1999) chama de turbulência, ou seja, o que é desconhecido, inesperado ao receptor do texto e, ao mesmo tempo, pode incomodá-lo de alguma forma, mexer com ele.

Seguindo a leitura da resenha, percebemos que, logo na sequência do seu texto, o internauta da Skoob menciona a política e o meio ambiente, bem como as relações humanas e pessoais, o que nos leva a inferir que a ênfase na questão do suspense e da tensão dada pelo internauta é devido à presença destes temas e a forma como Kretzmann conduz eles ao longo do enredo. Na continuidade da resenha, o internauta registra, em um parágrafo, um pequeno resumo a respeito do romance.

Contudo, no próximo e último parágrafo, o internauta da *Skoob* registra suas impressões a respeito do estilo de escrita da autora, salientando que a grande quantidade de personagens importantes confundiu-o um pouco. Porém, ao elaborar registros escritos, pode entender com facilidade e a leitura passou a fluir melhor. Sob nosso entendimento, tais reações de leitores ocorrem de forma natural diante de vários personagens importantes em uma trama, pois tende a confundir e dividir a atenção do leitor.

Sem embargo, ao registrar que a leitura passou a fluir ao elaborar seu próprio esquema a respeito de *Água turva*, o internauta da *Skoob* revela que a leitura fluiu, levando-nos a compreender que também esse receptor do romance teve uma boa aceitação dele, reportando-nos à teoria de Candi-do (2006), o qual ressalta sobre os impactos da aceitação das ideias e da técnica para a aceitação de um texto. Tal teoria também nos ampara na análise da resenha representada abaixo:

Figura 5: resenha de internauta da *Skoob* a respeito de *Água turva*

A água é turva, mas nossa visão também

O livro é muito bem escrito. Consegue manter a atenção do leitor do início ao fim. Lembra as séries de streaming que te dão a sensação de que não pode parar de acompanhar a história.

Outro mérito do livro é trazer um pouco da realidade para a ficção. Como exemplo, algumas localidades, como o Parque Estadual do Turvo e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Alguns personagens e episódios da história também lembram a realidade, mas entra no estilo “turvo” do livro, não tão transparente como a água potável.

A obra certamente é importante para a autora, já que fala do lugar onde ela viveu seus primeiros anos de vida, sendo possível imaginar que existe um pouco de auto-biografia dela nessa obra.

“Água Turva” aborda os mais variados temas da vida humana, sendo o mais significativo o tema ambiental. A importância desse tema pode ser exemplificada com a tragédia que está ocorrendo no momento que escrevo essa resenha que são as enchentes no estado do Rio Grande do Sul. Justamente o estado que se passa a maior parte da obra.

Assim, posso dizer que a obra é contemporânea, já que trata sobre temas fundamentais para a humanidade.

Um aspecto importante no livro é justamente sobre o título, “Água Turva”. Assim como esperamos que a água seja transparente, o leitor espera que a obra ficcional seja de fácil compreensão ao leitor. Mas a leitura é turva, não por ser difícil, mas por justamente conforme se vai avançando na história, vai se notando que alguns fatos da história não ficam totalmente contextualizados ao leitor. É a proposta da escritora, que é válida, mas acabou indo além do que o leitor poderia esperar, visto a fluidez que tem a leitura.

O livro “Água Turva” é uma obra que vale a pena ser lida pelos temas que aborda e pela boa escrita realizada pela autora. Recomendo também por mostrar uma parte do Brasil pouca conhecida pela maioria das pessoas. Espero que seja lido também por quem vive na região retratada, já que o livro desenvolve com qualidade, uma obra ficcional na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Fonte: *Skoob* (2024).

Diante de uma resenha com vários parágrafos, percebemos, ao longo dela, que esse internauta da *Skoob* traz em seu texto vários assuntos re-

lacionados ao romance *Água turva*. Já no início da resenha, o leitor registra que o romance prende a atenção do leitor em virtude de ser um bom texto. Depois, volta para a imbricação entre a ficção e a realidade representada nela, mencionando ser sobretudo ao espaço físico da realidade na qual se passa boa parte da história de *Água turva*, citando o Parque Estadual do Turvo e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Além do mais, esse internauta da Skoob também escreve a respeito da importância que *Água turva* deve ter para a autora devido à relação da vida dela com o lugar em que se passa a história narrada, dizendo que imagina existir informações da biografia da autora no romance. Respal damos tais identificações teoricamente na teoria de Eco (1994) quando este afirma sobre a mistura de elementos ficcionais com referências à realidade, e o quanto isto pode confundir ou marcar o leitor.

Ao seguir refletindo em sua resenha a respeito da relação entre realidade e a ficção em *Água turva*, o internauta da Skoob reporta-se para a situação vivida recentemente no Rio Grande do Sul, que foi a grande quantidade de enchentes que atingiu inúmeros municípios desse Estado, causando inúmeras tragédias. Entretanto, o internauta da Skoob registra em sua resenha que essa relação com a realidade deixou-o com vontade de saber mais sobre fatos reais.

Sendo assim, tal reação confirma aquilo que Eco (1994) já reforçou teoricamente, sobre o fato de que leitores tendem a querer que o autor tome o mundo real como base para a ficção e ainda o informe sobre os acontecimentos, o que pode não só misturar realidade e ficção, mas confundir os leitores, os quais podem esquecer, inclusive, que estão lendo um texto ficcional.

Após as várias argumentações a respeito principalmente da relação entre a presença da realidade e a ficção em *Água turva*, o internauta da Skoob conclui que o romance merece ser lido pela abordagem dos temas e também pela qualidade da escrita. O desejo desse internauta é que os moradores da região onde se passa a história leiam o livro. Logo, se esse leitor não é do Rio Grande do Sul, sobretudo dessa região, é natural a manifestação que registrou anteriormente em sua resenha, de querer saber mais informações da realidade desse local, por mais que talvez este não tenha sido um propósito da autora.

Figura 6: resenha de internauta da *Skoob* a respeito de *Água turva*

Isa 10/05/2024  minha estante

Excelente análise, despertou-me o interesse pela leitura, bastante oportuna para o momento. Já pelo título chama a atenção e digo que seria um típico título clariceano, e como você bem descreve a fluidez da escrita, imagino que possa haver uma influência presente. Tenho me inclinado bastante à literatura local e a admiro pelo pertencimento que ela evoca e por uma vivência do lugar que somente pode se transpor em palavras se considerarmos as singularidades nele presentes. Sem contar que há muita poética na turbidez, mais ambígua e misteriosa que a água cristalina, mais suspensa e verdadeira que a pureza inalcançável... sinto se tratar de uma ótima obra para se mergulhar de cabeça

Ariel 12/05/2024  minha estante

Ótimas observações Isadora! O livro cumpriu com as minhas expectativas. Literatura local e contemporânea são urgentes e fundamentais nessa nova realidade que a humanidade vive.

Fonte: *Skoob* (2024).

Da mesma forma que encontramos na *Skoob* resenhas sobre o romance *Água turva*, também encontramos alguns comentários de internautas a respeito dessas resenhas, a exemplo dos que dispomos na Figura acima. Conforme podemos verificar, o primeiro internauta expressa sua concordância com a resenha à qual se refere, manifestando que ela despertou sua vontade de ler o texto.

Tal fato nos leva aos conceitos de perspectivas e perspectivizações, de Iser (1999), que, nesse caso, referem-se ao romance *Água turva*, mas a partir de uma resenha a respeito dele, em que um internauta coloca suas perspectivas e expectativas no romance com base em uma resenha. Esse movimento cíclico atende às demandas de uma rede social de leitores, cuja circulação de informações tende a influenciar demais participantes e buscadores da rede, no caso a *Skoob*, formando uma grande rede de leitores conectados uns aos outros por meio dela.

Na continuidade do primeiro comentário representado na Figura 6, percebemos a busca desse internauta por textos que partam da realidade como base para o texto ficcional. Aliás, essa expectativa da realidade de um local no texto ficcional é confirmada pelo internauta que registrou o segundo comentário em resposta ao anterior. Este, por sinal, confirma que *Água turva* correspondeu às suas expectativas, fazendo-o indicar a leitura do romance devido à presença da realidade e da literatura local e contemporânea, as quais são, segundo ele, urgentes e fundamentais.

Assim, cada resenha tem sua especificidade, mas muitas possuem pelo menos a menção a respeito da realidade local representada no romance, como é o caso do internauta cuja resenha representamos na Figura 7:

Figura 7: resenha de internauta da *Skoob* a respeito de *Água turva*

Morgana Kretzmann nos brinda com uma história eletrizante onde três mulheres fortes e determinadas, que se afastaram umas das outras por conta de trágicos acontecimentos do passado e vários mal entendidos, voltam a se encontrar e lutar, juntas pela preservação do Parque Estadual do Turvo, no interior do RS.

A reserva ambiental Parque do Turvo, e a comunidade que o cerca, correm sério risco de serem dizimados devido ao projeto de construção de uma hidrelétrica.

Estas três mulheres são:

Chaya Sarapião ? segue a profissão de guarda florestal, exercida por seu bisavô, o icônico Sarapião e luta contra a caça indiscriminada e predatória.

Preta Sarapião ? prima de Chaya, chefe dos Pies Rubros, um grupo de caçadores e contrabandistas.

Olga Befreien ? jornalista, colega de infância de Chaya, assessora parlamentar que descobre os planos por trás do projeto da Hidrelétrica Gran Roncador.

Nossas três heroínas vão ter que se virar para provar que o projeto é um engodo, que serve mais para propiciar desvio de verbas públicas em benefício de alguns poucos políticos e empresários, do que produzir energia para a população.

A história segue um ritmo investigativo, com muitos diálogos, suspense, ótimos plots, boas pitadas de magia, em um contexto muito atual.

A construção narrativa tem um quê de reportagem e um quê de roteiro e durante a leitura chegamos a visualizar as ações, as personagens e sonhar com uma adaptação.

Morgana é, também, roteirista, e soube aproveitar brilhantemente seu talento e conhecimento para construir uma trama complexa, muito bem amarrada, que nos prende até o final.

Vale demais a leitura.

Fonte: *Skoob* (2024).

Constatamos, na resenha acima, a focalização desse internauta nos personagens protagonistas, que, assim como outros internautas já evidenciaram, é formado por três mulheres fortes que passam, ao longo do enredo, por vários acontecimentos trágicos, mas que não desistem de lutar pela preservação do Parque Estadual do Turvo. Assim, nos próximos parágrafos da resenha, o internauta da *Skoob* escreve brevemente sobre o Parque e também sobre cada uma das três personagens principais.

Logo na sequência, o internauta da *Skoob* comenta sobre o tema político encontrado em *Água turva*, que está presente devido a um projeto e a desvio de verbas públicas. E tal contexto faz com que a história tenha, conforme também acentua o internauta da *Skoob*, um caráter investigativo, com suspense. Nesta perspectiva, somos acometidos pela teoria de Koch e Elias (2008), que, assim como já trouxemos em nossos estudos teóricos, afirmam sobre o contexto ser mobilizador da interpretação do texto e estar associado aos conhecimentos da língua e das vivências do mundo.

Portanto, identificamos em nossas análises que as resenhas de internautas da *Skoob* a respeito do romance *Água turva* abordam aspectos rele-

vantes sobretudo comparado à realidade do cenário gaúcho representado no texto ficcional. Assim, percebemos a seriedade da autora em tal abordagem, identificada pelos seus leitores, manifestaram suas compreensões nas resenhas encontradas na Rede Social Skoob, contribuindo, dessa forma, para as propagações de informações acerca de *Água turva*, uma vez que cada internauta acentuou temas e aspectos que lhe despertou a atenção e interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista aos estudos que almejamos e realizamos, concluímos, ao longo das análises das resenhas, que cada internauta imprimiu suas percepções ao romance *Água turva*, registrando suas impressões e tecendo paralelos sobretudo com a realidade ambiental e climática da região onde se passa a história narrada, evidenciando a relação desse texto ficcional com sua inspiração em um lugar real. Afinal, a bagagem sociocognitiva de cada sujeito permite as diferentes interpretações e compreensões, associadas àquilo que o leitor já conhece por meio de suas vivências e leituras prévias.

Conforme pudemos verificar, o sujeito leitor não está isolado do mundo, nem sequer o texto, e por isso é natural que leitores estabeleçam relações com diferentes exemplos, fatos e episódios, formando uma grande teia de conexões, unindo conhecimentos e experiências. Logo, *Água turva*, por ser um romance escrito por uma gaúcha, com cenário no Rio Grande do Sul, respeitando contexto histórico e geográfico desse Estado, sobretudo referindo-se ao Parque Estadual do Turvo, principal cenário do romance de Morgana Kretzmann.

Enfim, *Água turva* é um romance que permite várias compreensões e reações a seus leitores ao tratar de diferentes temas e personagens complexos, que possuem características marcantes. E, ao analisarmos as resenhas dos internautas da Skoob, constatamos que a maior parte desse público receptor do romance teve argumentos positivos a respeito dele, muitos inclusive indicando a leitura por tratar de temas importantes na realidade contemporânea, sobretudo por tratar de temas ambientais importantes.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. In.: _____. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, p. 83-98.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Tradução de Johannes Kretschmer. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 95-198.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAg3XcAC/koch-ingedore-ler-compreender-os-sentidos-texto#>. Acessado em 02 de março de 2019.
- KRETZMANN, Morgana. *Água Turva*. São Paulo: Companhia das letras, 2024.
- MANGUEL, Alberto. Notas para uma definição do leitor ideal. In: MANGUEL, Alberto. *À mesa com o Chapeleiro Maluco: ensaios sobre corvos e escrivainhas*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 33-37.
- PIGLIA, Ricardo. “O que é um leitor?”. In: PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. Trad. Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19-37.
- SKOOB. [Rede social]. *Água turva*. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/resenhas/122412190/edicao:122414548>. Acesso em 14 de julho de 2024.

Recebido em: 07/10/2024

Aceito em: 01/11/2024

ARTIGOS

O “DISTRICTO DE VIAMÃO”: UM LUGAR COLONIAL ESQUECIDO

EL “DISTRITO DE VIAMÃO”: UN LUGAR COLONIAL OLVIDADO

Antonio Soares¹

RESUMO

A partir dos conceitos de lugar e de esquecimento discutidos pelas ciências sociais, o presente artigo apresenta parte de uma pesquisa histórica e arqueológica sobre lugares coloniais em andamento. Ao considerar indícios de esquecimento como artefatos e relacioná-los ao contexto espaço-temporal, demonstra que a recontextualização dos vestígios pode dar novo sentido a outros artefatos e lugares vinculados. Apresenta uma hipótese sobre o topônimo “Viamão”, considerando que a percepção dos agentes históricos tratou os lugares colonizados numa escala muito maior que foi presumida pela historiografia tradicional, cujo paradigma formado a partir do século XIX, se sedimentou soterrando a memória colonial. Como resultado, constata que um caminho, uma via, que recebeu a “mão” do reino, “batizada” com um neologismo, denominou um distrito e todos os lugares em sua jurisdição. O “districto de Viamão”, por não mais existir como foi concebido, tornou-se um lugar arqueológico. Um lugar colonial esquecido.

Palavras-chave: Viamão. Esquecimento. Lugares coloniais. Lugar arqueológico. Arqueologia da paisagem.

RESUMEN

Partiendo de los conceptos de lugar y olvido debatidos por las ciencias sociales, este artículo presenta parte de un estudio histórico y arqueológico en curso sobre los lugares coloniales. Al considerar las huellas del olvido como artefactos y relacionarlas con el contexto espacio-temporal, demuestra que esta recontextualización de las huellas puede dar un nuevo significado a otros artefactos y lugares relacionados. Presenta una hipótesis sobre el topónimo “Viamão”, considerando que la percepción de los agentes históricos trató los lugares colonizados a una escala mucho mayor de lo que suponía la historiografía tradicional, cuyo paradigma, formado a partir del siglo XIX, creó un enterramiento de la memoria colonial. Como resultado, señala que un camino, una carretera, que recibió la «mano» del reino, “bautizada” con un neologismo, dio nombre a un distrito y a todos los lugares de su jurisdicción. El “districto de Viamão”, porque ya no existe tal como fue concebido, se ha convertido en un yacimiento arqueológico.

1 Mestre e doutorando em História pelo PPGH/PUCRS (Bolsista CAPES), pesquisador no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Marsul), coordenador do Projeto Histórico Arqueológico sobre Lugares Coloniais Originais (Phalco), analista em assuntos culturais na Secretaria de Estado da Cultura (Sedac/RS), sócio efetivo da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), membro pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

Un lugar colonial olvidado.

Palabras clave: *Viamão. Olvido. Lugares coloniales. Lugar arqueológico. Arqueología del paisaje.*

INTRODUÇÃO

Um sítio arqueológico é, em essência, um lugar onde se encontram vestígios arqueológicos, onde pessoas viveram, manipulando a matéria, produzindo artefatos. Quando utilizamos “lugar arqueológico”, estamos nos referenciando ao conceito mais amplo. Lugar no sentido fenomenológico e ontológico, tudo aquilo que é percebido pelos sentidos, formado por materialidades e imaterialidades. Estamos tratando lugar enquanto espaço habitado (Santos, 2008), que foi apropriado pela ação humana consciente e corporal (Tilley, 2014).

Lugares são constituídos socialmente e estão vinculados à memória, à identidade e ao pertencimento. Um lugar, enquanto constructo social, surge topograficamente pelo movimento humano sobre a paisagem. A forma como nos apropriamos dos corpos naturais, animados e inanimados, é um tema que perpassa várias disciplinas, inclusive os estudos históricos sobre colonização, migrações, etc. Se os lugares são resultados da ação corpórea e consciente do ser humano, podemos dizer que ao viver, portanto ao se movimentar, o ser humano “escreve” sobre a paisagem. É desta ideia que parte Ingold (2015) sobre o conceito de habitação, argumentando que ao contrário da ideia tradicional, que carrega a ideia de localismo sedentário, desconsiderando o movimento como elemento pelo qual o ser humano apreende o mundo. Habitar é caminhar no mundo e essa “caminhada é o modo fundamental como os seres humanos habitam a Terra” (Ingold, 2015, p. 38).

É a partir do movimento que os lugares são constituídos. Existe em cada cultura uma arte de se movimentar corretamente pela paisagem, uma forma social e culturalmente prescrita (Tilley, 2014). A percepção humana é fundamentalmente uma ação ambiental, um fluxo de ações que revelam o corpo ao mundo através dos sentidos. “Lugares reúnem pessoas, memórias, estruturas, histórias, mitos e símbolos. Mental e material, simbólico e prático, selvagem e doméstico, tudo constitui paisagens, coleções de estruturas e significado vinculados a uma localidade” (Ibid., p. 51).

Os colonizadores trouxeram para as colônias sua forma de apropriação da paisagem e construção de lugares, sua visão de mundo. Lugares coloniais são, em essência, lugares apropriados pela ação colonial. Uma paragem no caminho, um arraial, uma vila, são pontos nodais das linhas vitais, resultados do habitar caminhante de Ingold (2015), e deixam mar-

cas, rastros arqueológicos, materiais e imateriais. Uma colonização produz marcas sociais, colonialidades, que persistem nas sociedades conformadas em decorrência daquele processo histórico. Uma colonialidade é um constructo sociocultural estrutural, como um nódulo de uma rede que produzem e reproduzem a lógica de dominação colonial para além do colonialismo (Mujica Garcia; Fabelo Corzo, 2019). O esquecimento social em lugar colonial, neste sentido, pode ser considerado indício de uma colonialidade, um rastro carregado de sentido, para além de uma patologia da memória.

Segundo Castro (2005), o esquecimento social também é objeto de estudo da psicologia social e não deveria ser considerado apenas como ausência, sob a perspectiva patológica, mas como parte da dinâmica da memória social. Portanto, esquecimento social seria parte do processo de construção de sentido sobre o social. Em grande medida, esquecimentos sociais estão associados a “jogos de poder políticos”, aos processos de “des-territorialização de espaços e culturas” (Castro, 2005, p. 116).

Consideramos, para as finalidades desta análise, que a historiografia se sobrepõem à memória na forma como conclui Pierre Nora (1993). Lugares de memória, que surgem na ausência da memória, são marcadores sociais carregados de história, cuja existência atesta o “fim da história-memória” (Nora, 1993, p. 13). Neste processo de colonização da memória pela história, esquecimentos podem se formar tanto pelo apagamento dos rastros, pela obliteração documental², como podemos verificar esquecimentos mesmo com a persistência dos rastros, que no nosso caso, evidenciam e resultam de leituras ancoradas em colonialidades, a partir dos antigos paradigmas científicos.

Vestígios textuais, visuais ou materiais, quando descontextualizados podem permanecer como indícios de um esquecimento ou apagamento. Podemos considerá-los rastros de uma escrita antiga, de um lugar sobreposto por outro, como num palimpsesto em que as escritas mais antigas são sobrepostas. Porém, evidências do lugar do passado permanecem em fragmentos (Pesavento, 2004). Quando vestígios são identificados, a partir da perspectiva arqueológica, podemos considerá-los achados, e sua contextualização pode resultar na ressignificação de todo o sítio. No nosso caso, um lugar colonial pode ser melhor apreendido a partir de um vestígio contextualizado.

Contudo, acreditamos que a identificação de um vestígio de esquecimento não se dá de maneira inteiramente intencional. Tanto para a epis-

2 No sentido amplo do conceito de documento dado pela Nova História (Febvre, 1949 apud Le Goff, 2013, p. 489-490). Tudo o que a pessoa historiadora deva utilizar na falta de documentos escritos.

temologia da história quanto para a fenomenologia da memória, um esquecimento pressupõe uma ausência perceptiva. Sua problemática, “formulada em seu nível de maior profundidade, intervém no ponto mais crítico dessa problemática da presença, de ausência e de distância, no polo oposto a este pequeno milagre de memória feliz constituído pelo reconhecimento atual da lembrança passada” (Ricoeur, 2007, p. 425). Perceber os rastros de um esquecimento, desta forma, depende da emersão deste mergulho na “memória feliz”, que permeia a construção narrativa da história tradicional. A arqueologia do esquecimento que pretendemos, se configura num “desfio oposto à ambição de confiabilidade da memória” (Ibid.), que está presente na dinâmica da memória e sua relação imbricada com a construção de conhecimento histórico.

1 Viamão: o batismo de um caminho

O lugar denominado “Campos de Viamão” já é bem conhecido pela historiografia (Neis, 1975; Barroso, 1979; César, 1979; Jacobus, 1997; Kühn, 2006). Segundo César (1979) há incertezas sobre os limites do “antigo Viamão”, mas que assim eram denominadas as paisagens “aquém do Mampituba, tendo a leste o Oceano, e a oeste e sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos”.

Para os vicentistas que alcançaram o Rio Grande seguindo o caminho natural da praia arenosa, Campos de Viamão eram todas essas planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro (César, 1979, p. 89)

A origem do termo “Viamão” é desconhecida pela própria institucionalidade municipal de Viamão. É apontada uma controvérsia entre quatro hipóteses no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal:

A origem do nome Viamão é muito controversa. Uma das versões é a de que, a certa altura do Rio Guaíba, pode-se avistar cinco afluentes (rios Jacuí, Caí, Gravataí, Taquari e dos Sinos), que formam uma mão espalmada. Daí a frase: “Vi a mão”. Conforme alguns, seria originário do nome “ibiamon”, que significa “Terras de Ibias” (pássaros). Outros afirmam que seria uma passagem entre montes, o que chamavam de via-monte. E existe ainda o relato de que teria como origem o antigo nome da província de Guimarães, em Portugal: Viamara (Viamão, 2024).

Hipóteses semelhantes foram elencadas e analisadas por Manuel Duarte (1944), no provocante artigo denominado “Nemigalhas Toponímicas”. Guilhermino César (1979), em nota, indica que o termo possa ter surgido como um topônimo de uma freguesia portuguesa denominada “Vaia-monte”. Viamão seria uma corruptela de “Viamonte”, ou de “Ibiamonte”, “monte do Ibia” de origem indígena, segundo o autor. “Absurda é a etimologia recolhida por Varnhagen e hoje popularizada, segundo o qual o Guaíba, com cinco rios que formam, despertou no conquistador a imagem de uma mão espalmada, donde *Vi a mão*” (César, 1979, p. 89). O fato de não haver uma memória original consensual, demonstra que o nome “Viamão” é um vestígio descontextualizado. Um indício de esquecimento sobre um lugar colonial.

Escavando até a camada do surgimento do termo, percebemos que “Viamaõ”, “Viaman”, “Viamon” ou “Viamonte” denominavam uma paisagem muito maior que a “freguesia”. Territorialidade maior que os conhecidos “Campos de Viamão”. As paisagens ao sul do rio Pelotas, incluindo os campos de cima de serra, até as planícies ao norte e nordeste da atual Laguna dos Patos foram consideradas “districto de Viamão”, que integrava o Continente do Rio Grande de São Pedro, posteriormente à Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Documentos do século XVIII, quando se efetivava a colonização portuguesa sobre estas paisagens, demonstram esta percepção.

E quanto ao termo em si, seu surgimento está associado ao contexto do desvio do caminho original, aberto e administrado entre a terceira e quarta décadas do século XVIII, a serviço da Coroa³. Um caminho que deu nome às paisagens por onde passava. Onde se inicia o desvio, uma nova via por cima da Serra, que nos faz, automaticamente, associar ao termo “via monte”, desviando a via colonial portuguesa mais antiga destas paisagens, o “caminho da praia” pela orla até Laguna⁴. Desvio representado em mapas e textos do século XVIII e apontado na historiografia (Barroso, 1979, 1980, 1995; Ruschel, 1999; Hameister, 2002).

As “notícias práticas” foram relatos de agentes coloniais às autoridades que visavam descrever a paisagem a fim de orientar a colonização, indicando os melhores lugares para fundar povoações, os caminhos abertos e as melhores paisagens para se abrir novas vias. Encontramos indícios dessa história em alguns desses relatos, dados ao governo da Capitania do Rio de Janeiro, no início da década de 1720, muitos dos quais já estavam, pos-

3 Abertura do caminho foi analisada por Ruy Ruben Ruschel (1999, p. 60).

4 Caminho por terra realizado por Domingos da Filgueira em 1703 (Fernandes Bastos, 1937).

sivelmente, nas mãos do “padre matemático” Diogo Soares⁵. É na terceira notícia prática, dada por Cristóvão Pereira de Abreu, de 1738, relatando as melhorias que fez no caminho pela serra no ano de 1731, que surge o termo “campos de viamão”, indicando-o como um lugar estratégico para povoamento a fim de conter os espanhóis na disputa pela posse das terras e como retaguarda à manutenção luso brasileira de Colônia do Sacramento (Notícias Práticas, 1904, p. 259). Lugar onde se instalaram os primeiros estancieros lagunistas e paulistas, recebendo sesmarias desde 1732, no litoral atlântico até o “rincão de Itapuã”, quando as “invernadas” recebem a legitimação da propriedade iniciando o período das “estâncias” (Fortes, 1940, p. 28-29).

O sargento-mor, Francisco de Souza e Faria, denominado por Diogo Soares “primeiro descobridor” na “Notícia 1ª Prática”, relata ter aberto um caminho com sua companhia, uma via conhecida na historiografia como “caminho dos conventos”, iniciado em fevereiro de 1728 na região do rio Araranguá, chegando ao “rio do Registro”, nos campos de Curitiba, em fevereiro de 1730 (Notícias Práticas, 1904, p. 240). Neste relato, é dito que a companhia de Cristóvão Pereira de Abreu teria aberto um atalho no caminho em 1731, a partir de um lugar no planalto batizado por Souza Faria como “Boa Vista”. O sargento-mor e seu piloto carregavam consigo um roteiro atribuído a “sertonistas antigos”. O “roteiro”, atribuído a campanha comandada por Zacarias Dias Cortes em 1723 (Elhke, 1973, p. 76 apud Ruschel, 1999, p. 60), referenciava um lugar por onde se subia a serra do mar, na região próxima ao rio Taramandy, paragem onde a serra “acaba” e se “afocinha” para o continente, descrição do lugar que viria a ser conhecido como “campos de viamão”:

As Serras da Costa do mar vão acabar e afossinhar perto a um rio chamado Taramandy, o qual está abaixo da Laguna 40 leguas pouco mais ou menos; deste Rio ao Rio Grande de S. Pedro da Costa do mar fazem 35 leguas pouco mais ou menos, e donde acabaõ estas Serras para adiante se não tem mais terras altas, nem serra alguma, até o dito Rio Grande e sua Campanha. **Na dita paragem onde acabaõ estas serras do mar é que se sobe, por ter menos dificuldade a chegar ao campo, no qual se dará com pinheraes;** (Notícias Práticas, 1908, p. 242, grifos nossos).

5 Em carta ao Rei D. João V, em 04 de julho de 1730, Diogo Soares no Rio de Janeiro, já incumbido de mapear todas as paisagens a colonizar, afirma: “Tenho já hua grande cópia de noticias, varios roteyros, e mappas dos melhores sertanistas de S. Paulo, e Cuyabâ, Rio grande, e da Prata” AHU_ACL_CU_003, Cx. 5\Doc. 442 (1).

Em algum momento entre 1723, quando o lugar conhecido como a “paragem onde se sobe aos campos dos pinheirais”, e 1738, quando Cristóvão Pereira, diante do padre matemático, denominou “campos de viamão”, o termo foi atribuído a este lugar. Duarte (1944) relata ter acessado, em Laguna, o inventário de um soldado Dragão de “Viamon”, Severino Correia, homologado em 1737:

Na descrição das dívidas ativas, consta o seguinte: - O Sargento Luiz Gonçalves, ‘de coando esteve na Goarda de VIAMON, lhe ficou devendo duas moedas de ouro novas’. Na mesma página também se diz – ‘Campanha do Ryo Grande’ (Duarte, 1944, p. 74, grifo no original).

O termo “Viamon” sendo utilizado em 1737, nos remete a possibilidade do lugar já ser assim denominado antes dos relatos nas notícias práticas. Numa carta patente passada pelo brigadeiro José da Silva Pais, em março de 1737, a Sebastião Francisco Chaves, morador nos “Campos de Dentro do Viamão”, nomeando-o tenente de ordenanças daquele distrito, nos demonstra que o termo já estaria sendo oficialmente utilizado, sendo a sua primeira aparição no livro dos atos dos primeiros comandantes do Rio Grande de São Pedro (AHRS, 1977, p. 40).

Viamão foi grafado “Viamon”, “Viamont”, “Viamonte”, “Viamam”, consolidando-se como “Viamaõ” em documentos do século XVIII, como afirma Duarte (1944, p. 73) ao dissertar sobre as hipóteses acerca da origem do topônimo. O que poderia demonstrar uma evolução da palavra, sofrendo alterações até se consolidar como Viamão. No entanto, não consideramos possível, uma vez que a grafia “Viamonte” referenciada por Duarte (1944) foi utilizada somente no final do século XVIII, em documentos em língua espanhola⁶. O que nos instigou a busca em textos e mapas castelhanos, em instituições de salvaguarda. Nos *Documentos Relativos a la Ejecucion del Tratado de Limites de 1750*, impresso pela Instituto Geográfico Militar da Republica Oriental del Uruguay, encontramos a grafia “Viaman” com pouca recorrência⁷. Não encontramos em outras instituições o termo sendo utilizado antes desta data. Esta referência corrobora a ideia de que o topônimo tenha surgido já como “viamaõ”, “viaman” ou “viamon”.

6 ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Typographia Andrade & Melo. Vol. XXXV, 1901. Correspondência do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza - 1772-1775, p. 246, 267, 268.

7 Instituto Geográfico Militar, República Oriental del Uruguay. **Documentos Relativos a la ejecución del Tratado de Límites de 1750**. Montevideo: El Siglo Ilustrado, v. 13, n. 1, p. 1-300, 1938. p. 168.

A despeito das demais hipóteses apresentadas, tanto pela municipalidade quanto por Duarte (1944) e César (1979), acreditamos que a questão tenha natureza filológica. Ainda que inicialmente o conceito “via monte” se apresente, ao nosso olhar, como a hipótese mais óbvia, por se tratar de uma paisagem cruzada pelo caminho por onde se sobe a serra. Contudo, talvez o topônimo advenha de um neologismo. Um termo construído a partir de dois conceitos: “via” e “mão”. Sendo necessário decompô-lo para encontrar significados contextualizados. O conceito “via”, significa caminho, e muitas outras formas figuradas que pode ser utilizado, segundo os dicionários. É uma palavra latina, que no século XVIII foi definido como:

Via. Estrada Real. Caminho publico. Fallando nas calçadas, que os Romanos tinham feito de Roma para outras cidades ou lugares circunvisinhos, v.g. *Via Salaria*, era o caminho onde passava o sal, que se levava a Roma. *Via Appia*, era hum caminho que Appio mandara fazer [...] *Via Levicana*, *Via Cornelia*. Via militar. Estrada publica. Estrada Real. *Via militaris* (Bluteau, 1721, p. 465, grifos no original).

O conceito “via” talvez não tenha se modificado muito nos últimos séculos. Segundo nossa hipótese, o topônimo seja o nome de um caminho, de uma via. Os campos cortados por este caminho seriam os “campos de viamão”. No entanto, o conceito “mão” pode nos remeter a significados atualmente poucos usuais, mas que no contexto do século XVIII poderiam fazer sentido diante de um desvio, o primeiro, que fora aberto, reformado, para facilitar o trânsito naquelas paisagens colonizadas. Poderíamos revisitar a noção de “camadas” ou “faixas temporais”, apresentada por Koselleck (2006), que corresponde à ideia de que os conceitos trazem vários significados subsumidos, demonstrando que cada conceito tem estrutura temporal complexa, cujas mudanças são igualmente complexas. Diante dessa noção, podemos pensar que as camadas mais recentes, ou as mais superficiais, são as mais lembradas. Portanto, as camadas mais profundas, aquelas em faixas temporais mais antigas, podem ser socialmente esquecidas.

“Mão”, segundo o volume número cinco do Vocabulário Português e Latino, de Rafael Bluteau (1716), quer dizer: “Parte do corpo humano na extremidade do braço. Deriva-se *Mão* do latim *Manus*” (Bluteau, 1716, p. 305). Antes de concluirmos pela hipótese ingênua, um tanto risível, sobre o avistamento dos rios que deságuam no lago Guaíba, que em conjunto assumiram a forma de uma mão humana, de onde surgiria do termo “vi-a-mão”, apresentada por Varnhagen (César, 1979), lembremos que as palavras são polissêmicas. O padre Rafael Bluteau, no início do século XVIII, elencou quatro páginas de usos diferentes do conceito “mão”. Desde sentidos ana-

tômicos, administrativos, militares, em ofícios, etc. e alguns adágios portugueses, como “huma mão lava a outra, e ambas os rosto. Mais vale um pássaro na mão, que dous que vão voando” (Ibid., p. 312). Entretanto, algumas definições de “mão” podem esclarecer o “batismo” das terras que receberam um desvio de um caminho. “Mão”, também significa “Manejo. Authoridade. Adminiftração. [...] ‘Tem pouca mão no governo do Reyno’” (Ibid., p. 309). Lembrando que estamos diante de uma colonização promovida por um reino ibérico que pretendia, não apenas a posse das terras na “mão grande”, mas que os acessos a estas terras estivessem “à mão”:

Estar à mão. Ser fácil de dizer, fazer, achar, julgar. Estava mais à mão do dizer. [...] Lugares que estão à mão, *id est*, aberto a todos, aonde se pode facilmente entrar. *Loca prompta Lucret.* **Man.** Mandaisme cousa boa, justa, & que está à mão (Bluteau, 1716, p. 309, grifo nosso).

Os caminhos ruins, ou de difícil acesso, estão “fora de mão” (Ibid, p. 312). Um caminho que foi melhorado, além de receber a “mão” como administração do Reino, ele também foi considerado o melhor, o mais acessível, o mais “à mão”, no roteiro de 1723. Assim concluímos pela nossa hipótese que as terras onde se acessava uma “via à mão” - ou no Latim, “via à *man*” - foram nomeadas com um neologismo, não por acaso na época do melhoramento da via em 1731, talvez pelo próprio Cristóvão Pereira de Abreu ou por alguém da sua companhia. Na sua “notícia prática”, o sertanista atribuiu ao caminho a possível prosperidade colonial, caminho melhorado, que já não se experimentava tanta mortalidade ao cursá-los, pois já estava “perfeito”, dizendo o quanto a Real Fazenda poderia auferir em impostos sobre as cavalgaduras transportadas, e que poderia se beneficiar com o povoamento dos “campos de viamão”:

Sobre tudo isso [a abertura dos novos caminhos] prometem muitos haveres, e não menos aumento para a Fazenda de Sua Magestade [...] e isso sem experimentarem já tanta mortandade nelles, como eu, e os que forão comigo experimentamos, assim por estar o dito caminho já perfeito, como por se povoarem os campos de viamão, e se descobrir nelles novo atalho á subida da serra, que é onde se experimentava a maior perda, sem que possa haver inconveniente algum que o embarace (Notícias Práticas, 1908, p. 259).

Reparemos que o termo foi utilizado como substantivo comum, com a primeira letra minúscula, ao contrário da forma grafada pelo padre

Diogo Soares, no mesmo ano, em seu mapa (figura 1). O nome popularizado, foi oficializado pelo padre, “batizando” os lugares contidos em suas paisagens. Desde meados do século XVIII ao século XIX, estes lugares levaram seu nome. “Arraial de Viamão”, “Campos de Viamão”⁸, “Serra de Viamão”⁹, “Campos de Cima da Serra de Viamão”¹⁰, “Lagoa de Viamão”, “Registro de Viamão”, “Guarda (Velha) de Viamão”. Os termos “fronteira de Viamão”, “província de Viamão”, “Continente de Viamão” e “governador de Viamão” foram utilizados, sobretudo, durante o período de ocupação castelhana na Vila de Rio Grande, entre 1763 e 1777, sendo que a vila e parte do “continente” do Rio Grande de São Pedro estavam, então, fora dos domínios portugueses¹¹. Entretanto, o conceito “districto de Viamão” já seria utilizado, pelo menos, desde meados do século¹².

2 Paisagem eclesiástica e administrativa

O padre Diogo Soares, que representou a paisagem, com os caminhos e as paragens entre a Villa de Laguna até a barra do rio Tramandaí (figura 1), foi enviado para América portuguesa pela Coroa de Lisboa, acompanhado do padre Domingos Capassi, para mapear as posses territoriais coloniais, “não só pela marinha mas pelos sertões”. Territorialidades que estavam em disputa com a Coroa de Espanha. Também foi envidado para dirimir as dúvidas e controvérsias entre os distritos, bispados, governos, capitanias, conforme alvará régio de 18 de novembro de 1729¹³. Este mapa representa, a partir da nossa interpretação, o que foi nomeado como “districto de Viamão”, sobre o qual discutiremos à diante, pois representa as paisagens cortadas pelo “caminho de Viamão”

8 (SOARES, Diogo. 1738); (SAINT-HILAIRE, August. 2002 [1820], p. 39).

9 Na *Carta geographica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil*. de Antonio Pires da Silva Leme, de 1798, se representa a atual Serra Gaúcha como “Serra de Viamão” (LEME, Antonio Pires da S. P. 1798).

10 Carta dos oficiais da Câmara do Rio Grande de São Pedro (AHU_ACL_CU_019, Cx. 2\Doc. 172),

11 As expressões são recorrentes nas Cartas a D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, governador de S. Paulo, sobre a fronteira de Viamão e do Continente do Sul 1765/1768 (TORRE DO TOMBO, PT/TT/MSLIV/2639).

12 Uma sesmaria concedida nas Lombas, próximo a Capivari em 1755 (Revista do Archivo Público Mineiro, 1933, p. 247). Em sesmaria concedida em 1752, entre o Rio do Sino e Rio Cahy (Revista do Archivo Público Mineiro, 1929, p. 462).

13 AHRs. **Anais**: Atos dos primeiros comandantes militares do presídio do rio grande de são pedro; 1737 - 1753. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro Dac/Sec, 1977. (Anais do Arquivo Histórico do RS). Volume 1, p. 63-65.

Figura 1 - A villa da Laguna e barra do Taramandi. Diogo Soares, 1738.



Fonte: Biblioteca Nacional. Arquivo Histórico Ultramarino

Para fins metodológicos, podemos considerar o “distrito de Viamão” como um lugar arqueológico, como uma percepção sobre a paisagem contextualizada entre as primeiras décadas até o final do século XVIII. O “distrito de Viamão” não foi delimitado em mapas com esta nomenclatura, mas surgem vestígios em nossa arqueologia sobre as fontes, sobretudo no contexto (ou camada) da ocupação castelhana da Vila de Rio Grande de São Pedro, que indicam a sua existência.

As autoridades coloniais portuguesas estavam preocupadas com o avanço das forças militares e ocupações dos súditos da Coroa espanhola no sul e no centro-oeste da América portuguesa. Sob o comando de Pedro de Cevallos, os espanhóis conquistaram a vila de Rio Grande de São Pedro, a atual cidade de Rio Grande, em 1763. Do outro lado, esta derrota mobilizou a Coroa portuguesa a aumentar seus esforços para defender a “fronteira de Viamão”, o que gerou vestígios documentais como as *Cartas escritas da Fronteira de Viamão e Continente do Sul a D. António de Sousa Botelho Mourão, governador de São Paulo*, um conjunto documental que se encontra salvaguardado na Torre do Tombo, em Lisboa, e cópias já transcritas destas cartas e de outros documentos da mesma época no Arquivo Público de São Paulo e

na Biblioteca da UNESP, pela coleção denominada *Documentos Interessantes para história e costumes de São Paulo*.

Em carta endereçada a Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo, de fevereiro de 1767, D. António Álvares da Cunha, então vice-rei do Brasil, parabeniza-o por mandar fundar a vila de Lages, considerando-a como necessária para a retaguarda de Viamão, diante do avanço espanhol. O texto do vice-rei demonstra a escala em que os agentes coloniais estão pensando a paisagem, além de definir a territorialidade do que seria “Viamão” na visão daquele contexto histórico:

A conjuntura presente nos obriga a contemplarmos e m.^{to} os povos que governamos, e os de Viamão muito mais, pois que sobre o seo Pays hade ser o Teatro da Sennas[...]. Os habitantes de Viamão sempre poçuirão todo o terreno, que lhe dista da parte do Norte athe a margem do Rio das Canoas, e neste destrito ou no da Vacaria tinha eu determinado mandar fundar hua grande villa se Sua Mag.^{de} o houvece assim por bem, e outro tanto poderia V.^a Ex.^a fazer ao Norte do Rio Tajahy por ser este o mais extenço que corre para Leste desde o Rio grande de São Pedro, athe São Paulo, e tãobem he o mais comodo terreno para todas as execuções das suas vastiscimas ideyas (AESP, 1895, p. 124)

A redação do projeto “Documentos Interessantes”, faz uma nota no rodapé declarando a visão sobre a territorialidade de Viamão no contexto dos agentes históricos:

O territorio chamado do Viamão estendia-se da Lagoa dos Patos para o norte até o rio Uruguay. Os campos da *Vaccaria* estavam contidos nesse espaço e agora pretende o vice-rei, Conde de Cunha, que esse territorio entrasse por Santa Catharina até o rio das Canoas, de modo a abranger a villa de Lages, que ja estava fundada havia dois annos. (AESP, 1895, p. 124, grifos no original)

Esta defesa feita por Conde da Cunha, sobre a jurisdição do distrito de Viamão ir até o Rio Canoas, que incluíam as paisagens onde estaria sendo fundada a povoação de Lages, foi provocada pela manifestação dos oficiais da Câmara de Viamão, do dia primeiro de janeiro de 1767, então sede do governo do Continente do Rio Grande de São Pedro. Disseram os oficiais da Câmara ao vice-Rei:

Que porque tinhaõ noticia certa, q’ o General da capitania de S. Paulo havia mandado que se erigisse hua nova Villa nas lages, districto do continente deste governo, e jurisdição ordinária, como sempre a tantos annos se achavaõ de posse, dando todos aquelles moradores que habitaõ atê o Rio das Canoas obediência, tanto a este governo quanto a jurisdição delle, o que tudo se havia decidido melhor quando se estebelece a V^a do R^o grande deste Continente, em que determinava pertencerlhe o seo destrito atê o dito R^o das Canoas, e nesta mesma posse se havia a jurisdição destas Justiças conservado, cujo acordaõ, e determinação, que havia feyto na creação da dita Villa, e se havia perdido e os mais Cartorios della quando o inimigo na mesma entrou¹⁴.

Durante o período de ocupação espanhola da Vila de Rio Grande, como afirmou o Dr. Ubatuba na abertura da primeira edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, em 1868, documentos portugueses teriam se perdido. Importante observar que a perda documental seria conveniente para quem pretende avançar limites territoriais, como afirma a nota do projeto Documentos Interessantes. Neste acórdão da Câmara de Viamão, que se pronunciavam autoridades como Câmara de todo o Continente, menciona a Vila de Rio Grande como sede do continente no passado. Como não poderia deixar de ser. Oficiais, juiz e “homens bons” reunidos, estavam reclamando que diante das perdas de territórios ao sul, para os castelhanos, naquele momento também percebiam uma perda para a Capitania de São Paulo (ou uma possibilidade de um ganho) de territórios ao norte que “sempre pertenceram ao Continente deste Rio Grande”.

“Distrito de Viamão”, “Continente de Viamão” ou “Governo de Viamão”, passou a ser utilizado diante da perda da vila de Rio Grande para o inimigo. Foram consideradas a nomeações mais adequadas diante daquela materialidade. No entanto, Viamão é uma nomeação mais antiga que a própria vila do Rio Grande. É a nomeação de uma das primeiras paisagens colonizadas por lusos brasileiros do atual estado do Rio Grande do Sul. Historiadores dos séculos XIX e XX trataram como equívocos dos agentes históricos as cartas topográficas manuscritas – e os textos históricos – dos séculos anteriores que trouxessem visões estranhas às suas (Jacob, 2016). Este tratamento fica evidente nos relatos de Nicolàu Drey (1839), trecho

14 Acórdão da Câmara de Viamão in: TORRE DO TOMBO, Cartas escritas da fronteira de Viamão e Continente do sul a D. António de Sousa Botelho Mourão, governador de São Paulo, no período decorrido desde o princípio do seu governo até as tropas recolherem à praça de Santos. 1765/1768, PT/TT/MSLIV/2639 p. 48

também citado por Duarte (1944):

Mais singular se mostra a freguesia de *Viamão* [...] pelo erro perseverante dos geógrafos europeus, que, desde os primeiros tempos da descoberta, dêrão e continuarão a dar o ‘nome de *Viamão* a toda a provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul. sendo contudo, esta ultima, a verdadeira denominação que lhe impuzerão os exploradores; os mappas do seculo passado e mesmo infinitos autores do tempo presente, servis copistas de seus predecessores, não fallam senão em *Viamão* (Dreys, 1839, p. 127, grifos no original).

Neste ponto é que julgamos acontecer o que Ricoeur (2007) denomina como esquecimento pela manipulação da memória, pela via ideológica, que no limite, constitui uma “história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – a história oficial” (Ricoeur, 2007, p. 455). Vistas como equívocos, as indicações dos agentes históricos foram suprimidas ou substituídas por visões atualizadas, “cientificamente corretas”, para manter a narrativa heroica e inequívoca dos feitos coloniais. No caso de “Viamão”, a memória foi soterrada pela história oficial, mas rastros desta memória permanecem e podem ser percebidos através de vestígios.

No volume V das *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, de 1820, de autoria do monsenhor Pizarro, por onde são relatadas as fundações das freguesias do sul da América portuguesa. Vinculadas à Capitania do Rio de Janeiro, são referenciados alguns documentos eclesiásticos sobre as freguesias do “districto de Viamão”. Na narrativa oitocentista, é possível perceber que autor constata que o nome atribuído à capela, posteriormente à freguesia, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, decorre da paisagem onde estava inserida, denominada “Campos de Viamão”, que sabemos, nominação daquelas paisagens desde o ano de 1738, ou menos:

Naõ consta, pelos livros da Camara Ecclesiastica o tempo, em que na Capella da Aldêa dedicada à N. Senhora da Conceição nos Campos de Viamaõ, se fundou a Freguezia sob o mesmo titulo apparecendo apenas a Provisão de 19 de Junho de 1750, (Araujo, 1820 v. 5 p. 53)

O “districto de Viamão”, a partir de meados do século XVIII, foi dividido em freguesias pelas autoridades eclesiásticas, como ocorreu de maneira geral na América portuguesa, cuja administração colonial foi comandada

pela Coroa e pela Igreja (Marx, 1991, p. 18). Os nascimentos, os casamentos e os óbitos eram registrados pela Igreja Católica nos períodos colonial e imperial, organizados territorialmente em paróquias: as freguesias. Segundo o quarto volume do *Vocabulario Portuguez e Latino...*, de Rafael Bluteau (1713, p. 206), no verbete “Freguezia”, consta “Igreja parrochial [...] o lugar da cidade, ou do campo, em que vivem os freguezes. [...] Esta palavra he muyto antiga na Igreja Latina, e Grega. Também *Parochia*”. A partir do distrito ou comarca de Viamão, foram se desmembrando freguesias devido ao aumento demográfico e às dificuldades enfrentadas pelos padres em decorrência das distâncias geográficas para administrar os sacramentos aos seus fregueses. Desmembramentos que demonstram a abrangência original do “distrito de Viamão”. A partir da Freguesia de Viamão surgiram as seguintes freguesias. Em 1763 foi criada a Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha (Santo Antônio da Patrulha), (Araujo, 1820, p. 114) que abrangia, inicialmente, todo o litoral norte e campos de cima da “Serra de Viamão”, até Vacaria (Neis, 1975). Depois se desmembrou e formou nova freguesia Nossa Senhora da Oliveira da Serra da Vacaria, em 1768, abrangendo toda a região dos campos de Vacaria (Araujo, 1820, p. 116). N. S. da Conceição do Arroio (atual Osório), em 1773 (p.178); Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, em 1769 (p. 57); Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí) em 1772 (p. 125), Nossa Senhora Madre de Deos de Porto Alegre, em 1773 (p. 152), Santa Anna das Lombas (atual distrito de Águas Claras), em 1772 (p.156-157); Senhor Bom Jesus de Triunfo em 1757 (p. 89):

D'ella se desuniram duas Parochias: 1.^a que se limitou pelo Rio do Sino, ficando-lhe por freguezes os moradores habitantes além do mesmo Rio, os do Rio Cahy, Pardo, e os dos outros rios: 2.^a que principiou à contar o seu termo pelos moradores situados sobre a Serra de Viamão, como declararam as Provisoens de 4 de Sétembre de 1756 que as erigiu, criou, e separou o territorio da mencionada Freguezia da Conceição, cujos documentos se registraram no Liv. 2.^o das Ordens Episcopaes fol. 64.

Dos vestígios administrativos do período setecentista se destacam os aspectos militares e fiscais. As ações que marcaram a paisagem, podemos dizer, foram as implantações de uma Guarda e de um Registro no “Caminho de Viamão”. Denominação dada ao caminho terrestre de mais de dois mil quilômetros, comunicando a cidadela fortificada Colônia do Sacramento com o centro colonial português, na Capitania de São Paulo (Bueno; Barreto; Dias, 2021). Além do obvio interesse militar, o caminho foi economicamente essencial, servindo para escoar a apropriação e produção de bens,

como a produção de couro e o do gado muar, vacum e cavalhar, tropeados das vacarias missioneiras e da região platina (Neis, 1975; Barroso, 1979; Jacobus, 1997). Foi uma rota de compartilhamento de “hábitos, dialetos, costumes e atividades econômicas que subvertiam as fronteiras políticas que lhes foram impostas” (Bueno; Barreto; Dias, 2021, p. 9).

O Registro e a Guarda de Viamão, foram umas das primeiras instituições da Coroa portuguesa na porção nordeste do atual Rio Grande do Sul, no “distrito de Viamão”, e funcionaram no mesmo lugar, talvez na mesma edificação (Jacobus, 1997). O “Registo de Viamaõ”, instituição fiscal e burocrática, cuja operação foi arrematada em contratos trienais entre a Coroa e particulares, até início do século XIX. A “Goarda de Viamaõ”, instituição militar, destinada a manutenção da ordem colonial, também denominada “patrulha”, vinculada diretamente a Coroa, e à organização militar da empresa colonial portuguesa. Seu estabelecimento estratégico, no centro da região nordeste do território, não tem data conhecida, mas está diretamente vinculada à abertura do caminho de Viamão, desviando do caminho da praia, que passava pela guarda de Tramandaí, instalada em 1738 pelo mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, então “comandante do Rio Grande de São Pedro”¹⁵. O caminho de Viamão, que percorreu as paisagens do distrito de Viamão, durante muitos anos foi o único caminho terrestre que ligava o “Continente do Rio Grande” com as demais Capitanias portuguesas¹⁶, até a abertura do caminho das missões no início do século XIX, com a incorporação do território missioneiro (Barroso, 1979). Não obstante a ausência de representação cartográfica na época com a denominação “distrito de Viamão”, esta territorialidade pode ser observada na abrangência da mapa de 1738, de autoria de Diogo Soares (figura 1), cartógrafo oficial da Coroa, com a incumbência, entre outras, de estabelecer limites entre capitanias e distritos.

No recorte da representação cartográfica de Diogo Soares, de 1738, (figura 2), podemos observar o lugar de instalação da Guarda de Viamão. O autor traçou o desvio do caminho pela orla em direção à serra, a partir da região denominada “Palmares”¹⁷, onde representa o início dos “Campos de Viamão”, representando onde termina os campos e inicia a serra (“serra de Viamão”) é onde o caminho encontra a “Goarda”. As paragens representa-

15 Regimento da Guarda de Tramandaí foi assinado em 1º de abril de 1738 (AHRS, 1977, p. 116), indicando ter sido instituída por Coutinho.

16 Segundo ROSCIO, Francisco J. Compendio noticiozo do Continente do Rio Grande de S. Pedro até o destricto da Ilha de St. Caterina”, datado de 1781.

17 “Rincão dos Palmares” é a denominação atribuída à estância de José Antonio de Vasconcelos, dada em sesmaria em outubro de 1755. (Revista do Archivo Público Mineiro, 1933, p. 43).

das pelo padre matemático, correspondem a rede de pousos das estâncias, passos e lugares próprios para acampar que os agentes colonizadores utilizavam em suas marchas militares e tropeadas. O caminho é uma materialidade socialmente ativa, produto e vetor da ação social (Bueno, Barreto; Dias, 2021, p. 3).

Figura 2 - A Villa da Laguna e Barra do Taramandi. Diogo Soares, 1738 (recortado).



Fonte: Biblioteca Nacional. Arquivo Histórico Ultramarino

Em 1737, quando foi fundada a fortaleza “Jesus, Maria, José”, na barra de Rio Grande, contam as fontes e a bibliografia, já estavam estas paisagens habitadas por colonos, pessoas negras escravizadas e pessoas indígenas. A colonização estava sob o comando do brigadeiro José da Silva Paes, que o transferiu ao mestre de campo André Ribeiro Coutinho em dezembro de 1737¹⁸. Em sua *Memória dos Serviços Prestados no Governo do Rio Grande de São Pedro*, dirigida a Gomes Freire de Andrade, em 1740, pela qual narra suas ações militares como comandante¹⁹. A guarda tinha a função de “registro das pessoas e tropas que passarem para a Vila da Curitiba e prisão dos desertores deste Domínio”²⁰. Tinha a função de proteção militar do território

18 Memória dos serviços prestados pelo mestre de campo André Ribeiro Coutinho no governo do Rio Grande de S. Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrada, em 1740. Manuscrito no AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 72\Doc. 16839 (1); Impresso na Revista do IHGRGS nº 64 IV Trimestre 1936, p. 237-250.

19 Ibidem.

20 Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho em despacho sobre cobrança de impostos na RIHGRGS, Porto Alegre, n. 168, p. 83-110, julho de 2025.

em disputa com os castelhanos, instalada para “vedar os passos e entradas”:

Sendo hum dos meus primeiros cuidados, pôr as guardas que o Brigadeiro havia determinado, e outras que o tempo me mostrou precisos para vedar os passos e entrada daquelle vasto Domínio;

[...]

Na guarda de Viamão, a 50 legoas para nornotoeste, 1 Tenente, 1 sargento 20 Dragoens e 80 cavallos.

Na guarda de Tremandy, a 56 legoas para o nordeste do porto 1 cabo, 8 Dragões e 40 cavallos.²¹

Não há documento sobre a data exata da instalação da Guarda de Viamão. Possivelmente tenha sido instalada pelo brigadeiro José da Silva Pais em 1737, primeiro comandante militar do Rio Grande de São Pedro. Coutinho também narra quando Gomes Freire de Andrade lhe ordena instituir a função fiscal, e cobrar dez tostões por cavalgada, resolução que chegou em outubro de 1739 (AHRS, 1977, p. 122). Na Guarda se instituiu a função de Registro por estar em lugar estratégico, “ao pé da serra de Viamão”, “na entrada e saída do continente do Rio Grande”, pois fiscalizava a saída das cavalcadas em direção a Curitiba, jurisdição na Capitania de São Paulo, gerando um problema jurisdicional de cobrança dos impostos a ser resolvido pelo Mestre de Campo Governador:

Igual cuidado puz na conducção que os homens de negocio querião fazer de cavalcadas, para a capitania das Minas, pela Serra dos Tapes, em direitura á Villa de Curitiba, da jurisdição da cidade e Capitania de S. Paulo, do que dando a V.^a Ex.^a conta, me ordenou tirasse de direitos de cada cabeça, excepto vaccas e egoas, 10 tostoens; mas porque ao tempo, em que chegou esta rezolução, se achavão os tropeiros promptos a subir a Serra, e sem dinheiro algum, ajustei em Conselho, que V.^a Ex.^a approvou, pagarem-se os ditos direitos em Curitiba aos Officines da Fazenda Real da Praça de Sanctos, para se lhe abaterem nos subsídios que recebe desta Praça do Rio de Janeiro, e dei a forma das cartas de guia e certidoens, que devião levar e a do registro da guarda de Viamão, na entrada da dita Serra dos Tapes²²

Guarda (AHRS, 1977, p. 119)

21 Memória dos serviços prestados ... op. cit.

22 Memória dos serviços prestados ... op. cit..

Figura 3 – Exemplo Geographico do Terreno que corre desde a Vila do Rio Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão. José Custódio de Sá e Faria, 1763



Fonte: Mapoteca do Itamaraty

A institucionalização da função fiscal fez com que o Registro se tornasse a principal referência para as autoridades, não deixando de funcionar a Guarda, também denominada “Patrulha”. Esta materialidade passa a figurar nas representações dos colonizadores também como “Registro”. Jose Custódio Sá e Faria, engenheiro militar, foi governador do Continente do Rio Grande de São Pedro²³ ou “governador de Viamão”, entre 1764 e 1769, abrangendo parte do período de ocupação espanhola da vila Rio Grande. No esforço de demonstrar o teatro de guerra, Sá e Faria produziu representações cartográficas que nos indicam os lugares, os caminhos e a percepção colonial sobre os corpos naturais.

O Exemplo Geographico do Terreno que corre desde a Vila do Rio Grande de São Pedro, até o distrito de Viamão, datado de 1763, demonstra o posicionamento das tropas espanholas e portuguesas próximas à região da “Guarda do Norte”, no atual município de São José do Norte, a vila do Rio Grande de São Pedro recentemente tomada pelos súditos da Coroa espanhola.

O mapa de Sá e Faria representa, como diz o título, as paisagens entre a vila de Rio Grande de São Pedro e o distrito de Viamão, que neste mapa é demonstrado apenas em parte, com a Lagoa dos Patos, a região peninsular do “Continente do Rio Grande”, seus lugares, atravessada pelo caminho colonial original. O desvio do caminho, que adentra o interior, onde está grafado “VIAMAÕ”, em letras garrafais sobre todo o território conhecido, desde 1738, como “Campos de Viamão”. Também representa a localização do “Registro”, atravessado pelo caminho que sobe a serra. Caminho descrito em vários roteiros desde a década de 1720, que desviaria do “caminho da praia” (figura 3).

Véra Lucia Maciel Barroso (1979; 1980) demonstra que em decorrência do declínio da atividade tropeira, com o esvaziamento pecuário da região, e da abertura de novos caminhos para a região missioneira a partir da anexação definitiva daquele território em 1801, Santo Antônio da Patrulha desempenhava um papel econômico secundário na Capitania do Rio Grande de São Pedro entre 1803 e 1809. Entretanto, pela sua posição como polo no nordeste sul rio-grandense, a Vila de Santo Antônio da Patrulha, integraria a primeira rede de vilas do Rio Grande de São Pedro.

No contexto do final do século XVIII e início do XIX, a Vila de Porto Alegre assume o protagonismo de centro econômico, devido a sua posição geográfica como porto de escoamento da produção dos demais povoados, com suas conexões por navegação fluvial com as vilas de Rio Pardo e de Rio Grande. Assim, o antigo distrito de Viamão, foi secundarizado economica-

23 Conforme carta de AHU_ACL_CU_017, Cx. 71\Doc. 6499 (1).

mente, mas que, em grande medida, permaneceu com sua expressão política mantida na jurisdição territorial, tendo como sede o sítio da sua antiga Guarda e Registro de Viamão.

Figura 4: Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1809, João C. Campomar, 1942. (assinalado)



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS

É sensível a importância das instituições, militar e fiscal, representadas em mapas manuscritos e documentos escritos do século XVIII. Se considerarmos jurisdição territorial do antigo distrito de Viamão na paisagem política administrativa como uma marca, um vestígio, esta importância fica evidenciada por ocasião da criação dos primeiros municípios, no início do século XIX, ainda no período colonial. Quando a “Villa

da Patrulha”, surgida no lugar da Guarda e Registro de Viamão, se constituiu na sede do município que abrangia territorialmente a maior parte do quadrante nordeste da “Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul”. No mapa temático produzido, em 1942, por João Campomar (figura 4), percebemos que o território dos municípios de Santo Antônio da Patrulha e a parte do município de Porto Alegre assinalados, criados em 1809, em grande medida, coincidem com o recorte do mapa de Diogo Soares (figura 2). Recorte territorial que, a partir da nossa prospecção, indicam a abrangência do lugar colonial batizado com o nome de um caminho. Uma via administrada pela Coroa, uma “estrada real”. Lugar arqueológico sobre o qual permaneceram vestígios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo faz parte de uma pesquisa em andamento. Uma pesquisa histórica e arqueológica sobre lugares coloniais originais do Rio Grande do Sul, cujo objetivo central é demonstrar que na história, que é construída e inevitavelmente parcializada, esquecimentos são também colonialidades. O método aplicado resulta de leituras interdisciplinares catalisadas pela arqueologia da paisagem e pela história cultural.

O esquecimento, que é parte da problemática da representação do passado, imbricado com a história e com a memória, também é objeto da psicologia social. O esquecimento social pode ocorrer tanto pela falta da materialidade documental, como pela manipulação paradigmática. Um esquecimento, também, não é facilmente percebido, pois está vinculado a uma ausência perceptiva. Esbarrar em artefatos descontextualizados, um topônimo sem origem conhecida, por exemplo, pode nos levar a lugares esquecidos.

Tratamos o topônimo “Viamão” como indício de um lugar arqueológico esquecido, que está associado, no tempo e no espaço, ao primeiro desvio do caminho terrestre original entre Laguna e Colônia de Sacramento. Possível neologismo designando um caminho que foi melhorado, uma “via” que recebeu a “mão” do reino e que ficou mais “à mão”. Consideramos, metodologicamente, a controvérsia e o desconhecimento sobre a origem do topônimo como um vestígio descontextualizado, um indício de um esquecimento social sobre um lugar colonial original. Esquecimento que, podemos dizer, não é apenas ausência, está carregado de sentido, decorre de colonialidades, pois salvaguardar a memória dos lugares colonizados não estava entre os interesses do projeto colonial.

Como numa escavação arqueológica, os vestígios de uma mesma camada, do mesmo contexto, podem produzir explicações acerca do sítio quando relacionados entre si. A arqueologia, neste caso, contribuiu para a compreensão de um lugar arqueológico, lugar que não existe mais na forma original, sobre o qual documentos escritos não mencionam, explicitamente, sua existência. O “districto de Viamão” foi lugar apreendido dessa forma pelos agentes setecentistas, e sua delimitação pode ser percebida em indícios.

Ao demonstrar que a territorialidade do distrito de Viamão foi parcialmente mantida por ocasião da instalação dos primeiros municípios da Província do Rio Grande de São Pedro, em 1809, tendo como sede a vila de Santo Antônio da Patrulha, ou “Villa da Patrulha”, antigo sítio da Guarda de Viamão, evidenciamos que marcas de um lugar colonial original podem permanecer, escancaradamente, na paisagem. Independente da escala, vestígios descontextualizados podem ser desprezados, não reconhecidos quando sobre eles se sedimentam esquecimentos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820. 8 v. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>>. Acesso em: 1 mai. 2024.
- ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Casa Eclética. Vol. XIV, 1895. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6957>>. Acesso em: 30 mai. 2024
- ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Typographia Andrade & Melo. Vol. XXXV, 1901. Correspondência do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza – 1772-1775. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6978>>. Acesso em: 30 mai. 2024
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Santo Antônio da Patrulha**: vínculo, expansão, isolamento (1803–1889). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1979.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 6, n. 2, p. 149-167, 31 dic. 1980.

- BARROSO, Véra Lucia Maciel. O caminho do “certão”: da integração ao isolamento. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Bom Jesus e tropeirismo no Brasil meridional**. Porto Alegre: Est, 1995. p. 37-44.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino**: (Volume 02: Letras AZ–CZ). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712. 2 v. Domínio público. Pertencente ao acervo do projeto Brasiliana USP. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5449>>. Acesso em: 18 mai. 2024
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino**: (Volume 05: Letras K–N). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1716. 5 v. Domínio público. Pertencente ao acervo do projeto Brasiliana USP. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5449>>. Acesso em: 18 mai. 2024
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino**: (Volume 06: Letras O–P). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720. 6 v. Domínio público. Pertencente ao acervo do projeto Brasiliana USP. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5449>>. Acesso em: 18 mai. 2024
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino**: (Volume 08: Letras T–Z). Lisboa Occidental: Oficina de Pascoal da Sylva, 1721. 8 v. Domínio público. Pertencente ao acervo do projeto Brasiliana USP. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5441>>. Acesso em: 18 mai. 2024
- BUENO, B. P. S.; BARRETO, A. P. .; DIAS, G. S. Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 29, p. 1-87, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29d1e18. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/171841>>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- CASTRO, Ricardo Vieiralves de. O esquecimento social: ensaios sobre a contemporaneidade. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 111-122, dez. 2005.
- CÊSAR, Guilhermino. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801**. Porto Alegre: EDURGS, 1981. 2 ed.
- CÊSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 327 p. (Coleção Província).
- CAMPOMAR, João C. **Capitania do Rio Grande de São Pedro - 1809**. 1942. Porto Alegre, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS. (Mapas Temáticos – Divisão Administrativa) Disponível em:

- <https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/344-100.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**: tomo I. Brasília: FUNAG, 2022. 438 p. (Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022). Edição: fac-similar. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/41-41-historia_do_brasil_nos_velhos_mapas_tres_volumes_>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**: tomo II. Brasília: FUNAG, 2022. 453 p. (Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022). Edição: fac-similar. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/41-41-historia_do_brasil_nos_velhos_mapas_tres_volumes_>. Acesso em: 11 maio 2024.
- DUARTE, Manuel. Nemigalhas Toponímicas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 93, p. 66-75, abr. 1944. Trimestral.
- DREYS, Nicolau. **Noticia descriptiva da provincia do Rio-Grande de S. Pedro do Sul**: contendo, além da topographia physica e politica, e de hum ensaio de estatistica local, informações sobre o estado actual da população, suas subdivisões. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1839. 214 p. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7854>>. Acesso em: 30 maio 2024.
- FERNANDES BASTOS, Manuel Estevão. A Estrada da Laguna ao Rio-Grande: sua importância histórica relacionada com a fundação do rio-grande e povoamento do sul. In: IHGRGS, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. **ANAIIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL RIO-GRANDENSE**: Vol III. Porto Alegre: Globo, 1937. p. 295-323.
- FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro**: povoamento e conquista. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HAMEISTER, Martha D. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Dissertação (Mestrado) - PPG-História/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo**: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO MILITAR, REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. **Documentos Relativos a la ejecución del Tratado de Límites de**

1750. Montevideo: El Siglo Ilustrado, v. 13, n. 1, p. 1-300, 1938.
- JACOB, Christian. Por uma história cultural da Cartografia. **Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 39, p. 221-236, 2016. DOI: 10.12957/espacoecultura.2016.31762. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/31762>>. Acesso em: 4 ago. 2024.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.
- KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 91-112, 1999. DOI: 10.15448/1980-864X.1999.2.25507. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/25507>>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII. 2006. 444 f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, Niterói, RJ, 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. **Carta geográfica de projecção esferica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil**. 1798. 1 mapa, cópia em ozalid [193-], 136 x 150,1 cm. Escala [ca.1:3.820.000]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530285/cart530285.jpg>. Acesso em: 1 mai. 2024.
- LIMA, Tânia Andrade de. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.
- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Editora da USP. 1991.
- MUJICA GARCIA, Juan Antonio; FABELLO CORZO, José Ramón. La colonialidad del ser: la infravaloración de la vida humana en el sur-global. **Estud. filos. práct. hist. ideas**, Mendoza, v. 21, n. 2, p. 1-9, dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-94902019000200004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago, 2024.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aum Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP, - Brasil 1993, disponível em <<http://revistas.pucsp.br/>

- index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 02 dez. 2023.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços**: revista do programa de pós-graduação da UFSC, v.11, nº11, 2004. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>> em 20 de outubro de 2020.
- PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 151-165, 1991.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVINCIA DE SÃO PEDRO**. Porto Alegre: Typ. do Conciliador, v. 1, n. 1, ago. 1860. Trimestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaih-grgs/issue/view/2558>>. Acesso em: 02 maio 2024.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Tradução: Alain François [et al.].
- RUSCHEL, Ruy Ruben. Origem histórica da Estrada das Tropas e seu primeiro rumo no Planalto Gaúcho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 1, n. 134, p. 59-76, abr 1999.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SOARES, Antonio C. Arqueologia da paisagem e percepção: o caso do Registro de Viamão. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia. Pelotas RS: PPGAnt/UFPel. v. 10, n. 1, p. 385-416, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/21981>>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- SOARES, Diogo. **A villa da Laguna e barra do Taramandi: na costa do Brasil e America Portuguesa**. 1738. Lisboa, AHU (Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino). Disponível em <<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301606>> Acesso em: 30 jun 2019.
- TILLEY, Chris. Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica. **Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.24-62, 30 jun. 2014. Revista Latino-Americana De Arqueologia Historica. <http://dx.doi.org/10.31239/vtg.v8i1.10599>.
- TORRE DO TOMBO, **Cartas escritas da fronteira de Viamão e Continente do sul a D. António de Sousa Botelho Mourão, governador de São Paulo, no período decorrido desde o princípio do seu governo até as tropas recoherem à praça de Santos**. 1765/1768, PT/TT/MSLIV/2639. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4248831>>. Acesso em: 1º mai. 2024.

TORRES, Luiz Henrique. Historiografia Sul-Rio-Grandense e o enfoque de Guilhermino Cesar. **Historiæ**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 103–111, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2365>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

VIAMÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. História. 2017. Disponível em: <<https://www.viamao.rs.gov.br/portal/servicos/1002/historia/>>. Acesso em: 27 maio 2024.

Recebido em: 31/08/2024

Aceito em: 14/04/2025

DAVID JOSÉ MARTINS CANABARRO: UM OLHAR SOBRE AS ORIGENS E AS ESTRATÉGIAS FAMILIARES EMPREENDIDAS EM VIDA PELO LÍDER FARROUPILHA

DAVID JOSÉ MARTINS CANABARRO: A LOOK INTO THE ORIGINS AND THE FAMILY ESTRATEGIES UNDERTAKEN IN LIFE BY THE FARROUPILHA LEADER

Eduardo Matheus Palini¹

Fábio Kühn²

RESUMO

Durante o século XIX no extremo sul do Brasil, o militar sul-rio-grandense David José Martins, mais conhecido como David Canabarro, atuou em diversas campanhas na região do Rio da Prata e teve destaque pelo papel desempenhado na Guerra dos Farrapos (1835-1845), onde o movimento farroupilha, do qual fazia parte, se opôs ao Império Brasileiro na mais longa revolta daquele período. Em sua vida, para além dos feitos militares, Canabarro também se destacou como estancieiro de extenso patrimônio fundiário e um dos homens mais influentes na fronteira Oeste da Província no período anterior a sua morte. Inserindo-se dentro do campo de estudo das estratégias de reprodução de status social das elites, o objetivo do presente artigo é abordar essa faceta pouco explorada da vida de David Canabarro (não apenas o general militar, mas o estancieiro e escravista) e entender como o farroupilha mobilizava as redes de relações em torno de si para tornar possível a manutenção e ampliação de suas posses. O foco principal aqui se dará nas suas redes de parentesco, entendendo a importância que a instituição familiar possuía no século XIX e a importância dentro de grupos de elite social de assegurar a transmissão aos seus descendentes do patrimônio material e imaterial que os diferenciavam dos demais agentes do espaço social.

Palavras-chave: Farroupilha. Patrimônio. Redes. Família.

1 Graduando do curso de História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do projeto de pesquisa “Redes Familiares e Estratégias de Reprodução Social da Elite Farroupilha (Séculos XVIII-XIX)” desde 2023.

2 Professor Titular no Departamento de História da UFRGS. Possui graduação (1992) e mestrado (1996) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2006) e pós-doutorado no Brazil Institute do King's College London, com bolsa CAPES. É coordenador do projeto de pesquisa “Redes Familiares e Estratégias de Reprodução Social da Elite Farroupilha (Séculos XVIII-XIX)” desde 2023.

ABSTRACT

In the 19th century in the southernmost region of Brazil, the military figure David José Martins, better known as David Canabarro, engaged in various campaigns in La Plata River region and gained prominence for his role in the Farroupilha Revolution (1835-1845), which the Farroupilha movement, of which he was a part, opposed the Brazilian Empire in the longest revolt of that period. Beyond his military achievements, Canabarro also stood out as a rich farmer and landowner with extensive properties, and one of the most influential men on the western border of the Province before his death. Inserting this article in the field of study of strategies for reproducing the social status of elites, the objective is to address this understudied facet of David Canabarro's life (not only the military general, but also the rancher and slave owner) and understand how the Farroupilha movement's members mobilized relationships' networks around him to make possible the maintenance and expansion of his possessions. The main focus here will be on his family networks, understanding the significance that the family institution held in the 19th century and the importance within social elite groups of ensuring the transmission to their descendants of the material and immaterial heritage that set them apart from other agents in the social space.

Keywords: Farroupilha. Patrimony. Networks. Family.

INTRODUÇÃO

Dos mais notáveis membros da elite farroupilha, David José Martins, mais conhecido como David Canabarro, teve uma vida de intensas campanhas militares iniciadas logo cedo. Em 1811, aos 15 anos de idade, marchou para defender Montevideu das investidas de Buenos Aires; em 1816, retornou ao Estado Oriental para combater o projeto político de José Artigas, culminando na anexação da Província Cisplatina ao Império Brasileiro; entre 1825 e 1828, lutou novamente ao lado dos luso-brasileiros no episódio da Independência da Cisplatina. Esses confrontos, que projetaram seu nome no meio militar, precederam o período mais lembrado de sua trajetória: a Guerra dos Farrapos (1835-1845), mais longa revolta da história do Brasil. Junto às forças farroupilhas, tomou parte no polêmico episódio do Massacre de Porongos e, posteriormente, foi um dos responsáveis pela assinatura da Paz de Poncho Verde, que selaria o fim do confronto e a reintegração do Rio Grande do Sul ao território imperial brasileiro. Após 1845, Canabarro foi nomeado Comandante da Fronteira de Livramento e Quaraí; lutou na Guerra do Prata contra Juan Oribe e Manuel Rosas; e, por fim, lutou na Guerra da Tríplice Aliança, onde o episódio do cerco à Uruguaiana em 1865 lhe rendeu severas críticas por recuar mediante o avanço paraguaio.

As mais de cinco décadas de atividade militar quase incessante, no entanto, não serão o enfoque principal do presente artigo. Introduzindo o personagem de David Canabarro, sua atuação militar costuma ser a parte mais lembrada nos estudos sobre sua figura, deixando de lado um aspecto

pouco abordado pela historiografia sobre a Guerra dos Farrapos em geral: as origens sociais, redes familiares e estratégias de reprodução de status social da elite do movimento farroupilha. Ao longo de toda sua vida, Canabarro concentrou e constantemente expandiu um enorme patrimônio fundiário, o qual em 1867, ano de sua morte, o posicionava como o homem mais rico de Santana do Livramento (Vargas, 2021). Para além disso, seu nome também representava uma grande influência política na fronteira oeste da Província, sendo determinante para os rumos do Partido Liberal a partir de 1860 (Painagua, 2012). Como foi possível para um indivíduo que esteve por quase toda a sua vida envolvido em confrontos militares no Brasil e no Prata construir e administrar tamanho patrimônio e poder? E a quem tudo isso foi legado quando da morte de Canabarro? Essas lacunas de entendimento acabam por nos levar ao estudo das relações que o farroupilha nutria ao redor de si e que possibilitavam a ele estes empreendimentos de tamanha extensão. Visando isso, neste trabalho realizado dentro do Programa ICVOL/PROPESQ-UFRGS, será dado o enfoque na cronologia do Comandante David Canabarro a partir das estratégias familiares que esse empreendeu em vida para a manutenção de seu patrimônio material e imaterial, compreendendo que esses movimentos dentro de grupos de elite - como era o caso dos farroupilhas - representam a conservação e ampliação dos diferenciais de poder em relação aos demais agentes do espaço social (Piccin, 2020).

1 Por um estudo sobre as famílias

Nascido em 22 de agosto de 1796, natural de Taquari, David José Martins foi um dos dez filhos provenientes do segundo casamento de José Martins Coelho, com Mariana Ignácia de Jesus. Tanto seus avós paternos, quanto seus avós maternos eram imigrantes açorianos vindos para o Brasil como parte da estratégia de povoamento do extremo sul da colônia a partir de 1748. Essas informações referentes a sua genealogia, variando na intensidade do detalhamento, se encontram presentes em diversas biografias e estudos clássicos a respeito do Comandante, como é o caso das obras de Herbert Canabarro Reichardt (1934), Ivo Caggiani (1992) e Urbano Lago Villela (2005). O que se nota principalmente nas publicações mais antigas, como é o caso de “*David Canabarro: estudo biográfico*” de Reichardt, é que essas informações são usadas como pano de fundo para uma narrativa essencialmente focada nos feitos militares do líder farroupilha. Muitas vezes, inclusive, as origens de Canabarro são instrumentalizadas para reforçar sua aura de “gaúcho”, no sentido hoje utilizado pelos tradicionalistas, como

alguém afeiçoado ao trabalho duro e às campanhas militares desde cedo³.

Nossa proposta aqui é ir além na utilização e abordagem da esfera familiar, a partir das possibilidades que essa nos oferece de analisar as redes de relações construídas e as diferentes estratégias internas utilizadas em uma família. Tamanha importância concedida a esse âmbito da vida, mesmo em um personagem de grande carreira militar como o caso de David Canabarro, se justifica na teorização de Michel Bertrand (1999), segundo o qual, olhar para a “família” corresponderia a olhar, talvez, para a principal ideia atribuída ao indivíduo do Antigo Regime. Esmiuçando as definições do termo, o autor nos explica que “família” não seria algo ao qual o sujeito ligava-se apenas por sangue e sobrenome, mas também pela proteção e fraternidade. Familiar era também aquele que “repartia o pão”. Logo, cada sujeito era parte componente de sua família, e esta por várias vezes se movia enquanto unidade, tomando decisões em conjunto visando realizar a manutenção interna do grupo. Em redes familiares de elite social, com diferenciais de poder significativos em relação às demais, eram questões fundamentais conservar, expandir e assegurar a transmissão para as próximas gerações do patrimônio material e imaterial que proporcionava essa distinção. Isso nos leva ao estudo das estratégias familiares de reprodução de status social.

Sendo um enfoque recente, ainda são poucos os trabalhos realizados com esse tipo de abordagem no recorte regional sul-rio-grandense. Destacamos aqui alguns, como o estudo de Luís Augusto Ebling Farinatti (2007) com foco nas famílias da elite agrária do município de Alegrete - RS entre 1825 e 1865; o de Jonas Moreira Vargas (2016) sobre os charqueadores do município de Pelotas - RS ao longo do mesmo século; e também o artigo de Marcos Botton Piccin (2020) sobre as famílias de elite estancieira da metade do século XX no município de São Gabriel - RS. Sobre a importância da esfera familiar dentre os farroupilhas, é impossível não citarmos o trabalho de Carla Adriana da Silva Barbosa (2009) sobre a composição e organização dos núcleos familiares dos membros desse movimento. Reconhecendo a importância da instituição familiar, na mesma linha dos demais autores citados aqui, Barbosa inicia sua obra *“A casa e as virtudes: papéis familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)”* com a seguinte justificativa:

3 Em sua obra *“Canabarro no Tribunal da História”*, por exemplo, Villela realiza uma defesa apaixonada contra aqueles que acusavam o Brigadeiro de ter se acovardado perante as forças paraguaias no cerco à Uruguiana (1865), argumentando, entre outras coisas, que a covardia não seria nem mesmo possível a Canabarro devido às “leis que regem a natureza humana” de alguém crescido e criado enquanto gaúcho.

Estudar a composição e organização dos núcleos familiares pertencentes à elite farroupilha é uma forma de entender a sociedade sul-rio-grandense da primeira metade do século XIX, pois a família, neste período, ocupava uma posição dominante como instituição social, comercial e política (Barbosa, 2009, p. 9).

É importante reiterar que o patrimônio gerido e transmitido no seio da estrutura familiar - principalmente se tratando de grupos de elite - não se limita a bens materiais como posses, renda, animais, entre outros, mas também a bens simbólicos como reputação, influência, alianças e capital cultural. No trabalho de Edson Romario Monteiro Painagua (2012), por exemplo, o próprio David Canabarro recebe destaque em um dos capítulos com a análise de sua atuação política nos municípios da fronteira oeste da Província e das redes de relação que o possibilitavam manter essa influência nos rumos da região. Ao longo do presente artigo, no entanto, mesmo reconhecendo a importância acima citada, nossa opção será a de focar no patrimônio material de David Canabarro, através da análise das diferentes estratégias familiares que possibilitaram ao Comandante a expansão e manutenção desse patrimônio ao longo de sua vida, e também das que o próprio utilizou para assegurar a transmissão desses bens aos seus descendentes. Partindo de biografias clássicas e também de trabalhos mais recentes sobre o líder farroupilha, os próximos capítulos deste artigo irão buscar por possíveis aproximações com a bibliografia sobre redes familiares citada anteriormente, apontando quando e como as escolhas tomadas por Canabarro e seus parentes próximos ao longo de suas vidas se encaixam em padrões observáveis em demais grupos de regiões e temporalidades semelhantes.

2 As origens estancieiras do farroupilha e a sociedade com Antônio Ferreira

Em seu famoso estudo biográfico *“David Canabarro: de Tenente a General”*, o historiador Ivo Caggiani nos traz algumas informações sobre os primeiros trabalhos de David no campo. Antes mesmo de iniciar sua precoce carreira militar, ele já trabalhava junto de seu pai na pequena propriedade que esse possuía em Pinheiros, no município de Taquari. Mesmo com as poucas informações que temos sobre José Martins Coelho, pai de David, o seu perfil parece encaixar-se dentro do que as autoridades esperavam dos imigrantes açorianos: indivíduos dispostos a trabalhar duro no campo e popular as províncias do sul do Brasil, “aqueles povoadores honrados iam realizando a abençoada tarefa fecundadora da terra” (Reichardt, 1932, p. 11). Em 1816, com o falecimento de José, a herança deixada já parecia direcionar

o referido filho para o trabalho no campo, porém, também nos sugere uma pequena extensão de posses da família até aquele momento: dez mil réis em gado, pouco mais de nove mil réis em terras e um escravo de nome Joaquim, vindo a totalizar seu montante de 65\$421 réis na partilha (Caggiani, 1992). Foi somente em 1828, com o período de paz que houve na fronteira após a independência da Cisplatina, que o então Tenente Canabarro deu maiores prosseguimentos às suas atividades na pecuária; dessa vez, criando gado em sociedade junto de seu tio materno, Antônio Ferreira Canabarro⁴.

Antônio, que tinha aproximadamente a mesma idade do sobrinho, também era Tenente pelas campanhas do Prata. Os motivos pelos quais ambos resolveram criar em sociedade não são claros, no entanto, algumas possibilidades são apontadas pelo estudo de Farinatti (2007) sobre a elite agrária de Alegrete naquele mesmo período. O autor afirma que, a partir da década de 1830, a fronteira agrária estava em rápido processo de fechamento, com as melhores terras já apropriadas, o que tornava difícil o trabalho para novos produtores. Dentre as estratégias adotadas pelas famílias nesse contexto, estava a atuação socioeconômica conjunta de diferentes membros – especialmente pais e filhos/genros – e o compartilhamento de recursos, mesmo em núcleos parentais que não fossem co-residentes. Farinatti afirma:

Assim, estâncias que abrigavam gado de mais de uma geração, membros da família que atuavam em conjunto com muita regularidade e co-propriedade indivisa de terras herdadas eram fatores presentes e importantes naquela configuração agrária. Sua existência mostra a relevância do estudo das estratégias e dinâmicas familiares para a análise da estrutura agrária e sua evolução, mesmo quando não estamos falando em grupos camponeses (Farinatti, 2007, p. 287).

O também famoso biógrafo de Canabarro, Herbert Reichardt, menciona em sua obra *“David Canabarro: estudo biográfico”* que, nesse mesmo momento de sua vida, o Tenente também tinha negócios particulares em parceria com seus irmãos Silvério José Martins e João Martins; no entanto, ao que tudo indica, os sócios de fato da sociedade constituída eram apenas David e seu tio Antônio (Reichardt, 1932). Em 1834, os dois adquiriram uma

4 Alguns estudiosos dizem que David José Martins teria começado a assinar como “David Canabarro” devido ao seu tio, porém, Antônio também não era batizado com esse sobrenome. A teoria mais aceita e replicada por Caggiani é que a família Ferreira, da qual descenderia parte dos parentes maternos de David, teria alguma ligação com a famosa família Canabarro de Portugal. Logo, a adoção desse nome faria referência a um passado honroso.

pequena fração de campo no município de Santana do Livramento, comprando-a do Alferes José Ribeiro da Silva pelo preço ajustado de 4:400\$000 réis. Não tendo como arcar com o valor total de imediato, os sócios realizaram a maior parte do pagamento em reses (animais abatidos) e o restante foi pago em parcelas (Caggiani, 1992). No ano de 1835, quando estouraria a Guerra dos Farrapos, é dito que ambos já se tratavam de prósperos fazendeiros e comerciantes, permanecendo em parte alheios às agitações políticas que rondavam a capital. No entanto, após muita insistência de Bento Manoel Ribeiro, David Canabarro passou a integrar as hostes farroupilhas, deixando seus interesses ao cuidado do sócio de sociedade (Caggiani, 1992). Nesse ponto, novamente justificam-se os negócios conjuntos de tio e sobrinho: com a reinserção de Canabarro nas atividades militares e seu consequente afastamento por tempo desconhecido das terras que possuía na fronteira, a administração dos bens ficou a cargo de Antônio Ferreira.

Algumas aproximações com o trabalho de Barbosa (2009) sobre a organização familiar farroupilha soam interessantes aqui. No capítulo de sua dissertação dedicado às “esposas farroupilhas”, a autora fala sobre os importantes papéis que diversas mulheres assumiram no período da Guerra dos Farrapos, administrando as posses e os negócios do casal quando os maridos se ausentavam devido ao confronto. Como o século XIX assistia guerras constantes nas fronteiras do Prata, supõe-se que essa “parceria” do casal nos negócios já era algo a ser levado em consideração no momento de realizar um matrimônio. Uma mulher alfabetizada, por exemplo, que conseguisse se comunicar a distância com o marido através de correspondências, poderia se destacar na hora da escolha do cônjuge feminino. Um exemplo trazido pela autora é do casal farroupilha Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos de Almeida, cujas cartas trocadas durante a Guerra mostram a importância da esposa na administração dos bens de raiz, bens móveis e até mesmo dos escravizados pertencentes ao casal. A relação que procuramos fazer aqui é através do fato de que, no início da Guerra dos Farrapos, tanto David Canabarro, quanto Antônio Ferreira Canabarro não eram casados (tampouco possuíam descendentes legítimos). Assim, não tendo uma esposa para auxiliar na manutenção do patrimônio – entendendo que, no casamento, o interesse na conservação das posses do casal é mútuo, a fim de garantir a transmissão para os seus filhos –, tornar-se-ia muito difícil para David gerir e expandir seus negócios durante um período militar tão extenso quanto a Guerra dos Farrapos. Com essa constatação, não buscamos afirmar que esse tenha sido um dos motivos para que tio e sobrinho constituíssem sociedade anos antes, mas sim ressaltar o aumento da importância que essa atuação socioeconômica conjunta entre parentes alcança em momentos de atividade militar, tornando-se quase indispen-

sável. De sua parte, a confiança de David no sócio era expressiva, vide que, em Carta de Ordem de 1833, autorizava Antônio a “fazer todo e qualquer trato, compra, venda, transição a bem da sociedade, ficando desde já por este aprovada” (Caggiani, 1992, p. 34). Essa cumplicidade, por sua vez, pode ter pesado na hora de aceitar ingressar nas forças farroupilhas.

No ano de 1846, pouco após o término da Guerra dos Farrapos, se deu talvez o feito mais notável da sociedade de David Canabarro e Antônio Ferreira: a aquisição da Sesmaria de São Gregório em Santana do Livramento. Comprada diretamente dos herdeiros pelo valor de 14:583\$280 réis, possuía três léguas e meia mais 941.995 braças de campo, fazendo fundos com o rio Quaraí e possuindo uma pequena casa, currais e mangueiras (Caggiani, 1992). Logo no ano seguinte, tio e sobrinho optaram por desfazer a sociedade e, na divisão realizada das terras, David permaneceu com São Gregório, enquanto Antônio ficou com a chamada “estância da Alegria” e mais duas léguas de campo (Caggiani, 1992). Foi em São Gregório que Canabarro construiu, para além de uma série de dependências novas, o quartel-general do Comando da Fronteira de Livramento e Quaraí, onde “reinou” como Comandante desde 1845 - quando foi nomeado pelo próprio Barão de Caxias - até o ano de sua morte (Vargas, 2021). Apesar dos motivos para desfazer a sociedade com seu tio não constarem nos estudos biográficos analisados, é possível supormos que esse importante posto concedido a Canabarro após a Guerra dos Farrapos tenha influenciado em sua mudança de planos quanto a administração de suas posses. Assim, já nos primeiros meses de 1849, o farroupilha toma outra importante decisão, novamente traçando estratégias dentro de sua rede familiar: volta a constituir uma sociedade, porém, dessa vez, com seu irmão João Martins (Caggiani, 1992), inaugurando uma nova fase em sua vida de estancieiro.

3 Para além da Guerra: o casamento de Canabarro e a sociedade com o irmão João Martins

Antes de adentrar nos negócios de David junto ao seu irmão, há um ponto importante de destacar quanto às estratégias familiares que tomaram palco na vida do líder farroupilha. Se ao constituir sociedade com seu tio, foi destacado que Canabarro não possuía esposa ou filhos legítimos para ajudarem a gerir seu patrimônio, ao fim da Guerra dos Farrapos a situação já era diferente. Por volta do ano de 1837, David Canabarro se casara com a própria tia materna, Eufrázia Ferreira. Os casamentos endogâmicos, ou seja, com indivíduos aparentados entre si, apesar de não serem predominantes, não eram incomuns no contexto em que Canabarro se inseria. Farinatti (2007), por exemplo, ao pesquisar os inventários mais afortunados

de Alegrete entre 1825 e 1865 notou que, dentre os filhos-herdeiros que se casaram, cerca de um quinto o fez com parentes próximos. O autor explica que o principal ponto positivo dessa estratégia era evitar a “dispersão” do patrimônio e reforçar alianças familiares internas. Por outro lado, o ponto negativo era que esse tipo de casamento não gerava “novos parentes”, deixando de expandir a rede de relações familiares de um grupo. No caso de Canabarro, há pelo menos mais um motivo importante para o seu primeiro casamento: segundo Caggiani (1992), o episódio ocorreu de maneira formal para que Eufrázia, seguindo uma tradição da família, se encarregasse de criar a filha natural, porém ilegítima, de David Canabarro. Nascida em 1834 em Alegrete, porém, batizada na República Oriental do Uruguai, Maria Angélica foi provavelmente fruto de algum envolvimento de David durante suas andanças pela região. Mesmo tendo sido acolhida e criada pela parentela do farroupilha, na documentação de assentamento de Maria constam pais “incógnitos” (Caggiani, 1992). Pelo relato, vemos que havia uma preocupação da rede familiar de Canabarro, ao longo das gerações, em mobilizar casamentos dentro da própria família para garantir a criação dos descendentes. Quanto à escolha da tia de David para esse casamento, o trabalho de Barbosa (2009) novamente nos oferece algumas pistas:

Se aos homens [da elite farroupilha] cabiam dois destinos: carreira e/ou casamento, para as mulheres restava apenas o casamento. Se alguma mulher não conseguisse se casar, provavelmente viveria com seus pais e seu papel familiar seria cuidar deles quando doentes. Ao falecimento de seus pais, ela acabaria por viver com um dos seus irmãos ou irmãs casados. Mesmo que tivesse recebido uma boa herança, a mulher solteira da elite farroupilha dificilmente viveria sozinha e por conta própria, já que era importante para as famílias as quais estas pertenciam estar vinculada a um núcleo familiar, mesmo que não fosse o seu e, que, neste núcleo não fizesse o papel de filha, esposa ou mãe, permanecendo no papel de irmã e/ou tia (Barbosa, 2009, p. 85).

Eufrázia Ferreira parece se encaixar bem no perfil descrito por Barbosa. Quando se casou com o próprio sobrinho, possuía já sessenta anos de idade, sendo vinte anos mais velha que David. Já falecidos seus ascendentes - dos quais talvez tenha lhe cabido o cuidado em vida -, pode ter sido o caso de Eufrázia, por estar solteira e já impossibilitada de arranjar um bom matrimônio devido a sua idade, ter sido posicionada pela família enquanto esposa do sobrinho. Assim, além de garantir a criação de Maria Angélica, também evitaria a dispersão do patrimônio que possuísse, como nos

alertou Farinatti. No ano de 1839, nasce Deolinda, segunda filha de David e também ilegítima (no batizado, constam como pais naturais David Canabarro e Antônia Luiza de Lima) (Caggiani, 1992). É de se presumir que, do mesmo modo que Maria Angélica, Deolinda tenha sido criada pela esposa e tia do farroupilha. Após uma década e meia de casamento, Eufrázia faleceu no ano de 1852 (Caggiani, 1992). Este não seria o único casamento da vida de David Canabarro, no entanto, para entender o seu próximo matrimônio, é indispensável que retomemos a cronologia dos fatos, voltando nossa atenção primeiro à já citada sociedade que este formou com seu irmão.

De 1849, quando David Canabarro e João Martins iniciaram sua sociedade, até 1860, ambos realizaram a aquisição de pelo menos cinco porções consideráveis de terra em territórios gaúcho e uruguaio. Ivo Caggiani (1992) nos detalha algumas dessas transações: em 1849, os sócios adquiriram a Estância de São João do Umbu, contígua à Estância de São Gregório, comprando-a de Sebastião Gomes de Carvalho e Maria do Carmo da Fontoura; em 1851, compraram duas frações de campo nas pontas do arroio Cuñapiru⁵, no Uruguai, pelo valor de 900\$000 réis; em 1858, outra área que fazia divisa com São Gregório foi comprada, dessa vez ao leste, pelo valor de 400\$000 réis; e em 1860, foi adquirida mais uma parte de campo próxima ao Cuñapiru, que também pertencera ao mesmo dono da primeira, pelo valor de 1:200\$000 réis. A presença dos irmãos em solo uruguaio, mesmo décadas após a independência da Província Cisplatina, não é algo surpreendente: no ano de 1850, estima-se que brasileiros representavam cerca de 11% da população uruguaia, ao passo que possuíam 30% das terras do país (Zabiella, 2002 *apud* Vargas, 2021). Quanto à extensão de suas posses, os números da sociedade de David e João os colocavam entre os maiores pecuaristas da fronteira, alcançando números impressionantes de terra, rebanho e escravizados. Deve-se imaginar que todo esse patrimônio também teve sua manutenção facilitada pelo fato de se dar em uma atuação socioeconômica conjunta entre irmãos, vide que David Canabarro se ausentaria por pelo menos duas vezes durante esse período para campanhas militares no Prata (na Guerra contra Oribe e Rosas entre 1851 e 1852, e na Guerra da Tríplice Aliança entre 1864 e 1865).

No ano de 1866, João Martins faleceu no município de Santana do Livramento, pondo um fim à sociedade que possuía com o irmão a dezesseis

5 O arroio Cuñapiru nasce próximo a cidade de Rivera, no Uruguai; consequentemente, fica próximo da fronteira com Santana do Livramento, onde David Canabarro e João Martins tinham suas demais posses. Um fato curioso é que o Comandante batizou sua filha Maria Angélica próximo a esta região, no Departamento de Tacuarembó no Uruguai, o que nos leva a crer que já possuísse por ali contatos e talvez negócios.

sete anos. A análise do seu Inventário (Santana..., 1866), localizado atualmente junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos ajuda enormemente na mensuração do patrimônio que David Canabarro e João Martins constituíram ao longo desses anos, além de outras informações interessantes sobre a parentela próxima do finado que foi inserida na partilha amigável dos bens. Aqui vale lembrar que, como nos informa Farinatti (2007), no Brasil imperial os casamentos incluíam a comunhão de bens, ou seja, quando um dos cônjuges falecia, o outro conservava metade do patrimônio, chamada de sua “meação”. Da outra metade, era retirada até um terço para atender pedidos em testamento - caso o falecido tivesse um - e o restante era dividido entre seus herdeiros. Não tendo deixado descendentes legítimos, a partilha dos bens de João Martins se deu entre os seguintes nomes: Leonídia Flores Martins (viúva e inventariante, a quem cabia a meação); David Canabarro (irmão do falecido); Bibiana Vieira da Silva (irmã do falecido); Duarte José Martins (irmão do falecido); e os filhos e genros de Antônio Ferreira Canabarro (tio materno do falecido), a fim de representar este parente de João, também já finado, e dividir igualmente a parte que lhe caberia na partilha. Como se vê, o processo se deu entre a viúva e os irmãos colaterais de João Martins, com exceção do caso de Antônio Ferreira, que é digno de nota: sendo tio de João e de David, casou-se em 1842 com a irmã destes, Deolinda Ignácio Martins (Caggiani, 1992), em mais um exemplo de estratégias endogâmicas dentro da rede familiar analisada. É por esse motivo que, ao aparecerem na partilha amigável, os filhos de Antônio são referidos como sobrinhos de João Martins, por serem filhos de sua irmã. Já a ausência do nome de Deolinda, por sua vez, pode representar que essa também já era falecida em 1866, porém, não há maiores bases ao longo das fontes analisadas para tal afirmação.

Dentro do Inventário, os bens que antes faziam parte da sociedade de David Canabarro e João Martins e que couberam ao último no momento da liquidação e partilha aparecem em separado, compondo a esmagadora maioria do patrimônio do inventariado: um valor de 66:386\$000 réis, sendo 47 contos de réis em bens de raiz, 13 contos e 36 mil réis em cabeças de gado e outros animais, e 6 contos e 350 mil réis em escravizados. Se supormos que foi feita uma divisão igualitária entre os sócios ao final do empreendimento⁶, o patrimônio total de ambos em 1866 estaria estimado em mais de 130 contos de réis. A seguir, elaboramos uma tabela resumida com esses

6 O que é bem possível vide que, além da maioria dos bens de raiz aparecerem “fracionados”, a quantidade de cabeças de gado presentes no Inventário (2.112 reses) é bem abaixo das quase 10 mil que aparecem na Relação de Estâncias e pequenas fazendas de Livramento, de 1858, conforme apontado por Vargas (2021, p. 20)

itens inventariados (tais quais descritos na fonte primária) e os herdeiros a quais foram destinados, a fim de entender de que forma o patrimônio da sociedade se dispersou com o falecimento de João Martins.

Tabela 1 - Bens presentes no Inventário de João Martins e que faziam parte da sociedade com David Canabarro

Categoria	Descrição	Valor (réis)	Destino na partilha
Escravizados	Pedro Ignácio; Severino; Manoel José; Thomas “doente”; Bernardinha; Laurinha; e Luiza “parda”	3:650\$000	Leonídia Martins
	Felippe; Eleuteria; Maria Joaquina; e Manuel “ruivo”	2:700\$000	Antônio Ferreira (herdeiros)
Gado vacuum, cavalar, muar e lanígero”	2.112 mil reses de criar	10:560\$000	Divisão entre todos os herdeiros. As maiores partes ficaram com Leonídia Martins (1.050 reses) e os herdeiros de Antônio Ferreira (550 reses)
	887 ovelhas	1:174\$000	Divisão entre David Canabarro (35 ovelhas), Duarte Martins (228 ovelhas) e os herdeiros de Antônio Ferreira (624 ovelhas)
	10 cavalos mansos	140\$000	Leonídia Martins
	10 bois mansos	160\$000	Leonídia Martins
	2 burreiros	2\$000	(Custos do funeral)
	80 mulas de invernada de Cruz Alta	400\$000	Antônio Ferreira (herdeiros)

Bens de raiz	Três quartos de légua quadrada do campo da fazenda de São Gregório, sendo 16 contos a légua quadrada (fração da Estância)	12:000\$000	Leonídia Martins
	A casa de moradia, mangueiras, cercadas de plantação e poteiros, tudo de pedra	12:000\$000	Leonídia Martins
	Cinco quartos de légua quadrada de campo de São João do Umbu, avaliado por 20 contos de réis (fração da Estância)	11:000\$000	Divisão entre David Canabarro (na fração de 1:848\$000 réis) e Bibiana Martins (na fração de 4:000\$000 réis). O restante foi entregue à Fazenda Provincial para pagamento de taxa.
	A casa de moradia e suas benfeitorias no mesmo campo de Umbu	8:000\$000	Divisão entre David Canabarro (na fração de 6:000\$000 réis) e Bibiana Martins (na fração de 2:000\$000 réis)
	Um quarto de légua quadrada brasileira, mais ou menos, no campo de Cuñapiru, que foi dos herdeiros de Manoel José	4:000\$000	Duarte Martins

Fonte: SANTANA DO LIVRAMENTO (RS). Cartório do Cível e Crime. Inventário amigável [de] João Martins. Registro em: 05 nov. 1866. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 33, maço 1, estante 87.

Os números presentes na Tabela 1 mostram que, dos 66:386\$000 réis que eram parte (talvez metade) do patrimônio da sociedade de David Canabarro e João Martins, 8:118\$038 réis retornaram para David através da partilha, com destaque para a casa de moradia na Estância de São João de Umbu, em fração correspondente a 6 contos de réis. Do valor restante, a maior quantia foi para a meação da viúva Leonídia Flores Martins, num total de 33:200\$000 réis, incluindo parte da Estância de São Gregório correspondente a 12 contos de réis, a casa de moradia com plantações e poteiros

na mesma Estância, 6 escravizados e 1.050 reses de criar. Dos demais itens partilhados, destacam-se também os 5 escravizados, 550 reses de criar e 624 ovelhas destinados aos herdeiros de Antônio Ferreira Canabarro, o que pode indicar que seus filhos e genros deram continuidade à sua atividade pecuarista, facilitados pelas terras que já teriam herdado do estancieiro. O foco principal aqui, porém, é entender através do Inventário a dispersão dos bens da sociedade que os irmãos possuíam, para que possamos compreender melhor as estratégias familiares empregadas por David Canabarro já no fim de sua vida - as quais serão abordadas no capítulo a seguir.

4 Os passos finais: o segundo casamento, os filhos e a herança de David Canabarro

No dia 19 de janeiro de 1867, aproximadamente dois meses após ser realizada a partilha amigável dos bens de seu falecido sócio, David Canabarro se casou com Leonídia Flores Martins, viúva de seu irmão João Martins. O casamento, segundo Caggiani (1992), se realizou tão logo o direito canônico permitisse, e teve como exclusiva função manter inalterado ao máximo possível o patrimônio construído pelo farroupilha e seu irmão ao longo das quase duas décadas de sociedade. Repetindo o padrão endogâmico do seu primeiro matrimônio, novamente David mobilizou sua rede familiar de maneira estratégica, visando garantir a conservação e transmissão das suas posses. De imediato, vemos que, ao casar-se com a viúva de seu irmão, Canabarro “recuperou” mais de 30 contos de réis em bens de sua antiga sociedade; somando o que recebera na partilha com os “ganhos” do casamento, este conseguiu ficar com pouco mais de 62% do valor que fora partilhado no Inventário de João. O ganho mais significativo, tanto em valor quanto em importância, certamente foi a Estância de São Gregório, mantendo íntegra a maior porção de terra que os irmãos possuíam. Canabarro, no entanto, não mediu esforços para mobilizar ainda mais recursos: Ivo Caggiani (1992) nos informa que, para além do casamento, o Comandante adquiriu de seus irmãos e sobrinhos o que coube a cada um na partilha, vindo a ficar com a propriedade de todo o patrimônio da sociedade de qual participara. Tal estratégia também é citada por Farinatti em seu trabalho, referenciando o caso dos engenhos do oeste paulista que, por serem indivisíveis, diversas vezes caíam nas mãos de um “herdeiro-concentrador”. Ou seja, o engenho era “dividido igualmente” na partilha e um ou mais herdeiros realizavam a compra das partes pertencentes aos demais, concentrando em si grande porção da herança de seus ascendentes ao fim dessas operações. Essas mesmas práticas não eram tão comuns no sul do país, já que não havia nas estâncias o mesmo problema de indivisibilidade que acometia os senhores

de engenho, e muitos campos acabavam por ser partilhados e administrados separadamente por diferentes herdeiros. Por mais que houvesse casos de transações envolvendo partes da herança, o empreendimento de alguém que quisesse concentrá-la por completo era normalmente muito custoso (Farinatti, 2007). Até mesmo David Canabarro, já referenciado aqui enquanto um dos maiores pecuaristas da fronteira oeste da Província, teve grandes dificuldades em fazê-lo: informações de seu Inventário mostram que o farroupilha morreu com um enorme valor em dívidas a serem quitadas, das quais várias surgiram da compra das demais partes da herança de seu irmão João Martins (Caggiani, 1992).

Essa preocupação do farroupilha em expandir e conservar seu patrimônio mesmo já em idade avançada (em 1866, encontrava-se com 70 anos), ganha ainda mais sentido se nos atentarmos à certos trâmites familiares realizados pelo Comandante alguns anos antes. No mês de maio de 1863, Canabarro havia se dirigido ao Cartório de Santana do Livramento para realizar seu Testamento. Nele, além de suas duas filhas naturais já citadas aqui (Maria Angélica e Deolinda), aparece registrado também o seu terceiro filho: Manoel Martins. Não há informação exata sobre o ano de seu nascimento, no entanto, tal como os demais, foi fruto de uma relação fora do casamento, e em seu batismo consta ser filho de Ana Maria Nunes (Caggiani, 1992). Quanto ao conteúdo do Testamento, eis o que foi declarado:

Declarou que foi casado com Dona Eufrázia Ferreira Canabarro, que faleceu na Vila do Triunfo, não tendo havido filho algum desse matrimônio. Declarou mais que não tendo ascendentes nem descendentes legítimos, instituiu seus universais e únicos herdeiros o Capitão Manoel Canabarro, a Maria Angélica Fernandes casada com o Capitão Manoel Fernandes da Silva, e a Deolinda casada com o Alferes João da Câmara Canto do município de Uruguaiana (Santana..., 1867).

Mais tarde, no mês de julho do mesmo ano, David Canabarro retornou ao Cartório para registrar documento de reconhecimento da paternidade dos seus herdeiros, legitimando seus três filhos através deste. Segue trecho da declaração:

Alegando que não tendo ascendentes ou descendentes legítimos que seus bens pudessem herdar, de sua muito livre e espontânea vontade, sem constrangimento algum perflhava e adotava a seus filhos naturais [...] já instituídos seus herdeiros em testamento feito na Nota do Tabelião desta

Vila, José das Chagas Guimarães, e porque queria legalizar de um modo legítimo e positivo, para que os perfilhados sem embaraço algum o sucedam ainda mesmo ab-intestato (Santana..., 1863).

Através deste documento, entende-se que um dos principais motivos do farroupilha para legitimação dos herdeiros era evitar que houvessem maiores complicações, quando do seu falecimento, para que seus filhos assumissem suas posses e seus negócios. Um fato interessante é ver que, mesmo não sendo filhos legítimos de Canabarro até 1863, os três pareciam já estar inseridos dentro de estratégias familiares de sua rede familiar, vide que ambas as filhas se casaram com militares e o filho Manoel já havia se graduado Capitão. O primeiro fato conversa com a análise realizada por Piccin (2020) nas grandes famílias proprietárias do município de São Gabriel ao longo do século XX, onde este constatou que, enquanto os filhos de grandes estancieiros costumavam realizar a manutenção e ampliação dos ativos fundiários da família (buscando casamentos com filhas de outros estancieiros, por exemplo), às filhas cabia aumentar a rede de relações da família, o que normalmente se dava através de casamento com militares ou com bacharéis. O nome de seu genro, Capitão Manoel Fernandes da Silva (casado com Maria Angélica), inclusive, aparece no estudo de Paniagua (2012) sobre as eleições de Alegrete na década de 1860, mostrando que este fazia parte da rede política formada por seu sogro David Canabarro. Nas eleições para a mesa eleitoral da cidade de Alegrete em 1863, Manoel Fernandes é eleito como 2º secretário, enquanto o próprio Comandante é eleito o presidente da mesa. Já na eleição de 1866, Manoel é eleito 1º secretário da mesma mesa eleitoral. Através desse exemplo, vemos que os laços políticos e os de parentesco acabaram se misturando, de forma que o farroupilha vinha a reforçar seu poder e influência na fronteira oeste da Província, ao mesmo tempo em que garantia a presença de seus parentes em posições de poder e de posse.

No dia 12 de abril de 1867, aos 71 anos de idade, David Canabarro faleceu em sua casa na Estância de São Gregório. O fato ocorreu apenas 83 dias após o seu casamento com Leonídia Flores Martins, o que mostra que essa “última cartada” foi feita a tempo para assegurar as posses de sua liquidada sociedade e a transmissão a seus herdeiros, com David talvez já sabendo que, principalmente devido a sua idade avançada, sua vida poderia estar próxima do fim. Quatro anos após o seu falecimento, deu-se a partilha amigável dos bens através da realização do Inventário do falecido. Caggiani (1992), embora não nos traga informações sobre a partilha em si, traz a descrição de toda a extensa lista de bens inventariados do Comandante, o que revela o afortunado patrimônio que deixara, avaliado em um total de

260:599\$678 réis. Tamanhas posses, porém, tamanhas também eram as dívidas que o farroupilha deixara em vida, totalizando 116:825\$750 réis que foram pagos pelos herdeiros através da venda de parte da herança – incluindo alguns bens de grande expressão como a Estância de São João do Umbu (41:709\$225 réis) e a Chácara da Vila de Santana do Livramento (11:700\$000 réis). Ao fim, o valor correspondente à meação da viúva Leonídia foi de 71:886\$963 réis, enquanto as filhas Maria Angélica Canabarro Fernandes e Deolinda Canabarro da Câmara ficaram com 35:943\$481 réis cada uma na partilha. O terceiro filho de David, Manoel Canabarro, havia falecido em 1866 no Combate do “Passo da Pátria”, não tendo deixado descendentes.

Por mais que o “rumo” que todo esse patrimônio veio a tomar nas mãos dos herdeiros não seja abordado no presente artigo, é possível afirmar que, com os bens materiais e imateriais deixados a seus descendentes, David Canabarro possibilitava a continuidade do elevado status social de sua família naquela região de fronteira, mantendo vivas as redes familiares, de poder e de influência que construía ao longo de sua vida. Para encerrar esse capítulo deixamos, a seguir, uma tabela resumida com os principais bens presentes no Inventário do finado, a fim de melhor visualizarmos a extensão das terras e rebanhos que deixou; além disso, foi elaborada também uma lista dos escravizados que constam no mesmo Inventário. Como nos afirma Vargas (2021), as famílias de elite agrária possuíam grandes pastagens para o gado e, consequentemente, utilizavam de vários escravizados campeiros para tratar os rebanhos; para os padrões da época, além de grande dono de terras, David Canabarro morreu também como um dos grandes escravistas daquela fronteira.

Tabela 2 - Principais bens presentes no Inventário de David Canabarro⁷

Categoria	Descrição	Valor (réis)
Bens de raiz ⁸	Estância de São Gregório, com mais dois quinhões comprados a herdeiros de Salvador José de Vargas contíguos à sesmaria (totalizando 3 léguas quadradas e 3 quartos de léguas quadradas mais 852.827 braças quadradas de campo)	60:918\$000
	Estância de São João do Umbu	41:709\$225
	Chácara na Vila de Santana do Livramento	11:700\$000
	A casa de morada e estabelecimento da Estância de São Gregório, com mangueiras, cercado de plantação e potreiro, tudo de pedra	11:000\$000
	A casa de moradia do Recreio com mangueira e cercados de pedra	6:000\$000
	Parte de campo na sesmaria de Manoel José do Nascimento, em Cuñapiru, no Estado Oriental	4:600\$000
	Um galpão junto ao Teatro Sete de Setembro	4:000\$000
	A casa para negócio com pequena mangueira e quintal cercado tudo de pedra na Coxilha da Encerra	3:200\$000
Gado vacum, cavalar, muar e lanígero ⁹	1.397 novilhos	27:104\$400
	4.875 reses de criar	24:700\$000
	359 mulas	3:267\$000
	319 potros	3:040\$500
	1.122 éguas	2:997\$000
	178 cavalos mansos	2:920\$000
	2.000 ovelhas	1:600\$000

Fonte: CAGGIANI, Ivo. David Canabarro: de Tenente a General. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1992

⁷ Na Tabela 2, só foram incluídos os bens de raiz e rebanhos com valor acima de 1 conto de réis. Os móveis não foram incluídos.

⁸ Dentre os bens de raiz presentes na Tabela 2, foram vendidos pelos herdeiros para quitar as dívidas do inventariado as seguintes posses: Estância de São João do Umbu, Chácara da Vila de Santana do Livramento e parte do campo em Cuñapiru (dois quinhões, equivalente a 4 contos de réis)

⁹ Dentre os rebanhos presentes na Tabela 2, foram vendidos pelos herdeiros para quitar as dívidas do inventariado os seguintes animais: 925 reses de criar, 78 cavalos mansos, todos os novilhos, todas as éguas e todos os potros.

Tabela 3 – Lista de escravizados que constam no Inventário de David Canabarro

Nome/Descrição	Valor (réis)
Boaventura, decrepito, 64 anos	100\$000
José Carpinteiro, ébrio por hábito, 62 anos	60\$000
Luís Ignácio dos Santos, 66 anos	150\$000
Paulo Ignácio, doente, 63 anos	100\$000
José Inhamandá, decrepito, 67 anos	150\$000
Pedro Ignácio, reumático, 60 anos	300\$000
Carlos, pedreiro, 49 anos	1:000\$000
Galvão de Vargas, 50 anos	1:000\$000
João Crioulo, adoentado, 38 anos	700\$000
Paulo, domador, doente do peito, 38 anos	700\$000
Manoel José, crioulo, 13 anos	600\$000
José Ramiro, doente	400\$000
Laurentino, filho da liberta Flora, 4 anos	200\$000
Fidêncio, filho da escrava Maria, 14 anos	600\$000
José, filho da escrava Maria, 11 anos	400\$000
Joaquim, 3 anos e meio	200\$000
Thomaz, doente do peito, 13 anos	500\$000
Candida, filha da liberta Flora, 11 anos	500\$000
Luiza, filha da liberta Flora, 9 anos	400\$000
Manoela, filha da liberta Flora, 8 anos	400\$000
Maria, crioula, 30 anos	800\$000
Joana, filha da dita Maria, 9 anos	300\$000
Felisberta, filha da dita Maria, 8 anos	300\$000
Florinda, filha da dita Maria, 5 anos	200\$000
Querobina, filha da dita Maria, 3 anos	150\$000
Bernardina, 51 anos	500\$000
Laurinda, filha da Bernardina, 8 anos	400\$000

Maria Felícia, parda, 19 anos	800\$000
Maria Colaça, 16 anos	800\$000
Luiza, parda, 12 anos	500\$000
Zeferino	700\$000
Augusto	700\$000
Scipião Francisco e Francisco Torto ¹⁰	1:900\$000

Fonte: CAGGIANI, Ivo. David Canabarro: de Tenente a General. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1992

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala sobre David Canabarro, pouco ou nenhum espaço tem sido reservado para a análise de sua rede familiar e da importância das estratégias internas que possibilitaram a construção de um patrimônio tão notável ao longo de sua vida. Na biografia de 1992 escrita por Ivo Caggiani, utilizada diversas vezes ao longo deste artigo para relatar os acontecimentos da vida do Comandante, são poucos os capítulos que se dedicam a algo que não suas atuações militares. As partes que falam sobre a sua atividade estancieira e sobre o seu Inventário, por exemplo, por mais detalhadas que sejam, não parecem tentar incorporar essas informações à figura do farroupilha que se constrói ao longo do livro, deixando de se aprofundar em um tema que, como vimos aqui, foi de grande importância para a vida de Canabarro. Ao falar sobre a prosperidade da sociedade de David com seu tio Antônio Ferreira, por exemplo, Caggiani se limita a dizer que foi “mercê de muito esforço e de muito trabalho” (Caggiani, 1992, p. 34). Textos mais antigos, como o caso da também citada biografia escrita por Herbert Reichardt em 1932, são ainda mais explícitos em instrumentalizar estes empreendimentos estancieiros de Canabarro a favor de sua “natureza gaúcha”, realizando inúmeros elogios ao farroupilha nesse percurso.

Evidentemente, por ser uma abordagem recente na historiografia sul-rio-grandense e ainda pouco explorada dentro do tema da Guerra dos Farrapos, uma análise propriamente dita das redes e estratégias familiares de um líder farroupilha muito dificilmente seria encontrada em biografias clássicas. A tentativa realizada ao longo desse artigo foi justamente de utilizar esses trabalhos, aliados a fontes primárias e estudos mais recentes, para

¹⁰ Caggiani não explica por que agrupa as informações desses dois escravizados. Eles também aparecem dessa forma quando é dito que foram vendidos pelos herdeiros para quitar as dívidas do inventariante.

trazer um novo olhar para os acontecimentos da vida de David Canabarro, contribuindo com essa nova abordagem sobre os membros da elite farroupilha. Vimos que, no caso da figura analisada, as redes familiares foram mobilizadas por diversas vezes ao longo de toda sua vida, tendo importância crucial para a manutenção de sua posição de poder na região da fronteira onde vivia. Afinal, nesse cenário onde David Canabarro viveu, assim como em muitos outros, poder e posse andavam juntos, como nos afirma Vargas:

Mas a estância representava mais do que isso [posses]. Ser estancieiro no Rio Grande do Sul, possuir campos que fugiam de vista, muitos escravos a cavalo e animais em milhares, era sinal de prestígio social, visto a inserção dos grandes proprietários em outros espaços de poder e notabilidade. Além disso, os grandes estancieiros geralmente eram grandes senhores de escravos (para os padrões da região) e, por conta do seu poder nas localidades, eles simplesmente influíam de forma determinante no processo eleitoral de seus distritos rurais. No Rio Grande do Sul, o poder político local, a grande propriedade e a autoridade militar tendiam a andar juntas (Vargas, 2014, p. 278).

Nesse sentido, a utilização de diferentes estratégias familiares foi essencial para que Canabarro aumentasse e mantivesse seu prestígio social e de sua família. Dentre as mobilizações realizadas, conseguimos destacar a criação de gado e compra de terras em atuação socioeconômica conjunta, primeiro com seu tio-cunhado, posteriormente com seu irmão; os dois casamentos com parentes próximos visando a criação dos seus descendentes e a preservação do seu patrimônio; o aparente cuidado com a escolha dos cônjuges de suas filhas; entre outros pontos. O presente artigo, porém, encontra-se muito longe de esgotar o assunto: várias questões podem ser aprofundadas em trabalhos futuros, como, por exemplo, as estratégias que os descendentes do Comandante utilizaram - ou não - após o seu falecimento, a fim de mostrar os rumos dessa rede familiar no final do século XIX e como ela foi influenciada pela herança transmitida aos sucessores do líder farroupilha. Do mesmo modo que David Canabarro, certamente outros grandes nomes dessa elite mobilizaram diferentes recursos para manter seus patrimônios e seu status social. Estudos nessa linha, portanto, ao destrincharem as trajetórias da elite envolvida na Guerra dos Farrapos através de um olhar para as suas famílias, possuem sérias condições de enriquecer nosso entendimento sobre esse episódio tão marcante da história do Rio Grande do Sul e do Brasil – ao mesmo tempo em que, logo, logo, a mais longa revolta que esse país já viu se aproxima do seu bicentenário.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes**: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1868>>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 61, n. 2, p. 107-135, abr./jun. 1999. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3541231>>. Acesso em: 04 out. 2023.
- CAGGIANI, Ivo. **David Canabarro**: de Tenente a General. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1992.
- FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confinos meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/LuisAugustoEblingFarinatti.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2024.
- PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. A outra face do jogo do poder local: a correspondência do Comandante Superior da Guarda Nacional, David Canabarro. In: **A construção da ordem fronteiriça**: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867). 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012, p. 336-357. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3296>>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- PICCIN, Marcos Botton. Famílias da elite rural estancieira do Rio Grande do Sul: meios de interação social e cultural e estratégias matrimoniais e sucessorais de reprodução social. **Repocs**, v. 17, n. 33, p. 93-124, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n33p93-124>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- REICHARDT, Herbert Canabarro. **David Canabarro** (estudo biográfico). Edição do Centenário Farroupilha nº 4. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1934.
- SANTANA DO LIVRAMENTO (RS). Cartório do Cível e Crime. **Reconhecimento de filiação [de] Brigadeiro David Canabarro**. Registro em: 13 jul. 1863. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 957, maço 30, estante 87.
- SANTANA DO LIVRAMENTO (RS). Cartório do Cível e Crime. **Inventário amigável [de] João Martins**. Registro em: 05 nov. 1866. Disponível em: Ar-

- quivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 33, maço 1, estante 87.
- SANTANA DO LIVRAMENTO (RS) Cartório do Cível e Crime. **Testamento com que faleceu o Brigadeiro David Canabarro**. Registro em: 19 jul. 1867. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 135, maço 5, estante 147.
- VARGAS, Jonas Moreira. Na trilha das tropas: os charqueadores de pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (Rio Grande do Sul, c. 1850 - c. 1890). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 262-286, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.22228/rtf.v7i2.339>>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Os Barões do charque e suas fortunas**: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Nos caminhos de São Gregório”: as hierarquias sociais na fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro. **Almanack**, Guarulhos, n. 27, ed. 721, p. 1-50, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/2236-463327ed00721>>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- VILLELA, Urbano Lago. **Canabarro no tribunal da história**. [s.l.]: [s.n.], 2005.

Recebido em: 29/04/2024

Aceito em: 25/07/2025

FOLCLORE NO SUL DO BRASIL: O BOITATÁ NA REVISTA MENSAL DO PARTENON LITERÁRIO EM 1869

THE FOLKLORE IN THE SOUTH OF BRAZIL: THE BOITATÁ IN THE REVISTA MENSAL DO PARTENON LITERÁRIO IN 1869

Henrique Perin¹

RESUMO

Periódico destinado à arte, à literatura e à circulação de ideias, a Revista Mensal do Partenon Literário publicou em 1869 a narrativa do Boitatá. A transcrição dessa lenda estabeleceu um receptáculo para a memória da sociedade oitocentista gaúcha, assim como apresentou os primeiros sinais da construção da identidade do gentio sulino. Área de constantes modificações políticas e geográficas, sempre sujeita a atritos e alterações fronteiriças, o sul do Brasil, no século XIX, demonstrou ser um espaço de voláteis transformações que refletiram na literatura regional, influenciando na percepção da sociedade sobre si mesma. Esta pesquisa aborda a lenda do Boitatá através de três aspectos: o caráter sobrenatural dos elementos narrativos, a alteridade entre natureza e civilidade e as alterações quando comparada à primeira publicação do livro *Lendas do Sul*, de Simões Lopes Neto, em 1913.

Palavras-chave: Boitatá; Partenon Literário; José Bernardino dos Santos; Folclore.

ABSTRACT

*A periodical dedicated to art, literature and the circulation of ideas, the Revista Mensal do Partenon Literário published the narrative of Boitatá in 1869. The transcription of this legend established a receptacle of the memory of the 19th century society of Rio Grande do Sul, as well as presenting the first signs of the construction of the identity of the southern gentile. An area of constant political and geographical changes, always subject to friction and frontier changes, the south of Brazil, in the 19th century, proved to be a space of volatile transformations that were reflected in regional literature, influencing society's perception of itself. This research approaches this legend through three views: the supernatural character of the narrative elements, the alterity between nature and civilization and the changes when compared with the first publication of *Lendas do Sul*, by Simões Lopes Neto, in 1913.*

Keywords: Boitatá; Partenon Literário; José Bernardino dos Santos; Folklore.

¹ Bacharel em Jornalismo e em História. Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas; doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Desenvolve pesquisas sobre história da literatura, história e memória, história cultural, história do Rio Grande do Sul e história do Brasil.

INTRODUÇÃO

A *Revista Mensal do Partenon Literário*² apresenta, desde suas primeiras edições, um valioso repositório de costumes, hábitos e folclore do sul do Brasil. Espaço destinado para a produção letrada local, a folha literária publicou, além de contos, romances, ensaios e poesias, o relato de lendas relacionadas à tradição oral e à cultura popular. Um caso pontual demonstra esse fato: a narrativa “Boitatá, lenda rio-grandense”, publicada na edição de maio de 1869 em formato de conto e assinada por José Bernardino dos Santos.

A lenda de Boitatá é ressignificada nas diversas regiões brasileiras e sul-americanas conforme suas cores locais, mas é por meio do relato nas páginas do ementário que se abre a possibilidade de analisar as tradições propagadas de geração para geração no Rio Grande do Sul do século XIX. Sua origem remonta às culturas indígena e ibérica, principalmente as sujeitas às tensões fronteiriças, que empurravam os limites das coroas portuguesa e espanhola de uma longitude a outra, configurando um local de disputas geopolíticas. Antes transmitida somente pela cultura oral, a lenda do Boitatá teve alguns dos seus primeiros registros escritos nas páginas do periódico do Partenon Literário, o que funcionou como modelo para posteriores publicações em compêndios e manuais (em *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, publicado originalmente em 1888, por exemplo, consta apenas sua menção, reaparecendo integralmente, em 1913, em *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, de Simões Lopes Neto).

Conforme aponta Mauro Póvoas (2017), as versões das lendas reproduzidas nas páginas do periódico compõem uma valiosa, embora diminuta, categoria estruturante da memória cultural oitocentista do Rio Grande do Sul. Interessante notar que, apesar do corpo letrado gaúcho constituir um percentual abaixo dos 30% na segunda metade do século XIX (IBGE, 1940), o espaço destinado à cultura oral não estava relegado à notas de rodapé. Os primeiros ecos do nascente regionalismo sul-rio-grandense encontraram guarida nas páginas da revista, o que refletiu na produção literária local. Exemplos podem ser apontados com as narrativas com motivos regionalistas que mesclavam-se com o folclore nacional, como “A Pedra Fendida”, tendo a cidade do Rio de Janeiro como cenário e publicada em dezembro de 1869, “A Mãe de Ouro”, em 1873, lenda encontrada quase exclusivamente no

2 Durante sua circulação o periódico teve o nome alterado em três oportunidades, entretanto, como a edição aqui utilizada (1869) ostenta o epíteto de *Revista Mensal do Partenon Literário*, propõe-se que ao longo deste artigo seja adotado esse padrão. Para a compreensão dessas mudanças, sugiro a leitura de *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*, de Mauro Nicola Póvoas (PORTO ALEGRE, 2017).

sul no Brasil com elementos sobrenaturais e alteridades entre civilização e natureza, e mesmo lendas universais, como fragmentos da história do “Ju-deu Errante”, publicado em setembro de 1875, além de um breve apanhado de crenças argelinas, em outubro de 1869. As poesias, os contos, os romances, os estudos, as biografias e as peças de teatro que abordam as relações da natureza, do gentio, dos costumes, do tempo, do “fazer” e mesmo do mito do gaúcho, são encontrados das mais variadas formas na folha literária do Partenon Literário, e não causa espanto quando essas características são transmitidas também para a narrativa do Boitatá. Esses elementos possibilitam a análise e a discussão sobre a memória e a identidade da sociedade sulina através de seu folclore em uma região a qual Ángel Rama delimita como “Comarca da Pampa” (1982).

Em um primeiro momento este artigo apresenta a *Revista Mensal do Partenon Literário* e Bernardino dos Santos, o escritor que assina o “Boitatá”. Alguns aspectos abordados pela narrativa, posteriormente, são elencados e conduzem a análise do trabalho. São eles o caráter sobrenatural, cingido na alteridade entre cristãos e mouros; a também relação de alteridade entre a civilidade e a natureza – a qual pode-se denominar, neste caso, de *wilderness*, tal qual o conceito proposto por Roderick Nash (2001), tendo seu significado ligado às tensões entre o urbano e o selvagem. Estas possibilidades de análise serão construídas por meio da tensão estabelecida pela dinâmica das facetas que as regiões fronteiriças oferecem. Por fim, são verificadas as alterações da narrativa para o compêndio *Lendas do Sul*, reunidos por Simões Lopes Neto em 1913.

1 A Revista Mensal do Partenon Literário e José Bernardino dos Santos

A Sociedade do Partenon Literário foi criada em junho de 1868 em Porto Alegre. No ano seguinte, em março de 1869 a agremiação cultural publicou, através das prensas da Tipografia do Jornal do Comércio, a primeira edição de sua folha literária, que circulou, com eventuais interrupções, entre 1869 e 1879 – foram publicadas setenta edições, distribuídas entre os anos de 1869, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877 e 1879. É importante destacar que o surgimento da sociedade, em 1868, contemplou os anseios da geração de literatos da segunda metade do século XIX, que explorou as tradições, os costumes e o folclore gaúcho. A ebulição das experiências literárias no Rio Grande do Sul ocorreu no momento em que outros centros culturais (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Portugal) paulatinamente renunciavam o romantismo e iniciavam um período mais científico (o qual pode-se determinar de “positivista”) e menos amarrado à fórmula romântica. O Par-

tenon Literário surgiu não como o bastião de um engessamento literário que ainda ecoava no sul do Brasil, mas como um laboratório, um local para pesquisa e irradiação da cultura gaúcha (CESAR, 2006).

A iniciativa de criação da revista foi o expediente definitivo para materializar o “núcleo, onde a luz civilizadora se concentrasse nos certames científicos, nos pleitos da tribuna, e na discussão transcendente entre sobre o verdadeiro, o bom e o belo” (PROGRAMA, 1869). A revista do Partenon Literário se instituiu como um veículo poderoso para a divulgação da produção literária autóctone, o que permitiu a irradiação da literatura do Rio Grande do Sul (MOREIRA, NASCIMENTO, 2021).

Nesse contexto de estudo e exploração das influências regionais foi redigido o conto “Boitatá, lenda rio-grandense”, por José Bernardino dos Santos, em maio de 1869 – jornalista, funcionário público, romancista, poeta e teatrólogo, também assinava suas obras como Daymã. Dentre seus poemas, dramas e versos publicados no ementário do Partenon Literário, destacam-se, além de “Boitatá”, a dramatização do poema “I-Juca Pirama”, de Gonçalves Dias, o qual nomeou de “Quadros da vida selvagem – I-Juca Pirama”³, em 1869 (MARTINS, 1978).

As narrativas sul-rio-grandenses tiveram repercussão além do meio letrado gaúcho. Na edição de outubro de 1869, uma carta anônima remetida do Rio de Janeiro destinada ao Partenon Literário e respondida por José Bernardino dos Santos, pedia para que “continue a publicar na Revista do Partenon as lendas e crenças de nossa terra, escritas com a elegância que o Sr. sabe pôr nos frutos de sua imaginação” (REVISTA, n. 8, 1869, p. 12). Claramente referenciando o conto do “Boitatá”, o interesse pelas lendas sulinas ultrapassava as fronteiras locais, circulando na capital imperial do século XIX.

Em 1872, nas edições dos meses de novembro e dezembro, uma apaixonada defesa dos costumes e da literatura sulina foi publicada com o título de “Contos rio-grandenses”, assinada por Alberto Coelho da Cunha sob o pseudônimo de Victor Valpírio⁴:

3 Recentemente a obra *Quadros da vida selvagem: I-Juca Pirama* foi republicada em forma de livro por Maria Eunice Moreira e Fábio Varela Nascimento (MOREIRA, Maria Eunice; NASCIMENTO, Fábio Varela. *O Y-Juca Pirama dos pampas: o drama de José Bernardino dos Santos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2021). Os autores resgatam a peça teatral de José Bernardino dos Santos e a analisam com os olhos do investigador do século XXI, elucidando os motivos e os desdobramentos da obra em um caso de atrito e tensão entre a Sociedade do Partenon Literário e uma associação teatral de Porto Alegre chamada Companhia Dramática.

4 Alberto Coelho da Cunha assinava como Victor Valpírio ou às vezes Jatyr. Colaborava com a revista a partir da cidade de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul. Romancista e novelista, também foi diretor do Arquivo Municipal de Pelotas.

... acho que o cunho americano deve-se ostentar em todas as produções do gênio brasileiro; que um raio do sol das Américas, que doira as nossas fronte juvenis, deve espezinhar-se brilhante nas produções da musa dos brasileiros. (...) A mesma no velho o novo mundo é a poesia do coração; são os mesmos os sentimentos poderosos que acordam na alma do filho deste ou daquele hemisfério; os mesmos que despenham da cumeada agitada das paixões individuais, ao impulso do vento do desespero, as catástrofes da vida. Mas, segundo a região, clima ou natureza do país, são as condições de vida dos povos; outra a face predominante do seu caráter; outras as suas inclinações naturais, o seu sentir social: como que todos os povos têm uma alma natal (VALPÍRIO, n. 5, 1872, pp. 41-42).

O autor indica que as narrativas folclóricas do Partenon Literário deveriam ser diferentes das ofertadas pelos autores europeus, apresentando elementos originais e condizentes com a realidade sulina. O resultado seria uma literatura mais leve, ajustada às necessidades sociais, o que evitaria o mimetismo de criações estrangeiras.

2 O Boitatá

Em maio de 1869 temos em “Boitatá, lenda rio-grandense”, a criação narrativa de um conto a partir de uma lenda guaranítica, mas que também pode ser encontrada em outras regiões brasileiras. Conhecido como “baitata” e “batatá” no Centro-Sul brasileiro, “biatata” na Bahia, Batatal em Minas Gerais, “bitatá” em São Paulo e “batatão” no Nordeste, a primeira menção ao Boitatá no Brasil, segundo Luís da Câmara Cascudo (2005), é encontrada em uma correspondência do padre jesuíta José de Anchieta, em 31 de maio de 1560. Na transcrição da carta, o Padre Anchieta informa a existência de inúmeros seres sobrenaturais, inclusive fantasmas “que vivem a maior parte do tempo juntos do mar e dos rios, e são chamados *baetatá*, que quer dizer *cousa de fogo*. Acomete rapidamente os índios e mata-os, como os curupiras; o que seja isto, ainda não se sabe com certeza” (*apud* CASCUDO, 2005, p. 171). Partindo da etimologia da palavra, proveniente do guarani, tem-se em *mboi* o significado para “cobra”, e em *tata*, “fogo”, sendo constantemente representada no mito brasileiro como uma pequena cobra de fogo. Essa primeira descrição encontra correlatos na Europa, que também reconhece o caráter místico do fenômeno. Na França é conhecido como *ron-da-dos-Lutinos* e na Alemanha como *Inlicht*; na Inglaterra é chamado de *Jack with a lantern* e em outros países como Holanda, Portugal, Estados Unidos e Grécia também são encontrados relatos do mito (Cascudo, 2005). Apesar da

ampla proliferação de avistamentos por todo o mundo, o mito, na verdade, apresenta uma explicação científica: já no século XIX descobriu-se que a metabolização do elemento fósforo (P) por bactérias anaeróbicas em materiais orgânicos decompostos causava uma reação química peculiar, criando uma pequena chama conhecida como *Ignis fatuus*, ou fogo-fátuo (ROELS; VERSTRAETE, 2001).

Se em outros países o fogo-fátuo representa um caminho para os que estão perdidos durante as noites, ou o lamento de crianças que faleceram antes do batizado, ou ainda, o penar das almas incestuosas, no caso do “Boitatá” de José Bernardino, os elementos são os mesmos encontrados na lenda da *luz mala*, do folclore argentino e uruguaio: é a alma que deixou dinheiro enterrado e que não será salva enquanto o tesouro não for utilizado para a purgação do espírito errante (CASCUDO, 2005).

Famoso na Argentina e no Uruguai, o “Boitatá” também é chamado, além de *luz mala*, *fuego malo*, *farol del diablo*, *farol de los Andes* ou ainda *farol de mandinga*. Segundo o *Bestiário nacional – criaturas del imaginario argentino* (2023), são inúmeras as referências ao fogo fátuo no folclore, principalmente na região do Pampa. Abundantemente presente na literatura pampeana, a *luz mala* é descrita como:

Es un alma en pena que se manifiesta como una luz que brilla en la oscuridad del campo. Los vecinos y paisanos deben inevitablemente detenerse ante su presencia y rezar para la salvación del alma, ya que de lo contrario les sucederán cosas malas. En otras ocasiones, la presencia de la Luz en el campo invita a los aventureros a buscar el tesoro que en vida enterró el dueño del alma en pena, pero los testimonios aseguran que excavar donde indica la Luz Mala es peligroso, puesto que pueden salir gases tóxicos que matan a los codiciosos. (OLIVEIRA *et al*, 2023, p. 67.)

José Hernández, em *Martin Fierro*, de 1872, também apresenta a *luz mala*. Um pouco diferente da sul-rio-grandense, a versão argentina, publicada três anos após a lenda partenonista, indica o mesmo elemento: uma alma penada que circula pelas noites. Apesar de José Hernández não indicar a relação demoníaca e tampouco esclarecer a origem da alma, os motivos da aparição são os mesmos: uma pessoa que não foi velada e está fadada a errar pelo Pampa.

Después supe que al *finao* ni siquiera lo velaron; y retobao en un cuero, sin rezarle, lo enterraron.
Y dicen que desde entonces cuando la noche es serena,

suele verse una *luz mala*, como de alma que anda en pena. Yo tengo intención a veces, para que no pene tanto, de sacar de allí los güesos y echarlos al campo santo. (HERNÁNDEZ, 2022 [1872], p. 50).

Bernardino dos Santos não inicia sua narrativa descrevendo a lenda, mas prepara um preâmbulo, enaltecendo a importância das crenças e do folclore tanto para os povos bárbaros quanto para os cultos. Enquanto os civilizados apreciam a beleza da poesia, os incivilizados adoram as imagens transmitidas oralmente como ídolos. Assim inicia o conto:

Todos os povos, os mais bárbaros, como os mais cultos, têm as suas lendas mais ou menos verosímeis e fantásticas, ou trescalando maior porção de doçura e beleza. O povo selvagem adora essas imagens em sua idolatria; o povo civilizado ama e venera essas crenças: aquele por ser-lhe a ciência um mistério; este porque respeita nessas tradições a inocente ignorância de seus antepassados; porque vê nessa extrema credulidade nos *maus espíritos*, uma parte influente desse ingênuo fanatismo religioso dos primeiros tempos. Ou quando não por esta causa, reconhecem e aceitam essas lendas como a fabula nacional, como as belas imagens da poesia nascente (SANTOS, n. 3, 1869, p. 13).

Creditando a crença de comunidades selvagens ao mistério e ao sobrenatural, contrapondo com povos civilizados que cultuam as doutrinas científicas e o respeito às tradições, o autor inicia a primeira relação de alteridade: em um polo está a civilização, o urbano que percebe a tradição com respeito, não com medo, e no outro está o selvagem, o incivilizado, aquele que vive através de crenças e ignorância. Fato comprobatório é encontrado ainda na primeira página da narrativa, quando explica a origem da palavra Boitatá: para os indígenas, era o “fogo-serpente”; para os letrados, a explicação científica do fogo-fátuo. O léxico de “Boitatá” é apresentado e reafirma a alteridade proposta pelo autor:

Boi e tatá são duas palavras guaranis que significam serpente e fogo, e que naturalmente foram aplicadas, ou que assim devemos entender que o foram, designando o fogo-serpente, ou o fogo que serpenteia, visto tão bem adequar-se ao objeto de que nos ocupamos: de definir tão tacitamente essa luz vaga, que conhecemos pela denominação de fogo efêmero, ou fogo fátuo (SANTOS, n. 3, 1869, p. 13).

O conto tem como cenário a fronteira oeste do Rio Grande do Sul com o Uruguai, mais precisamente a região missioneira gaúcha, local de constantes alternâncias no correr de quatro séculos – “É sexta-feira, começa a fechar a noite, mas querendo vós aproveitardes um dos belos plenilúnios de maio, viajais acompanhando de três camaradas, em Missões, por exemplo, entre as extintas reduções jesuíticas” (SANTOS, n. 3, 1869, p. 13) – o autor coloca o protagonista (o leitor, no caso, pois dirige-se a quem lê o conto e o trata como agente da narrativa) em um local ermo, mas ainda assim aprazível. Roderick Nash (2001) propõe que, ao longo do século XIX, sistematicamente os escritores urbanos substituíram a repulsa pelo *wild country* por uma visão favorável da natureza, principalmente por meio do conceito de *wilderness*, em que se delimita a fronteira entre a civilização e a barbárie. A *wilderness* é o local onde se encontra a selvageria, a ignorância e o sobrenatural; é a alteridade da civilização, das luzes e do conhecimento. É na *wilderness* que o Boitatá opera e que incita medo entre os incivilizados.

...o silencio é pavoroso, ainda que quebrado pelo bater das grandes rosetas das pesadas chilenas de vossos companheiros sobre as rodela de prata, como cadenciando o trotar das cavalgadas em monótono tinir, quando de repente sobre o dorso curvo de uma das mais elevadas coxilhas próximas, a misteriosa Almenara abre o leque de fogo, e passeia da saliência às dobras do terreno e remonta à outra eminência, alternando a cor de sua chama piramidal. À sua aparição vossa comitiva estatela; o cavalo estremece entre vossos joelhos e estaca também. Voltai-vos então e tereis um quadro digno de ser apanhado por um hábil pincel. Os três camaradas que vos acompanhar, homens capazes de lutar braço a braço com um gigante, de acometer o mais feroz dos tigres com sua adaga, ou simplesmente com as *bollas*, estarão estuporados e a tremer como a vergôntea do sarandi que a correnteza agita: um deslizando-se do cavalo, cairá de joelhos com o rosto oculto entre as mãos, balbuciando uma oração, que a custo reconheceréis ser o credo; outro riscará com a ponta da adaga um Signo Salomão na cabeça do lombinho, atravessando-a depois na boca, prendendo-a nos dentes com o gume para fora e a ponta para o lado do Boitatá; e finalmente o ultimo, despresilhando dos tentos o laço, cuja armada corre, meneia e lança para aquele lado, até estirar a última rodilha das muitas em que estava ele colhido (SANTOS, n. 3, 1869, p. 14).

A aparição do Boitatá causa espanto e medo na comitiva. A montaria estanca, os cavaleiros entregam-se às credices e bênçãos e o persona-

gem, que se encontra deslocado no ambiente e desconhece o acontecimento, fica estarecido. Toda a sorte de fenômenos sobrenaturais abunda a *wilderness*, local propício para encontros demoníacos e espirituais: os animais recuam e se agitam, os homens rezam, se benzam e se escondem. As reações dos incivilizados são condizentes com alteridade proposta pelo autor já nas primeiras linhas, pois o personagem civilizado (o leitor transvestido como protagonista) não entende o ocorrido pois se o fenômeno, para si, é explicado à luz da ciência, as atitudes de seus companheiros, não. Assim, é possível compreender o papel do protagonista como o de agente civilizatório, principalmente por ser na *wilderness* que ele atua, quando transformado em *frontierman*, o homem que leva civilidade para o outro lado da fronteira, onde impera a selvageria (TURNER, 1961):

Ao presenciardes essa cena curiosa e extravagante aclarada por tão deslumbrante final, sentireis, sem dúvida, algo de compaixão por vossos ignorantes companheiros de viagem, e dificilmente podereis sustentar o riso que vos provocam seus automáticos movimentos, e a gravidade e recolhimento com que respondam. Oh! Mas não ride, por caridade! Porque esses homens vossos amigos até a última gota de sangue, tomados de horroroso susto seriam capazes de imolar-vos para que a vossa ironia ou hilaridade não exacerbasse a fúria do espírito errante, que, segundo eles creem, anda cumprindo o seu fadário na terra até que Deus lhe perdoe os seus pecados, ou que alguma alma bendita o ouça e saiba dele onde estão enterrados os seus tesouros, afim de os desenterrar e reparti-los com os parentes e os pobres, depois dele retirada a quantia suficiente para as missas em intenção de sua alma; ou que se encarregue de pagar a promessa que aquela alma penada deixara de cumprir; e cujo fogo, mesmo de longe, queima os de quem não gosta, cega com seu fulgor ou faz ficar vidente (SANTOS, n. 3, 1869, p. 14-15).

O conto é repleto de ocasiões em que o autor coloca o protagonista culto em situação de confronto com os companheiros iletrados. Na *wildernes* as pessoas são ignorantes, e em muitos casos motivo de riso para o *frontierman*. Sua atuação, entretanto, é iluminar o caos e as sombras. Na narrativa, após as maquinações dos três cavaleiros, o fenômeno luminoso extingue-se para reacender em outro ponto, mais distante. O fato, revela, os faz pensar que o Boitatá “pula” longas distâncias, e que encontrando almas cristãs, às quais não queira mal, procura outra coxilha, mais distante. Fugindo com celeridade, a companhia de viajantes encontra uma pequena habitação. Lá chegando, o protagonista é inteirado sobre a história do Boitatá (SANTOS, n. 3, 1869, p. 15).

Dado o episódio sobrenatural com a companhia de viajantes, o narrador trata de explicar a lenda do Boitatá e a transcreve tal qual era transmitida oralmente no século XIX, no Rio Grande do Sul. Um ilhéu – português radicado no Brasil – morreu sem se confessar pois para isso deveria revelar o local em que enterrou seu tesouro. Fadado a errar pelo mundo sem nunca poder entrar no céu até que alguém lhe interpele e prometa utilizar suas riquezas para rezar missas e repartir em esmolas, foi condenado a aparecer nas noites da região do Pampa, procurando por salvação ou condenando as más pessoas (SANTOS, n. 3, 1869, p. 15). Assim a lenda é contada pelo narrador:

Quando os santos Padres Jesuítas vieram para cá, já havia um ilhéu muito rico e muito mau. que não dava pousada a ninguém, nem emprestava cavalo ao viandante que tinha cansado o seu; dormia sobre os *surrões* em que guardava as suas onças, *doblas*. meias *doblas* e patações, porém, que com a vinda dos santos Padres, principiou a dizer muitas heresias e foi n'um capão e enterrou-os, em um lugar onde cinco pinheiros fazem uma cruz, e aí todas as noites ia vigiar, e as vezes dormia no lugar em que os tinha enterrado. Foi uma sexta-feira de noite que isto aconteceu. Eslava ele dormindo, quando lá as tantas da noite caiu uma tormenta que parecia querer deslocar as penhas e arrancar os pinheiros. O ilhéu assustado acordou-se gelado de medo e de frio, mas em lugar de rezar, pôs-se a chamar pelo *Cão Sujo*, e a cada raio que rebentava ele exclamava: Demônio! Com seis mil religiões de demônios que esta maldita chuva vai me fazer apodrecer os *surrões* que tem dentro os meus tesouros... e outras heresias mais; quando as trevas se tornaram mais compactas e sucedeu um silêncio de morte. O usurário pensou que linha passado o *pampeiro*, e em lugar de agradecer a Deus Nosso Senhor, ou a N. S. da Conceição, disse: ora graças ao Diabo, que sossegou!

E tanto chamou pelo Diabo, que este lhe apareceu, disfarçado n'um touro osco negro com guampas e olhos de fogo, resfolegando labaredas pelas ventas, com crinas de potro *bagual*, cauda de macaco, e patas de tigre, e lhe disse: “Aqui estou meu irmão, o que me quereis vós, que me chamaste tanto?” (SANTOS, n. 3, 1869, p. 16).

O ilhéu pediu proteção ao diabo e ele concedeu, mas ao ser inquirido sobre o que desejava, respondeu “quero dinheiro! Muito dinheiro!” (SANTOS, n. 3, 1869, p. 16). Concedido o desejo, por fim sua casa é incendiada, o tesouro perdido, o personagem é morto e sua alma dividida. A lenda então

é criada: “o ilhéu tinha morrido e essas luzes eram os pedaços da sua alma, que os Diabos repartiram, e que andam errando sempre entre o fogo; e é isto que é o Boitatá; que é um espírito mau que persegue a todos os pecadores” (SANTOS, n. 3, 1869, p. 17).

Alguns pontos podem ser destacados para compreendermos com mais detalhes a lenda. A primeira menção do fenômeno é de 1560, realizada pelo padre Anchieta, e naquele período as Coroas Ibéricas ainda não estavam unificadas. Como o Tratado de Tordesilhas, de fins do século XV, colocava a região do Pampa dentro dos limites territoriais da Espanha, sua fronteira com Portugal implicava que qualquer habitante luso a oeste da linha imaginária seria um forasteiro em solo espanhol. Após a dissolução das Coroas Ibéricas, o Tratado de Utrecht (1715) reorganizou as fronteiras do sul da América do Sul, mas não sem atritos e fricções. Essa fronteira da Região do Prata, espaço de aculturação e de mestiçagem, tanto étnicas quanto culturais, apresenta um caráter duplo, pois é uma fronteira política oriunda da disputa e dos processos colonizadores dos reinos ibéricos, ao mesmo tempo que se mostra como uma fronteira étnico-cultural devido aos contatos com as populações ameríndias (GUAZZELLI, 2010).

A Companhia de Jesus, quando de suas incursões na Capitania do Rio Grande, atual Rio Grande do Sul, veio, sob a proteção da coroa espanhola, instalar as Missões para cooptar indígenas e assim estabelecer o controle político na região que estava em constado estado de beligerância com império português. O personagem que vendeu sua alma ao diabo, por sua vez, é um português, que vivia na região da América Espanhola quando da chegada dos padres jesuítas no final do século XVII. Entre fins do século XVI e início do XIX foi necessário manter delimitadas as fronteiras físicas e políticas entre as colônias sul-americanas da Espanha e de Portugal, e a construção de lendas, utilizando o folclore ameríndio, assim como sua propagação nas regiões de tensões entre as coroas, serviu plenamente esse propósito. Este caráter dual e movediço das fronteiras da região oferecia um terreno fértil para narrativas de alteridade, colocando os portugueses como sacrílegos e gananciosos que vivem em um ambiente selvagem, alheios à religião e propensos a acordos demoníacos. E não apenas as distinções fronteiriças e a alteridade entre o bom e o mau são interpostas pela lenda, mas também é apresentado um caráter pedagógico: as boas ações e o desaparego aos bens materiais são os princípios da salvação espiritual. A penitência deve ser praticada e os pecados expiados para que o Boitatá não persiga os pecadores.

3 Lendas do Sul: O Boitatá na obra de Simões Lopes Neto

A história do Boitatá foi reapresentada no compêndio *Lendas do Sul*, de Simões Lopes Neto, mais de 40 anos após sua aparição na *Revista Mensal do Partenon Literário*. Algumas semelhanças são guardadas entre as narrativas, mas as dessemelhanças são latentes a ponto de alterarem substancialmente a história. Enquanto o conto de José Bernardino dos Santos conjectura que o fogo-fátuo encontrado pelos viajantes são os pedaços da alma de um ilhéu que a vendeu por dinheiro (SANTOS, n. 3, 1869), Simões Lopes Neto indica que na verdade é a cobra-grande chamada de “boiguaçu”, uma sucuri que após um evento diluviano alimentou-se dos olhos das carcaças de outros seres.

Cada bicho guarda no corpo o sumo do que comeu. A tambeira que só come trevo maduro dá no leite o cheiro do milho verde; o cerdo que come carne de bagual nem alqueires de mandioca o limpam bem; e o socó tristonho o biguá matreiro até no sangue têm cheiro de pescado. Assim também, nos homens, que até sem comer nada, dão nos olhos a cor de seus arrancos. O homem de olhos limpos guapo e mão-aberta; cuidado com os vermelhos; mais cuidados com os amarelos; e, toma tendência dobre com os raiados e baços!... Assim foi também, mas doutro jeito, com a boiguaçu, que tantos olhos comeu. Todos — tantos, tantos! que a cobra-grande comeu —, lavam, entranhado e luzindo, um rastilho da última luz eles viram do último sol, antes da noite grande que caiu... E os olhos — tantos, tantos! — com um pingão de luz cada um, foram sendo devorados; no princípio um punhado, ao depois uma porção, depois um bocadão, depois, como uma braçada...

(LOPES NETO, 2002, p. 3).

As diferenças são grandes. Na lenda publicada na revista do Partenon Literário o Boitatá é uma alma. Ou no caso, pedaços de alma. Para Simões Lopes Neto, são as luzes remanescentes dos olhos que a “boiguaçu” comeu. Para o escritor partenonista, existe a alteridade entre cristãos e pagãos, entre natureza e civilização, além de uma datação aproximada da entrada da Companhia de Jesus na região do Prata – “Quando os santos Padres Jesuítas viram para cá, já havia um ilhéu muito rico e muito mau” (SANTOS, n. 3, 1869, p. 16) –; para o escritor pelotense a alteridade não se aplica e a lenda parece ser imemorial. A função pedagógica também não é encontrada no relato de Simões Lopes Neto, pois sua narrativa é descritiva e expositiva, sem qualquer julgamento de valor. De lenda punitiva no século XIX, no alvorecer do XX ela passa a ser um relato regional. Concluindo a

lenda, são indicados os locais onde o Boitatá costuma aparecer, o que corrobora com a explicação do fogo-fátuo do século XIX:

Anda sempre arisca e só, nos lugares onde quanta mais carniça houve, mais se infesta. E no inverno, de entanguida, não aparece e dorme, talvez entocada. Mas de verão, depois da quentura dos mormaços, começa então o seu fadário. A Boitatá, toda enroscada, como uma bola — tatá, de fogo! — empeça a correr o campo, coxilha abaixo, lombaa acima, até que horas da noite!... Quem encontra a Boitatá pode até ficar cego... Quando alguém topa com ela só tem dois meios de se livrar: ou ficar parado, muito quieto, de olhos fechados apertados e sem respirar, até ir-se ela embora, ou, se anda a cavalo, desenrodilhar o laço, fazer uma armada grande e atirar-lha em cima, e tocar a galope, trazendo o laço de arrasto, todo solto, até a ilhapa! A Boitatá vem acompanhando o ferro da argola... mas de repente, batendo numa macega, toda se desmancha, e vai esfarinhando a luz, para emulitarse de novo, com vagar, na aragem que ajuda (LOPES NETO, 2002, p. 4).

Diferentemente do relato de José Bernardino dos Santos, essa nova versão da lenda indica a natureza dos locais em que o fenômeno é encontrado: onde se decompõe material orgânico e não há a combustão de outros combustíveis, além de si mesmo. Uma semelhança, entretanto, está em um artifício para escapar do ser sobrenatural. Os dois escritores instruem o cavaleiro a desenrolar o laço que porventura tenha e jogá-lo por cima do Boitatá – “se anda a cavalo, desenrodilhar o laço, fazer uma armada grande e atirar-lhe em cima, e tocar a galope, trazendo o laço de arrasto, todo solto, até a ilhapa!” (ibidem, p. 4); “e finalmente o último, despresilhando dos tentos o laço, cuja armada corre, meneia e lança para aquele lado, até estirar a última rodilha das muitas em que estava ele coibido” (Santos, n. 3, 1869, p. 14). Câmara Cascudo, estranhamente, não menciona o relato de Simões Lopes Neto em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, explicando que “no Brasil, em maioria absoluta das informações, o Boitatá é uma alma penada, purgando os pecados” (2005, p. 171).

CONCLUSÃO

Enquanto local de preservação de lendas, folclore, costumes e identidade, a *Revista Mensal do Partenon Literário* cumpriu relevante função na sociedade gaúcha do século XIX. O resgate desta lenda através da narrativa de José Bernardino dos Santos, apesar de representar quantitativamente uma pequena contribuição no escopo da folha literária, presta a importante função de repositório do espólio cultural de um povo, e principalmente, de uma região. Preserva-se assim não somente a memória do gentio sul-rio-grandense, mas da região do Pampa, e ainda mais abrangente, da região do Prata

As alteridades entre civilização e natureza, entre portugueses e espanhóis (jesuítas e ilhéus), os exemplos pedagógicos e as relações entre a *wilderness* e a conquista da selvageria, presentes no relato oitocentista, se não estão presentes nas reproduções século XX, é devido às situações fronteiriças distintas. No século XIX o sul da América do Sul ainda ressentia as alterações geopolíticas das coroas ibéricas. Locais de tensões, atritos e acirramentos, essas fronteiras políticas eram incapazes de estancar a cultura oral e o folclore da região – mesmo porque, por não apresentarem graves acidentes geográficos, a integração cultural entre Brasil, Argentina e Uruguai era mais fluída, com maior penetração. No século XX, entretanto, já com a consolidação da República no Brasil, o interesse pelo folclore e pelas lendas assume um outro viés: agora a necessidade era a busca de uma identidade regional. A alteridade entre portugueses, castelhanos e gaúchos não exprimia tanta importância quanto a premência de construir uma identidade própria. Prova disso pode ser encontrada nas incontáveis obras que versaram sobre o regionalismo sulino e abundaram as primeiras décadas do século XX.

As histórias preservadas na *Revista Mensal do Partenon Literário* ofertam para os pesquisadores, mais de um século após suas publicações, a possibilidade de analisar o intercâmbio e a evolução da tradição cultural e identitária da sociedade sul-rio-grandense. Composto por uma parcela de alfabetizados que não alcançava os 30 % (IBGE, 1940), o Rio Grande do Sul do último quartel do século XIX tinha na transmissão oral seu principal meio de difusão cultural, seja através de lendas, contos, histórias fabulosas e religiosas, seja através de músicas e de conversas ao redor de fogões e fogueiras. A divulgação impressa em uma folha cultural da lenda do Boitatá demonstra a forte influência da cultura indígena na região do Pampa, assim como as relações, analogias e alteridades entre portugueses e espanhóis mesmo após as modernas fronteiras políticas estabelecidas.

REFERÊNCIAS

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2006.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Literatura e história: fronteiras e barbárie (espaço platino no século XIX). In: X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o nacional e o regional. *Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUHS*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria e Centro Universitário Franciscano, 2010.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1978.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.
- NASH, Roderick. *Wilderness and the american mind*. New Heaven: Yale University Press, 2001.
- OLIVERA, Fernanda. *Et al. Bestiario nacional*. Criaturas del imaginario argentino. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2023.
- PÓVOAS. Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. Porto Alegre: Buqui, 2017.
- RAMA, Ángel. *Transculturación en America Latina*. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 1982.
- ROELS, Joris; VERSTRAETE, Willy. Biological formation of volatile phosphorus compounds. *Bioresource Technology Elsevier*, n. 79, p. 243-250, 2001.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1954.
- TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. In: *Frontier and Section*. New Jersey: Prentice-Hall, 1961 [1893].

FONTES

- HERNÁNDEZ, José. *El gaucho Martin Fierro y la Vuelta de Martin Fierro*. Buenos Aires, 2022 [1872].
- IBGE, *Censo Demográfico* 1940.
- LOPES NETO, João Simões. *Lendas do sul*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.
- MOREIRA, Maria Eunice; NASCIMENTO, Fábio Varela. *O Y-Juca Pirama dos pampas: o drama de José Bernardino dos Santos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2021.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. Programa. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Porto Alegre, n. 1, 1869, p. 3.
- SANTOS, José Bernardino dos. Boitatá, lenda rio-grandense. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Porto Alegre, n. 3, 1869, p. 13-17.
- _____. Respondendo a uma carta anônima. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Porto Alegre, n. 8, 1869, p. 12.
- VALPÍRIO, Victor. Contos rio-grandenses. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Porto Alegre, n. 5, 1872, p. 41-45.

Recebido em: 29/07/2024

Aceito em: 22/11/2024

ARTES PLÁSTICAS FORA DO EIXO: CLÓVIS H. IRIGARAY, ESTÉTICA E PROTAGONISMO KAYAPÓ DO BAIXO XINGU - 1975

PLASTIC ARTS OFF THE AXIS: CLÓVIS H. IRIGARAY AESTHETICS AND PROTAGONISM KAYAPÓ OF LOWER XINGU - 1975

Túlio Cesar de Arruda Ferreira Diogo¹

RESUMO

Em 1975, o artista plástico mato-grossense Clóvis Hugueneu Irigaray apresentou dezoito imagens da série “Xinguana”, denotando os ameríndios do Brasil Central com um novo olhar, a exemplo de mulheres indígenas inseridas no topo da hierarquia social. Nessa exposição, originalmente denominada “Detalhes do Xingu”, de gênero hiper-realista, gestada no contexto da ditadura empresarial-militar no Brasil, Irigaray antecipa, por meios estéticos, a consolidação dos direitos humanos para os povos vernaculares, dentre eles os Kayapó, do Parque Indígena do Xingu. Então, este artigo visa compreender uma das obras dessa série denominada “Detalhes Kayapó tomando um cafezinho”. Para tanto, conforme a pesquisa realizada em fontes bibliográficas, iconográficas, documentais, dentre outras, busca-se a explicação histórica desse desenho frente à política oficial de integração rápida e forçada de sociedades tradicionais à civilização, sob o manto do “desenvolvimento” da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Como resultado, percebe-se que a proposição analítica de Irigaray se trata de uma contestação política que humaniza e condiciona, no imaginário coletivo, o Mato Grosso nativo, principalmente a figura da mulher como sujeito histórico e cultural, fato ignorado na historiografia. Não apenas isso, o artista engajado projeta, para além da fronteira regional, bem à maneira antropofágica de Oswald de Andrade, o protagonismo dos(as) indígenas com identidade multicultural, que ocupam os espaços e desfrutam, na comunidade nacional, não como qualquer outro cidadão comum no cenário social, mas justamente no preciso lugar da classe dominante, contrapondo-se frontalmente à mecânica da União e da sociedade pátria que desprezava os povos originários.

Palavras-chaves: Artes visuais; Nação Kayapó; Mato Grosso; Irigaray.

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 2015. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, na mesma universidade (2017). Foi bolsista PIBID/CAPES, de 2014 até 2015. Desenvolveu pesquisa com as denotações de índios e bois presentes no Palácio Paiaçuás, sede do poder executivo do estado de Mato Grosso. Atualmente desenvolve pesquisa doutoral em História, na mesma instituição, com as obras do artista plástico mato-grossense Clóvis Hugueneu Irigaray, denominadas genericamente de “Detalhes do Xingu”, de 1975.

ABSTRACT

In 1975, the Mato Grossense visual artist Clóvis Hugueney Irigaray exhibited eighteen paintings from the “Xinguana” series, providing a novel perspective on the ameríndios of the Central Brazil, like indigenous women positioned at the apex of the social hierarchy. Originally titled “Xingu Details,” of a hyper-realist genre, conceived during Brazil’s business-military dictatorship, saw Irigaray, through aesthetic means, foreshadow the consolidation of human rights for vernacular people, including the Kayapó of the Indigenous Park of Xingu. This article seeks to comprehend one specific work from the series, titled “Kayapó Details drinking a little coffee”. Drawing on bibliographic, iconographic, and documentary sources, the historical context of this piece is explored in light of the National Indigenous Foundation’s (FUNAI) policy advocating rapid and forced integration of traditional societies into civilization under the banner of “developmentism”. The analytical proposition by Irigaray reveals a political challenge that humanizes and conditions the native Mato Grosso, particularly the woman’s role, an aspect often overlooked in historiography. Moreover, the committed artist extends beyond regional boundaries, echoing Oswald de Andrade’s anthropophagic approach, projecting the indigenous people’s protagonism with a multicultural identity. They occupy spaces within the national community not as ordinary citizens but strategically positioned within the dominant class, directly challenging the mechanics of the Union and the homeland’s society that historically disregarded the original people.

Keywords: Visual arts; Kayapó Nation; Mato Grosso; Irigaray.

INTRODUÇÃO

“Detalhes do Xingu” é a denominação original conferida ao conjunto de “18” (Estado de Mato Grosso, 1975, p. 10) documentos iconográficos confeccionados pelo então estudante de Direito, desenhista mato-grossense de ascendência indígena – por parte de seu avô paterno – Clóvis Hugueney Irigaray (1949-2021) (Bertoloto, 2001). Esse projeto visual de temática aparentemente regionalista foi apresentado publicamente em uma mostra individual, no dia 13 de agosto de 1975, na renomada galeria Guimar do prestigiado organizador de bienais em São Paulo, Guimar Morelo. Atualmente, esse ciclo crítico-criativo de produção é mais conhecido como série “Xinguana”. Em “Detalhes do Xingu”, Irigaray chama a atenção ao denotar a minoria étnica com protagonismo.

O artista plasmou e deu visibilidade aos nativos, que na imagem estão vivenciando possibilidades de experienciar vários estágios de desenvolvimento do processo civilizatório, por exemplo, ocupando os espaços socialmente mais elevados no cotidiano urbano e do consumo. Para o crítico de arte Frederico Moraes, alguns “em seu próprio meio, outros em contato com a civilização do consumo” (Moraes, 1975, p. 6). Tal é o caso da mulher Kayapó do Baixo Xingu, da composição que analisamos aqui.

Este artigo se deterá em reconstituir, ainda que de modo fragmen-

tado, certas experiências sociais em torno do imaginário de Irigaray, de modo a compreender mais detidamente seu pensamento político e estético nessa fase de produção (década de 1970) ainda identificado com a temática indigenista –, por meio da complexa relação da palavra com a imagem, nomeadamente com uma das dezoito imagens que compõem sua coleção, a saber, “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, de 1975. Esses desenhos foram criados na conjuntura nacional mais repressiva que se seguiu ao golpe “empresarial-militar” de 1964, conceito defendido pelo cientista social René Armand Dreifuss (1986). Além de discutir essa temática, busca-se também entender qual era a crítica, o problema, a utilidade e o conhecimento científico dessa proposição artístico-analítica no meio social. Assim, o artista denota de maneira sensível as questões sociais do cotidiano de seu próprio tempo.

Em sua obra, Irigaray emprega subsídios visuais como ponto de partida, em consonância à forma de arte hiper-realista, estilo artístico que emergiu no Leste e Oeste dos Estados Unidos e recebeu a denominação genérica de “fotorrealista”, conforme os estudos desse gênero por Linda Chase (Chase, 1973). A técnica dessa manifestação estilística utiliza o registro mecânico visual, ou seja, a fotografia, como fonte para confecção da pintura, visando documentar, modificar, dar vida e melhorar a percepção do real capturado pela lente, mas que foi desprezada pela óptica da mídia (Chase, 1973). O artista mato-grossense, não satisfeito com o resultado captado pela lente, passa então a lapidar essa fonte conferindo-lhes diferentes contornos e assuntos visuais. Além disso, cria de modo crítico uma nova realidade e dá visibilidade ao cotidiano urbano de outras paisagens e objetos, algumas com superfícies brilhantes e reflexivas, bem ao estilo de vida norte-americano “the american way of life”, segundo referência de Otto Letze, fundador e diretor do *Institute for Cultural Exchange em Tuebingen*, localizado na Alemanha (Letze, 2013).

Irigaray nasceu no dia 23 de março de 1949, em Alto Araguaia, município do interior do Estado de Mato Grosso. Faleceu em 03 de abril de 2021, com 72 anos de idade, em Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, deixando um enorme legado à arte contemporânea. Uma perda inestimável para o universo artístico-cultural. Desde criança, com seus três anos, já demonstrava certa inclinação para confeccionar desenhos, como no caso do autorretrato de seus pais. Aos seis anos manifestou a vontade de ser pintor, tendo como referência, a figura materna (Bertoloto, 2001). Em 1963 ganhou um importante prêmio “com o Retrato de Cristo” (Bertoloto, 2001, p. 14), no Ginásio Padre Carletti (Alto Araguaia) (UFMT; MACP, 1975). No auge de sua juventude, no ano de 1967, ingressou na Faculdade de Direito, na cidade de Campo Grande, em Mato Grosso, quando ainda uno, porém, não concluiu

o curso. E foi nesse circunscrito espaço, principalmente a partir de abril de 1968, que Irigaray estabeleceu contato com a recém-criada Associação Mato-grossense de Artes (AMA), fundada em 05 de agosto de 1967 naquela cidade.

O objetivo angular da AMA era fomentar e publicizar as produções artísticas regionais (Secretaria de Educação..., 1975, p. 15). Localizada em Campo Grande, a AMA estava sob a presidência da pintora, animadora cultural e crítica de arte, Aline Figueiredo. O núcleo artístico da AMA tinha como um dos integrantes o prestigiado pintor campo-grandense, Humberto Augusto Miranda Espíndola, na condição de diretor técnico e criador da temática da bovinocultura. Nessa esteira de acontecimentos e sociabilidades, Irigaray coleciona em seu currículo diversas participações no universo das produções plásticas que ocorreram nos grandes centros brasileiros, e foram promovidas por essa associação. Segundo o presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, Lenine Campos Póvoas, e a crítica de arte Aline Figueiredo (1976), nesse período Irigaray participou dos seguintes eventos artístico-culturais:

- “5 Artistas de Mato Grosso”, organizado pela AMA na Galeria do Cine Belas Artes, São Paulo, SP, 1968;
- XXIII Salão Municipal de Belo Horizonte, MG, 1968;
- “8 Artistas de Mato Grosso”, organizada pela AMA na Galeria de Arte do Diário da Serra, Campo Grande, 1969;
- III Salão Nacional de Artes Plásticas do Espírito Santo, Vitória, 1969;
- XVIII e XXIV Salão Nacional de Arte Moderna, Rio de Janeiro, RJ, 1969 e 1975;
- “4 Artistas de Mato Grosso”, organizada pela AMA na Galeria Goeldi, Rio de Janeiro, RJ, 1970;
- Pré-Bienal 1970, São Paulo, SP;
- Panorama de Artes Plásticas em Campo Grande, promovido pela AMA, 1970 (Sala Especial);
- “5 Artistas de Mato Grosso”, organizada pela AMA na Galeria IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos), Rio de Janeiro, RJ, 1971;
- Bienal Nacional, São Paulo, SP, 1974;
- Panorama de Artes Plásticas em Mato Grosso, no MACP (Museu de Arte e de Cultura Popular) da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), Cuiabá, 1975;
- VIII Salão de Arte Contemporânea de Piracicaba, SP, 1975 (Prêmio Aquisição);
- VI Salão Paulista de Arte Contemporânea, São Paulo, SP, 1975 (Menção Honrosa);
- I Salão de Arte Contemporânea de Ribeirão Preto, SP, 1975;

- IX Salão de Arte Contemporânea de Santo André, SP, 1976 (Grande Prêmio);
- “Realismo”, Paço das Artes, São Paulo, SP, 1976;
- Arte Agora Brasil I 70-75, MAM (Museu de Arte Moderna), Rio de Janeiro, RJ, 1976.

Individualmente, Irigaray expôs na:

- Galeria de Arte do Diário da Serra, Campo Grande, 1968;
 - Galeria Guimar, São Paulo, SP, 1975;
 - Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT, Cuiabá, 1976
- Possui obras em exposição permanente no MACP e na Pinacoteca da Fundação Cultura de Mato Grosso, em Cuiabá (Póvoas; Figueiredo, 1976, p. 3).

Por outro lado, deve-se mencionar um fato relacionado ao evento da Pré-Bienal de 1970. A inscrição para participação de Irigaray nessa mostra nacional foi realizada pela crítica de arte Aline Figueiredo, por meio de uma procuração. É o que demonstra a ficha de inscrição do artista, junto à Bienal de São Paulo, de número 448, com 8 (oito) desenhos, datada de 01 de maio de 1970 (Fundação Bienal de São Paulo Pré-Bienal, 1970). Porém, o nome de Irigaray com seus trabalhos não consta entre os 57 (cinquenta e sete) artistas selecionados, incluindo os da região do Centro-Oeste no catálogo da Pré-Bienal (Fundação Bienal de São Paulo, 1970, pp. 21-36). De acordo com o crítico de arte Roberto Pontual, antes da produção da série “Xinguana”, em 1971, o artista “[...] mergulha seu desenho em outro mundo, regressando às defesas da visceralidade intrauterina; fetos fundam esse espanto que leva do pavor à beleza, do instante primeiro ao seu suave prosseguimento, da semente ao fruto aberto em todo seu motor, do gesto à consequência” (Secretaria de Educação..., 1975, p. 24) e o que teria paralelo com as produções de pintores como o holandês “Hieronymus Bosch”, o italiano “Giuseppe Arcimboldo” (Secretaria de Educação..., 1975, p. [34]) e o artista brasileiro “Marcelo Grassmann”, que com suas gravuras do mundo fantástico descreviam monstros, demônios e fantasmas (Estado de Mato Grosso, 1975, p. 10). E nesse contexto, Irigaray criava e pintava seus desenhos em giz pastel.

Com a fundação do Museu de Arte e Cultura Popular (MACP), em janeiro de 1974, como polo difusor e guardião das práticas artísticas regionais, localizado no *campus* da recém Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Universidade da Selva, em Cuiabá, Irigaray passou a integrar os trabalhos dessa instituição (Figueiredo; Espíndola, 2010) e se tornou um dos artistas oficiais do MACP. O casal Aline Figueiredo e Humberto Espíndola, em conjunto com a professora Therezinha Arruda, estavam à frente dessa

instituição. Figueiredo como crítica de arte e professora. Espíndola na condição de diretor do MACP, criador da contestação político-artística com a temática da “bovinocultura”. Além disso, era um profundo conhecedor do gênero artístico hiper-realista, da *pop art*, do estilo de vida norte-americano, em principal, da arte abstrata, em razão do contato com os trabalhos do artista russo Wassily Kandinsky (1866-1944) e seus desenhos ao estilo analítico, construtivista, geométrico e que usava cores do universo popular. Cumpre lembrar que Kandinsky integrou o corpo docente na prestigiada Escola de *Bauhaus* - Alemanha, símbolo da arte racionalista.

Então, Espíndola com todo esse aporte sugere, e sob sua “influência” (Estado de Mato Grosso, 1975, p. 10) Irigaray se reorienta, com base em seu repertório artístico-cultural, e cria o processo crítico-criativo, que passou a denotar o indígena, “mas como valor positivo”, segundo reflexão do próprio artista (Bertoloto, 2001, p. 21) desfrutando das facilidades na sociedade industrial. A admissão de Irigaray para trabalhar no Museu ocorreu por meio de um contrato celetista, cuja vigência se deu entre 1974 e 1978, constituindo-se, assim, um dos membros da primeira geração de artistas a ser o pilar de sustentação do MACP e do núcleo artístico da região de Mato Grosso (Figueiredo, 2014). Em 09 de setembro de 1974, como resultado de seu ingresso junto ao Museu, em Cuiabá, cinco desenhos de sua autoria foram selecionados e saíram vencedores na Bienal Estadual. O evento foi realizado no MACP, para concorrer na Bienal Nacional de 1974 (Bienal, 1974, p. 2).

Advindo de uma região periférica do Brasil – vale dizer, o Centro-Oeste –, Irigaray localizou os problemas de seu tempo e apontou uma solução de modo sublime, otimista e justa, figurando como um último gesto, de apelo e/ou de esperança, para tentar resolver os desafios existenciais que acometiam os povos originários. Para tanto, o artista propôs, singularmente em seus desenhos, um programa de ação visual para reconstrução e inserção dos ameríndios na vida social e artística ocidental de modo concreto, possível e com protagonistas da história nacional.

Não se tratava de um fenômeno isolado, uma vez que um dos membros da primeira geração artística em Mato Grosso, especialmente a figura de Espíndola, seu mestre, não estava desconexo dos eventos internacionais atrelados ao mundo das belas artes. Já havia, por exemplo, a apropriação de certos aspectos e fatos circunstanciais ligados ao processo cirúrgico de renovação e da ação concreta, que ocorreram no âmago do *design* da arquitetura no mundo Ocidental. Esse processo referiu-se ao exercício didático de integrar arte e racionalidade, portadoras de valores e ideias humanistas e sociais, empreendidas pelo prestigiado arquiteto e diretor alemão Walter Gropius (1883-1969), da lendária escola alemã, a *Bauhaus* (Casa em Construção).

ção). Fundada em 1919, na cidade de Weimar, na Alemanha, justamente nos anos de crise dos efeitos do pós-Primeira Guerra Mundial. A existência da Bauhaus durou 14 anos, sendo fechada definitivamente pela polícia de Hitler em 1933 (Argan, 2005).

Outro fato relevante é que a crítica construtiva de Irigaray, de um caráter pedagógico e didático-visual, versava como um instrumento para desenvolver de forma clara, no imaginário social, sobre a necessidade de agir na vida presente, contra o horror e a brutalidade do poder institucional, ao garantir o *status* de dignidade aos indígenas, com todo aparato do Estado. Nessa ordem, deu visibilidade à beleza e à identidade multicultural do Mato Grosso nativo, , que era uma realidade, sem estar homogeneizado, com o propósito não só de denunciar, mas de atrair a empatia do público leitor, com a causa indígena. Além disso, plasmou os ameríndios ocupando os espaços e desfrutando de autonomia, protagonismo e de autodeterminação; não como a de qualquer outro cidadão comum no cenário nacional e nas tradições artísticas, mas, justamente, no preciso lugar da reacionária burguesia dominante nacional, que secularmente ocupa o topo da hierarquia social, com seus privilégios e hábitos nacionais.

Nesse sentido, o artista tinha como base os recursos imagéticos que circulavam naquele momento, advindos tanto das revistas e ilustrações de objetos de consumo industriais quanto da reprodução mecânica de trabalhos de importantes fotógrafos da época. Outrossim, o artista desafiou o consenso tradicional do privilégio em vigência no cenário civilizacional, centrado tão somente na pirâmide social da classe burguesa, que historicamente é a detentora do poder, e, por isso, sendo a responsável pelas graves diferenças no tratamento violento dispensado ao diferente, principalmente contra os ameríndios. Então, o artista criou, condicionou e inseriu o nativo ocupando os espaços de prestígios da branquitude nacional, para impactar visualmente o universo burguês.

Em conexão com esses apontamentos é possível afirmar que a obra de Irigaray lança um olhar com teor político e com apelo sensível à nação de língua Jê – os indígenas Kayapó, que estavam localizados no Baixo Xingu, no Parque Indígena do Xingu (PIX), atual Terra Indígena do Xingu (TIX). Seu elemento-chave é a mesma prática de pintores como Bacon, Delacroix, Turner e Picasso, ao fazer uso de subsídios visuais da cultura material da sua época na composição de suas pinturas (Sontag, 2004). Em sua metodologia de composição, Irigaray utilizou, em sua maioria, originais fotográficos de 1965 e ainda outros ângulos filmicos mais essenciais do importante retratista, cineasta e documentarista Wolf Jesco von Puttkamer Filho (1919-1994).

Com relação às subdivisões da etnia Kayapó, algo chama a atenção, pois, na década de 1970, dois grupos estavam em grande evidência nas mídias. Um deles eram os Txucarramãe – palavra que na língua dos nativos Juruna significa “desprovido de arco” (Villas Bôas; Villas Bôas, 1975, p. 44), atualmente denominados de Mëtyktire –, que se mostraram bastante preocupados com a construção da BR-080, braço viário para conquistar a Amazônia, construída pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e que cortaria o Parque Indígena do Xingu (PIX). Já de forma mais emblemática é o segundo grupo, o qual envolve os Kreen-akaroré, em decorrência das frentes de atração e de “pacificação” dos indígenas pelos sertanistas e irmãos Villas Bôas, em conjunto com Wolf Jesco von Puttkamer Filho. Esses acontecimentos, quais sejam, de atração e de “pacificação” dos indígenas, constam em dois importantes artigos publicados na revista *National Geographic*, de fevereiro de 1975, de autoria de Jesco (Puttkamer, 1975). O território do Kreen-akaroré se estendia entre Guarantã do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo, Terra Nova e Colíder, municípios do Norte de Mato Grosso (Siqueira, 2002). Entretanto, essa etnia foi transferida, na década de 1970, para o Parque Indígena do Xingu (PIX). A construção da BR-080, que cortou a reserva indígena, junto à mudança de território imposta aos Kayapó, respondia aos projetos de integração e de segurança nacional que se ancoravam em um discurso que primava pela instalação da “modernidade”, do “progresso” e pelo anseio de ocupar os denominados “espaços vazios”, tal como apregoava a política de desenvolvimento do Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº. 1.106, de 16 de junho de 1970, e implementado pelo então general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Na década de 1970, Irigaray foi o primeiro mato-grossense – portanto, fora do eixo Rio-São Paulo (Secretaria de Educação..., 1975, p. [34]), considerado referência hegemônica da produção artística nacional – ao apresentar seu trabalho ao universo artístico, de uma arte genuinamente brasileira, de raiz indígena, bem como a sua crítica às engrenagens do Estado sob o regime ditatorial e aos problemas sociais. Nessa coleção – “Detalhes do Xingu” ou “Xinguana” –, o artista colocou em evidência a própria figura indígena, com sua identidade e os elementos regionais, multiculturais, na condição de autonomia, de protagonismo, de resistência, de insurgência, em desfavor da tirania estatal. Esses dados constituem as referências para a elaboração da linguagem plástica de “Detalhes do Xingu” por Irigaray.

Não resta dúvidas de que o documento iconográfico e histórico de Irigaray que analisamos aqui – o quadro “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, de 1975 – é uma contestação um “ato” com sentido “político”, como bem observou a jornalista e economista Flávia Salem (Salem, 2023). O artis-

ta abordou os tipos humanos locais no processo de formação da identidade regional, em uma composição simbólica, uma peça singular no mosaico da diversidade cultural nacional. Além disso, plasmou e antecipou, nesse documento visual, a resistência, o protagonismo, a autonomia, a liberdade e a autodeterminação dos povos vernaculares frente aos problemas sociais advindos da conjuntura dos anos de chumbo e da partilha dos bens industriais.

1 O contexto da nação Kayapó

Olhando para a produção plástica, que dá acesso a uma outra dimensão cultural e traz informações circunstanciais de um tempo histórico vivenciado pelo desenhista, indaga-se o que acontecia no estado de Mato Grosso na década de 1970 com a nação Kayapó: qual era a conjuntura da imagem de Irigaray? À época, a cultura xingwana se via ameaçada pela invasão do Parque Indígena do Xingu (PIX), no presente é Terra Indígena do Xingu (TIX) com a construção da BR-080 – a qual foi questionada à Fundação Nacional do Índio, atual Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), pelos Kayapó Txucarramãe – e, tempos depois, também com a dramática situação dos Kreen-akareré, outro subgrupo dos Kayapó, que quase foi dizimado em decorrência do contato com a sociedade “civilizada” e de sua transferência para o Parque Indígena do Xingu (PIX),

Os responsáveis pela criação do projeto de lei do Parque Nacional do Xingu, genericamente denominado de Parque Indígena do Xingu (PIX), subordinado ao antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tinham à frente as seguintes personalidades: o Vice-Presidente da República Café Filho, em conjunto de uma comissão técnica integrada pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, o indigenista e diretor do SPI José Maria da Gama Malcher, o engenheiro e Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim diretor geral da Aeronáutica Civil, os irmãos e sertanistas Villas Bôas da Fundação Brasil Central, o antropólogo e funcionário de carreira do SPI Darcy Ribeiro, o senador Vespasiano Martins e Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional. Os representantes dessa comissão confeccionaram em 1952 um anteprojeto, que foi entregue ao Vice-Presidente da República. Como resultado, no dia 06 de maio de 1953, tornou-se o Projeto de Lei número 3.107, que foi encaminhado ao Congresso Nacional, acompanhado de uma mensagem de número “179-53”, do então Presidente da República Getúlio Vargas, a respeito da criação do PIX (Brasil, 1953, p.1-3). A materialização desse projeto, no entanto, só ocorreu no governo de Jânio Quadros, em 14 de abril de 1961, pelo Decreto Presidencial nº. 50.455, e regulamentado pelo Decreto nº. 51.084, de 31 de junho de 1961, que delimitou um extenso território para a

instalação do Parque, considerado o pioneiro e o maior projeto de reserva e de demarcação de território indígena no país, assim como de grande prestígio no continente americano, e situado ao Norte do estado mato-grossense.

Cumpra explicitar que a extensão territorial dessa reserva indígena federal é dez vezes menor do que a área estipulada inicialmente, contando com seus 2.642.003 hectares. Seu objetivo é preservar a cultura e a vida indígena (Brasil, 1961) frente aos movimentos de expansão e de ocupação capitalista. No local, quinze sociedades indígenas de troncos linguísticos distintos foram reunidas, criando desse modo um determinado tipo de cultura que passou a ser denominada de xinguana. Nesse período, o estado de Mato Grosso era palco de conflitos e crimes praticados em desfavor dos povos originários, em flagrante afronta à Convenção nº. 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – realizada em Genebra, em 05 de junho de 1957 –, norma relacionada aos direitos humanos (Bucker; Bucker, 2005). Ademais, o país buscava financiamento internacional para promover o chamado “milagre brasileiro”, e as denúncias, na avaliação da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2006), prejudicariam a imagem brasileira junto ao financiador estrangeiro.

Funcionários da FUNAI, em conjunto com os irmãos e sertanistas Villas Bôas, e o fotógrafo e documentarista Jesco Puttkamer, entre as décadas de 1960 e 1970, eram os responsáveis pela aproximação entre os Kayapó. Com efeito, estava em vigência um projeto governamental que fomentava o declínio da população indígena devido à invasão de suas terras pelo homem branco, que trazia a fome aguda, além das epidemias, como o bacilo da gripe, o sarampo, dentre outras doenças; também os vícios, a mencionar a ingestão da cachaça etc. Apesar dessa conjuntura de ações sistemáticas de abandono e de extermínio, as sociedades tradicionais resistiram intensamente frente aos avanços das fronteiras de expansão capitalista, mas foram derrotadas. Nesse sentido, há uma proximidade desses fatos com o que afirma a filósofa Hannah Arendt (1999) a respeito dos crimes contra a humanidade perpetrados pelos nazistas, por meio da expulsão e genocídio, ao argumentar o seguinte: “o primeiro configura crime contra as nações irmãs, enquanto o último é um ataque à diversidade humana enquanto tal [...]” (Arendt, 1999, p. 291). Os irmãos Villas Bôas, ao transferirem os nativos para o Parque Indígena do Xingu (PIX), em janeiro de 1975, com o apoio e suporte do avião da Força Aérea Brasileira (FAB), e em conjunto do Ministério da Saúde, evitaram a extinção desse povo, que parcamente sobreviveu. Essa grave situação das nações originárias consta nos estudos da historiadora Elizabeth Madureira Siqueira (2002), que afirma o seguinte:

Quando a FUNAI providenciou a transferência do grupo para o Parque do Xingu, dos 1.500 índios Kreen-akoraré existentes no primeiro contato, restavam apenas 135 membros, em janeiro de 1975. Essa transferência, como já enfatizamos, provocou nos índios uma grande infelicidade e completa falta de perspectiva de futuro, levando-os à prática do aborto e até mesmo ao suicídio. Dos 135 migrados para lá, apenas 89 resistiram (Siqueira, 2002, p. 236).

Essa conjuntura adversa atravessa a confecção de “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, de Irigaray, quando interveio cirurgicamente na fotografia para colonizar o imaginário social, situando nele, o nativo na sua melhor versão, belo, com identidade cultura definida e ocupando os espaços na sociedade nacional. Os Kayapó-Txucarramãe, atual Mëtyktire, segundo os Villas Bôas, são os Jê-Botocudos, os “Beiços-de-pau”, com os seus botoques – um tipo de disco de madeira com cerca de sete ou até mesmo doze centímetros de diâmetro, usado no lábio inferior, que serve para “intimidar seus inimigos” segundo os estudos da antropóloga Vanessa R. Lea (Lea, 2012, p. 30). Esses povos, considerados bem mais numerosos em comparação aos demais grupos de nativos da região, ocupavam uma vasta área da Amazônia antes das frentes de aproximação. De acordo com a pesquisa do médico, psiquiatra e etnólogo alemão Karl Von den Steinen – que chefiou duas expedições científicas, com viés etnocêntrico do período, sendo uma em 1884 e a outra em 1887, na região do Alto Xingu –, esses indígenas sempre lutaram pela terra. Na década de 1970 se encontram no território do Baixo Xingu, região que compreende a extensão do Parque Indígena do Xingu (PIX) (Villas Bôas; Villas Bôas, 1975).

Ocorre que a partir de maio de 1971, essa nação indígena, principalmente na figura de Bud-Diti, que era o cacique “Raoni” (Lea, 2012, p. 18), chefe-representante da nação Kayapó-Mëtyktire, que passou a engendrar resistência e luta política aos ditames da União e questionou o então presidente da FUNAI, o general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, entre 1970-1974, demonstrando plena insatisfação com a construção da BR-080. Conhecida também como a “Grande Estrada da Amazônia”, que amputou uma área correspondente a 80 quilômetros de extensão da porção setentrional do Parque Indígena do Xingu (PIX), ficando a cerca de 140 quilômetros de distância do Posto Diauarum, coração do Parque e sede dos Villas Bôas, sendo considerada uma verdadeira ameaça à cultura xinguan (Índios Txucarramães, 1971, pp. 9 e 10).

Essa invasão ao território indígena foi, por sinal, elaborada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), com o discurso de “desenvolver” e conquistar a região, conforme registrado na

“Carta do Xingu” (Carta do Xingu, 1971), de 15 de maio de 1971. Confeccionada em uma capa de couro cru, justamente para um evento solene, que ocorreu no meio da mata, em Piara Assu, à margem direita do rio Xingu, em Mato Grosso. Esse evento governamental, ao som do Hino Nacional, que contou também com o hasteamento da bandeira, ocorreu na presença de setecentas pessoas ligadas ao governo e demais representantes do mercado capital. Chamou a atenção, nesse ato solene, a ausência dos irmãos e sertanistas Villas Bôas e dos antropólogos, pois criticavam frontalmente a construção da BR-080.

Além disso, o projeto militar, por intermédio da construção da Transamazônica – BR-230 (rodovia Transamazônica), objetivava chegar até a base aérea do Cachimbo, rumo ao encontro da BR-165, Cuiabá-Santarém, construída pelo Exército. Esse plano fracassado visava a integração com as demais regiões do país. E esse era o motivo da preocupação entre os Kayapó-Txucarramãe-Mëtyktire, que passaram a lutar e a demonstrar resistência política ao plano governamental, em especial, a figura do cacique Raoni, a qual questionou à FUNAI sobre esse programa governamental de rodovia em terras indígenas. Nesse entrave político, a FUNAI, por meio de uma portaria publicada no dia 29 de janeiro de 1971, definiu o seguinte: “a assistência ao índio, que deve ser a mais completa possível, não visa e não pode obstruir o desenvolvimento nacional, nem os eixos de penetração para a integração da Amazônia” (Índios Txucarramães, 1971, p. 9). Esses eram alguns dos graves problemas envolvendo a luta e resistência política dos Kayapó-Mëtyktire, nos âmbitos regional, nacional e internacional.

2 O protagonismo da mulher Kayapó-Mëtyktire

Nesse contexto de luta política dos povos indígenas, na busca pela dignidade humana e do protagonismo na história nacional, Irigaray é sensível ao caso; e atendendo as normativas do MACP a respeito da temática indigenista, denotou a mulher Kayapó-Mëtyktire, do Baixo Xingu de forma bela e aguda, pois, resolveu, conforme os argumentos do crítico de arte Frederico Moraes, “Entre expressar a crise ou a construção, prefere o segundo caminho; pois considera mais útil revelar o homem nas suas melhores possibilidades do que mostrá-lo fragmentado e caótico” (Moraes, 1979, p. 87). Para a elaboração de suas imagens, o artista combinou e decompôs diversas fontes visuais de forma agigantada, articulando informações que retirava da documentação que tinha à disposição, a exemplo de revistas de conteúdos gerais, publicadas semanalmente ou mensalmente. Também consultava o material do acervo fotográfico dos irmãos e sertanistas Villas Bôas, cujos originais fotográficos, em sua maior parte, saíram da objetiva de Jesco

Puttkamer, a exemplo das fotos e cartões-postais.

Em conjunto, Irigaray fazia assim uso de elementos da cultura imagética, apropriando-se do universo da fotografia, do cinema, da música, de recortes visuais mais expressivos disponíveis em revistas populares, o que permitia a sua ampliação, modificação e a elaboração de sua própria comunicação artística. Com isso, o autor deu vida e visibilidade, modelou uma identidade indígena, com um sentido totalmente novo para aquele momento, de maneira crítica e de choque ao universo burguês. Como resultado, no primeiro plano de seus desenhos, percebe-se bem nitidamente a intervenção cirúrgica que o artista fez, ao apropriar-se de diversos elementos pictóricos, agigantando esses componentes em suas obras, manejando-os de maneira diferente da fonte original.

Notadamente para a constituição de “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, Irigaray recorreu à combinação de duas fontes diferentes. A primeira se trata da incorporação de recortes de uma campanha publicitária impressa, veiculada em julho de 1969, oriunda da revista “Realidade”, lançada pela editora Abril, em 1966. Por ser de cunho contestatório à ordem conservadora, durante a vigência do Ato Institucional de número 5 (AI-5), a revista “Realidade” foi descaracterizada e, anos depois, em 1976, foi substituída pela revista “Veja”. A campanha publicitária mencionada versa sobre os bens de consumo alimentícios em que vemos a veiculação de propagandas do primeiro café solúvel do Brasil, da marca Nescafé. Desse modo, Irigaray incorporou em sua narrativa visual, a cultura imagética a partir da reprodução mecânica da sociedade industrial, ou seja, fez uso de uma fonte fotográfica secundária, feita em um estúdio, sob encomenda da maior empresa transnacional de alimentos global, a sueca Nestlé. Essa imagem pode ser vista abaixo, na figura de número 1 (um), acompanhada do seguinte texto:

O bom café... em boa companhia

Nescafé prolonga os bons momentos

O prazer de estar juntos... com Nescafé. Aceita um? E o clima se torna mais cordial, mais caloroso. Nescafé é a pausa quente, não deixa a conversa esfriar. Nescafé. Num instante, o que há de mais moderno. Um traço de união entre as pessoas. Nescafé, o cafezinho gostoso. Café solúvel Nescafé, o primeiro fabricado no Brasil. Café solúvel Nescafé - um produto Nestlé (Realidade, 1969, p. 55; grifos no original).

Imagem 1 – Propaganda da Nescafé.

o bom café...
em boa
companhia

Nescafé prolonga os bons momentos

O prazer de estar juntos... com Nescafé. Aceita um? E o clima se torna mais cordial, mais caloroso. Nescafé é a pausa quente, não deixa a conversa esfriar. Nescafé. Num instante, o que há de mais moderno.

Um traço de união entre as pessoas. Nescafé, o cafézinho gostoso. Café solúvel Nescafé, o primeiro fabricado no Brasil.

café solúvel
NESCAFÉ - um produto Nestlé

P&G 2-68

“O bom café... em boa companhia: Nescafé prolonga os bons momentos”.
[Revista] **Realidade**, São Paulo, julho de 1969. Edição 40, ano IV. Editora Abril,
p. 55.

Já a segunda fonte para a obra de Irigaray consiste em duas fotografias do importante fotógrafo e cinegrafista alemão, o já mencionado Wolf Jesco von Puttkamer Filho, conforme se vê abaixo as figuras de número 02 (dois) e 03 (três). Cumpre ressaltar, que toda a coleção de Jesco e os seus trabalhos etnográficos junto aos nativos brasileiros estão atualmente sob a guarda do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOÍÁS), denominado Centro Cultural Jesco Puttkamer. Mais tarde essas suas imagens – apropriadas por Irigaray – passaram a ser reproduzidas em cartões postais de temática indígena, com o título “Brasil Nativo”. O registro desses instantâneos, ocorreu a partir de 1965, quando Jesco esteve na Aldeia Porori, localizada ao Oeste

do rio Xingu, e aí estabeleceu contato com os indígenas Kayapó-Txucar-ramães, atual subgrupo denominado Mëtyktire. Esse trabalho visual exuberante pode ser visto na obra “Índios do Xingu”, dos irmãos e sertanistas Villas Bôas (1975, pp. 65 e 70), conforme imagens a seguir:

Imagem 2 – Menina Kayapó. “A cabeça raspada é uma característica dos índios da família Jê”.



Foto: Jesco. (Villas Bôas; Villas Bôas, 1975, p. 65).

Imagem 3 – Menino Kayapó. “A calvície é elegância e, com muito sacrifício, conseguida”.

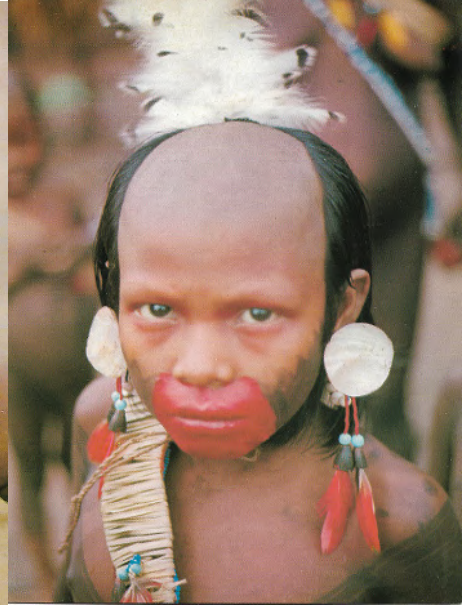


Foto: Jesco. (Villas Bôas; Villas Bôas, 1975, p. 70). À direita.

Em síntese, para a criação de “Detalhes-Kayapó tomando um café-zinho”, o artista se apropriou e mesclou as três imagens demonstradas anteriormente. O resultado dessa composição, com a sobreposição das duas fontes – vale dizer, a campanha publicitária e o registro etnográfico – no trabalho de Irigaray pode ser visto na imagem abaixo:

Imagem 4 – “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”



Etiqueta: “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, 1975. Desenho 40 x 53 cm, por Clóvis H. Irigaray. Obra do acervo permanente do Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá (na década de 1970).

Doação feita pela crítica de arte Aline Figueiredo. Foto do autor, dezembro de 2022.

No desenho acima constata o congelamento de três pessoas bem próximas que posaram, por assim dizer, para uma objetiva em um plano de fundo turvo. Do lado esquerdo do(a) leitor(a), há um homem branco e loiro, tomando uma xícara de café. Ao centro da imagem, uma mulher indígena, sem sobrancelhas, com a cabeça na parte da frente raspada, com suas pinturas e ornamentações corporais, faciais e plumárias. A nativa expressa um sorriso e está com a boca entreaberta – como que mostrando os dentes. Ela olha para seu(a) espectador(a), e segura com a mão direita uma xícara marrom de café, cujo líquido, supõe-se, seria ingerido. Do lado direito da mulher Kayapó-Mëtyktire está uma mulher branca e loira, maquiada, com os lábios figura uma cor tonal “cor da pele” e/ou marrom. Ela faz uso do rímel nos cílios e do delineador preto nos olhos, sorri e olha para a indígena. Também segura com uma das mãos uma xícara marrom, com a bebida de café no seu interior. Bem acima de seu crânio, há um detalhe em meio a uma variação tonal bege claro, algo semelhante à parte de um galho, cipó ou um “aparente” ramo de planta seca, algo ainda indecifrável, mas que vere-

mos detalhadamente mais adiante.²

Ao adentrar no campo da análise e comparar as imagens, percebem-se algumas modificações substanciais realizadas pelo artista. Irigaray, então, dando um caráter totalmente novo, atribuiu à sua própria composição as seguintes finalidades: a primeira é que alguns desses elementos em sua obra têm forte evidência a favor da apropriação do movimento da *pop-art* norte-americana, transformando-o em brasilidade, ou melhor, na *pop* local, ao abordar, por exemplo, a publicidade e o consumo no meio urbano de modo crítico, e de inserir a mulher kayapó nesse contexto. Em um segundo momento, o artista rejeita os condicionamentos estéticos “eruditos”, de dominação, da mídia e do conformismo social de seu tempo. Nesse sentido, Irigaray estabeleceu a criação de uma nova realidade para atingir de modo mais profundo o imaginário e o comportamento coletivo, objetivando uma convocação à transformação, com uma proximidade entre a arte e a vida, ao inserir a mulher Kayapó-Mëtyktire inteira e com protagonismo na sociedade nacional.

A primeira modificação, ou atualização, operada por Irigaray em seu desenho, com relação aos modelos precedentes, é quando se percebe certa “imperfeição” localizada no fundo da sua obra. Nela há o vestígio da inserção de recortes que advêm dos subsídios fotográficos de Jesco e que consta na obra de Villas Bôas (1975) (Villas Bôas; Villas Bôas, 1975), e que foram utilizados por Irigaray na sua composição imagética. A prática em questão fica perceptível quando se vê, por exemplo, bem acima do crânio da mulher branca e loira, a presença de alguma extensão na cor bege, similar, por exemplo, aos resquícios da natureza, e entre a cabeça da nativa e do modelo existe um detalhe na cor verde.

A esse respeito, conclui-se que se trata de um acessório indígena, uma vez que, de acordo com a referência visual primária de Jesco, a imagem de número 02 (dois) (Villas Bôas; Villas Bôas, 1975, p. 65), nessa mesma localidade da foto se observa a presença de outras pessoas ao fundo. Trata-se de uma correspondência plástica entre as duas imagens. Dentre as infor-

2 Apenas um adendo importante sobre a obra do autor na foto acima: figuram nessa imagem, algumas marcas que demonstram o estado de conservação dessa obra, pela exposição à água e/ou umidade. Na face do modelo branco, vemos duas manchas: uma que escorre pela testa, passa pela sobrancelha e para um pouco próximo do canto do olho esquerdo; a segunda como se fosse uma gota d'água que também passou pela testa e está um pouco abaixo do olho direito e perto do nariz. Por fim, na extensão do dorso da mão do modelo, figura uma outra mancha. Essa degradação na obra de Irigaray não consta na publicação do livro “MACP: [animação cultural e inventário do acervo do Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT]”, de autoria de Aline Figueiredo e Humberto Espíndola, de 2010, uma vez que recebeu tratamento e demais ajustes de melhoria para ser publicada.

mações contidas, se constata que o objeto com pigmentos na cor marrom e/ou “cor de pele”, parecido com um cipó, além de outro detalhe esférico na cor verde, que aparece em meio às cabeças tanto do modelo e da Kayapó no desenho de Irigaray, se refere, em verdade, a um acessório de cor azul, que era usado por uma mulher indígena. Já o outro detalhe, que aparece na cor verde, são pessoas ao fundo e que, de acordo com o registro de Jesco, não foi possível decifrar de modo mais preciso, uma vez que essa foto está com o fundo desfocado. E, justamente nessa região do desenho, o artista também concebeu outra tonalidade e desfoque.

Uma segunda alteração, que aqui se considera de maior relevância, foi na modelo localizada no plano central da reprodução fotográfica da multinacional de alimentos Nestlé. Em seu lugar e, rompendo com as estereotipias da desagregação, discriminação e hostilização de grupos minoritários, que eram veiculados pela mídia, Irigaray coroou sua produção plástica ao incluir a mulher Kayapó-Métyktire ocupando o lugar de destaque da iconografia. Além disso, deu destaque ao rosto reluzente dessa jovem mulher indígena de olhar fixo para seu(ua) interlocutor(a) e pronta, com sua cultura e ornamentação corporal, facial e plumária livres, para viver experiências que eram julgadas imprevisíveis ao universo dito “civilizado”, para além de suas fronteiras. Mas o autor o fez não por mera liberalidade, e sim com forte sentido, ao mesmo tempo cultural, estético e social: primeiramente ao propor uma experiência do choque, que visa modificar a percepção a respeito dos fenômenos da realidade circundante imposto pela mídia. Sua provocação objetivava causar o estranhamento no(a) interlocutor(a), por conta da grave situação que pesava aos indígenas brasileiros, durante a ditadura “empresarial-militar”.

Entre os anos de 1974, 1976 e 1980, diversas denúncias de graves violações de direitos humanos em desfavor dos ameríndios foram levadas ao Tribunal Penal Internacional - “Tribunal *Russell* II”, que é o responsável por investigar e julgar, por exemplo, sobre os crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade (Tosi; Ferreira, 2014, p. 17), o que condenou o Brasil. É o que apontam os escritos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (Brasil, 2014), publicados em dezembro de 2014. No segundo volume de seu Relatório Final (Texto 5), a Comissão aborda as violações contra os povos vernaculares (Brasil, 2014, p. 208). Não se pode esquecer, de igual modo, o famoso Relatório Figueiredo, elaborado em 1968 pelo Procurador da República, Jader de Figueiredo Correia, do Ministério do Interior, e que apontava diversos crimes de genocídio indígena praticados pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e cujo documento ficou desaparecido por 20 (vinte) anos (Brasil, 2014, p. 207).

Nesse processo de apropriação e releitura, vale dizer, de sobreposição e atualização, se percebe quatro elementos empregados por Irigaray, que têm, a princípio, relação com o legado das ideias vernaculares nacionais, a exemplo dos movimentos contraculturais no cenário brasileiro. E nada impede que o melhor desses estilos, com suas características, possam ser introjetados e/ou apropriados na linguagem visual do artista mato-grossense, principalmente, porque na década de 1960 e 1970, era uma prática comum no agir artístico. Nesse período, por exemplo, era regular entre os artistas a incorporação de diversos suportes das artes e da cultura fora dos padrões, com realização de alianças e de parcerias criativas. Mesclava-se características do universo erudito com o popular, ideias, experiências vitais e o emprego de objetos de outras mídias tecnológicas como instrumento significativo para criação da obra (Canongia, 2005).

A narrativa visual de Irigaray incorporou, por exemplo, o tônus político e de transformação no meio social, ao questionar os ditames governamentais e da sociedade burguesa nacional, ao requerer o tratamento digno aos indígenas justamente durante a ditadura “empresarial-militar”. A referência dessa força artística contestatória contra o regime era recorrente no Brasil, a exemplo dos movimentos da Tropicália, a Marginalia, a Contra-Arte ou a “Arte de Guerrilha” conforme os estudos do historiador Artur Freitas (Freitas, 2013).

Não apenas isso, o artista faz uso da arte como antídoto ideal para combater o horror da política no cenário nacional, pois elaborou um discurso visual que extrapola a moldura do quadro para desconstruir e contestar político-artisticamente o discurso oficial da União, e a narrativa secular das classes conservadoras e da mídia, com sua visão estereotipada ligada ao pensamento idílico colonial. Considerações que taxavam os(as) indígenas como objetos de consumo, de curtição, “refratários ao progresso” (Ribeiro, 1962), “selvagens”, “bárbaros”, arredios e inumanos. Todas essas adjetivações pejorativas são frutos da colonização do imaginário, que logo pregavam a pecha de que os nativos deviam ser marginalizados (Ribeiro, 1970) e proibidos de “criarem possibilidades imensuráveis de ser”, segundo Irigaray (Governo do Estado de São Paulo, 1976, p. 16).

Uma característica notável de Irigaray é que o artista elegeu e denotou principalmente mulheres indígenas em suas proposições visuais. Como hipótese, acredita-se que o artista era muito sensível aos acontecimentos em seu entorno, como um sismógrafo, atravessado por diversas transformações humanas de proporções globais e regionais. Conjugava-se a isso, um evento notadamente mais marcante, de foro íntimo, quando se tornou pai, no ano de 1973, de Maria Irigaray. A partir daí pode-se inferir que então

empoderou a figura feminina. Além disso, Irigaray incorporou o que se desenhava a respeito dos direitos das mulheres nesse período.

Nesse sentido, dois casos merecem destaque: o primeiro foi o Congresso Internacional da Mulher, realizado em Madri, em 1970. O segundo foi o Primeiro Congresso Internacional da Mulher, evento organizado e patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorreu entre os dias 19 de junho e 02 de julho de 1975, que acabou por instituir o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Também se destaca o Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, publicado em 1976, cujo artigo vinte e cinco (25) preceitua a consagração da igualdade entre homens e mulheres e a eliminação da discriminação contra as mulheres (ONU, 1976). Mesmo ao conjugar esses elementos dos direitos das mulheres às suas obras, faltava uma outra conexão a respeito das mulheres indígenas. Foi então que o artista coroou sua coleção – as 18 imagens de “Detalhes do Xingu” ou “Xinguana” –, ao atender uma das diretrizes propostas pelo Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP), relacionada ao quarto programa, cuja temática é indigenista, quando o artista passou a ressaltar a beleza e o gozo de viver dos nativos (Figueiredo, 1985).

Voltando um pouco na linha do tempo, percebe-se igualmente a apropriação por Irigaray de fatos circunstanciais ligados ao movimento brasileiro da Marginalia, fenômeno artístico que conforme Coelho surgiu em dezembro de 1968 (Coelho, 2010). Desse modo, o artista mato-grossense incorporou em seus trabalhos as ideias de reação virulenta, a exemplo da inserção de personagens antes excluídos e que passaram a ser tratados com uma nova perspectiva, visando destruir o seu opressor (Coelho, 2010, p. 171). Um exemplo se refere à inserção da figura da mulher, até então marginalizada, mas agora inserida, a mulher indígena que emerge dotada de sagacidade e beleza em situações do cotidiano da sociedade industrial.

Assim, a mulher kayapó de Irigaray foi denotada ocupando espaços socialmente elevados, senão, de nível restrito ao universo burguês, ausente do preconceito e desfrutando de liberdade no meio social. Porém, para o alcance desse resultado visto na denotação de Irigaray, de dignidade e de humanidade somente seria possível, caso uma das características básicas da política oficial fosse obrigatoriamente aplicada aos povos originários: garantir o acesso inalienável dos territórios tradicionais para sua sobrevivência, conforme estabelece o artigo 65, da Lei nº. 6.001, do Estatuto do Índio, de 19 de dezembro de 1973, relacionado à demarcação de suas terras no prazo de 5 (cinco) anos, e que estava longe de se concretizar, além, claro, de garantir toda proteção direta do Estado junto aos ameríndios.

O emprego desse parâmetro – a dignificação da mulher, em parti-

cular da mulher indígena – no exercício plástico de Irigaray não era, por assim dizer, isolado e ou utópico, uma vez que podemos vislumbrar em outro princípio fundamental, que foi de suma importância para a elaboração das propostas da Convenção nº. 107 da OIT, de junho de 1957, que ocorreu em Genebra. Esse importante acontecimento estava ligado à política indigenista brasileira, que desde 1945 era uma experiência vigente ainda no antigo SPI, órgão extinto, em razão das práticas de corrupção e de genocídio, que minaram essa instituição governamental nos seus anos finais. Conforme os estudos do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1970), um dos regimentos do SPI apregoava o esforço para garantir ao nativo um alto nível de vida. E mais:

Toda a ação assistencial deveria, doravante, orientar-se para a comunidade indígena como um todo, no esforço de levá-la a mais alto nível de vida, através da *plena garantia possessória, de caráter coletivo e inalienável*, das terras que ocupam, como condição básica para sua tranquilidade e seu desenvolvimento (Ribeiro, 1970, p. 140; grifos no original).

Ocorre que essas medidas eram contrárias à política indigenista da FUNAI, que desejava integrar os nativos de modo forçado e célere. Outro dado grave a ser explicitado era que o Executivo poderia determinar antecipação da tutela do indígena, por meio de decreto presidencial. Por seu turno, nos cinquenta anos de experiência do SPI, figura nos seus regimentos fundamentação de respeito aos nativos, com uma linguagem de proposições criativas e novos comportamentos, tal como o irrestrito exercício do cidadão nacional, devidamente amparado pela União em todas as fases. Logo, tornar-se-iam possibilitados(as) de usufruírem e vivenciarem experiências e prazeres obstados pelo conceito burguês e da cultura dita “erudita”. Sobre esse tema, em agosto de 1975, dias após a apresentação de sua mostra individual na Galeria Guimar, e no ano seguinte, entre março e abril de 1976, ao participar de um evento no Paço das Artes (Museu de Imagem e do Som, São Paulo) localizado na avenida Europa, também em São Paulo capital, denominado de Realismo, Irigaray expôs algumas reflexões, conforme se vê nas citações a seguir. Em um inabitual depoimento ao jornal Folha de São Paulo, o artista justificou o motivo de sua apropriação e construção plástica:

Realismo fotográfico de Clóvis Irigaray

Realizo o detalhe à maneira de uma máquina fotográfica. De um postal, faço vários quadros, dando, é claro, a minha interpretação. Quanto ao índio em situações, que não são deles, mas sim as nossas, como tomando um cafezinho,

entrando com livros numa universidade, ou em roupas de astronauta, procuro com essas imagens, dar ao trabalho um cunho regionalista norte-matogrossense (Realismo fotográfico de, 24 de agosto de 1975, p. 58; grifos do original).

“Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho” é um firme indício do questionamento à hegemonia dos hábitos e costumes do gosto burguês, da “sociedade de consumo”, da lógica da civilidade “branca”, intelectualizada, com sua racionalidade científica Ocidental, que hostilizava, desumanizava e transformava os indígenas em artigos de luxo, exóticos, e, claro, como seres incomuns. Entendia-se, pois, que esses grupos minoritários, com seus corpos marginalizados e desprezados eram, claro, proibidos de existir, de ocupar e de desfrutar das experiências humanas, realizadas pela maioria. Ou seja, o absurdo não era a dizimação dos indígenas, mas ver o nativo reivindicando sua humanidade, ocupando os espaços de lazer, do consumo industrial burguês, seja do universo da intelectualidade etc., no cotidiano urbano, conforme outra rara reflexão do artista:

as inferências estatísticas fundamentadas em probabilidades (método de representação da racionalidade do pensamento científico ocidental) demonstram a lógica do desprezo às minorias. As minorias, sempre existentes, desvios da normalidade, oferecem alternativas de escolha absurda. Qualquer minoria vive essencialmente experiências de exceção. A natureza de suas possibilidades vivenciais no mundo das majorias configura a objetividade do absurdo. Qual a probabilidade do absurdo? E o absurdo existe. Os meus desenhos, em seu realismo fotográfico, **desvelam o índio em sua missão permanente de testemunho das minorias, no absurdo das probabilidades de sua existência real e possível. Possibilidades imensuráveis de ser proibidas pela maioria que inexplicavelmente ou muito explicavelmente as transformam em objetos de consumo proibitivo**, artigos de luxo, curtição. Os índios xinguanos, em quase 500 anos de minoria étnica, me ajudam a **questionar a hiper-realidade absurda das situações a que eu próprio sou submetido como participante da discutível minoria** (Governo do Estado de São Paulo, 1976, p. 16; grifos nossos).

Em “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, vemos um corpo considerado marginal – e, de fato, marginalizado pelas práticas coloniais do ocidente moderno –, mas em uma perspectiva totalmente inédita, reelizando ato comum no ambiente de consumo dentro do universo da classe

burguesa de maneira tranquila. O artista situou a jovem Kayapó-Mëtyktire além de suas fronteiras. É possível perceber aí um paralelo com dois fenômenos das artes do período, sendo o primeiro internacional e o segundo nacional.

O primeiro se conecta com os ramos artísticos da pedagogia empreendida pelo artista de formação anarquista, representativo da Anti-arte e da arte ambiental, o carioca e legendário passista da escola de samba Mangueira, Hélio Oiticica (1937-1980), estava ligado ao Movimento Concreto e Neoconcreto, cujas obras serviram como referencial para os/as artistas de seu tempo e, claro, também para Irigaray. Conforme citação de Favaretto, para Oiticica: “o consumo é um dos elementos da produção cultural; por isso, para enfrentar a “convi-conivência” brasileira não se poderia dele fugir: mais certo, para ele, é “consumir o consumo” (Favaretto, 2015, p. 150). Com base nessas práticas e proposições estéticas e teóricas, Irigaray apropriou o que foi necessário e o mais adequado, de acordo com a sua sensibilidade, para confecção de sua documentação iconográfica, e plasmou o nativo “consumindo o consumo”.

Irigaray procurou dar uma nova e urgente identidade regional à cultura local, por meio da linguagem visual, como um elemento autêntico nas artes plásticas no cenário nacional, oriundo de fora dos grandes eixos artísticos, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, como polos hegemônicos, e que consideravam, nesse período, que não estivesse nesse reduto elitista, era um membro de “subculturas” (Coelho, 2010, p. 211) e libertando-as das possibilidades antes reprimidas. Deu também visibilidade e antecipou, por meios estéticos, o potencial político ligado às raízes das minorias étnicas, principalmente mulheres e crianças indígenas, entendidos finalmente como agentes históricos, políticos, sociais e antes fato esse discriminado, foram silenciados e negligenciados no pensamento científico, a exemplo da historiografia, que não tinha interesse na temática, uma vez que considerava os nativos como seres comuns, “agrafos”, “primitivos” e “a-históricos”.

Percebe-se também que ocorreram outras interferências do artista na elaboração da composição imagética da moça Kayapó-Mëtyktire destacada na obra, em comparação ao personagem da fotografia original de Jesco, notadamente na figura de número 02 (dois) (Villas Bôas; Villas Bôas, 1975). Nesse testemunho visual, a indígena aparenta ser mais uma adolescente. Já na informação artística de Irigaray, que se vê na figura de número 04 (quatro), o rosto recebeu contornos de uma mulher adulta. No registro de Irigaray, a mulher Kayapó-Mëtyktire figura com um sorriso, estática, com o destaque em seu rosto, que consta um pouco inclinado para baixo e o olhar fixo para a objetiva. Foi retirado o brinco do lado direito e alterada

a cor da miçanga, que era azul na foto, mas que recebeu outro formato e a tonalidade na cor cinza na comunicação pictórica de Irigaray. Nota-se, ainda, que o pescoço da ameríndia apresenta certa rigidez. Em conjunto dele, o colo e os ombros são mais largos, como os de uma mulher adulta. Cabe lembrar que essa proposição visual-comportamental, como a de aumentar o corpo dos indivíduos, faz evocar outra apropriação de Irigaray. No campo internacional, a ilustração agigantada é um claro indício do exercício plástico hiper-realista, a exemplo do que praticava o artista e fotógrafo norte-americano Chuck Close (1940-2021), autor da obra “Autorretrato”, de 1968, com seus retratos gigantes. Por outro lado, também se percebe certo paralelo com as impressões artísticas nacionais do modernismo histórico brasileiro, advindas dos trabalhos do prestigiado artista Cândido Portinari (1903-1962), a lembrar da obra “O mestiço”, de 1934, e a prática de aumentar o tamanho do corpo dos indivíduos, no sentido de enaltece-los. A pintura de Portinari apresenta uma síntese necessária das inquietações de sua época, de cunho social. Com base nesses aportes, Irigaray incorporou esses fatos na sua comunicação visual.

Por fim, no detalhe dessa foto-momento da indígena, inserida ao centro, como que escultórica, inteira, saudável e com o destaque no seu rosto, entra a terceira e última mudança: a fundamentação histórica aqui visa dar vida e dignidade à imagem dos indígenas, pois eram vistos pela sociedade e pela mídia como seres “inumanos” e também no sentido de conceder o título de cidadã, com seus direitos na sociedade nacional e demonstrar o ponto nodal da nativa com sua vaidade e beleza, traço ímpar das moças Kayapó (Lea, 2012). Porém, a mulher Kayapó-Mëtyktire não foi denotada como qualquer cidadão comum, mas no preciso lugar dos representantes da classe burguesa dominante. Outro dado elementar a perceber na obra foi a incorporação da técnica chamada *close* na face feminina da Kayapó. Essa prática é comumente utilizada pela maioria do universo branco, tendência no mundo cinematográfico – o *Close up*, assim inventado, em 1939, pelo importante cineasta norte-americano David Llewelyn Wark Griffith (1875-1948), ao endeusar e exteriorizar o estado de espírito de rostos femininos brancos ocidentais. Além disso, a mulher Kayapó-Mëtyktire traz no crânio um enfeite plumário de pena de garça.

Um sinal indelével que possibilita identificar a etnia da indígena em questão é que os cabelos, na parte frontal da cabeça, estão raspados (Vidal, 1992). Portanto, essa narrativa visual traz as características da cultura que pertence à família dos Kayapó - Jê setentrional, assim como a pintura facial de urucum, a qual dá o tom avermelhado na pele e que contorna sua boca. Já as laterais da face figuram com grafismos geométricos traçados com talos de coqueiro, com carvão nativo da floresta e de um suco do fruto do jenipa-

po. Trata-se, pois, de uma pintura tradicional utilizada comumente pelas mulheres Kayapó para ocasiões de festas e de homenagens, rituais que ocorrem na aldeia durante o verão, período mais seco, entre os meses de abril e setembro (Bisilliat; Villas Bôas, 1975, p. 12 e 14). A pintura em um dos lados das bochechas da indígena, com o grafismo geométrico no formato quadrado que aparece na obra de Irigaray, e, tal como a boca figurando entreaberta, são detalhes que advêm de apropriações, de recortes, combinações e aproximações de um outro registro fotográfico de Jesco. Nesse testemunho visual, conforme demonstrado abaixo, se constata o registro de um indígena, com a parte da frente da cabeça e as sobrancelhas raspadas, com adornos corporais, pinturas nas bochechas e em outras partes do corpo feitas com o suco de jenipapo e com a boca entreaberta.

Imagem 5 – Menino Kayapó



Foto: Jesco. Fonte: Villas Bôas; Villas Bôas, 1975, p. 70.

Se evidencia, portanto, que o artista mesclou em sua obra pinturas do universo indígena, tanto feminino quanto masculino, fundidos de modo equilibrado em um só corpo, bem ao estilo “andrógino”. De acordo com a reflexão contracultural da feminista brasileira Rose Marie Muraro, publicada na Revista *Rolling Stone*, em fevereiro de 1972:

O jovem da era eletrônica não tem sexo especializado. A Era Eletrônica é a era do Andrógino. O unissex não é mais do que um sintoma físico de uma transformação mais profunda. Na era eletrônica, o homem e a mulher integram-se ao viverem ao mesmo tempo as diferenças e também as suas semelhanças. E ganham uma dimensão muito mais rica ao desenvolver a sua androginia. Se a fundição é geral, pensei comigo, é melhor, então, ao menos estar do lado da história e não contra ela... E, portanto:

ABAIXO O MACHÃO!...

E viva o Mundo Andrógino!!!

Bem, bichos e bichas, o andrógino é um papo muito especial e fica para o próximo número (Muraro, 1972, p. 7).

O objetivo angular em sua obra era mostrar para o universo dito “civilizacional”, com um teor político, a beleza e gozo de viver dos nativos (Figueiredo, 1985) como um ser humano, posto que estavam na condição de marginal e desumanizados na sociedade civilizacional. Visava também combater o preconceito, de plasmar a possibilidade de existir, de liberdade sexual, de garantir os direitos iguais para identidade sexual distinta e contrário ao processo de subordinação da mulher, que era e ainda continua sendo oprimida pelos homens. Vale lembrar, da efervescência das lutas empreendidas pelo movimento feminista nesse período. Todos os comportamentos, inclusive os de ordem sexual, oriundos de identidades sexuais distintas, que não fossem atrelados ao modelo tradicional de domínio masculino em relação à mulher (o “patriarcado”), segundo reflexões do historiador britânico Eric Hobsbawm, eram considerados um estigma social, desviantes, proibidos, malvistas e duramente reprimidos pelo conservadorismo dominante (Hobsbawm, 1995, p. 315). Não olvidando, que no início da década de 1970, o movimento “*hippie* norte-americano” se tornou referência para o público jovem no Brasil, pregando a ideia do “prazer acima de tudo” (Coelho, 2010, p. 248). Por outro lado, se observa que naquele momento ocorriam súbitas transformações que mudariam radicalmente essa perspectiva rígida, tendo em conta a revolução cultural no Ocidente (Hobsbawm, 1995, p. 323-26).

A indígena em “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho” faz uso de um brinco apenas na orelha do lado esquerdo, sendo uma parte na cor marrom e/ou “cor de pele”, possivelmente feita de conchas de caramujo (objeto esse considerado como um bem mais valioso de troca interétnica, segundo os estudos da antropóloga Vanessa R. Lea) (Lea, 2012, p. 24). Na fotografia original de Jesco, a de número 02 (dois), a outra extensão do brinco é feita com fios de algodão vermelho, com miçangas azuis, semente de coco “mry-

jkran” (Mëtyktire, 2021) e com penas de arara vermelha. Em sua imagem, Irigaray deu outro formato e coloração: os fios de algodão ficaram na cor marrom e/ou “cor de pele”, as miçangas e as penas das araras foram retiradas, ficando apenas a semente de coco denotada na cor cinza. Por fim, figura um acessório que passa pelo seu ombro, um tiracolo de palha, que é confeccionado com tipóia de folha de buriti, utilizada normalmente por “[...] moças púberes que ainda não tiveram filhos” (Lea, 2012, p. 361), que usavam nos ritos festivos em seus territórios.

Observa-se ainda que a Kayapó do subgrupo Mëtyktire foi denotada segurando uma xícara de vidro, na cor marrom, contendo café solúvel, pronto para beber, conforme propaganda da Nestlé, cujos produtos do mundo industrializado são avessos aos costumes dos nativos, avaliados como “tribais”. No entanto, ambos os produtos pertencem à “economia monetária” e são “bens industrializados” (Lea, 2012, p. 24), oriundos dos hábitos da sociedade de consumo, porém, quanto ao café, os Kayapó dizem que não precisam porque não dura (Lea, 2012, p. 28). Para outros objetos, tal como os demais bens industrializados, pertences e ou “tudo aquilo que as pessoas amontoam” e que se tornaram objetos de desejo e de apropriação dos Kayapó, são denominados de *nekretx* (Lea, 2012, pp. 40 e 307).

A mulher Kayapó-Mëtyktire denotada por Irigaray tem como objetivo central argumentar, confrontar, explicitar e violar o simbolismo das instituições das artes, do imaginário preconceituoso burguês e da mídia, representando a sociedade branca com seu hábito hostil e defensora da teoria do branqueamento, acostumada a ver e a “idealizar” os povos originários como “inumanos” e marginais. Portanto, o artista dotou o Mato Grosso nativo com identidade multicultural, ainda que regional, com sua primorosa ornamentação indígena, rica pintura facial, corporal, produção artesanal e plumária, encenando práticas antropofágicas de “consumir o consumo”. Tal ato tem como antecedente, sem dúvida, a elaboração do Manifesto Antropófago, de Oswald de Andrade (1928), que era orientada pela seguinte consideração literária: “Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. **O [í]ndio vestido de senador do Imp[é]rio**” (Andrade, 1928, p. 3; sem grifos no original; correção do autor). Com base nesse princípio literário e, em decorrência dele, Irigaray se apropriou e plasmou a indígena consumindo outra possibilidade humana, de prazer e útil à necessidade do cotidiano: a de tomar o café solúvel, conforme consta na própria propaganda da Nestlé. Além disso, a Kayapó-Mëtyktire ao centro da imagem figura em uma aparente pausa para um bate-papo do cotidiano urbano, em uma roda de conversa com seus supostos amigos e ou *affair*: um homem e uma mulher, ambos brancos, loiros, características ímpares da cultura dita dos “civilizados”, mito burguês da sociedade nacional que tem, a rigor, elos formais

com o estilo artístico da *Pop-Art*, que foi apropriado e transformado em *Pop* local-regional.

Devidamente conjugado ao estilo pictórico do hiper-realismo, com conexão com as ideias dos representantes do movimento radical Concreto, do Neoconcreto, da Marginalia e do feminismo, Irigaray subverte o modelo dominante estabelecido. Não apenas isso, o artista propôs nesse trabalho a antecipação do exercício retilíneo de cunho pedagógico, didático, histórico-artístico, ou melhor, uma reprogramação mental, de um novo olhar sensível na sociedade, sobre minorias étnicas. Sua proposição plástica, privilegiando o olhar, trata-se de uma ferramenta histórico-pedagógica poderosa e superior para a apreensão do conhecimento dos elementos da cultura regional e, ao mesmo tempo, revelou os efeitos condicionantes determinados que estavam em vigência nesse período. Com base nessas informações, enfatiza-se duas reflexões: primeiramente, a de se estabelecer uma comunicação coletiva com o objetivo de atingir, em certa medida, a massa marginalizada para conscientizar e promover a empatia do público leitor ao ver a mulher Kayapó com identidade e cultura, como ser humano e mulher, independente de gênero e raça.

Em segundo lugar, percebe-se o adorno do estilo do feminismo em seus trabalhos ao empoderar a ameríndia do Brasil Central nos meios de socialização dos grandes centros metropolitanos, pois ela ocupa, pratica a liberdade e o ato do consumo, ou melhor, absorve e consome o que é útil e de melhor do consumo no meio urbano da classe média alta dominante. Até então esse hábito, segundo a racionalidade da maioria no meio científico Ocidental, era considerado impensável, contraditório e proibido, uma vez que o núcleo burguês e a União, com o seu desprezo, hostiliza, desumanizava e obstava essa possibilidade aos povos originários. Tal exercício óptico-artístico de Irigaray, de romper com essa perspectiva rígida no imaginário da sociedade nacional, faz evocar o pensamento do crítico de arte Ronaldo Brito (1985) sobre os objetivos da arte Concreta:

consistia em manipular inventivamente as formas, produzir uma ordem maximal de informações visuais, estabelecer processos semióticos que forçassem o espectador a romper os esquemas convencionais de percepção e exercitar-se a nova ordem proposta. [...] A arte seria uma espécie de engenharia de processos de comunicação visual. A arte concreta é um agenciamento estético das possibilidades ópticas e sensoriais prescritas pela *Gestalt* (Brito, 1985, p. 36-77).

Em “Detalhes do Xingu”, o artista também se revelou um questionador, predecessor da virada documental nacional e regional, se desprendendo de certos suportes tradicionais, um insubordinado consciente e/ou não dos métodos adotados no meio científico tradicional, principalmente no campo da historiografia. Isso ocorria porque, nesse universo, estava vigente uma tradição canônica de privilegiar a comunicação escrita e de impressos, considerados como os mais “confiáveis”, em detrimento de outras fontes (Kossoy, 2012). Desse modo, Irigaray, inverteu e dobrou criticamente esse consenso e conformismo “lógico” do objeto de seu tempo e da denotação plástica, confrontou também esse poder acadêmico transformando a fotografia em *status* de documento histórico, como mais outro meio de obtenção do conhecimento científico. O estilo pictural hiper-realista tem, de fato, como ponto de partida para sua criação a fotografia. A referência e a apropriação dessa prática de Irigaray estavam no seu cotidiano, uma vez que o Museu de Arte de São Paulo “Assis Chateaubriand” (MASP), sob direção de Pietro Maria Bardi, com uma perspectiva ligada à escola bauhausiana, o mesmo que em 1967 fez duras críticas ao universo artístico em Mato Grosso, e, já tinha, desde 1973, uma escola que ofertava cursos sobre a fotografia (Bardi, 1973). Cumpre lembrar também que, no ano de 1974, o editorial de grande prestígio nacional – a Revista Novidade Fotoptica, na edição de número 66, considerava a fotografia como portadora de conhecimento e como uma ciência (Quer Dizer?, 1974).

Irigaray não aceitou o conformismo político, cultural e social que tomava parte no cenário do país e percebeu algo ligado à ideia do absurdo. O problema do absurdo figura tanto na frase da propaganda da Nestlé como na imagem publicitária. Consta que: “Um traço de união entre as pessoas. Nescafé, o cafezinho gostoso”. Desse modo, possivelmente o artista indagou o seguinte: por qual motivo não temos nessa suposta união de tomar o cafezinho gostoso da propaganda da Nestlé a inclusão da imagem do indígena? Não colocaram porque o Brasil é um país colonial, de pretensão “europeizante”. E é óbvio que os indígenas não têm espaço nessa sociedade, logo são vistos pela mídia em conjunto da sociedade nacional com desprezo e como seres inumanos. Irigaray então confrontou essa tradição social e estética dominante Ocidental e elaborou uma manifestação artística visual contundente, que disputasse, projetasse, inserisse e ocupasse esses debates atuando como um contraponto. Nesse contexto, a lógica visual de Irigaray objetivava, com sua linguagem artístico-social-contestatória, desafiar as convenções da narrativa tradicional, desmascarar a violência do mundo industrial ocidental e desconstruir o asfixiante preconceito vigente sobre os nativos. Inseriu os ameríndios na condição do absurdo realizando tarefas típicas de seus opressores. Com sua obra, ofendeu a ótica colonizadora.

Preconizou, também, uma experiência indigesta e que horrorizava a “classe-média-pão-e-manteiga” e o Executivo brasileiro, em consonância com os preceitos de dois movimentos artístico-estéticos da sua época: o primeiro concernente à Marginalia, com origem ao longo do ano de 1968, “[...] com o compromisso estético coletivo em torno das representações da marginalidade social brasileira e do banditismo em geral” (Coelho, 2010, p. 287). A partir de 1970, corporificaram também as irruptivas e fluorescentes reivindicações de minorias étnicas, por meio dos “congressos indígenas”, que ocorreram no continente americano, a exemplo do Canadá. Os povos originários desse país passaram a reivindicar medidas de políticas públicas, como a “Comprehensive Land Claims Agreements Policy (Política de Acordos Territoriais Compreensivos)”, e o direito aos seus territórios ancestrais, ampliando ainda mais as prerrogativas legais e a conquista de sua autonomia (Soares, 2020). Tais atividades e reivindicações se desdobraram para outros países do continente americano. Outro elemento importante foi a criação, em 06 de setembro de 1975, do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, em Port Alberni, no Canadá (jFECHAS..., 1997, p. 35) apregoando em escala planetária, o respeito sagrado à vida, à cultura e a demarcação das terras dos ameríndios.

No contexto brasileiro, e especialmente no estado de Mato Grosso, os indígenas, a partir da década de 1970, estavam amparados por grupos de missionários religiosos, a exemplo do bispo Pedro Casaldáliga, que publicou a carta “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, em 1971. Além disso, figura a fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e a publicação do Boletim do CIMI, também em 1972, órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que em conjunto dos setores do campo científico, mormente os antropólogos, passaram a invocar a prerrogativa da autonomia cultural, linguística e a autodeterminação dos povos originários no Estado-Nação. Nessa direção, era preciso garantir o direito sagrado de qualquer cidadão na sociedade nacional, de humanizar, dar visibilidade, autonomia, liberdade, tratar com dignidade os nativos, como qualquer outro cidadão, e, principalmente, a mulher indígena, como ser e sujeito histórico, político, social e cultural. Um exemplo notável abordando esses temas ocorreu em 1974, quando da realização da primeira assembleia entre os caciques do território xinguano, em conjunto dos irmãos e sertanistas Villas Boas, dando-lhes protagonismo, autonomia cultural, política e linguística, figurando a resistência e invocando o direito às suas terras, conforme notícia veiculada de forma exclusiva na Revista “O Cruzeiro”, de 18 de dezembro de 1974, ao pontuar o seguinte:

A “bancada” do Xingu pode ser vista na foto à esquerda. Nada menos de 48 caciques estiveram reunidos no Posto Leonardo para tomar atitude: não sair de suas terras para ir ao encontro dos brancos, e não deixar que os brancos invadam seus territórios. A assembleia foi dirigida pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas (Silva, 1974, p. 5).

As obras de Irigaray que compõe a série “Detalhes do Xingu” ou “Xinguana”, são feitas a partir de apropriações, de uma multiplicidade de determinações e de fatos circunstanciais advindos das mudanças no cenário global, que desdobraram no nacional e regional, referentes aos direitos humanos e que atravessavam seu imaginário e o seu entorno. Relacionadas tanto às mulheres quanto às artes plásticas, ao meio político, aos indígenas e dentre outras formações culturais e sociais historicamente determinadas. Cumpre lembrar, de igual modo, das produções no meio artístico da vanguarda, quando dos recursos filmicos mais radicais, do importante artista brasileiro, o contemporâneo Hélio Oiticica, com a produção da “cultura marginal” e, principalmente, da artista fluminense Lygia Pape (1927-2004) ao incluir grupos minoritários e oprimidos em suas experiências visuais, a exemplo das mulheres e de sociedades originárias (Ortega, 2004).

Todavia, o artista não colocou a mulher Kayapó-Mëtyktire como qualquer outra cidadã nacional, visto que à classe trabalhadora, por exemplo, pesava condições de vida degradantes e, claro, insatisfatórias à dignidade humana, por conta da política oficial de “precariedade habitacional”, educacional, de “insuficiência alimentar” e da “pobreza estrutural” (Cardoso de Mello; Novais, 1998, p. 625). Nesse cenário de miséria, havia também outros agravantes relacionados ao preconceito e à discriminação racial determinados pelo mercado de trabalho, que veiculava e exigia, pelos anúncios de empregos, a preferência por trabalhadores de “cor clara” e com “boa aparência” (Azevedo, 1975, p. 9). Desse modo, até as atividades menos prestigiadas não permitiam o ingresso do nativo, preferindo o branco na candidatura da vaga de emprego. A alternativa mais plausível, senão a única, para garantir aos indígenas essas prerrogativas de vivenciar possibilidades imensuráveis de viver, com ordem e organização do espaço para uma funcionalidade no campo das artes visuais, seria os nativos no topo dessa hierarquia social. Ocorre que para esses lugares socialmente mais elevados estava reservado aos representantes da alta burguesia nacional dominante, que até então usufruíam e ainda usufruem exclusivamente de todos os privilégios em detrimento das demais camadas sociais.

Em suma, por esses diversos tratados e fatos circunstanciais tomados e ou apropriados em conjunto, não restam dúvidas de que a experiên-

cia visual de Irigaray possibilitou uma nova compreensão crítica a respeito dos indígenas, na condição de protagonista da história nacional, movendo e consumindo as facilidades da sociedade industrial de maneira tranquila .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero artístico de Irigaray, um artista oriundo do interior de Mato Grosso, ou seja, fora do eixo Rio-São Paulo, sacralizou a construção de um novo código visual no meio urbano para documentar e preservar, uma nova memória regional e de leitura universal, com o seguinte teor: a alma e os signos próprios do Mato Grosso nativo que formam e integram a nação brasileira com a tradição e a originalidade dos povos vernaculares e, precipuamente, da mulher indígena como sujeito histórico, político, social e cultural, denotando-a de maneira digna, glamurosa, com protagonismo, autonomia, não homogeneizada e como um ser humano, para além do Planalto Central. Vale dizer, de seres avaliados pela sociedade nacional como “comuns”, marginalizados, “não notáveis”, silenciados, apagados na historiografia, mas que por meio do engajamento político e estético de Irigaray, foram tratados como autênticos atores sociais e no topo da hierarquia social do consumo industrial.

A obra “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, apresenta uma narrativa histórica-visual transformadora, um ato político que confronta e questiona a linguagem dos meios de comunicação de massa e o instrumento coercitivo hegemônico governamental. Irigaray plasmou no tempo e no espaço um novo código visual, bem ao modo antropofágico de Oswald de Andrade (1928), invertendo a lógica do pensamento convencional da sociedade, e projetando para além da fronteira regional, por meio do exercício retilíneo pictural, a reivindicação de direitos fundamentais da humanidade, de cidadã nacional, de autenticidade e o protagonismo da mulher Kayapó-Mëtyktire, do Baixo Xingu, com identidade multicultural e linguística definida, que passa a ocupar os espaços que desejar e a de desfrutar, consumindo o melhor das alternativas concretas dos hábitos do meio urbano restrito à classe burguesa, de maneira pacífica, tranquila e partilhando do desenvolvimento industrial.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald de. “O Manifesto Antropófago”. **Revista de Antropofagia**. São Paulo, maio de 1928. Ano 1, nº 1.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Walter Gropius e a Bauhaus**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial**: ideologia e realidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- BARDI, Pietro Maria. “História da fotografia”. [Revista] **Novidades Fotográfica**. São Paulo, 1973. Edição nº. 61.
- BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 01-255.
- _____. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BERTOLOTO, José Serafim. **Clóvis Irigaray**: arte, memória, corpo. Cuiabá: Ed. do Autor, 2001.
- BIENAL. [Jornal] **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 13 de setembro de 1974. Edição nº. 06893 (1), Prioridade, p. 02.
- BISILLIAT, Maureen; VILLAS BÔAS, Orlando. **XIII Bienal de São Paulo** outubro/ dezembro 1975: [Sala Especial]: Terra Xingu. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1975, pp. 12 e 14.
- BOLETIM DO CIMI. **Conselho Indigenista Missionário**. Campo Grande, 01 de setembro de 1972, nº. 01. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/jozAD>>. Acesso em: 15 de set. de 2022.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3.107**, de 06 de maio de 1953. Dispõe sobre a criação do Parque Indígena do Xingu e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/fKOPU>>. Acesso em: 08 de set. de 2020.
- BRASIL. **Decreto nº. 50.455**, de 14 de abril de 1961. Cria o Parque Nacional de Xingu. Disponível em: <<https://abre.ai/haFM>>. Acesso em: 08 de set. de 2020.
- BRASIL. **Decreto nº. 51.084**, de 31 de junho de 1961. Regulamenta o Decreto nº. 50.455, de 14 de abril de 1961, que criou o Parque Nacional do Xingu, e dá outras providências. Disponível em: <<https://abre.ai/haFO>>. Acesso em: 08 de set. de 2020.

- BRASIL. **Emenda Constitucional** nº. 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <<https://abre.ai/haFR>>. Acesso em: 08 de set. de 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº. 1.106**, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <<https://abre.ai/haFS>>. Acesso em: 08 de set. de 2020.
- BRASIL, **Decreto Lei nº. 6.001**, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <<https://abre.ai/haFT>>. Acesso em: 08 de set. de 2020.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.
- BRITO, Ronaldo. **Neoconcretismo**: vértice e rupturas do Projeto Construtivo Brasileiro. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.
- BUCKER, Hélio Jorge; BUCKER, Ivete Bastos. **Nas Pegadas de Rondon**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- CALIRMAN, Claudia. **Arte brasileira na ditadura militar**: Antonio Manuel, Artur Barrio e Cildo Meireles. Rio de Janeiro: Reptil, 2013.
- CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2020, pp. 01-159.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando Antônio. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.) **História da vida privada no Brasil 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Capítulo 09, pp. 559-658.
- CARTA DO XINGU. [Jornal] **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1971. Edição nº. 14897, Suplemento Especial, p. 07-11.
- CASALDÁLIGA, Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. **Carta Pastoral**. São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971, pp. [01-30].
- CHASE, Linda. **Les Hyperrealistes américains**. Paris: Éditions Filipacchi, 1973.
- COELHO, Frederico. **Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado**: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- DREIFUSS, René Armand. **1964. A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- EXPOSIÇÕES. [Jornal] **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de agosto de 1975. Edição nº. 16.957, p. 39.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- FAVARETTO, Celso. **A invenção de Hélio Oiticica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- ;;FECHAS IMPORTANTES PARA RECORDAR!![Periódico] **Abia Yala**. Ano 2. nº 03. Costa Rica, 1997, p. [35]. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/hmzST>>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.
- FIGUEIREDO, Aline; ESPÍNDOLA, Humberto. MACP: [animação cultural e inventário do acervo do Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT]. Cuiabá: Entrelinhas, 2010, p. 146.
- _____. *et al.* “A experiência do Centro-Oeste: arte e identidade cultural”. In: FIGUEIREDO, Aline. **As artes visuais na Amazônia**: reflexões sobre uma visualidade regional. Rio de Janeiro: Funarte, 1985, p. 123-136.
- _____. (Org.). **MACP/UFMT: 40 anos**. Percurso [Magia Propiciatória]. Cuiabá: UFMT/Fundação Uniselva/Entrelinhas, 2014, pp. 40-41.
- S/A. FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **Pré-Bienal de São Paulo**. Setembro. Outubro. 1970. Secretaria da Educação e Cultura de São Paulo: São Paulo, 1970. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/osxy8>>. Acesso em: 30 de mar. de 2024. pp. 21-36.
- FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **Inscrição nº 448 de Clóvis Hugueney Irigaray** [PRÉ-BIENAL 1970]. Secretaria da Educação e Cultura de São Paulo: São Paulo, 1970.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Realismo**. Paços das Artes, março-abril de 1976. São Paulo.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ÍNDIOS TXUCARRAMÃE VÊM A BR-80 CHEGANDO AO XINGU. **Jornal do Commercio**, Manaus, 28 de maio de 1971. Edição nº. 20709, Caderno 2, p. 9.
- ÍNDIOS, TEMA DE CLÓVIS DE IRIGARAY. [Jornal] **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 20 de agosto de 1975. Edição nº. 7152, p. 10.

- IRIGARAY, Clóvis Hugueney. **Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho**. 1975. Original de arte, desenho tela 40 x 53 cm. Disponibilidade Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP).
- IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. **Clóvis Irigaray**. [Entrevista cedida a] Túlio Arruda. Cuiabá, maio de 2023.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- LETZE, Otto (Org.). **Photorealism: 50 years of hyperrealistic painting**. USA: Hatje Gantz, 2013.
- LEA, Vanessa Rosemary. **Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: Os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.
- MCCARTHY, David. **Arte pop**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- MÊTYKTIRE, Roiti. “Sobre a fotografia da nativa Kayapó-Mëtyktire”. **WhatsApp**: 23 jun. até 11 dez. 2021, 213 mensagens.
- MORAIS, Frederico. “Salão Nacional – e o público?” [Jornal] **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1975. Artes Plásticas, p. 31.
- _____. “Aguero e Blum: exposições. Museus e vanguarda: debates”. Recife: Salão Global. [Jornal] **O Globo**, Rio de Janeiro, 21[24] de agosto de 1975. Artes Plásticas, p. 6.
- _____. **Artes Plásticas na América Latina: do transe ao transitório**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MURARO, Rosie Marie. “Feminismo e Androginia”. [Revista] **Rolling Stone**, Rio de Janeiro, nº 3, 29 fev. 1972.
- NATIONS, United (ONU). **REPORT OF THE WORLD CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL WOMEN’S YEAR**. Nova York, 1976.
- S/A. “O BOM CAFÉ... em boa companhia: Nescafé prolonga os bons momentos”. [Revista] **Realidade**, São Paulo, julho de 1969. Edição 40, ano IV. Editora Abril, p. 55.
- ORTEGA, Sheila Christina. **Lygia Pape: indigenismo e engajamento**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São Paulo, 2004.
- PÓVOAS, Lenine Campos; FIGUEIREDO, Aline. **Clóvis Irigaray**. Convite. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976.
- PUTTKAMER, W. Jesco von. “Brazil’s Kreen-Akarores: Requiem for a Tribe?”. **National Geographic Magazine**, 1975, (on-line), vol. 147, nº 2, fev. de 1975, p. 254-269.

- _____. “Good-bye to the Stone Age”. **National Geographic Magazine**, 1975, (on-line), vol. 147, nº 2, feb. de 1975, p. 270-284.
- S/A. “QUER DIZER?” [Revista] **Novidades Fotoptica**. São Paulo, 1974. Edição nº. 66, p. 40.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- S/A. “REALISMO FOTOGRÁFICO DE CLÓVIS IRIGARAY”. [Jornal] **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de agosto de 1975. Edição nº. 16.966. Folha Ilustrada. Artes Visuais, p. 58.
- RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura de Informação Agrícola, 1962.
- _____. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- RIBEIRO, Tony. “Estamos marginalizados e sem liberdade de expressão”. **Mídia News**, 2014 (on-line). Disponível em: <<https://abre.ai/haFX>>. Acesso em: 05 de jul. de 2021.
- SALEM, Flávia. “Clóvis Irigaray”. [Entrevista cedida a] Túlio Arruda. Cuiabá, maio de 2023.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Panorama das Artes Plásticas em Mato Grosso**. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.
- SILVA, Arlindo. “Orlando Villas Boas conta o que foi a Assembleia dos chefes indígenas: XINGU ALERTA CONTRA O PERIGO BRANCO”. [Revista] **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1974. Edição nº 0051, p. 05.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOARES, Leonardo Barros. “A ausência eloquente: ciência política brasileira, povos indígenas e o debate acadêmico canadense contemporâneo”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº. 33. e221084, 2020, p. 1-39. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/rDTY8>>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs). **Brasil, violações de direitos humanos**: Tribunal Russel II. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- S/A. UFMT: Inaugurada Exposição de Irigaray. [Jornal] **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 23 de dezembro de 1975. Edição nº. 7252, p. 8.

- S/A. UFMT: MUSEU DE ARTE E DE CULTURA POPULAR (MACP). **Exposição de Clóvis Irigaray**. Cuiabá: UFMT/MACP, 1975.
- VARGAS, Rodrigo. **O propósito de Aline**. Cuiabá: Entrelinhas, 2021.
- VIDAL, Boelitz Lux. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do Rio Cateté**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.
- _____. **Grafismo Indígena**. São Paulo: EdUSP, 1992.
- VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. Índios do Xingu. São Paulo: Gráficos Brunner LTDA, 1975, pp. 44-70.
- WILSON, Simon. **A arte pop com 62 ilustrações a côr**. Barcelona: Editorial Labor, 1975.

Recebido em: 20/08/2024

Aceito em: 14/04/2025

O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE VILA FLORES, RS

CULTURAL TOURISM DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF VILA FLORES, RS

Sandra Beatriz Rathke¹

Luisa Gertrudis Durán Rocca²

RESUMO

Este artigo visa avaliar o processo de desenvolvimento do turismo no município de Vila Flores, localizado no Rio Grande do Sul, a partir da relação de conceitos sobre patrimônio, turismo cultural e turismo de experiência. Vila Flores integra a rota turística Termas e Longevidade, por iniciativa da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), instância de governança regional (IGR), que desenvolveu o turismo na região com base no projeto de economia da experiência de Pine II e Gilmore (1999). O projeto foi implementado de forma pioneira na região da uva e vinho da serra gaúcha, pela parceria entre Ministério do Turismo, Sebrae e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), sob a gestão do Instituto Marca Brasil. O turismo cultural e de experiência de Vila Flores tem buscado fomentar ações e estratégias de preservação, manutenção e difusão do patrimônio cultural local, alinhado ao desenvolvimento econômico, em cooperação entre poder público, privado e grupos culturais. Salienta-se articulação de uma gestão equilibrada

1 Mestranda em Museologia e Patrimônio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Memória e Acervos pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Bacharela em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bibliotecária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Câmpus Veranópolis.

2 Professora associada do Departamento de Arquitetura da UFRGS e professora permanente do Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio FABICO/UFRGS. Pesquisadora Residente do Instituto de Estudios Avanzados da Universidad Nacional del Litoral - IEA-UNL Santa Fe/ Argentina e do CEGOV - Centro de Estudos sobre Governo da UFRGS. Membro do GPIT (Grupo de Pesquisa Identidade e Território do PROPUR-UFRGS) e do GEMMUS (Grupo de Pesquisa em Memória, Museus e Patrimônio do PPGMUSPA). Arquiteta formada pela Universidad de Los Andes, Bogotá - Colômbia (1988); Realizou estância em Arquitetura de Museus no Ministério da Cultura da Espanha em Madri (1996); Especialista em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos - CECRE-UFBA, Salvador- BA (1998); Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura, PROPUR- UFRGS, Porto Alegre - RS (2002); Doutora em Planejamento Regional e Urbano PROPUR- UFRGS, Porto Alegre - RS (2009) e residência pós-doutoral no Instituto de Estudios Avanzados da Universidad Nacional del Litoral IEA-UNL (Santa Fe-Argentina, 2022) Realiza pesquisas no campo do patrimônio edificado (redes de povoados, centros e conjuntos históricos, arquitetura vernácula, arquitetura moderna e arquitetura de museus) e história da Arquitetura e Urbanismo do período colonial. Experiência profissional em gestão e intervenção do patrimônio edificado. Trabalhou nos Ministérios da Cultura e de Obras Públicas da Colômbia (Bogotá, 1989 a 2000), UNESCO_ Monumenta e IPHAN-RS (Porto Alegre, 2003 a 2009)

entre patrimônio e turismo para minimizar possíveis riscos ao patrimônio cultural, observando as recomendações de cartas e convenções patrimoniais propostas por instituições e organizações como ICOMOS e UNESCO.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Turismo cultural. Turismo de experiência. Município de Vila Flores.

ABSTRACT

This article evaluates the tourism development process in the municipality of Vila Flores, located in Rio Grande do Sul, based on the relationship between concepts of heritage, cultural tourism, and experiential tourism. Vila Flores is part of the Termas e Longevidade tourist route, an initiative of the Serra Nordeste Tourism Association (Atuaserra), regional governance body (IGR), which developed tourism in the region based on the experience economy project by Pine II and Gilmore (1999). The project was implemented in a pioneering manner in the grape and wine region of serra gaúcha, through a partnership between the Ministry of Tourism, Sebrae, and the Union of Hotels, Restaurants, Bars and Similar Establishments (SHRBS), under the management of Institut Marca Brasil. Cultural and experiential tourism in Vila Flores has sought to promote actions and strategies for the preservation, maintenance, and dissemination of local cultural heritage, aligned with economic development, in cooperation between public and private authorities and cultural groups. It is important to highlight the articulation of balanced management between heritage and tourism to minimize possible risks to cultural heritage, observing the recommendations of heritage charters and conventions proposed by institutions and organizations such as ICOMOS, and UNESCO.

Keywords: Cultural heritage. Cultural tourism. Experience tourism. Municipality of Vila Flores.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo avaliar o processo de desenvolvimento do turismo cultural e de experiência no município de Vila Flores, localizado na serra gaúcha, no Rio Grande do Sul, a partir da relação de conceitos dos campos de turismo e patrimônio cultural. Nesse contexto, a relação entre turismo e patrimônio deve prever estratégias de gestão e desenvolvimento sustentável com a participação de agentes culturais, e, sobretudo, da comunidade local, de modo a possibilitar a sustentabilidade nos territórios regionais e locais e a preservação do patrimônio arquitetônico, natural, histórico e cultural. Gonçalves observa que:

O mercado, seja como adversário, seja como aliado, sempre esteve presente, de modo implícito ou explícito, nos discursos e políticas de patrimônio. Mas nas últimas décadas é possível perceber uma intensificação dessas relações, especialmente no que se refere ao turismo (Gonçalves, 2015, p. 220).

Gonçalves (2003) sinaliza que o patrimônio, material e imaterial, pode ser designado como categoria de pensamento e constituir-se em estratégia turística, de formação de subjetividades individuais e coletivas, e de reivindicações de natureza política e econômica, associados a “modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro” (Gonçalves, 2015, p. 218). Nesse sentido, a perspectiva de uma governança sustentável para a preservação e valorização do patrimônio arquitetônico, cultural, natural e histórico, que promove a economia territorial com base em saberes, tradições e heranças culturais no contexto do turismo cultural, tem sido utilizado como referência para destinos turísticos com base em uma gestão estratégica integrada entre poder público, privado e grupos culturais.

É, portanto, basilar que grupos sociais que detêm o conhecimento de uma herança cultural sejam inseridos em uma abordagem participativa, desde a fase de planejamento até a gestão econômica, interpretativa e de transmissão dos saberes, fazeres e práticas culturais. Vila Flores participa de projetos baseados em economia da experiência, com outros destinos turísticos, que se tornaram referência no município e no Brasil. Um fator importante a se considerar neste processo é a cooperação entre lideranças e governança local, com formação de comitês de gestores locais e comitê nacional, capacitação de empreendedores e grupos culturais, consolidando um verdadeiro ecossistema regional de turismo.

1 RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL E DE EXPERIÊNCIA EM SÍTIOS URBANOS DE PEQUENO PORTE

Delimitou-se no campo patrimonial os sítios urbanos e rurais de pequeno porte, para verificar como ocorre a relação entre patrimônio, turismo cultural e de experiência. Em sítios urbanos de pequeno porte verificam-se potencialidades em torno à identificação e gestão do patrimônio, tais como a relação estreita entre meio natural e áreas rurais circundantes, o espaço construído, o patrimônio imaterial e as referências culturais, a transmissão contínua de valores culturais e de sentimentos, de geração a geração, e a existência de um capital social expresso nas relações de proximidade, solidariedade e confiança entre os habitantes (Schneider, 2017). A resistência à globalização e ao modo de vida nas grandes cidades termina favorecendo a formação de um imaginário e o desejo por conhecer e experienciar esses lugares. Conforme recomenda Varine (2013), esses fatores, quando bem equalizados, podem contribuir com a fruição democrática e o desenvolvimento sustentável desse patrimônio local, que gerenciado de baixo para cima se torna um recurso patrimonial ao serviço do desenvolvimento sustentável.

Porém, os sítios urbanos de pequeno porte apresentam vulnerabilidades que podem oscilar entre extremos como: lugares descontextualizados, estagnados, à margem das dinâmicas socioeconômicas ou em declínio populacional e que não têm capacidade de reter a população jovem pela falta de ofertas de desenvolvimento pessoal; locais que perderam seus valores identitários ainda que apresentem dinamismo e, aparentemente, conservam seu patrimônio em decorrência de processos de êxodo da população e/ou gentrificação, causados entre diversos fatores como o turismo predador, bem como a subsequente especulação imobiliária. Sob tal aspecto, deve-se evitar a gentrificação, ou seja, a transformação de áreas urbanas pela saída da população local, e facilitar a permanência da população com oferta de moradia e serviços acessíveis para o dimensionamento do turismo em proporção adequada com o uso residencial. Também deve existir controle das residências temporárias destinadas ao turismo buscando que os ganhos dessa atividade revertam na preservação do patrimônio e dos valores ambientais e culturais que o fundamentam. A denominada arquitetura do espetáculo (Jacques, 2003) tem grande responsabilidade neste aspecto.

Ainda que o turismo cultural enfatiza seu compromisso com a sustentabilidade – econômica, ambiental e sociocultural – na prática, não deixa de produzir um mercado patrimonial cujos impactos sobre a localidade receptora e sobre o patrimônio podem ser tanto positivos como negativos (Silva, 2000). As consequências negativas têm a ver com a massificação turística capaz de intensificar adversidades como a deterioração do patrimônio material, a perda de identidade cultural e do patrimônio imaterial, e como mencionado, a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida e a consequente saída da população local. A mercantilização da cultura sem ter em consideração seu impacto nas localidades receptoras têm sido associada ao enobrecimento de zonas históricas e à *McDonaldização* da sociedade (Ferreira, 2013). Patrimônio e turismo é uma combinação frágil e complexa porque em muitos casos o turismo passa de agente de desenvolvimento a ameaça ao objeto que o motiva.

Em vista disso, dentre as cartas patrimoniais e convenções da Unesco encontram-se suficientes fundamentos conceituais para a gestão patrimonial de sítios urbanos de pequeno porte. A valoração e proteção de sítios urbanos em geral adquiriu relevância a partir da Carta de Veneza (Icomos, 1964). Sua maior contribuição foi passar da escala arquitetônica individual e monumental, consagrada na Carta de Atenas (Icom, 1931), ao âmbito do conjunto e do entorno, seja modificado ou natural. Em 1972, a Convenção de Patrimônio Mundial, Natural e Cultural (Unesco, 1972), além da universalização do patrimônio institucionalizado, teve o grande mérito de relacionar em um mesmo documento a conservação da natureza e a preservação dos

bens culturais. Posteriormente, houve avanços significativos, ao incorporar o conceito de paisagem cultural nas guias operacionais, pelo entendimento da paisagem como um processo dinâmico e histórico.

Em 2011, com a Recomendação da Paisagem Histórica e Urbana (Unesco, 2011) foi salientada a natureza sistêmica dos sítios urbanos, indissociáveis de seu substrato natural. A Recomendação de Nairóbi, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea adotada pela 19ª Conferência Geral da Unesco em 1976, comenta da importância das atividades humanas pela relação que têm com o espaço físico, e avisa do risco da uniformização dos assentamentos a partir da universalização de técnicas construtivas e de formas arquitetônicas contemporâneas em detrimento de valores específicos das arquiteturas tradicionais (Unesco, 1976).

A Declaração de Tlaxcala (1982), documento resultante do 3.º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações”, destaca que a conservação e reabilitação de pequenas aglomerações é “uma obrigação moral e uma responsabilidade dos governos de cada Estado e das autoridades locais” (Cury, 2004, p. 266) e “um direito das comunidades participarem das decisões que dizem respeito à conservação do seu habitat, intervindo diretamente no processo de realização” (Cury, 2004, p. 266). Com a mesma importância da Convenção de Patrimônio Mundial, em 2003, foi proposta a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003), que permite identificar e proteger práticas culturais como “fonte de diversidade cultural e garantia o desenvolvimento sustentável” (Unesco, 2003, p. 3), em estreita relação com os lugares aonde ocorrem. Esta perspectiva em parte é um desdobramento da Conferência de Nara (Unesco; ICCROM; Icomos, 1994) que relativiza a questão da autenticidade. Por último destacamos a Declaração de Quebec sobre a preservação do espírito do lugar (Icomos, 2008) porque sublinha o papel das comunidades e da vida social e a integração entre os elementos tangíveis e intangíveis.

Como observado nos documentos supracitados, pela integração de diferentes escalas, dimensões e o dinamismo inerente, o patrimônio passou a ser incorporado ao paradigma da sustentabilidade em todas as suas variáveis: ambiental, econômica, cultural e social. Da relação entre patrimônio e turismo, o marco referencial inicial ao nível internacional é o relatório conhecido como Normas de Quito, resultado da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967. O documento centrou-se na valorização do patrimônio cultural como insumo para o turismo, a partir de medidas legais e técnicas para a des-

tinuação turística dos lugares com valor patrimonial. A ideia fundamental era lograr que investimentos econômicos favorecessem simultaneamente a conservação do patrimônio e o desenvolvimento turístico, contribuindo para a melhoria das comunidades. O que na época foi uma solução tomou rumos e dimensões impensáveis, pois o turismo passou, em duas décadas, a representar uma ameaça para o patrimônio, chegando aos extremos que acompanhamos atualmente em locais de interesse cultural e escala mundial (Oliveira; Durán Rocca, 2019).

Por outro lado, o turismo permite que o patrimônio cultural seja mediador no processo educativo, facilitando sua apropriação e a consequente elevação na autoestima da comunidade local. Outro parecer decorrente das Normas de Quito é o que apresenta o turismo como fonte de divisas para o patrimônio e a infraestrutura da localidade. Essa ideia aparece precedida pela suposição de que a conservação e preservação do patrimônio é uma carga econômica pesada para o Estado e para os proprietários (Rodrigues; Vieira; Teixeira, 2014). Assim, o lado incômodo do patrimônio cede ante a possibilidade de motivar o interesse turístico, favorecendo os serviços e a infraestrutura, beneficiando tanto os visitantes como a população local. O almejado equilíbrio entre turismo e patrimônio somente é possível quando o desenvolvimento não agride o objeto de interesse e facilita as ações de preservação, conservação e interpretação de forma integrada, visando “um real entendimento da importância do significado desses bens, para evitar que o patrimônio se torne um mero objeto de consumo” (Scifoni, 2006, p. 65).

Brito (2019) destaca a necessidade em avaliar até que ponto os atrativos justificam preparar um território para acolhida turística, levando-se em consideração os fluxos de visitantes, dentre aos quais: analisar a situação do destino na perspectiva dos atores sociais internos (residentes, agentes locais, administração, setor empresarial local) e externos (turistas, excursionistas, operadores de turismo); preparar o local para a cidadania com infraestrutura de hospitalidade (sinalização, centro de visitantes, centro de interpretação de monumentos, zonas de estacionamento); e tornar o patrimônio cultural acessível a todos, tanto aos residentes quanto aos visitantes.

À vista disso, as convenções e cartas patrimoniais resultantes de reuniões de especialistas apresentam diretrizes importantes que permeiam a promoção da diversidade cultural, educação patrimonial, sustentabilidade e cooperação entre poder público, privado e a comunidade local, de modo a assegurar a valorização e a preservação do patrimonial cultural. O turismo, portanto, deve promover o desenvolvimento territorial e regional com base no patrimônio histórico, natural e cultural, trazendo uma perspectiva inclusiva, sustentável e inovadora.

2 O CONTEXTO TURÍSTICO DE VILA FLORES, RS

O município de Vila Flores integra a “Região Uva e Vinho” da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), instância de governança regional (IGR), com outros 31 municípios, cuja finalidade é promover e impulsionar o turismo regional como política pública de governança (Atuaserra, 2022). Nesse contexto, Vila Flores, conhecido como a “Terra da fé, pão e vinho”, integra o “Roteiro Turístico Termas e Longevidade” desde a década de 90, com os municípios de Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves e Veranópolis. Em 2006, foi desenvolvido e implementado de forma pioneira no Brasil, o projeto economia da experiência, na região da uva e vinho, na serra gaúcha, pela parceria entre Ministério do Turismo (MTur), Sebrae e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), sob a gestão do Instituto Marca Brasil, criando a marca comercial “Tour da Experiência” (Souza; Saad, 2010, p. 18), envolvendo ao todo sete municípios: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Cotiporã, Garibaldi, Nova Prata, Veranópolis e Vila Flores.

A ideia de implementação do projeto teve seu aporte teórico fundamentado na obra “Sociedade dos sonhos”, de Rolf Jensen (1999), que observa o elemento emocional e o valor contido nas histórias locais como componentes agregadores na oferta de serviços e produtos. Outra obra que fundamentou o projeto foi “Economia da Experiência” de Pine II e Gilmore (1999), cujo objetivo centra-se em proporcionar experiências únicas e memoráveis aos turistas em uma abordagem empresarial (Souza; Saad, 2010). Como destacam Pine II e Gilmore: “Uma experiência ocorre quando uma empresa usa intencionalmente serviços como palco e mercadorias como acessórios para engajar clientes individuais de forma a criar um evento memorável” (Pine II; Gilmore, 1998, p. 99).

Para os autores o tema deve direcionar todos os elementos de design e de eventos para criar um enredo unificado de experiência que cativa o cliente. Atributos do ambiente, por exemplo, podem incluir temperatura, cheiro, ruído, música, iluminação, design, arquitetura. Por outro lado, o elemento interação pode proporcionar experiências agradáveis tanto na relação do turista com os receptores/residentes quanto na interação turista e turista. Pine II e Gilmore observam que as experiências são inerentemente pessoais para o indivíduo que se envolve em um nível físico, emocional, intelectual ou espiritual. “Assim, duas pessoas não podem ter a mesma experiência, porque cada experiência deriva da interação entre o evento encenado (como uma peça teatral) e o estado de espírito do indivíduo” (Pine II; Gilmore, 1998, p. 99). Os autores definiriam a experiência em quatro dimensões: entretenimento, educação, escapismo e estética. Experiências

de entretenimento implicam uma participação mais passiva e de absorção; educação implica experiência ativa e de absorção; escapismo proporciona experiência ativa e de imersão; e estética, passiva e de imersão. Pine II e Gilmore (1998) também apresentam cinco principais princípios de design de experiência para criar experiências memoráveis: ter um tema bem definido associado ao design de experiência que proporciona resultados duradouros e memoráveis; criar impressões positivas que forneçam pistas memoráveis baseadas no tema do design; eliminar sinais negativos que diminuam, contradiz ou desvia a atenção do tema; criar demandas de recordações memoráveis das experiências positivas como cartões postais, camisetas, lembranças; e envolver os cinco sentidos em uma experiência (tato, cheiro, som, visão, sabor).

A partir do conceito de experiência, o turismo vem se desenvolvendo com base em características territoriais que envolvem a cultura, o patrimônio, a paisagem, a educação patrimonial e a interação social com as populações anfitriãs para proporcionar experiências memoráveis — emocionais, sensoriais, espirituais. “O turista que busca experiências é aquele que quer fugir, descobrir, curtir e se conectar com a população local e seus costumes; mais do que comprar pacotes turísticos, compram-se histórias para viver e contar” (Rivera Mateos, 2013, p. 200). O autor observa a contribuição que o turismo experiencial pode proporcionar aos turistas de forma satisfatória e enriquecedora por meio das relações sociais e interculturais, capaz de promover a diversidade, o autoconhecimento e o conhecimento do outro.

Por ser bem-sucedido, entre 2008 e 2009, a metodologia do projeto de economia da experiência foi retomada e expandida para outros destinos turísticos brasileiros como Belém-PA, Bonito-MS, Costa do Descobrimento-BA e Petrópolis-RJ. O projeto baseia-se numa rede de cooperação de empreendimentos inovadores, incluindo a valorização das peculiaridades históricas e culturais de cada região. A região da uva e vinho foi incluída na fase de continuidade do projeto de economia da experiência, para retomar etapas anteriores e implementar novas etapas como a gestão mercadológica e a sustentabilidade, com o tema “Um brinde à natureza e à cultura. Experimente...” (Souza; Saad, 2010, p. 121). As etapas metodológicas do projeto incluíram: 1. Ações preparatórias de sensibilização e mobilização com lideranças regionais, governança local e possíveis parceiros como grupos culturais, artesãos e associações de profissionais; 2. Reconhecimento da situação atual que “buscou a identificação das principais características do destino, tais como seus aspectos sócio-culturais, seu patrimônio natural, seu sistema de organização, assim como o nível de seu desenvolvimento turístico” (Souza; Saad, 2010, p. 29); 3. Apresentação e desenvolvimento do conceito de economia de experiência com “palestras, *workshops* e uma via-

gem técnica para *benchmarking* dos empresários envolvidos” (Souza; Saad, 2010, p. 35); 4. Aplicação do conceito com encontros individuais entre consultores e empreendedores que resultou no Plano de Inovação; 5. Gestão mercadológica com “estratégias de comercialização e divulgação dos novos produtos e serviços” (Souza; Saad, 2010, p. 37); 6. Definição de ações de sustentabilidade do projeto com a criação de um Comitê Gestor Nacional e Comitês Locais. Nesse contexto, o município de Vila Flores vem atuando em uma estratégia de proporcionar uma experiência memorável por meio do patrimônio histórico, natural e cultural, tendo como elementos temáticos a história e a cultura italiana.

Alinhado a essas diretrizes, em maio de 2023 foi aprovada a Lei Municipal n.º 2.625 que institui o plano municipal de cultura de Vila Flores para o decênio 2023-2033. As metas e estratégias propostas no plano municipal de cultura de Vila Flores resultam em propostas discutidas na I Conferência Intermunicipal da Cultura, realizada na cidade de Nova Prata em 2009, norteando 5 eixos temáticos: Eixo I – Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Eixo II – Cultura, Cidade e Cidadania; Eixo III – Cultura e desenvolvimento sustentável; Eixo IV – Cultura e Economia Criativa; Eixo V – Gestão e Institucionalidade da Cultura (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023, p. 5). Cabe destacar algumas metas importantes deste plano do eixo II, a saber:

2.1 Promover a utilização turística do espaço urbano e rural de Vila Flores; **2.2.** Estruturar e implementar o Circuito do Turismo Cultural de Vila Flores; **2.3.** Desenvolver uma política de valorização dos monumentos e espaços públicos do Centro Histórico de Vila Flores, assim como das paisagens rurais; **2.4** Realizar estudos para viabilizar a candidatura de Vila Flores, junto ao IPHAN, a chancela de Paisagem Cultural; [...] **2.6** Realizar o inventário do Patrimônio material e imaterial ainda existente em Vila Flores; **2.7** Promover ações de reconhecimento, através do registro e tombamento municipal, dos bens culturais (materiais e imateriais) da cidade de Vila Flores, destacando a possibilidade de receber a chancela de paisagem cultural; [...] **2.12.** Fomentar, no município, a criação de museus e centros culturais que trabalhem no campo da memória; [...] **2.14.** Implementar o Arquivo Público de Vila Flores [...] **2.15.** Implantar um Programa Municipal de Educação Patrimonial [...] (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023, p. 8-10).

Em análise a essas metas, percebe-se que o turismo cultural de Vila Flores tem buscado fomentar ações e estratégias de preservação, manuten-

ção e difusão do patrimônio cultural local, alinhado ao desenvolvimento turístico. Salete Fiori (2024) relata que a consolidação do turismo em Vila Flores iniciou em 1997, quando ela esteve à frente do turismo, e a prefeitura municipal se filiou à Atuaserra. Na época foram realizadas diversas capacitações e reuniões com empreendedores, poder público e a população, inclusive comunidades do interior. Foi realizado um levantamento das potencialidades culturais e naturais de Vila Flores. Algumas pessoas que tinham interesse em desenvolver o turismo em suas propriedades acabaram não tendo condições, enquanto outros que tinham condições não se interessaram. É dessa época que o Filó se consolida como evento turístico e impulsiona o turismo no município. “Filó foi o pioneiro que começou a atrair por ser uma vivência cultural histórica cultural” (Fiori, 2024). Salete explica que Vila Flores está em primeiro lugar de atração turística dos municípios que integram o roteiro Termas e Longevidade. Tal fato se dá principalmente pelos elementos históricos culturais associados ao turismo.

3 RECURSOS PATRIMONIAIS EM VILA FLORES, RS

Vila Flores fica localizada na serra gaúcha, na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, Brasil, e tem uma população estimada de 3.646 habitantes (IBGE, 2022). Foi declarada como Capital Estadual do Filó pela Lei n.º 14.949, de 10 de novembro de 2016 (Rio Grande do Sul, 2016) e, recentemente, pela Lei municipal n.º 2541, de 5 de julho de 2022, a língua *italian* ficou instituída como língua cooficial do município de Vila Flores (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2022). O contexto histórico de Vila Flores-RS, teve sua origem no povoamento da colônia Alfredo Chaves, antiga Roça Reúna, fundada em 1884 por Dr. Júlio da Silva Oliveira, chefe da comissão para divisão das terras, abrangendo em seu território monte Vêneto (Cotiporã), Bela Vista (Fagundes Varela), Pinheiro Seco (Vila Flores) e Capoeiras (Nova Prata). Em 1898, Alfredo Chaves foi desmembrado de Lagoa Vermelha e elevado à categoria de município autônomo, passando a chamar-se Veranópolis (IBGE, 2011). Em 1920, Pinheiro Seco passou a denominar-se Vila Flores, em homenagem à família Fiori, uma das primeiras famílias de imigrantes italianos a estabelecer-se no local. Já em 1955, Vila Flores foi elevada à categoria de Distrito de Veranópolis, pela Resolução 240/55. Somente em 1988, pela Lei Estadual n.º 8.627/88, Vila Flores desmembrou-se de Veranópolis, passando à categoria de município (IBGE, 2011).

As primeiras famílias italianas e polonesas chegaram por volta de 1885 na então colônia de Alfredo Chaves e Pinheiro Seco (Costa, 1998). Nos primeiros anos de colonização, os imigrantes sobreviveram de atividades agrícolas com as sementes que receberam do Governo Imperial, ao mesmo

tempo, em que precisavam recorrer à caça para se alimentarem (Battistel; Costa, 1982). À medida que os imigrantes foram progredindo com uma economia baseada na agricultura surgiram também as primeiras indústrias e comércios em Pinheiro Seco como olarias, moinhos, engenhos para aproveitamento de madeira, ferrarias, carpintarias, sapataria e curtume, indústria de laticínios, frigorífico, atafona³, alfaiataria, transportes e casas de pasto (Longhi; Rigo, 1981). O transporte de madeira na época era realizado pelos balseiros que desciam pelo Rio das Antas até Porto Alegre. Do mesmo modo, carreteiros e tropeiros transportavam porcos, banha e mercadorias produzidas pelas indústrias locais até Montenegro (Longhi; Rigo, 1981). Pela sua localização entre Alfredo Chaves e Capoeiras, Pinheiro Seco serviu como local de pouso e alimentação para tropeiros e carreteiros que passavam pela região. Esses descansavam em casas de pasto, uma espécie de pousada/hotel, que também forneciam serviços de ferragem para os animais de tração e de montaria. A mais importante casa de pasto da época é o da Casa Fiori, ainda em funcionamento, hoje como casa do pão (padaria).

O crescimento populacional de Vila Flores ocorreu naturalmente como em tantos outros povoados de imigração italiana, por meio de uma organização social que se formou em torno de uma capela. Devido à falta de padres no início da colonização italiana, as cerimônias religiosas eram conduzidas por um “padre leigo” escolhido pela comunidade dentre aquele imigrante que sabia ler e escrever razoavelmente e possuía alguma instrução religiosa. Assim, as práticas religiosas delinearão a formação das comunidades italianas como a reza do terço em família ou em comunidade e as procissões religiosas (Longhi; Rigo, 1981). A devoção dos imigrantes italianos deu origem a várias capelas nas colônias, com nomes de santos de sua devoção, formando uma estrutura social peculiar.

Vila Flores contempla recursos patrimoniais materiais e turísticos urbanos e rurais⁴, como parques, capelas, casas de família transformadas em lugares de turismo, e a própria paisagem natural da região, cercada por uma exuberante natureza. Na área urbana, os principais recursos incluem a Igreja matriz, a Vila Capuchinhos, a Vila do Pão, a Casa do Artesão, o Paradoro Lagos Vila Parque, além do restaurante Mascaron Paradoro decorado com objetos antigos em homenagem à história da imigração italiana. Localizada no centro, destaca-se a Igreja Santo Antônio que deu origem à

3 Engenho de moer grãos. “A atafona industrializava a mandioca, extraindo da mesma a farinha, o polvilho, a tapioca, sagú e outros derivados, que eram consumidos no próprio lugar, sendo que os excedentes eram enviados para fora, a fim de serem comercializados” (Longhi; Rigo, 1981, p. 41).

4 A paisagem urbana e rural pode ser acessada pelo *Tour Virtual Vila Flores*, RS. Disponível em: <https://serratourvirtual.com/360/vilaflores/>.

história de Vila Flores com a chegada dos primeiros imigrantes, de início com a construção de um capitel, depois a capela e, em 1951, com a fundação da paróquia. Em 2018, pela Lei municipal nº 2216, de 18 de setembro de 2018, a praça junto à igreja matriz recebeu o nome do Frei Adelar Primo Rigo⁵.

Figura 1 – Paróquia Santo Antônio



Fonte: Acervo particular, 2023.

Ao lado da paróquia Santo Antônio localiza-se a Vila dos Capuchinhos, que abrigou um seminário construído a partir de 1946, e inaugurado em 15 de março de 1949. Na década de 1970, o seminário passou por reformas, sendo reinaugurada em 1982. Em 2000, o seminário transformou-se em um complexo turístico com enoturismo, águas termais, acomodações aconchegantes e passeio ao Picolo Jardim ao som de cantos gregorianos (Vila Capuchinhos, 2023). Junto à Vila tem a capela *Chiesa dela Porciúncula*, “pequena igreja abandonada e em ruínas, dedicada a Santa Maria dos Anjos, numa pequena ‘porção de terra’, próximo de Assis, restaurada por Francisco, onde viveu e morreu em 1226⁶”.

⁵ Informações fixadas na placa turística.

⁶ Informações do quadro localizado ao lado da entrada da capela.

Figura 2 – Vila Capuchinhos



Fonte: Acervo particular, 2023.

A Casa Fiori, das primeiras famílias que se estabeleceram no local, e hoje na quinta geração, fica localizada no centro de Vila Flores. A casa foi edificada em 1913, com tijolos feitos à mão e secos ao sol, por Joaquim e Antonia Fiori. O estabelecimento funcionou como casa de secos e molhados⁷, casa de pasto para os tropeiros, casa de encontros e festividades, e hospedou políticos como Leonel Brizola⁸. Desde 1996, a casa foi transformada em padaria com venda de produtos coloniais, pães, cucas, biscoitos, bolos, geleias, vinhos, cafés, salgados e outros produtos. A Vila do Pão mantém em exposição objetos, fotografias e mobiliários da família Fiori, com mesas próximas às exposições enquanto o visitante saboreia um café.

⁷ Armazém que vendia alimentos, tecidos, botões, louças, roupas, ferragens, bebidas, doces, pão, entre outros produtos.

⁸ Informações fixadas na placa turística.

Figura 3 – Casa Fiori

Fonte: Acervo particular, 2023.

O Filó de Vila Flores, por sua vez, acontece na casa do Artesão Pedro Christianetti, edificado primeiro com bambu, varas de matos e telhado de capim. Em 1886, Pedro Christianetti construiu uma casa de tábuas com 5 metros de altura, telhado de zinco e 3 andares. Em 1999, a casa foi transportada pela prefeitura até o bairro São Luíz. Na parte superior da casa, está alocada a Secretaria de Turismo e Cultura (Setur) de Vila Flores, e no ambiente ao lado, funciona o comércio do artesanato local com trabalhos em barros, palhas e tecidos. Na parte inferior da casa ocorre o Filó de Vila Flores, à noite, mediante agendamento prévio, para, aproximadamente 40 pessoas participantes. Com duração de três horas o filó segue uma sequência de representações culturais, vivenciados pelos visitantes. Recebidos com muita alegria pelo grupo de atuação em trajes típicos, os turistas vivenciam a performance do filó que inclui apresentação de canções italianas, histórias sobre a imigração e colonização do município, oferta de um jantar com polenta e vinho, e encerramento com brincadeiras, anedotas e oração.

Vila Flores também tem como ponto turístico a *L'Arte Ceccato*, localizado na Linha Aimoré, um ateliê de arte em cerâmica com peças produzidas de forma artesanal. O ateliê fica na propriedade da família Ceccato, membros do grupo Filó de Vila Flores. O turista é convidado a visitar mandalas curativas e o relógio de ervas medicinais, além de ouvir histórias da família, mediante visita guiada e paga (Atuaserra, 2023).

Referente às capelas e campanários, destacam-se as que foram tombadas como patrimônio histórico municipal. Uma das mais importantes é capela de São Jorge. Em primeiro momento (1893), foi construído um pequeno capitel de madeira na comunidade. Contudo, em decorrência de infestação de gafanhotos em 1905, que ocasionou uma devastação nas plantações, os imigrantes se mobilizaram para a construção da gruta dedicada a Nossa Senhora de Lourdes em Veranópolis e para a construção da Capela de Pedra de São Jorge em Vila Flores como “pagamento de promessa pela salvação

da comunidade após o assalto dos gafanhotos” (Hoffmeister, 2017a, online). Inaugurada em 1916, a Capela de Pedra de São Jorge foi benta pelo Padre Mateus Pasquali. A estátua dedicada a São Jorge foi esculpida no próprio local, em cedro puro, pelo “santaro” Antônio Triches. Nos altares laterais foram esculpidos as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São José, também em cedro pelo mesmo santeiro, formando um conjunto de arte sacra (Hoffmeister, 2017a, online). A capela foi tombada como patrimônio histórico do município de Vila Flores pelo Decreto Executivo n.º 424, de 10 de maio de 1994, na administração do prefeito Antonio Costella e vice Dirceu Fiori¹⁰. A Capela fica localizada a 2 km de distância do centro de Vila Flores.

Figura 4 – Filó de Vila Flores



Fonte: Acervo particular, 2023.

9 Antônio Triches era o santeiro da região de Alfredo Chaves, um colono como os demais que desenvolveu habilidades de escultor. Ficou conhecido pela comunidade como “Santaro Triches” (Longhi; Rigo, 1981, p. 82).

10 Informações fixadas na placa indicativa junto à Capela.

Figura 5 – Capela de Pedra de São Jorge

Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Localizado a 3 km de distância do centro de Vila Flores encontra-se a comunidade da Linha Aimoré que construiu a primeira capela em 1888, dedicada a Nossa Senhora da Saúde. Em 1942, foi construído o Campanário da Linha Aimoré. Além da Nossa Senhora da Saúde, a comunidade também tem como santo padroeiro São Valentim, protetora dos males da epilepsia. Nessa capela ocorriam bastantes encontros para jogar cartas, mora, bocha, realizar corridas de cavalo e os tradicionais filós (Longhi; Rigo, 1981). A comunidade da Linha Aimoré ainda mantém vivo os costumes de seus antepassados, como a realização da Via Sacra e a Procissão *Dei Ciaretti*. O campanário foi tombado em 22 de abril de 1999.

Figura 6 – Campanário da Linha Aimoré e a antiga Igreja

Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Na Linha Conde de Porto Alegre, a 8 km do centro de Vila Flores, localiza-se outro campanário de importância histórica, adjacente à Capela de São Lourenço, tombado em 22 de abril de 1999. O campanário foi construído no final do século XIX com a chegada dos imigrantes e reconstruída em 1961 com 25 m de altura. Os sinos foram fabricados em 1904 na Alemanha. São Lourenço pertencia ao município de Fagundes Varela no início da imigração italiana. No processo emancipatório, em 1988, a comunidade de São Lourenço passou a pertencer à Vila Flores (Hoffmeister, 2017b, online).

Figura 7 – Igreja e campanário da Capela São Lourenço



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Na linha Marechal Deodoro, a 5 km do centro de Vila Flores, encontra-se a Capela da Nossa Senhora do Caravágio. A comunidade formou-se com os primeiros imigrantes que chegaram no local em 1886, vindos de Treviso, comuna italiana da região de Vêneto. Chefiados por Pedro Carboneira, os imigrantes de um grupo de oito famílias realizaram a primeira prece embaixo de uma árvore sapopema. Na casca da árvore os imigrantes desenharam uma cruz em alto-relevo e “queimaram o sírio pascal, doado pelo pároco de Treviso, por ocasião de sua partida” (Longhi; Rigo, 1981, p. 50). A primeira Capela foi construída em tábuas serradas e recebeu a estátua de Nossa Senhora do Caravágio trazida da Itália. Em 1905 iniciou-se a construção da atual igreja, com tijolos fabricados a mão e paredes medindo 1 m de espessura. Sua inauguração ocorreu em 26 de maio de 1906. Os sinos do Caravágio colocados em um campanário externo foram trazidos da Alemanha entre 1927 e 1928 (Hoffmeister, 2017c, online). Em 30 de abril de 1999 foi tombado como patrimônio histórico pelo município.

Figura 8 – Capela Nossa Senhora do Caravágio (à esquerda) e a sapopema (à direita)



Fonte: Família Carbonera, [20--].

Outra Capela de importância histórica na região é a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, edificada com pedras de taipa e decretada como patrimônio histórico do município, em 30 de abril de 1999. A capela localiza-se na Linha Visconde de Pelotas, a 5 km do centro da Vila, próximo ao rio Retiro (Hoffmeister, 2017d, online). Não há uma data precisa da inauguração da capela. A benção da inauguração foi feito pelo Pe. Mateus Pasquali. Os sinos para a capela foram trazidos por intermédio do Frei Ismael Reginatto em 1950. Na comunidade eram realizadas três festas: a festa do Sagrado Coração de Jesus, a festa de São José e a festa de Nossa Senhora do Monte Bérico (Longhi; Rigo, 1981).

Figura 9 – Capela Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Localizado em Barro Preto, esquina Buarque de Macedo com Linha Marechal Deodoro, a 1 km de distância do centro pela BR 470, encontra-se o Marco da fé de Vila Flores, a Cruz de Ferro, tombado como patrimônio histórico, sendo edificado por iniciativa do padre Dom Mateus Pasquali para celebrar os mais de duzentos anos das Missões Jesuíticas no Brasil. O padre enviou uma carta para Roma solicitando ajuda financeira para a compra da cruz, que teve apoio do “Papa Leão XIII” (Hoffmeister, 2017e, online). A cruz foi confeccionada pelo ferreiro, Sr. Girardi, residente de Veranópolis. “Com o intuito de homenagear um velho amigo seu que cantava, costumeiramente, nas missas, o Padre Pasquali requisitou a colocação do símbolo religioso próximo à morada de Cornélio Posenato, em 1901” (Hoffmeister, 2017e, online).

Figura 10 – Antiga casa de pasto com a Cruz de Ferro (à esquerda), e a Cruz de Ferro atualmente (à direita)



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Em relação à arquitetura das capelas de imigração italiana Posenato (1983) classifica-as em quatro períodos. A primeira fase que se divide em período primitivo e apogeu: a) primitivo: são as primeiras capelas que foram construídas com madeira rachada ou serrada à mão; b) apogeu: “com paredes de madeira, tijolos domésticos ou pedra”. A arquitetura das capelas dessa fase apresenta duas formas de expressão: “inspiração clássica, derivadas da interpretação renascentista ou românica”, e, traço espontâneo de iniciativa da comunidade, com uma concepção mais livre sem “derivar do repertório erudito” (Posenato, 1983, p. 317-319).

A segunda fase corresponde à assimilação do gótico introduzido pelos capuchinhos franceses, tornando-se, desta forma, o neogótico, o padrão da arquitetura religiosa, com uma das características a apresentação de

arco ogival. Mas, como observa Posenato: “Muitas capelas deste período, em paredes rebocadas, representam arquitetura aculturada” (Posenato, 1983, p. 322). Essa segunda fase apresenta dois períodos: o tardio que se estende até a época do Concílio Vaticano II, com “tendência ao grotesco das formas derivadas do gótico e na mão-de-obra mais grosseira, como na volta ao uso da madeira” (Posenato, 1983, p. 323), e o maneirismo gótico. Por outro lado, as capelas construídas após o Concílio Vaticano II “perderam toda a relação com a imigração italiana, a não ser eventuais campanários separados” (Posenato, 1983, p. 325). As matrizes construídas nas regiões de imigração italiana eram projetados pelos vigários baseados em outras igrejas de estilos históricos. Esses estilos dependiam das origens dos vigários: “se italianos, inspiravam-se no românico, renascentista e bizantino; se franceses (capuchinhos), no gótico” (Posenato, 1983, p. 327).

Assim como, a arquitetura das capelas apresenta suas formas de expressões, a formação social em torno das capelas também apresenta relações simbólicas com elementos de valores culturais locais. Destaca-se a presença da Vila Capuchinhos; a produção de artesanos locais representando os saberes e os modos de fazer da comunidade local; a preservação da paisagem natural; além dos referenciais culturais presentes nas canções italianas e gauchescas (hibridismo cultural) e das histórias lembradas na performance do Filó de Vila Flores. Tais recursos patrimoniais dialogam com o contexto da cultura de matriz italiana, entrelaçados com o patrimônio tangível e intangível, de modo a transmitir o espírito do lugar (Icomos, 2008), e favorecer o turismo local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em avaliação ao desenvolvimento do turismo em Vila Flores, entrelaçando conceitos de patrimônio, turismo cultural e de experiência, verifica-se que o município em sua totalidade é um recurso patrimonial com relevante potencial turístico graças aos seguintes fatores: a situação relativamente próxima da capital estadual, a inserção na região da serra gaúcha, já consagrada como de alto interesse turístico nacional, e as paisagens e o patrimônio que oferecem conhecimento e vivências relacionados a cultura da migração italiana mostrando uma faceta singular do sul do Brasil. Tais aspectos podem ser analisados com o tombamento de capelas de importância histórica; da transformação da Vila Capuchinhos em um complexo turístico; de casas de famílias adaptadas como espaços turísticos, a exemplo, da Casa Fiori e da L'Arte Ceccato; da reinterpretação de referenciais culturais da cultura de matriz italiana por meio do Filó de Vila Flores; e da meta do plano municipal em viabilizar a candidatura de Vila Flores à chancela de

Paisagem Cultural, junto ao IPHAN.

A participação do município em uma associação de promoção e gestão como Atuaserra, facilita o trabalho em rede e o estabelecimento de circuitos curtos, aonde cada lugar tem suas especificidades que lhes outorgam singularidade. Nesse sentido, a perspectiva de uma governança sustentável para a preservação e valorização de tradições culturais no contexto do turismo cultural e de experiência, sobretudo por meio projetos pioneiros como o *Tour da Experiência*, prevê uma gestão estratégica integrada e articulada, em uma rede de cooperação entre poder público, privado e a comunidade local, consolidando um verdadeiro ecossistema regional de turismo. É, portanto, basilar que grupos sociais e culturais estejam inseridos em uma abordagem participativa.

Por outro lado, o uso do patrimônio histórico, natural, cultural para fins turísticos precisa estar alinhado com as boas práticas de preservação e políticas culturais. A relação entre turismo e patrimônio deve ser avaliada com cautela, de modo a considerar os possíveis riscos de destinos turísticos produzirem experiências artificiais que possam descaracterizar a essência dos fluxos culturais¹¹ locais, transformando os patrimônios e as tradições em uma espécie de ‘*McDonaldização*’. Se, por um lado, o turismo fomenta a possibilidade de obter recursos financeiros para a preservação e difusão dos recursos patrimoniais, por outro, o patrimônio, como recurso turístico, pode acarretar espetacularização cultural. Para que os esforços na preservação do patrimônio cultural tenham sentido, o contato do visitante com o recurso patrimonial deve transcender a superficialidade fugaz das *selfies*. É importante que o patrimônio cultural seja usufruído de maneira contextualizada, com informação precisa e responsável, sem ser entregue, vendido e consumido nos termos de um turismo que o “despoja de significância” e nega sua impreterível dimensão crítica (Oliveira; Durán Rocca, 2020, p. 60).

Embora os orçamentos municipais sejam limitados, deve-se priorizar a manutenção e qualificação de espaços e equipamentos culturais de propriedade pública. Além da criação de espaços coletivos atrativos à demanda turística, esses investimentos beneficiam principalmente a popu-

11 Conforme salienta Albuquerque Jr.: “O que chamamos de cultura, conceito que por seu uso no singular já demonstra sua prisão à lógica da identidade, é, na verdade, um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento. Na verdade nunca temos cultura: temos trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais. As classes ou grupos sociais hegemônicos é que, muitas vezes, querem fazer de suas manifestações culturais a cultura” (Albuquerque Jr., 2007, p. 17).

lação local. A existência de recursos patrimoniais não implica necessariamente que haja uma relação positiva entre turismo e patrimônio, porém, este deve ser o objetivo a ser almejado. Nesse sentido, aos gestores culturais compete o importante compromisso em articular o equilíbrio entre patrimônio e turismo para avaliar e mitigar os possíveis riscos, levando em consideração as recomendações das cartas e declarações patrimoniais propostas por instituições como ICOMOS e UNESCO.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: MAR-CHIORI, Gisele (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult).
- ALMEIDA, Marcelo Vilela. *Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-04082009-223555/pt-br.php>. Acesso em: 06 set. 2024.
- ATUASERRA. *Governança regional uva e vinho*. 2022. Disponível em: <https://www.atuaserra.com/governanca>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- ATUASERRA. *Atelier L'arte Ceccato*. 2023. Disponível em: https://www.serra-gaucha.com/estabelecimento_detalhes.php?slug=76_atelier-larte-ceccato. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Tour da experiência: cartilha completa*. Brasília: Instituto Marca Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2024.
- BRITO, Marcelo. A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil. In: BRITO, Marcelo (Org.). *Dimensão turística no Brasil e região Sul: oportunidades e desafios para a gestão patrimonial*. *Revista do Patrimônio do IPHAN*, Brasília, DF, n. 40, p. 31-56, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista-dopatrimonio40web.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- COSTA, Rovílio. *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

- FAMIGLIA CARBONERA. Álbum de fotos: outras imagens. [20--]. Disponível em: <http://www.familiacarbonera.com.br/albuns-de-fotos/outras-imagens-32>. Acesso em: 06 set. 2024.
- FERREIRA, Ana Maria. Turismo, cultura e regeneração urbana: o renascimento das pequenas e médias cidades. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 20, p. 31-39, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/rtd.voi20.12455>. Acesso em: 06 set. 2024.
- FIORI, Salete. *Entrevista* [abril 2024]. Entrevistadora: Sandra Beatriz Rathke. Vila Flores, 2024.1 arquivo. mp4 (40 min).
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>. Acesso em: 07 jun. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Igreja de Pedra de São Jorge*. 2017a. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/igreja-de-pedra-de-sao-jorge-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Campanário da Capela de São Lourenço*. 2017b. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/campanario-da-capela-de-sao-lourenco-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Sinos de Caravágio*. 2017c. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/sinos-de-caravagio-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Capela Sagrado Coração de Jesus*. 2017d. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/igreja-do-sagrado-coracao-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Cruz de ferro*. 2017e. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/cruz-de-ferro-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Vila Flores: história e fotos*. 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/historico> Acesso em: 09 jun. 2024.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Vila Flores: panorama: população*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/panorama>. Acesso em: 04 jun. 2024.

- ICOM-INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Carta de Atenas*. Atenas: ICOM, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. 2.º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. *Carta de Veneza*. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. 3.º Colóquio Interamericano sobre Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações. *Declaração de Tlaxcala*. México: ICOMOS, 1982. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Tlaxcala%201982.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.
- ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. 16.ª Assembleia Geral do ICOMOS. *Declaração de Québec*. Sobre a preservação do “*Spiritu loci*”. Quebec: ICOMOS, 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.
- JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, n. 8, p.32-39, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>. Acesso em: 06 set. 2024.
- JENSEN, Rolf. *The dream society: how the coming shift from information to imagination will transform your business*. New York: McGraw-Hill. 1999.
- LONGHI, Orildo; RIGO, Adelar. *Pinheiro Seco: os italianos de Vila Flores*. Porto Alegre: EST, 1981.
- OEA-ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. *Normas de Quito*. Punta Del Leste: O.E.A, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.
- OLIVEIRA, Leonardo Valerão; DURÁN ROCCA, Luisa. Turismo e patrimônio em pequenos centros e povoados históricos: quatro casos sul-brasileiros. *Revista Iberoamericana de Turismo*, RITUR. v. 10. n. 2, p. 36-60,

2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/10336>. Acesso em: 05 set. 2024.
- PINE II, B. Joseph.; GILMORE, James H. Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, v. 76, n. 4, p. 97-105, 1998. Disponível em: <https://hbr.org/1998/07/welcome-to-the-experience-economy>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- PINE II, B. Joseph.; GILMORE, James H. *The experience economy: work is theatre & every business a stage*. Boston: Harvard Business School Press, 1999.
- POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. (Assim vivem os italianos, 4).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. *Lei municipal 2541, de 05 de julho de 2022*. Institui o Talian, Vêneto Brasileiro, como a segunda língua oficial do município de Vila Flores. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/v/vila-flores/lei-ordinaria/2022/255/2541/lei-ordinaria-n-2541-2022-institui-o-talian-veneto-brasileiro-como-a-segunda-lingua-oficial-do-municipio-de-vila-flores>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. *Lei Municipal nº 2.625, de 30 de maio de 2023*. Institui o plano municipal de cultura de Vila Flores para o decênio 2023-2033. Disponível em: <https://www.vilaflores.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/legislacao-municipal/leis-2023/lm-no-2625.pdf/view>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 14.949, de 10 de novembro de 2016*. Declara o Município de Vila Flores Capital Estadual do Filó. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2016. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.949.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- RIVERA MATEOS, Manuel. El turismo experiencial como forma de turismo responsable e intercultural. In: *Relaciones culturales en la diversidad*. II Jornada sobre investigación e innovación para la interculturalidad. Córdoba, p. 199-217, 2013. Disponível em: <https://helvia.uco.es/handle/10396/14871>. Acesso em: 06 set. 2024.
- RODRIGUES, Ana Paula; VIEIRA, Isabel; TEIXEIRA, Mário Sérgio. Pequenas cidades históricas e seus visitantes: aplicação a uma cidade histórica do Norte de Portugal. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 13, n. 3, p. 521-540, 2014. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/422>. Acesso em: 04 set. 2024.
- SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2024.

- nas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27122006-104748/publico/TeseSimoneScifoni.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.
- SCHNEIDER, Cristina Seibert. *As cidades de tempos lentos: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez*. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172316>. Acesso em: 05 set. 2024.
- SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE VILA FLORES (SETUR). *Anejos tombamentos*. [20--]. [Documento disponibilizado pela SETUR].
- SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. *ANTROPOLógicas*, n.4, p.217-224, 2000. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/issue/view/89>. Acesso em: 12 out. 2023.
- SOUZA, Alessandra; SAAD, Marcela. *Tour da experiência: estudo de caso*. Ministério do Turismo (Brasil); Sebrae Nacional; Instituto Marca Brasil. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/economia-da-experiencia/estudo_de_caso_tour_experiencia.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.
- UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 17.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 19.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO. *Recomendação de Nairóbi*. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Nairóbi: UNESCO, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.
- UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 32.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000132540_por. Acesso em: 25 jul. 2023.
- UNESCO- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Recomendação sobre a paisagem histórica urbana*.

Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION; ICCROM-INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY; ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES . *Conferência de Nara*. Conferência sobre autenticidade em relação a convenção sobre Patrimônio Mundial. Japão: UNESCO; ICCROM; ICOMOS, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VILA CAPUCHINHOS. *Complexo turístico*. 2023. Disponível em: <https://www.vilacapuchinhos.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Recebido em: 28/07/2024

Aceito em: 18/09/2024

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOB A PERSPECTIVA DO IMAGINÁRIO

TERRITORIAL DEVELOPMENT FROM THE IMAGINARY PERSPECTIVE

Samila Balbinot¹
Daniela Marzola Fialho²

RESUMO

O desenvolvimento territorial é um amplo objeto de estudo, que pode ser debatido em diversas esferas e à luz de diferentes perspectivas. Fundamentado no conceito de imaginário, por meio de uma revisão bibliográfica e análise documental, este artigo propõe uma abordagem histórica e também contemporânea. Os dois recortes temporais estabelecem uma relação entre a imigração italiana no Rio Grande do Sul e os atuais movimentos migratórios nas cidades. O *locus* de estudo abrange a região da Serra Gaúcha, no nordeste do estado. O objetivo é compreender e relacionar os estímulos que influenciaram e influenciam os movimentos migratórios populacionais. Ao abordar o período da colonização italiana no Brasil, discute-se tanto o processo migratório quanto o incentivo para que os italianos se estabelecessem no Rio Grande do Sul, com o sonho de conquistar sua própria terra e a construção de um imaginário sobre a mesma. Para analisar os atuais deslocamentos populacionais urbanos, serão considerados os efeitos do imaginário na idealização de lugares aliada ao sonho da casa própria. Dessa forma, ao retratar episódios his-

1 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (2015) e mestranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio grande do Sul - PROPUR/UFRGS - na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política. Vinculada ao Grupo de Pesquisa CNPq: Grupo de Estudos e Documentação em Urbanismo - GEDURB-UFRGS.

2 Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - (1989), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS (1999). Doutora em História pela pelo PPG/Historia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), sob a orientação no início da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento e no final da Profa. Dra. Susana Bleil de Souza. Realizou estágio de doutoramento no exterior com bolsa da CAPES -PDDE-(2006-2007) na EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques Leenhardt. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) com mandato de 26/11/2013 a 31/03/2016. Realizou Pós-Doc (2018-2019) junto a EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques Leenhardt. Atualmente é professora associada 4 na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro pesquisador e Coordenadora da Mapoteca do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: história urbana, cartografia urbana, planejamento urbano, políticas públicas, arquitetura e política sindical.

tóricos e estabelecer relações com a atualidade, busca-se dar concretude ao conceito de imaginário, tornando-o mais tangível.

Palavras-chave: Colonização Italiana. Movimentos Migratórios. Serra Gaúcha.

ABSTRACT

Territorial development is a broad field of study that can be discussed across various domains and through different perspectives. Based on the concept of the imaginary and using bibliographic review and document analysis, this paper proposes both a historical and contemporary approach. These two temporal frameworks establish a connection between Italian immigration in Rio Grande do Sul and current migratory movements in cities. The study focuses on the Serra Gaúcha region in the northeast of the state. The objective is to understand and relate the factors that have influenced and continue to influence population migration. By addressing the period of Italian colonization in Brasil, the study discusses both the migration process and the incentives that encouraged Italians to settle in Rio Grande do Sul, motivated by the dream of own land and the construction of an imaginary about it. To analyze current urban population displacements, the effects of the imaginary on place idealization, combined with the aspiration for home ownership, will be considered. In this way, by illustrating historical episodes and establishing connections to the present, the study aims to give substance to the concept of the imaginary, making it more tangible.

Keywords: Italian Colonization. Migratory Displacements. Serra Gaúcha.

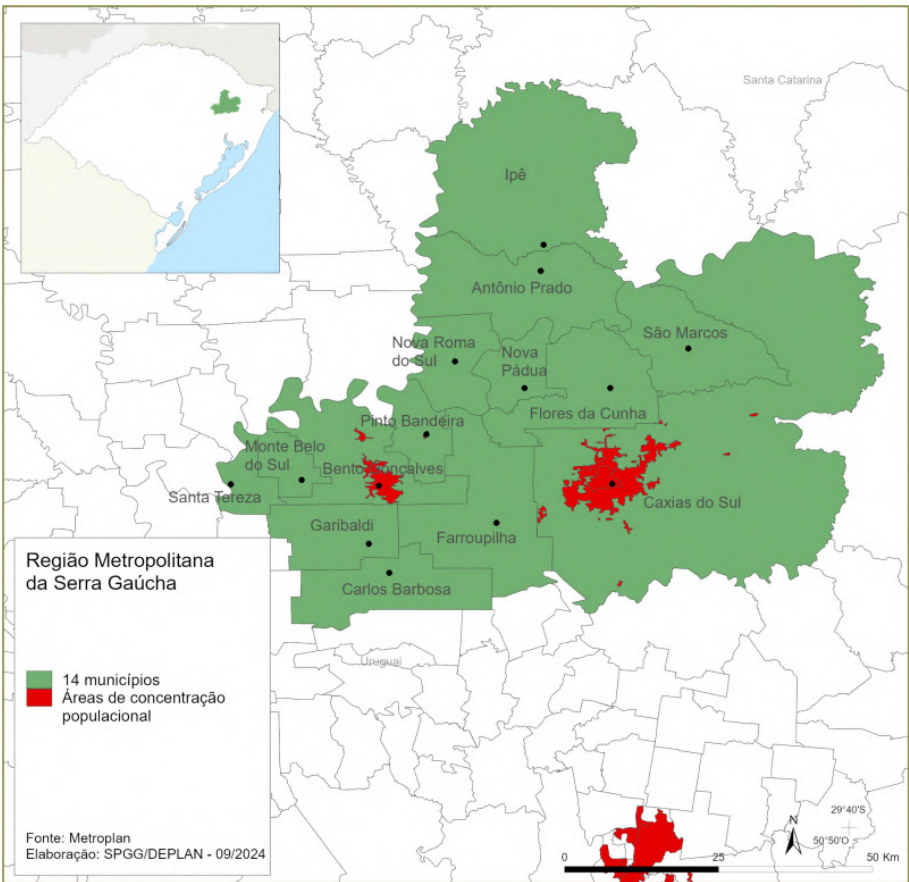
INTRODUÇÃO

Todas as cidades contam e constroem histórias sobre elas mesmas. Essa ‘autobiografia’ está presente no patrimônio material e imaterial dos municípios. As marcas do passado, gloriosas ou tristes, trazem consigo muitos ensinamentos. Com as histórias das cidades podemos compreender os aspectos culturais e as configurações territoriais das mesmas. Os fatos históricos nos oferecem exemplos a serem seguidos ou evitados, afinal, como refere Jacobs (2011, p. 5) “as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano”. Este trabalho apresenta uma contextualização histórica do desenvolvimento territorial na serra do nordeste gaúcho, através da colonização italiana. Em paralelo a essas antigas formações territoriais, oriundas da imigração e da colonização, analisam-se os atuais movimentos migratórios dentro da cidade, com a urbanização de áreas periféricas e distantes da malha urbana. Esta analogia estudada segundo os conceitos ligados ao imaginário, busca entender as histórias do passado que se repetem no presente, no que tange ao desenvolvimento territorial. Ou seja, a abordagem histórica deste trabalho busca detalhar a trajetória dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1875 e 1914, e a for-

mação de um território da serra Gaúcha. O recorte temporal atual analisa o crescimento urbano horizontal.

O surgimento das cidades que atualmente compõem a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG) se deve, especialmente, à coragem e ao trabalho das famílias italianas que abandonaram sua pátria na esperança de uma vida melhor. A RMSG (imagem 1) foi criada através da Lei 4.293 de agosto de 2013. A região metropolitana, é composta pelos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, São Marcos, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Pinto Bandeira. A população total da RMSG é de 734.421 habitantes e seu território perfaz a área de 4.664,080km² (IBGE, 2022).

Imagem 1 – Mapa da Região Metropolitana da Serra Gaúcha



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2024).

Muitos destes municípios ainda possuem uma forte ligação com a cultura italiana em virtude do isolamento físico e social que passaram os primeiros italianos que se instalaram na região:

Esse isolamento, porém, não foi procurado pelos imigrantes europeus, mas imposto pelo sistema de colonização adotado pelo governo. Longe dos centros urbanos e comerciais, sem contato com a vida gaúchos, os imigrantes continuaram falando a língua de seu país e a viver segundo suas respectivas tradições e costumes, pois não sentiam a necessidade e nem tinham ocasião de falar a língua do país que os recebera (Manfroi, 1975, p.123).

Ou seja, a localização das colônias, em meio à mata virgem, com poucas estradas ou meios de comunicação, longe dos centros urbanos e comerciais, contribuiu para a homogeneidade cultural. Embora os imigrantes fossem originários de diferentes regiões da Itália, e que essas regiões pudessem apresentar diferenças culturais entre si, este trabalho aborda o imigrante italiano e sua cultura de forma única. Os estudos sobre “território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul” de Manfio e Pierozan (2019) trazem à luz os conceitos de identidade e pertencimento, por meio da semelhança dos costumes, na criação de territorialidades, desta forma:

Esta apropriação vista por meio da identidade é percebida no processo de colonização italiana realizado no Brasil, cujos colonos procuraram interagir com outras pessoas vindas da Itália e que apresentavam costumes e valores semelhantes, articulando o espaço em territórios culturais, marcados pela presença densa, inicialmente de italianos e, posteriormente, de descendentes italianos (Manfio; Pierozan, 2019, p.147).

Os imigrantes italianos, na sua grande maioria com baixa ou nenhuma escolaridade, confiaram seu destino ao desconhecido, à uma ‘realidade’ imaginada, fomentada através dos agenciadores do Brasil que aliciavam os emigrantes na Itália.

Ao olharmos a história da imigração italiana no Brasil sob a perspectiva do imaginário, podemos obter uma melhor compreensão acerca destes movimentos e suas motivações. Destaca-se que neste trabalho, a conceituação do imaginário e as concepções acerca do ‘real’, das representações e das demais temáticas que engendram a abordagem conceitual, não serão entendidas apenas como os meios de um resgate histórico para uma

melhor compreensão do passado. Propõe-se aqui, que além de olhar para o passado, se possa entender como o futuro foi vislumbrado neste passado, através do imaginário e de suas representações coletivas. Compreende-se este conceito de acordo com Pesavento (2007, p. 11-12), onde:

o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas.

Apresentado como “uma das tendências contemporâneas de análise da chamada Nova História Cultural” (Pesavento, 1995, p. 7), o imaginário, de acordo com a autora, é a construção de um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que proporcionam aos homens um sentido ao mundo. Ao referir o conceito de representação, Pesavento (2003, p. 17) aponta que “todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”. Já o imaginário é um conceito amplo, de forma que Pesavento (1995) apresenta em seu trabalho, diferentes autores e suas abordagens conceituais acerca do imaginário.

Os estudos de Hall (1997) apontam que a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve a utilização de uma linguagem, de signos e imagens que se colocam como ou representam coisas” (Hall, 1997, p.1). Neste sentido podemos observar a dinâmica de incentivo à emigração ao Brasil na Itália, segundo a metáfora ‘Mundo no papel’ referida por Olson (1997, p.1). Esta metáfora analisa a escrita como o meio de representações do mundo, conforme ele é apresentado e descrito. Bronislaw Baczko, aponta o conceito de imaginário como “um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito.” (Baczko apud Pesavento, 2003, p. 43). Ou seja, entende-se que o movimento migratório descrito nesse trabalho determinou os rumos do território das cidades da RMSG, na lógica de que:

O imaginário é composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que, concretamente, não existem. Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real (Pesavento, 1995, p. 47).

Dessa forma, considera-se que o imaginário e as condutas pautadas

pelo mesmo no passado, possuem grande relevância na formação do território das cidades, bem como na sua identidade cultural. Compreende-se que na atualidade o imaginário ainda tem relevância nas formações territoriais. Na abordagem deste trabalho pretende-se demonstrar essa influência através de uma metodologia fundamentada no conceito de imaginário, utilizando-se de uma revisão bibliográfica aliada à uma análise documental. Assim, por meio do levantamento e da análise de dados históricos e contemporâneos, busca-se traçar um paralelo que exemplifique a concepção dos sonhos acerca de lugares para se viver. Questiona-se como estes sonhos movimentam os indivíduos e, conseqüentemente, grandes massas, podendo assim influenciar na formação territorial, pois “o território pode ser sonhado, ideológico ou imaginado, já que, às vezes, este permanece apenas na lembrança e pensamento do grupo social ou indivíduo, podendo efetivar ou não a materialidade territorial” (Manfio; Pierozan, 2019, p.146).

1 O IMAGINÁRIO E A IMIGRAÇÃO ITALIANA

Popularmente conhecida como o “Berço da Imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul”, a cidade de Farroupilha localiza-se na Serra Gaúcha, embora não haja nenhum documento oficial que conceda formalmente este título ao município, ele está presente em algumas literaturas e materiais de divulgação da cidade. Esta denominação ocorreu em virtude das primeiras ocupações de imigrantes italianos. No ano de 1875, “em 20 de maio, pelos registros oficiais, chegaram os primeiros italianos ao acampamento da Comissão, e foram acolhidos no barracão a eles destinado. Eram as famílias Radaelli, Crippa e Speraphico”, da cidade de Milão, na região da Lombardia (Gasperin, 1989, p. 71). O local onde os italianos se instalaram atualmente corresponde ao 4º Distrito da cidade de Farroupilha, no núcleo urbano denominado Nova Milano, cujo nome é derivado da origem dos imigrantes.

A imigração italiana no Brasil se deu entre os anos de 1875 e 1914. Neste período os italianos representavam metade e, por vezes, até $\frac{3}{4}$ dos emigrantes europeus que chegaram no país, em virtude dos problemas socioeconômicos e políticos que a Itália sofria. A unificação italiana³, ocorrida entre 1815 e 1871, as mudanças nas relações de produção e o aumento da carga tributária foram fatores decisivos para a emigração:

3 A Unificação da Itália, também conhecida como *Risorgimento*, aconteceu no século XIX e resultou na formação do Reino da Itália. Foi um processo gradual, que durou de 1815 a 1871, impulsionado pelas aspirações populares, o crescente nacionalismo e as ações de líderes políticos e militares, com o objetivo de superar a fragmentação da península italiana, que estava dividida em diversos estados independentes e soberanos, muitos dos quais sob o controle de potências estrangeiras (Gooch, 1991).

Após a proclamação do Novo Reino, a Itália foi submergida por inúmeros problemas jurídicos, econômicos e sociais, resultado de cinquenta anos de lutas e conspirações pela unificação. Quando o governo quis consolidar as bases da Nova Itália no nível burocrático, industrial, agrícola, comercial... viu-se na obrigação de recorrer ao mundo financeiro internacional, pois as finanças do Estado eram desastrosas. [...] Se levarmos em consideração que só o programa de construção de vias férreas, que compreendia um projeto de 6.000 km., exigia um orçamento seis vezes superior aos depósitos de todos os institutos de crédito italianos, pode-se, facilmente, avaliar a dependência em que se encontrava a Itália em relação aos capitais estrangeiros. A economia do país estava, assim, sujeita a todas as oscilações internacionais, como foi o caso durante a crise Paris-Londres, em 1865-1866. Essa dependência econômica foi uma grave decepção para todos aqueles que acreditaram que a unificação do país traria, igualmente e miraculosamente, a prosperidade e a independência econômica (Manfroi, 1975, p. 47).

No Brasil, neste mesmo período, havia o interesse do governo provincial na “abertura de estradas que escalariam o escarpamento da Serra, ligando assim a Depressão Central com o Planalto” (Manfroi, 1975, p. 58), nas regiões que seriam colonizadas. Depois de tentativas pouco efetivas para receber imigrantes, em 1874, o governo brasileiro relançou a colonização favorecendo-a com novas resoluções. Desta vez os resultados foram consideravelmente superiores. Através de agentes oficiais ou particulares, os emigrantes eram recrutados, sendo a imigração brasileira “em fins do século XIX, uma verdadeira indústria” (Manfroi, 1975, p. 98):

Os agentes de propaganda imigratória prometiam viagem gratuita, auxílio nos primeiros anos, nacionalização imediata e a possibilidade de serem proprietários de terras. Tais propostas entusiasmarão agricultores, pois era o maior desejo, o de serem proprietários de terras. (Montegutti; Giacomel; Dall’osbel, 1993, p.15).

Os imigrantes italianos não tinham conhecimento da política brasileira e da situação com a escravidão à época. As primeiras experiências de colonização brasileira, anteriores à 1875, foram fracassadas, uma vez que a política de imigração no Brasil foi criada para mitigar a escassez da mão-de-obra proveniente da abolição do tráfico escravo. Desta forma, a emigração para o Brasil era “considerada como uma escravidão camuflada” (Manfroi,

1975, p. 45) e países como a Alemanha, a Suíça e a França se opunham à emigração europeia. O governo italiano, inicialmente, não concedeu ajuda ou proteção aos seus emigrantes e os mesmos “vinham atraídos pela miragem desse país novo, que os agentes de imigração pintaram como um novo Eldorado” (Manfroi, 1975, p. 46), como mostra o cartaz de divulgação da emigração (imagem 2). Pode-se verificar o emprego e o impacto da representação na difusão deste cartaz com a divulgação de terras disponíveis na América.

Imagem 2 – Propaganda estimulando o movimento imigratório à América no século XIX⁴



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves, RS (s/data).

4 Tradução do cartaz: Na América. Terra no Brasil para os italianos. Barcos partindo a cada semana do porto de Gênova. Venha e construa seus sonhos com sua família. Uma terra de oportunidades. Uma vida de abundância em um clima tropical. No Brasil você pode ter seu próprio castelo. Terra do governo e ferramentas para todos.

Embora as informações sobre a imagem exposta sejam limitadas⁵, é possível perceber, por meio desta, que a emigração italiana para o Brasil era bastante atraente, especialmente para as famílias que se encontravam em situação de pobreza na Itália⁶.

A propaganda prometia um local de clima tropical, com abundância e riquezas minerais, onde as famílias poderiam ter seu próprio castelo, beneficiados com terras e ferramentas fornecidas pelo governo. No entanto, ainda que o Brasil fosse uma das poucas alternativas para mudar o que o destino lhes guardava na Itália, a terra prometida aos imigrantes italianos estava longe de ser um paraíso:

As promessas do governo brasileiro nunca foram integralmente realizadas. A prometida América lhes reservou sofrimentos e uma dura realidade. Quando as autoridades italianas tomaram conhecimento do estado em que viviam seus filhos no novo mundo, enviaram socorros, principalmente na parte religiosa, tentando animar a dura vida nas colônias de imigrantes. Só em 1901 é que o governo italiano considerava a emigração como um fato de interesse nacional e protegia o emigrante contra a exploração dos agentes, oferecendo-lhes a garantia da lei (Montegutti; Giacomel; Dall'osbel, 1993, p.17).

A própria travessia oceânica que, segundo Montegutti; Giacomel; Dall'osbel (1993, p. 17), durava cerca de 30 a 46 dias, foi a primeira adversidade vivenciada pelos italianos, Segundo Manfroi (1975), os navios ultrapassavam sua capacidade populacional, que era para 700 pessoas, transportando mais de 1000 imigrantes em condições precárias. Os navios careciam das condições mínimas de higiene e de conforto, não havia um local adequado para alimentação e a maioria dos navios não possuía serviços médicos, muitos passageiros perdiam a vida durante a viagem e eram jogados ao mar:

5 O documento encontra-se no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves como uma cópia, sem autor definido e de publicação e distribuição ostensiva. Não há informações exatas sobre o mesmo, sabe-se que cartazes desta natureza faziam parte da divulgação para atrair imigrantes da Itália, sendo distribuídos nas décadas de 1870, 1880 e até 1890.

6 As regiões mais afetadas e com maior percentual de imigrantes, especialmente no nordeste gaúcho, são provenientes de regiões situadas ao norte do Rio Pó, excluindo o Piemonte. Estas regiões em ordem decrescente, da maior para a menor em número de imigrantes, são: "Vêneto; Lombardia; Trentino-Alto Ádige; Friuli-Venécia Júlia, Piemonte; Emília-Romanha; Toscana; Ligúria" (Frozi; Mioranza, 1975. p. 14 - 15).

Os passageiros passavam a maior parte do tempo nos estreitos, escuros, quentes, úmidos e malcheirosos dormitórios. À noite, como as latrinas eram poucas e encontravam-se distantes, os dejetos humanos eram depositados nos cantos das grandes peças. Todas as manhãs, os viajantes subiam à ponte para que os pisos fossem lavados e desinfetados, fizesse ou não bom tempo. (Maestri, 2000, p. 49)

Após receberem muitas queixas dos italianos e com a revolta contra a exploração dos agentes aliciadores, em 1888, o governo italiano regulamentou a emigração por meio de uma lei que “regulamentava nos mínimos detalhes a forma de contrato, o transporte dos emigrantes, etc., mas intervenha somente no caso em que o contrato não fosse respeitado e sob pedido da parte prejudicada” (Manfroi, 1975, p.96). Se as dificuldades da travessia oceânica já foram um grande desafio, para os italianos que se instalaram no Rio Grande do Sul este era apenas o começo. Ao chegarem em Porto Alegre (RS), as famílias de imigrantes deslocavam-se para a então vila de São Sebastião, com pequenos vapores que navegavam pelo Rio Caí. Ao chegarem na vila, eles eram hospedados sem receber qualquer alimentação e depois seguiam, em maioria, a pé até a região da serra do nordeste gaúcho:

Esta marcha para o desconhecido, para a mata virgem, através de uma estrada que não era mais do que um corte de 5 metros de largura no meio da floresta, marcou profundamente os imigrantes. A floresta virgem, com tudo o que ela inspira de solidão e de medo, o estado impraticável da estrada, faziam, dessa viagem, uma epopeia que os italianos não estavam preparados para enfrentar. Esta marcha de três dias e três noites, sem abrigo, sem alimentação, sob o sol e a chuva, o frio e o calor, era feita por indivíduos extenuados pela longa travessia do mar e de rios, alguns doentes, outros marcados pelos sofrimentos físicos e morais. Era praticada por velhos e crianças, por mulheres grávidas e mães com filhos no colo. Esse trajeto não era um simples caminhar pela mata, mas uma subida da temida Serra Geral, através de vales e precipícios. Em três dias de marcha passavam de 10 metros a 800 metros de altitude. (Manfroi, 1975, p.112)

Após a viagem, as famílias de imigrantes eram acomodadas num barracão localizado na sede das colônias até receberem seus devidos lotes e construírem suas casas. A delimitação das terras livres, que pertenciam ao Estado, foi feita através do trabalho de engenheiros agrônomos contratados pelas autoridades. Os técnicos dividiram o território em colônias, linhas e lotes coloniais ou urbanos. Os lotes coloniais possuíam a forma de um re-

tângulo com a dimensão de 200 a 250 metros no seu menor lado e 1.000 a 1.250 metros no seu maior lado. No mapa da imagem 03, do ano de 1885, é possível observar a divisão dos lotes destinados aos imigrantes. Atualmente, a área indicada no mapa configura as cidades Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e Nova Pádua:

Na maioria dos casos, o imigrante italiano recebeu um lote por família, sempre na mata virgem, e que devia ser pago ao governo no prazo de 5 a 10 anos. A concessão de uma ajuda pecuniária para a construção da casa, de instrumentos agrícolas, sementes e outros favores prometidos e indispensáveis nos primeiros anos foram praticamente desconhecidos pelos imigrantes italianos. (Manfroi, 1975, p.117)

Imagem 3 – Planta geral da Colônia Caxias de Manoel Barata Goes



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1885).

Efetivamente, as terras destinadas aos imigrantes italianos eram férteis nos primeiros anos de cultura, especialmente porque as mesmas se tratavam de matas virgens recém derrubadas ou queimadas pelos próprios colonos. Após tantas dificuldades, “a fertilidade dessas terras, nos primeiros anos de cultura, entusiasmava os imigrantes e seus descendentes” (Manfroi, 1975, p. 200). Com a ideia de que a terra mais fértil para a agricultura se encontrava na mata, os colonos italianos, sem o conhecimento de outras técnicas agrícolas, ocuparam rapidamente as áreas florestais virgens para plantação. Desta forma, as colônias prosperaram rapidamente “com o comércio fluente, com as estradas onde as caravanas de cargueiros muares eram substituídas por carroças” (Gasperin, 1980, p. 88). Com o conhecimento das técnicas agrícolas de suas regiões montanhosas na Itália, os imigrantes italianos aplicaram essas mesmas técnicas na Serra Gaúcha, inicialmente para garantir a subsistência. Com o tempo, a produção aumentou e a infraestrutura básica para a comercialização foi estabelecida, possibilitando o escoamento dos produtos. Frozi e Mioranza (1975) dividem esse desenvolvimento em três etapas: o estabelecimento dos imigrantes e a agricultura de subsistência; o desenvolvimento da vitivinicultura; e, posteriormente, a industrialização. Os autores descrevem que:

Se, na primeira etapa, a economia agrícola da Região de Colonização Italiana do nordeste do Rio Grande do Sul se caracterizara por ser de subsistência, na segunda, com o aumento da produção e com uma infraestrutura básica para a comercialização, desenvolveu-se o mercado do vinho e a cultura da videira se expandiu. A comercialização do vinho realizou-se do primeiro com a capital do Estado e, logo, abriu-se o mercado de São Paulo. Com o incremento da vitivinicultura, abriram-se perspectivas para uma indústria de sustentação, fornecedora de instrumentos e máquinas para o cultivo e elaboração deste produto (Frozi; Mioranza, 1975, p.76).

Este progresso aliado ao fato de que “o governo procurava, desde 1879, livrar-se de todas as responsabilidades que comportava a administração das colônias” (Manfroi 1975, p 65), proporcionou a rápida emancipação das mesmas.

Com este progresso das colônias, não se pode esquecer que todas as ações de colonização acarretaram consequências, “marcas de prosperidade sem dúvida, mas também de devastação fazem parte da história da colonização europeia na região serrana do Rio Grande do Sul” (Bublitz, 2004, p. 1). A abordagem acerca das consequências ecológicas é pouco retratada

na história da colonização italiana no Rio Grande do Sul, apesar de que os próprios registros (imagem 04) comprovam a devastação. O mesmo ocorre com a questão da ocupação de áreas de territórios indígenas da região, sendo evidente em nomenclaturas como ‘Campo dos Bugres’, que se tratava de um local que era uma antiga sede de aldeia, onde hoje localiza-se a cidade de Caxias do Sul. “Não se pode subestimar, no entanto, a presença indígena. Mesmo recuando na mata, distanciando-se da ação incisiva dos europeus, os índios continuavam por perto e ocupavam a área, inclusive disputando a posse do território” (Bublitz, 2004, p. 2).

Imagem 4 – Aspecto da região colonial poucos anos depois de ocupada



Fonte: Ernesto Pellanda - Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950 p.34)

Essas problemáticas são pouco retratadas, sendo ofuscadas pela narrativa e valorização do sofrimento, do trabalho e das dificuldades vivenciadas por imigrantes italianos que povoaram os municípios da RMSG, estando enraizadas no senso comum dos moradores. Este saber é muito difundido uma vez que as histórias estão presentes nas famílias, nas escolas e nas diversas manifestações culturais, através de músicas, museus, festividades, entre outros. Toma-se como exemplo a música do folclore italiano denominada “La Merica” de Ângelo Giusti, sendo instituída como tema da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul através da Lei nº 12.411/2005. Seus versos relatam a trajetória referida neste trabalho. O so-

nho dos italianos que abandonaram suas raízes com a ilusão de uma terra prometida, uma nova vida com novas oportunidades em outro continente. Mas, ao chegarem no Brasil, se depararam com uma realidade bem diferente (Rio Grande do Sul, 2005, tradução nossa):

Da Itália, nós partimos
Partimos com nossa honra
Trinta e seis dias de navio a vapor
E na América nós vamos chegar

América, América, América
Como será esta América?
América, América, América
É um belo buquê de flores

Na América nós chegamos
Não encontramos nem palha e nem feno
Dormimos na terra nua
Como os animais, descansamos

América, América, América
Como será esta América?
América, América, América
É um belo buquê de flores

A América é longa e é larga
É formada de montes e planaltos
E com a indústria dos nossos italianos
Temos fundado vilas e cidades⁷

A música retrata a história do imigrante italiano, que, desde o embarque na Itália e durante os dias de viagem, sonhava com a sua chegada à América, vislumbrando-a com muita beleza. Descreve também a chegada desses imigrantes, a ‘realidade’ que encontraram e as dificuldades vividas e superadas com a formação de cidades, por meio do trabalho. Canções como esta eram uma forma de mitigar o sofrimento e a saudade, “os imigrantes e a primeira geração viviam cantando, em todos os lugares e em todas as circunstâncias” (Manfroi, 1975, p. 194).

7 Letra original: Dall’ Italia noi siamo partiti siamo partiti col nostro onore trentasei giorni di macchina e vapore e in Mèrica noi siamo arrivà. Mèrica, Mèrica, Mèrica, Cosa sarà la sta Mèrica. Mèrica, Mèrica, Mèrica! L’è un bel mazzolino di fior. E nella Mèrica noi siamo arrivati non abbiám trovato né paglia e né fieno abbiám dormito sul nudo terreno come le bestie abbiám riposà. E la Mèrica l’è lunga e l’è larga l’è circondata di monti e di piani e con l’industria dei nostri italiani abbiám formato paesi e città.

2 O IMAGINÁRIO E OS ATUAIS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA CIDADE

As famílias que povoaram o território da Região Metropolitana da Serra Gaúcha tinham, inicialmente, o sonho de possuir uma terra própria. Destas terras, naturalmente emergiram as comunidades que posteriormente se emanciparam e se transformaram em cidades. Estas, por sua vez, possuíam distritos que também se emanciparam, surgindo assim novas cidades. O surgimento dessas novas cidades não será abordado individualmente neste estudo, no entanto, na história de cada uma delas, também pode haver uma grande influência do imaginário, afinal:

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (Calvino, 1990, p. 29 – 30)

Num período em que as informações são rapidamente disseminadas, há uma grande facilidade de acesso ao conhecimento sobre as cidades do mundo inteiro e em tempo real. Apesar disso, acredita-se que o imaginário ainda pode ser relevante nas construções sociais e territoriais. Para compreender esta lógica, é necessário questionar também o conceito de ‘realidade’, “afinal, o que chamamos de mundo real é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma” (Pesavento, 2007, p. 11). As múltiplas representações, diversificadas de acordo com a cultura em que se inserem, fazem com que a ‘realidade’ possa ser vista, interpretada ou imaginada sob diferentes aspectos. Logo, a construção de imagens acerca da cidade pode ser uma questão de perspectiva, fundamentada na construção de ideologias e de anseios, coletivos ou individuais.

Atualmente, ao observar as ações de marketing imobiliário para a venda de edificações e loteamentos, pode-se notar que, na divulgação de novos locais para se viver, as projeções dirigidas ao observador se tornam cada vez mais tangíveis. A tecnologia, aplicada aos projetos arquitetônicos e urbanos, permite a elaboração de imagens cada vez mais realísticas:

A realidade se assume, então, como ostensivamente virtual, declaradamente simulada, e o simulacro computação gráfica passa a ser o real. Finalmente a representação da ‘realidade’ passa escancaradamente e sem subterfúgios a produzir a realidade. A linguagem da computação gráfica reinventa, assim, as representações vigentes e transcreve uma nova representação. (Fialho, 1999, p. 29 - 30).

Através de fotos e vídeos, o observador pode experienciar virtualmente a vivência em um determinado território ou moradia. Essa experiência é dotada de toda a perfeição visual e ilusória que a computação gráfica pode fornecer. Esta perfeição é aliada à uma idealização da moradia em sua materialidade, que muitas vezes provém do ‘sonho da casa própria’. O trabalho de Aieta e Costa (2022) busca compreender as implicações deste sonho, através de uma análise documental teórico-jurídica. Fundamentados na teoria de Foucault, os autores buscam:

Explicar que o discurso do sonho da casa própria pode estar associado ao controle político-social e pode servir de ferramenta propagandista da indústria imobiliária, utilizada para manter fiel e perene um mercado consumidor inescotável para a construção civil, propaganda essa já organicamente incorporada ao âmago dos indivíduos e à cultura da vida nas cidades. A conclusão a que se chegou foi a de que o discurso do sonho da casa própria legitima medidas de facilitação da aquisição da propriedade privada sob o propósito de dar concretude ao direito social de moradia e, assim, atende interesses políticos e econômicos de geração de renda (inclusive para as construtoras) e emprego através da produção de novas unidades habitacionais. Nesse sentido, o discurso do sonho da casa própria é importante ferramenta de disciplina social porque permite criar, através da sua propagação e assimilação, o mercado consumidor da mercadoria-habitação, sem o qual as políticas econômicas disfarçadas de políticas de habitação não atingiriam seus efeitos (Aieta, Da Costa, 2022, p.2-3).

Ou seja, juntamente com as ações de publicidade, o discurso do sonho da casa própria pode levar os indivíduos às migrações territoriais que garantem a propriedade privada. Ao analisar a “construção do sujeito endividado”, também sob uma base foucaultiana, as autoras Escosteguy, Guareschi e Reis (2023) trazem à luz a problemática de empreendimentos localizados em áreas afastadas da malha urbana:

Ao escolherem os terrenos e os projetos, entregam apartamentos homogêneos, sem adequá-los às diversas especificidades culturais de seus maiores interessados – os moradores. Geram também um acirramento da segregação socioespacial da população mais pobre nas cidades ao empurrá-las, cada vez mais, para as regiões periféricas, onde o acesso a serviços, lazer e trabalho é limitado (Escosteguy; Guareschi; Reis, 2023, p. 141).

Entende-se que as alternativas para a realização do sonho da casa própria não se limitam unicamente às políticas públicas. O mercado imobiliário pode se transfigurar de diversas formas para alimentar este sonho e, ao mesmo tempo, materializá-lo. Independente do recurso utilizado, questiona-se a qualidade territorial na qual a moradia se insere, como a existência de equipamentos públicos, lazer e mobilidade. Afinal, compreende-se que o sonho da casa própria não contempla a ‘dignidade urbana’. Muitas possibilidades de moradia estão inseridas em áreas afastadas ou com pouca infraestrutura. “Percebe-se, então, que a publicidade tem papel fundamental na propagação do discurso do sonho da casa própria, ou seja, age na difusão dos valores que devem ser assimilados organicamente” (Aieta, Da Costa, 2022, p.11).

Volta-se, portanto, às ações midiáticas que constroem o imaginário acerca das habitações no território urbano. Com as simulações realísticas dos empreendimentos, as pessoas podem compreender com facilidade os espaços projetados. É evidente que os desenhos a mão livre na arquitetura também proporcionam, com toda a sua distinção, uma boa percepção dos espaços, mas as imagens elaboradas por computação gráfica podem até ser confundidas com a ‘realidade’. No entanto, o realismo das imagens renderizadas não podem transmitir os sentimentos provenientes das relações, das sensações e das experiências vividas nos lugares:

Imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. Há uma *décalage* entre a concretezude das condições objetivas e a representação que dela se faz. (Pesavento, 1995, p.15)

Mesmo com maior acesso ao conhecimento e com imagens realísticas que podem garantir uma percepção visual muito mais concreta, pondera-se que os atuais movimentos migratórios na cidade ainda podem ser uma concepção utópica. Neste trabalho, os movimentos migratórios se referem especialmente ao “espraçamento do tecido urbano” (Sposito, 2009), ou seja, as habitações em áreas distantes da malha urbana. Essas novas formas espaciais, segundo Sposito (2009), são relacionadas a produção de uma urbanização difusa, através de um conjunto de dinâmicas que orientam o mundo contemporâneo. A autora aponta que essa tendência na produção do espaço urbano:

Responde, com grande intensidade, no caso brasileiro, aos interesses dos agentes da produção do espaço urbano. O aumento da oferta de novos lotes urbanos, cada vez mais

distantes, reflete o ritmo mais acelerado com que essa produção de novos espaços realiza-se comparativamente à evolução do crescimento demográfico (Sposito, 2009, p. 38).

Essa urbanização dispersa está ligada aos indivíduos que buscam realizar o sonho da casa própria e que veem nas áreas periféricas uma alternativa viável para alcançá-lo. Observa-se que há outra motivação para urbanização destas áreas: uma “autossegregação” (Sposito, 2009) de indivíduos que optam por um lugar distante e com controle dos espaços de uso comum, como os condomínios residenciais de alto padrão. Estes lugares “se enclausuram, ainda que isso não seja desejo de uma parte dos cidadãos ou possível para outra parte deles, para não nos esquecermos que a cidade é mais complexa, tanto quanto a sociedade, do que o sonho que os anúncios imobiliários vendem” (Sposito, 2009, p. 45)

Para qualquer público atingido por estes anúncios, as informações que a tecnologia proporciona, não impedem o afastamento entre as duas ‘realidades’: a ‘realidade’ no momento da elaboração ou aquisição de espaços na cidade; e a ‘realidade’ ao viver nestes espaços. Ou seja, até hoje podemos nos deparar com o mesmo sentimento de engano verificado na chegada dos imigrantes italianos às suas terras, com ressalva nas suas proporções. Outra similaridade na relação estabelecida neste trabalho é o isolamento territorial desses fluxos migratórios.

Ao analisar ambos os recortes temporais, compreende-se que, na imigração italiana, a idealização acerca dos territórios era constituída em decorrência da falta de conhecimento sobre os mesmos. Com alguns estímulos, abria-se espaço para a imaginação conceber uma ‘realidade’ utópica. Na atualidade, paradoxalmente, a grande quantidade de informações não inibe a criação de imagens acerca do território. Neste caso, a ‘realidade’ é fornecida visualmente, sem exigir grandes esforços da mente que imagina. Em ambos períodos referidos, acredita-se que existe um fator comum na construção deste imaginário, a interpretação. Afinal, “interpretar significa forjar sentidos, fornecer significados, atribuir senso, conversar com a imagem, dialogar com o subjacente, fazer falar o excedente, cinzelar inscrições e provocar linguagem com linguagem até a confissão” (Da Silva, 2017, p. 133). Questiona-se, portanto, se a situação em que o interpretador se encontra interfere no ato de interpretar. Por exemplo, se não fossem afetados pela pauperização e pela falta de esperança no seu país, os imigrantes italianos confiariam nos agentes de emigração e idealizariam as terras no Brasil da mesma forma que relata a história?

Portanto, assim como o contexto social que incentivou a imigração italiana e mudou a história de todo um território, o contexto social atual

encaminha-se para o mesmo destino. Em ambos os cenários, o imaginário pode contribuir intensamente para esta conformação, afinal “o imaginário se alimenta de ambiguidades, polissemias, paradoxos, duplos sentidos, jogos de palavras, brechas na racionalidade, zonas de sombra e de luminosidade intensa, contradições e diferenças semânticas” (Silva, 2017, p. 75). Nestas condições, a construção do imaginário acerca de um local para moradia, fomentado por discursos e imagens, pode incentivar a urbanização de qualquer território, mudando e determinando as configurações urbanas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão do presente trabalho traçou um paralelo entre a imigração italiana e os atuais fluxos migratórios no contexto urbano. Estes movimentos foram pautados por conceitos relacionados ao imaginário, e a construção do sonho da casa própria na atualidade.

A partir da compreensão das idealizações acerca de determinados espaços, percebe-se que as representações dos territórios, independente da época em que estão inseridas, possuem grande relevância na construção de um imaginário sobre estes lugares. A ‘realidade’ concebida a respeito destes espaços pode transformá-los, não necessariamente em consonância com a ‘realidade’ imaginada.

Essa concepção de mundos paralelos pode gerar consequências tanto positivas quanto negativas para os indivíduos que habitam um determinado território e para as cidades em si. Não há uma proporcionalidade direta entre a esfera individual e a esfera social. Por exemplo, o desapontamento de um indivíduo ao finalmente conhecer a ‘realidade’ do seu habitar de forma materializada não implica que, a longo prazo e para a coletividade, a transformação do espaço não possa ser positiva. Além disso, não seria possível realizar uma análise de maneira absoluta como totalmente positiva ou negativa; é essencial uma análise individual de diferentes aspectos. No caso da imigração italiana, apesar das dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, obteve-se como resultado em nível territorial, uma importante região de desenvolvimento urbano. As consequências das atuais migrações na cidade, dos indivíduos que buscam a realização do sonho da casa própria, vão depender de diversos fatores, mas entende-se que as dificuldades individuais são e serão repetidas. Por fim, independentemente da polaridade dos resultados, é evidente que o imaginário exerce uma influência transformadora sobre os territórios.

REFERÊNCIAS

- AIETA, Vania Siciliano; DA COSTA, João Marcelo Sant'Anna. *O dócil sonho da casa própria*. Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, v. 27, n. 1, p. 13, 2022.
- BENTO GONÇALVES. *Propaganda estimulando o movimento imigratório à América*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, [s.d.].
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Planta geral da Colônia Caxias*. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BUBLITZ, Juliana. *A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Revista Métis, v. 3, n. 6, p. 179-200, 2004.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DA SILVA, Juremir Machado. *Diferença e descobrimento: o que é o imaginário? (a hipótese do excedente de significação)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.
- ESCOSTEGUY, Camila Leite; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; REIS, Carolina dos. *Programa minha casa minha vida, o sonho da casa própria e a construção do sujeito endividado*. Mosaico: Revista de História. Goiânia: PUC Goiás, v. 16, n. 3, p. 133-143, 2023.
- FIALHO, Daniela M. *O tempo e a forma da cidade: o curso do discurso*. 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, RS.
- FROZI, Vitalina Maria.; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento/UCS/ISBIEP, 1975.
- GASPERIN, Alice. *Farroupilha: ex-colônia particular sertorina*. Caxias do Sul: Autor, 1989.
- GOOCH, John. *A unificação da Itália*. São Paulo: Ática, 1991.
- HALL, Stuart (Ed.). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.
- IBGE. *Cidades*. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- JACOBS, Jane. *Vida e morte de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização Italiana do Rio Grande do Sul, 1875-1914*. Passo Fundo: Editora Universitária, 2000.
- MANFIO, Vanessa; PIEROZAN, Vinício Luís. *Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha*

- e da Quarta Colônia*. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 1, p. 144-162, 2019.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: IEL/Grafosul/DAC/SEC, 1975.
- MONTGUTTI, Ivo; GIACOMEL, Miriam Teresa; DALL'OSBEL, Simone Ana. *Farroupilha ontem e hoje: subsídios*. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, 1993.
- OLSON, David R. *O mundo no papel*. Rio de Janeiro: Ática, 1997.
- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D.; LIMA, Mário de A. (Org.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p. 33-64.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. Revista brasileira de História, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RIO GRANDE DO SUL. *Mapa da Urbanização da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)*. 2024. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-urbanizacao-rmsg-2024>>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- RIO GRANDE DO SUL. *Lei Complementar nº 14.293, de 29 de agosto de 2013*. Cria a Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-complementar-n-14293-2013-rio-grande-do-sul-cria-a-regiao-metropolitana-da-serra-gaucha>>. Acesso em: 27 out. 2023.
- RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 12.411, de 22 de dezembro De 2005*. Institui a música “La Merica”, de Ângelo Giusti, como tema da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-12411-2005-rio-grande-do-sul-institui-a-musica-la-merica-de-angelo-giusti-como-tema-da-colonizacao-italiana-no-estado-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 27 out. 2023.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: Nestor Goulart Reis (Org.). *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. p. 38-54.

Recebido em: 01/09/2024

Aceito em: 22/11/2024

AS POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM BARRAGENS NO RIO GRANDE DO SUL (2016-2022)

ELECTRICITY SECTOR POLICIES AND WORKING CONDITIONS IN DAMS IN RIO GRANDE DO SUL (2016-2022)

Giovana Duarte¹
Maria Aparecida Bridi²

RESUMO

A partir de um estudo de caso, analisamos os desdobramentos sociais e econômicos de uma agenda instituída no estado do Rio Grande do Sul, após 2016, que tem como pano de fundo os investimentos públicos e privados no setor elétrico. As políticas em questão desencadearam a criação e as flexibilizações de leis e de programas governamentais que, dentre outros aspectos, favoreceram a instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas privadas, na região Central do estado, abrangendo as cidades de Quevedos, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra. Tais usinas modificaram a estrutura ocupacional do território e a economia local dos municípios envolvidos. Nesse cenário, analisamos as condições do trabalho e as dinâmicas socioeconômicas impulsionadas pelos empreendimentos, com base em uma pesquisa quanti-qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas em profundidade e análise documental. Com isso delineamos os seguintes aspectos: I) o contexto sociopolítico do objeto investigado; II) a caracterização das usinas hidrelétricas; III) e os impactos no mercado de trabalho nas unidades instaladas, juntamente com o olhar dos(as) trabalhadores(as) sobre a labuta nas barragens. Identificamos processos de instabilidade nos empregos associado a vínculos informais, baixa qualificação da mão de obra sem perspectiva de carreira, jornadas variáveis e extenuantes, controle laboral, volatilidade e baixos salários, divisão hierárquica de benefícios laborais, que se configuram como labor precário imbricado a características flexíveis.

Palavras-chave: Usinas hidrelétricas. Desenvolvimento. Trabalho precário. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Using a case study, we analyze the social and economic consequences of a new agenda established in the state of Rio Grande do Sul after 2016, aiming to boost public and private investments in the electricity sector. The policies in question triggered the creation and relaxation

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria. Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais na mesma instituição (2019).

2 Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, e coordenadora do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS/UFPR), Brasil.

of laws and government programs that, among other aspects, favored the installation of four small private hydroelectric plants in the Central region of the state. Such plants changed the occupational structure of the territory and the local economy of the municipalities covered. In this scenario, we analyzed the work configurations and socioeconomic dynamics driven by the enterprises, based on quantitative-qualitative research, based on in-depth semi-structured interviews and documentary analysis. With this, we outline the following aspects: I) the socio-political context of the investigated object; II) the characterization of hydroelectric plants; III) and the impacts on the labor market in the installed units, together with the workers' perspective on the work in the dams. We identify processes of instability in jobs associated with informal ties, low qualifications of the workforce with no career prospects, variable and exhausting working hours, labor control, low and variable wages, hierarchical division of labor benefits, which are configured as precarious work intertwined with flexible characteristics.

Keywords: Hydroelectric plants. Development. Precarious work. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento do capitalismo nos países do Sul Global é caracterizado por uma dinâmica assimétrica e desigual em relação aos países do Norte, devido à diversidade das formas de acumulação presentes em cada território. A trajetória da hegemonia neoliberal, cujas políticas orientadas pelo Banco Mundial, implementadas ao longo do século XX em resposta às crises internacionais para o desenvolvimento da América Latina, não cumpriram o que se propunham inicialmente. Pelo contrário, no Brasil, essas medidas aprofundaram as desigualdades sociais. E esse quadro de austeridade passou a ganhar novos contornos com a adoção de uma agenda política e econômica durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na primeira década do século XXI.

A partir dos mandatos de governos de esquerda no Brasil o paradigma do intervencionismo estatal, de controle e de regulação do mercado pela esfera política, culminou no fortalecimento do mercado interno, descentralização de investimentos e geração de emprego, considerado um momento profícuo no âmbito nacional e para a classe trabalhadora (RAMALHO, 2005; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2016). Segundo José Ricardo Ramalho (2005), nesse período ressurgiu novamente no debate sociológico a noção de desenvolvimento e trabalho, face aos avanços sociais quando comparado as ações político-econômicas de outros mandatos de governos anteriores.

Na segunda década do século XXI, estudos demonstram uma nova fase no cenário político nacional. Diante da heterogeneidade da coalização política no país, a emergência de mandatos de governos com orientação de direita e de extrema direita, retoma políticas neoliberais iminentes nos anos 1990, articulado a novos elementos e ao conservadorismo enraizado na sociedade brasileira.

Argumentamos que o período pós-2016, é marcado pela autonomização da esfera econômica pelo dismantelamento do controle estatal sobre o setor produtivo, que resultou em rupturas das políticas de desenvolvimento dos governos antecessores, especialmente com a redução nas taxas do PIB, aumento do desemprego, desconstrução da legislação trabalhista e liberalização econômica (DRUCK, 2019; BRIDI, 2020).

Diante dessa conjuntura, se espriam pela agenda econômica dos mandatos de governos do ano de 2015 ao atual, no estado do Rio Grande do Sul, estratégias político-econômicas para investimentos na indústria de transformação, com destaca o setor elétrico. A criação do “Plano de modernização do Setor Elétrico” e outras medidas vinculadas a ele, favoreceram o investimento privado no setor em questão, visando a celeridade da ampliação da matriz energética e estimulou a geração de postos de trabalho em regiões no estado.

Tendo em vista as ações estratégicas dos governos do estado gaúcho, neste artigo, delineamos a partir de um estudo de caso, as dinâmicas sociais e econômicas de desenvolvimento e do trabalho, que se estabeleceu, pós-2016, na região Central do estado do Rio Grande do Sul, representada pelas cidades de Quevedos, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra, mediante a instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas (PCH).

A metodologia consiste em um estudo de caso, que segundo Michael Burawoy (2014, p. 56) “é capaz de ir fundo nos binômios políticos de colonizador e colonizado, branco e negro, metrópole e periferia, capital e trabalho, para descobrir múltiplos processos e interesses”. Ou seja, visa compreender o fenômeno social de forma abrangente, entendendo o modelo de desenvolvimento instituído recentemente no país, com ênfase nas relações macro e micro estruturais de forma dialética.

Nesse mesmo sentido, analisamos os desdobramentos e os impactos neste cenário recente, com base em uma pesquisa quanti-qualitativa (GOLDENBERG, 2004). Para isso, mobilizamos 29 entrevistas semiestruturadas³ em profundidade (GOLDENBERG, 2004) com trabalhadores de ocupações distintas das usinas hidrelétricas⁴ e uma análise documental em

3 Mobilizamos nomes fictícios para nos reportar aos relatos dos entrevistados, a fim de preservar o anonimato e a confidencialidade das informações e mitigar riscos e danos pessoais aos interlocutores, como promisso ético de nossa pesquisa.

4 Do contingente de trabalhadores entrevistados, 16 são homens e 13 são mulheres, cujas entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro a março de 2023. O maior grupo entrevistado foi o das trabalhadoras que atuam nos serviços de alimentos, composto por nove auxiliares de cozinha, seguido de trabalhadores da área da construção civil, que incluiu três serventes de obras, um carpinteiro, um pedreiro, um encarregado de obra e uma engenheira, assim como três mantenedores, e trabalhadores e trabalhadoras com outras ocupações, contendo

relatórios e indicadores sociais disponíveis nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), da Fundação Econômica e Estatística (FEE), do Relatório de Financiamentos do BNDS, da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT) e informações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral (SITICEPOT). A análise do conjunto de fontes, permitiu demonstrar, em primeira mão as mudanças econômicas, na região Central do estado do Rio Grande do Sul e as configurações sociais e do trabalho nos empreendimentos energéticos.

Desse modo, além dessa breve introdução, delineamos no decorrer do texto: a) o contexto do objeto investigado e a caracterização das usinas hidrelétricas; b) os impactos no mercado de trabalho nas unidades instaladas e c) as experiências dos trabalhadores que resultaram em diferentes significados atribuídos à própria noção de desenvolvimento.

1 A formação e os objetivos do “Plano de modernização do setor elétrico” no Rio Grande do Sul

Quando olhamos brevemente a transição do regime escravista para o modo de produção capitalista, no Brasil, os princípios liberais que sopravam os direitos formais e interesses econômicos dos países do Norte para o Sul global, influenciaram a iniciativa do processo de urbanização e de industrialização pelas elites oligárquicas, para inserção do país na divisão internacional do trabalho. Especialmente as demandas do setor produtivo para a ampliação da matriz energética em larga escala, a fim de impulsionar a substituição das importações pela expansão industrial, desencadeou em um pesado investimento do capital financeiro internacional, durante o período do “Milagre econômico” (1960 a 1985).

Nesse cenário, as obras inacabadas, o esgotamento de regiões para exploração hídrica, a falta de linhas de transmissão elétrica entre as regiões do país, se tornaram os principais problemas do período. Os investimentos externos no setor em questão, resultaram em 70% da dívida nacional aos países credores, conduzindo o Brasil a uma crise sem precedentes (ROSA, SCHAEFFER, 1988).

Segundo Rosa e Schaffer (1988), no final do século XX, a crise no setor elétrico, suscitou a reestruturação setorial e contou, principalmente,

um técnico de enfermagem, um mecânico, duas trabalhadoras dos serviços de limpeza, um tratorista, um topógrafo, um motorista e um nutricionista.

com as privatizações (concessões, vendas e capitalizações de obras) e novos investimentos externos sob a orientação do Banco Mundial, durante os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Com isso visavam solucionar o esgotamento hídrico com políticas de contenção do papel do estado, que antes regulamentava mais diretamente o setor através da Eletrobrás (1960), incluída nos anos noventa no Plano Nacional de Desestatização (PND).

Segundo Sadi Dal Rosso (2017), tais políticas de privatização mencionadas acima integram a métrica da desvinculação entre economia e política no século XX, associado ao paradigma neoliberal instituído pelo Consenso de Washington (1989) através dos países do Norte, em função das críticas e crises internacional associadas ao pensamento keynesiano sobre o estado de bem-estar social.

As políticas neoliberais que sondam o setor elétrico a partir dos anos 1990, foram responsáveis por difundir como modelo de desenvolvimento o predomínio das privatizações, flexibilizações das leis trabalhistas, contenção de gastos públicos, adesão a economia de livre mercado etc., haja vista o propósito de reduzir o estado ao mínimo e garantir a liberdade econômica através da abertura do comércio internacional.

No começo do século XXI, o setor elétrico no Brasil experimenta um aumento da matriz energética visando reduzir as desigualdades da falta de linhas de transmissão, altas tarifas e de distribuição de energia no país, nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Esse momento integra o aparato de mudanças atrelado ao ressurgimento da noção de desenvolvimento no debate sociológico, atribuído a um novo sentido ideológico e político (RAMALHO, 2005).

Conforme Roberto Vêras de Oliveira (2016), o século XXI resgata a atuação do papel estado, culminando no crescimento econômico e social do país, conhecido pelos investimentos estatais descentralizados no setor de infraestrutura e em políticas sociais de redistribuição de renda, valorização do salário mínimo, dentre outros, com a criação do emblemático Programa de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC1 e 2), responsável pelo fortalecimento do mercado interno e geração de emprego (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2016).

A partir dessa breve contextualização do século XX e XXI, uma década depois, após a “ruptura institucional” (NETO, 2022, p. 152), em 2015, dos governos de esquerda no Brasil, identificamos a retomada de novos elementos e outros similares das políticas de cunho neoliberal e conservadora dos anos de outrora, a partir dos mandatos dos governos de direita e de extrema-direita, nos anos de 2016 e 2022.

Estudiosos (DRUCK, 2019; BRIDI, 2020; NETO, 2022) observam o ressurgimento da retração, desconstrução e flexibilização das legislações, bem como alto índices de desemprego, miséria e programas de governos cada vez mais voltados ao capital privado, a grandes corporações multinationais e a redução de políticas de caráter social.

Nessa conjuntura política sobredita, o governo do estado do Rio Grande do Sul, adotou uma agenda econômica que amplia investimentos no setor da Indústria de Transformação (responsável por contribuir com 24% no PIB do estado, em 2021) (IBGE, 2022), responsável pela instalação de usinas hidrelétricas na região Central do estado. Sendo esse território palco de instalações de empreendimento energéticos, o período também experimenta crescimento econômico e modificações na estrutura ocupacional, como analisaremos no decorrer do artigo.

Dentre outros aspectos, ao analisarmos as resoluções e audiências públicas, observamos que a nova agenda econômica instituída no estado gaúcho, a partir de 2016, desenvolveu, principalmente, mecanismos de simplificação das exigências nos estudos sobre impactos ambientais para a instalações de pequenas centrais hidrelétricas. Isso se deu vinculado ao “Plano de modernização do Setor Elétrico” (2016)⁵, caracterizado pelas flexibilizações e a criação de legislações pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), no estado do Rio Grande do Sul, assentado no interesse de desburocratizar, acelerar o menor tempo para aprovação de usinas.

Visando a redução das etapas para aprovação e a diversificação da matriz energética no estado, a proposição possibilitou um aumento no prazo para o registro e autorização de projetos do interessado para exploração de aproveitamento hídrico; além dos investidores dos aproveitamentos disporem de autonomia para dar o encaminhamento de auto licenciamento ambiental, quando comprovado a propriedade da área mediante compra ou posse (no âmbito do processo de desapropriação da área para a instalação de usinas) do barramento, da casa de força, do espaço temporário para o canteiro de obras, bota-fora, dentre outros.

As principais alterações, criações de legislações e de programas para a exploração dos recursos hídricos no estado, favorecendo o setor privado, se encontram presentes no quadro 01 a seguir:

5 Desde então houve a eliminação de etapas do processo de aprovação das obras, bem como a aprovação de projetos em tratativas a mais de uma década por irregularidades ambientais, como observamos nas fontes analisadas. As medidas permitiam um “[...] processo de seleção [dos projetos] que deveria ser o mais objetivo possível de forma a minimizar as possibilidades de recurso” (Resolução. Conselho Estadual do Meio Ambiente, nº 388/2018, p. 2).

Quadro 01 – Principais leis e medidas implementadas no RS pós-2016, que beneficiam o investimento privado no setor elétrico.

Ano de criação	Medidas implementadas	Descrição
2016	Programa de Parceira de Investimento (PPI)	Permitiu leilões de concessão para grandes empresas (parceria entre Estado, empresas e municípios).
2017	Programa Gaúcho de Incentivo às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PGICH)	Garantiu o aumento da capacidade instalada de energia no estado; a geração de empregos durante a construção das PCHs; a renda para os municípios onde as PCHs estão instaladas e a diversificação da matriz energética do RS.
2020	Novo Código Estadual do Meio Ambiente	Alterou e flexibilizou 500 artigos e incisos do Código Estadual de Meio Ambiente criado nos anos 2000, a respeito dos biomas Pampa e Mata Atlântica.
2021	Licenciamento por Adesão e Compromisso (LAC)	Parte da premissa de que a responsabilidade técnica, administrativa, civil e criminal é do empreendedor e de seu responsável técnico, no processo de licenciamento ambiental. Concedido por no mínimo 5 anos e no máximo 10 anos para auto licenciamento ambiental, podendo ser renovado.
2021	Declaração de Adesão e Compromisso (DAC)	Procedimento eletrônico que autoriza a localização, a instalação e a operação da atividade ou do empreendimento, mediante o atendimento dos critérios, pré-condições, documentos, requisitos e condicionantes ambientais.

Fonte: Elaboração nossa, sistematizado a partir dos documentos analisados, 2024.

Ainda, na agenda regulatória do ciclo do biênio de 2016 a 2018, destacamos os reajustes no cronograma com a inclusão de doze novos itens, conforme o relatório da Revisão simplificada da Agenda Regulatória da ANEEL (2017). Essas alterações reduziam os custos dos licenciamentos ambientais em 80%, mediante a Declaração de Adesão e Compromisso (DAC), conforme definimos no quadro 1 acima.

Igualmente, o Ministério do Meio Ambiente (2016), através de uma publicação, evidencia as dificuldades no período de 2017, na FEPAM⁶, com a falta de pessoal, sobrecarga do corpo técnico e de equipamentos que garantissem a análise adequada das etapas para aprovação de empreendimentos hidrelétricos no estado gaúcho. Essa situação acarretou atrasos nas licitações ambientais e na atualização do conhecimento do corpo técnico do órgão quanto as normativas e instrumentos legais federais, estaduais e municipais.

Tais instrumentos normativos da FEPAM eram identificados pelo governo estadual e dirigentes do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2016, como causadores de morosidade no processo de licitações, e por isso mesmo, se justificou a necessidade da simplificação do processo, como analisamos anteriormente.

Em suma, a aprovação de projetos de usinas hidrelétricas, no âmbito do “Plano de Modernização do setor elétrico” (BRASIL, 2016), por um lado, garantiu a menor onerosidade e celeridade no processo de análise e de implementação de projetos hídricos, concedendo liberdade de investimento a iniciativa privada para expansão da matriz energética. Por outro lado, sem precedentes, reduziu o processo de fiscalização de Áreas de Preservação Permanente (APP)⁷ e concomitante aumentou os danos ambientais no estado, especialmente na região Central⁸.

Uma das políticas precursoras desse cenário, durante o governo de José Ivo Sartori (MDB) (2015-2019), foi a elaboração, em 2017, do Programa Gaúcho de Incentivo a Construção de Pequenas Usinas Hidrelétricas

6 Este é o principal órgão do estado responsável por conceder o direito de intervenção ambiental pelo processo de licenciamento.

7 A respeito das fiscalizações ambientais, identificamos que no ano de 2022, no estado gaúcho, houveram 676 fiscalizações ambientais para 1.428 denúncias recebidas; ações são consideradas baixas comparado ao ano de 2023, durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 5.302 fiscalizações para 1.208 denúncias recebidas sobre irregularidades ambientais em Áreas de Preservação Permanente (APP), conforme os dados abertos do Balanço de Fiscalizações, disponível na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM).

8 Segundo o Mapa de Alertas dos Biomas, no ano de 2023, 60,2% (87,38) dos casos de desmatamento na região Central do estado do Rio Grande do Sul, nas cidades analisadas, estão sobre ação de fiscalização e, 39,8% são desmatamentos sem autorização e ação de fiscalização. Ao total, as cidades possuem 27 alertas de desmatamento, sendo 7 casos com infração e 14 ilegais, conforme o Balanço de Fiscalizações de Proteção Ambiental.

(PGCH), presente no quadro 01. Este programa vigorou até o ano de 2021, perpassando o governo de Eduardo Leite (PSDB), e garantiu a instalação de 91 projetos no estado em questão⁹, com potencial de energia de 480 megawatts e um montante de 3 bilhões, sendo o valor de 15 milhões (0,5%) destinado a Unidade de Conservação (UC) ambiental (Governo do estado do Rio Grande do Sul, 2018), representando empreendimentos privados decorrentes da mobilização política e econômica do período de 2016 a 2022.

Na região Central do estado gaúcho, houve a instalação de quatro pequenas centrais de usinas hidrelétricas privadas com concessão de 30 anos, sob a posse de oito pessoas físicas e quatro jurídicas, naturais dos estados de Santa Catarina e de São Paulo, cujo início do processo de instalação dos empreendimentos ocorreu em 2018, abrangendo as cidades de Júlio de Castilhos (18.226 habitantes), São Martinho da Serra (2.860 habitantes) e Quevedos (2.507 habitantes) (PECUERA, 2021). As usinas contam com potência de produção energética que varia de 9 a 22 W/m², denominadas de PCH Quebra Dentes, PCH Cachoeira Cinco Veados, PCH Salto do Guassupi e PCH Rincão São Miguel, conforme a tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Caracterização geral dos empreendimentos energéticos na região Central.

Informações gerais sobre os empreendimentos							
PCH	Área (ha)	Potên. (MW)	Comp. (KM)	Prof. (M)	Perím. (KM)	Vol. (M³)	Mês/ano
Quebra Dentes	55,04	23	31,45	11,1	8,47	3.622.287	05/2018
Salto do Guassupi	85,3	12	3.815	12,5	11	5.576.958	12/2019
Rincão São Miguel	172	9	10,82	12,8	21,73	12.921.277	12/2021
Cachoeira Cinco Veados	143,18	16	10,49	23	22,62	13.213.571	12/2021

Fonte: Elaboração nossa, a partir da análise do PECUERA, 2021. Legenda:

PCH= Pequenas Centrais Hidrelétricas; potên.= potência; comp.= comprimento; prof.=profundidade; perím.= perímetro; e vol.= volume.

9 Dentre os projetos energéticos aprovados estão: CGH Mirim, de Santa Bárbara do Sul; Usina Hidrelétrica Suzana Ltda – ME, PCH Suzana de Gaurama; CGH Segredinho de Ipê; Usina São Domingos do Prata Ltda e CGH Domingos do Prata de Vista Alegre do Prata; Usina Hidrelétrica Poersch Ltda - CGH Poersch, de Boa Vista do Buricá; e Hidroelétrica Sperotto Queda do Turvo Ltda - Me - CGH Sperotto de SantoAugusto.

A partir do programa PGCH, o estado do Rio Grande do Sul também reduziu o ICMS, isenção de IPVA, linhas de crédito com juros baixos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando atrair investimentos para a instalação das usinas hidrelétricas, integrado ao plano de modernização do setor. Segundo o Relatório de transparência de Financiamentos do BNDES, os investimentos no segmento, resultou em um aumento de instalações de usinas, no estado do Rio Grande do Sul, passando por uma progressão de 21%, em 2018, para 39% de investimento, em 2020.

A instalação dos empreendimentos na região em questão, também impulsionou a desapropriação e a compra de propriedades de Áreas de Preservação Permanente (APP) nas margens dos rios Toropi e Guassupi. Conforme análise da Resolução Autorizativa Nº 7.004/2016 e a Resolução Autorizativa nº 5.794/2016, houve a aquisição de 42 glebas com total de 412 hectares, dentre elas, nove emissões de posse via Declaração de Utilidade Pública (DUP) (sinônimo de desapropriação, amparadas pela Lei 9.074 de 7 de julho de 1995) e responsável por desapropriar nove famílias na região, garantindo a instalação de usinas hidrelétricas.

Além disso, o Relatório Anual de Informações Sociais (2022), indica que o setor de “Obras de infraestrutura para energia elétrica”, passou de 13.753 vínculos de empregos em 2018, para 16.552, em 2021, sobre o qual analisaremos nas próximas seções, abordando sobre as configurações do trabalho com ênfase na região Central do estado gaúcho.

2 As características sociodemográficas e as transformações econômicas na região Central

A indústria de energia elétrica, no Brasil, desde o século XX, incide na exploração do uso das águas em diferentes regiões do país. Especialmente a partir da crise dos anos de 1980, a indústria se adapta as condições adversas e particulares dos locais onde são instaladas. A expansão da eletricidade, que ocorre historicamente devido as demandas de setores produtivos e urbanos, têm sido a chave de alterações na estrutura econômica nacional e impacta significativamente o mercado de trabalho.

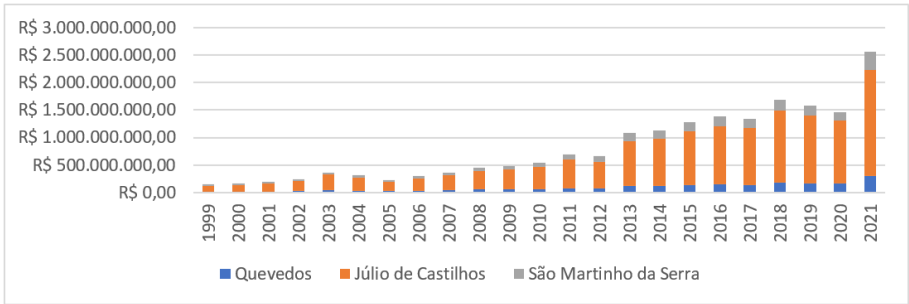
Não obstante, quando olhamos para a região Central do estado do Rio Grande do Sul, impactada por empreendimentos energéticos, em 2018, logo observamos os recursos atrativos de interesse do capital privado, visível neste território. Antes de tudo, a região possui uma economia agrícola, caracterizada pela safra de soja, milho, arroz, feijão e fumo, bem como bovinos e seus derivados (leite e queijo). Além de contar com vastos recursos

naturais de aspectos da Mata Atlântica e do Pampa (sendo 56,38% locais desmatados (PECUERA, 2021)), contornada pelos rios Toropi e Guassupi afluentes do rio Uruguai e acesso privilegiado aos centros de distribuição de energia.

Segundo a base de dados do Censo do IBGE, se articula a esses elementos acima, os baixos índices de analfabetismo (9,63 %) e a predominância de vínculos informais de trabalho na região, tornando o local propício a mão de obra barata; além do menor índice de criminalidade e de violência. A expectativa de vida ao nascer na região é de 75,8 anos, abaixo da expectativa do estado do Rio Grande do Sul (76,38 anos) e acima da expectativa nacional (75,5 anos).

Os municípios de Quevedos, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra, que integram a região Central, ao serem impactadas pelas usinas em questão, vivenciam alterações significativas na dimensão econômica. Observamos um crescimento passando de R\$ 540.266.066,0 (soma do PIB dos municípios), em 2010, para R\$ 2,5 bilhões, em 2021, conforme a série histórica do gráfico 01, a seguir. Assim como o PIB per capita das cidades também expressaram um crescimento exponencial, de 22 mil do PIB per capita, em 2010, e desponta, em 2021, atingindo a cifra de R\$ 107.161,62, na cidade de Quevedos (FEE, 2022), expressivo durante o período de instalação dos empreendimentos energéticos na região.

Gráfico 1 - Série Histórica do PIB das cidades da região Central do RS (1999-2021).



Fonte: Elaboração nossa, a partir dos dados abertos da FEE, 2022.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), essa mesma progressão econômica ocorre no estado gaúcho, que contou com uma participação de 6,5% no PIB nacional, tendo em vista as relações estabelecidas com o mercado internacional através das dinâmicas de exportação (14,9%) e os investimentos na indústria de transformação (24,1%), dentre elas, a geração de energia elétrica, resultado das políticas

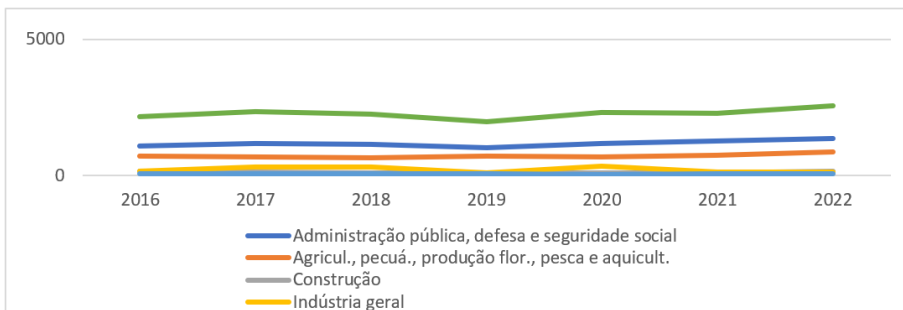
econômicas analisadas na seção anterior. O PIB per capita chegou ao valor de R\$ 50.693,51, em 2021, no estado em questão, sendo 20% maior que o PIB per capita nacional (R\$ 42.247,52)¹⁰.

Contudo, as cidades abrangidas pelo empreendimento, possuem uma atenuação no total de habitantes (3,8%), de 2010 para 2022. No entanto, observamos um aumento substancial no estado do Rio Grande do Sul, de 189.036 mil habitantes, especialmente no ano de 2022 (0,36%), representando um fluxo migratório no mesmo momento da implementação das políticas econômicas no território (IBGE, 2022).

Além do crescimento econômico motivado pelas instalações energéticas na região Central do Rio Grande do Sul, cujo segmento desde 1960, durante o período de urbanização e de industrialização do país promove a elevação da economia nacional, também têm sido basilar na movimentação da cadeia de produção no setor da construção pesada, isso porque “[...] a expansão dos serviços elétricos surge importantes efeitos multiplicadores por toda a economia, como a elevação da demanda para as indústrias de bens intermediários, a construção civil e as indústrias de bens de capital” (ROSA, SCHAEFFER, 1988, p. 178).

Nesse mesmo sentido, houve um aumento de 18,25% dos vínculos empregatícios nas cidades de Quevedos, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra, de 2018 para 2022, segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (2022). O ano de 2019, se sobrepõe aos demais com um volume de 932,1 postos de trabalho (RAIS, 2022), ilustrados no gráfico 2 e na tabela 2, a seguir:

Gráfico 2 - Vínculos empregatícios por agrupamento (CNAE 2.0) de 2016 a 2022.



Fonte: Elaboração nossa, a partir da tabulação dos dados da RAIS, CNAE 2.0, 2022.

¹⁰ Igualmente, em 2021, o momento de pico das instalações energéticas, a posição do estado era a 5ª colocação no ranking com melhor índice Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2021).

Tabela 2- Geração anual de empregos no complexo energético na região Central (2018-2022).

Geração de empregos do complexo energético toropi (2018-2022)											
Cidade	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	Total
Quevedos	80,1	9,21	127,9	13,72	22,3	2,51	65,8	7,11	5,05	5,05	301,15
S. Martinho da S.	21,2	2,44	33,2	3,56	45,2	5,09	20,2	2,18	1,01	1,01	120,81
Júlio de Castilhos	768,3	88,35	771	82,72	821,1	92,4	839,4	90,71	93,94	93,94	3.293,74
Total	869,6	100	932,1	100	888,6	100	925,4	100	100,00	100,00	3.715,70
											100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir da tabulação dos dados da RAIS- CNAE 2.o, 2022. Legenda: S. Martinho da S. São Martinho da Serra.

O conglomerado de empresas nas usinas da região Central, atuam de forma verticalizada, dependentes das atividades umas das outras. Também estabelecem relações periféricas ao combinar mão de obra informal, como elo mais frágil da cadeia produtiva. Quanto aos empregos, 89,6% deles são diretos nos empreendimentos e 10,3% são de Pessoas Jurídicas (PJ)¹¹, que representam 6,76% dos empregos no setor energético no estado do Rio Grande do Sul (RAIS, 2022).

A estrutura ocupacional dos empreendimentos energéticos ficou distribuída da seguinte forma: jovens aprendizes, trabalhadores em geral, técnicos (de segurança do trabalho, de enfermagem), engenheiros (do trabalho, elétrico e civil) e setor administrativo, além de trabalhadores informais não identificados nas bases de dados abertos, que convivem diariamente no canteiro de obras, entrevistados neste estudo.

Diante das características agrícolas da economia da região Central, especialmente a população das cidades de Quevedos e de São Martinho da Serra predominavam vínculos de emprego no setor agropecuário e na agricultura familiar (61,14% e 53,91%), conforme o gráfico 3. O município de Júlio de Castilhos, predominavam os vínculos no setor da administração pública. Além de haver uma baixa inserção da mão de obra no mercado formal de trabalho, sendo apenas 9,45% e 18,42% de empregos regulamentados, com rendas que variam de 2,4 a 3,1 salários-mínimos, conforme a tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Pessoal Ocupado no mercado de trabalho formal na região Central (2021).

Pessoas ocupadas no mercado de trabalho formal (%) - 2021		
Municípios	Ocupados	Salário médio mensal
Quevedos	11,48	3,1
Júlio de Castilhos	18,42	2,4
São Martinho da Serra	9,45	2,8

Fonte: Elaboração própria, a partir da tabulação dos dados abertos do IBGE-Censo, 2022.

O rendimento salarial dos empregados nas usinas hidrelétrica é determinado pelo grau hierárquico da estrutura dos cargos e não se dife-

¹¹ Esse valor se refere a soma do total de empregos anuais (PJ (419) + Emprego direto (3.615,70) = 4034,7), com base no período de 2018 a 2021, na categoria de Pessoas Jurídicas e empregos diretos, disponível no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS, 2022).

rencia significativamente da média do rendimento daqueles ocupados no mercado formal de trabalho nas cidades em questão, ilustrado na tabela 01. Assim, os empreendimentos, embora tenham ampliado o número de postos de trabalho (em 18,25%), não representaram alterações concretas na renda e condições de vida da população da região que está empregada nas obras.

Conforme o Relatório Anual de Informações Sociais (2022), quanto aos salários nas usinas, varia de 2,1 a 3 salários (35% da força de trabalho abrangida), de 1,51 a 2 salários (23,6%), assim como outros rendimentos mais elevados, de 4,01 a 5 salários (22,9%). Não foi identificado os níveis salariais de 2,3% da mão de obra e também são incluídos acréscimos em termos de periculosidade (30%) ou insalubridade (10%, 20% ou 40%) naquelas atividades que contém riscos e danos à saúde dos(as) trabalhadores(as).

Além disso, a cidade de Júlio de Castilhos detinha mais de 80% dos vínculos de empregos nos empreendimentos energéticos, de 2018 a 2022, sendo baixos os vínculos de trabalhadores(as) das cidades de Quevedos e de São Martinho da Serra, durante o período analisado, conforme observamos no Relatório de Informações sociais (RAIS), na base de dados do grupo primário de “Obra de Infraestrutura”, no subgrupo de “obras de infraestrutura para energia elétrica”, “obras para geração e distribuição de energia elétrica” e “obras de terraplanagem e construção civil”, denominadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)¹².

3 As configurações da mão de obra nas barragens: um breve contexto

A mão de obra nos empreendimentos energéticos em sua maioria é de nacionalidade brasileira e masculina. O contingente feminino equivale a 1%, ou quase nulo, segundo os dados obtidos pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)¹³, entre os anos de 2018 a 2022. A faixa etária da força de trabalho varia de 30 a 39 anos de idade (38,1%) e de 40 a 49 anos (21,7%) (RAIS, 2022). Mais da metade dos trabalhadores possuem ensino fundamental completo (52%), demonstrando a não exigência de elevado grau de

12 Essa situação expressa uma baixa inserção da mão de obra local nas usinas, contando com um quadro mais amplo de uma mão de obra externa: tanto aqueles recrutados mediante empregos fixos das empreiteiras quanto migrações da região do Nordeste do país, como indicam relatos de interlocutores.

13 Todos os dados secundários obtidos no RAIS, mobilizamos as seguintes categorias através do grupo primário “obra de infraestrutura”, dentro dos subgrupos “obras de infraestrutura para energia elétrica”, “obras para geração e distribuição de energia elétrica” e “obras de terraplanagem e construção civil”, designadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

escolaridade e de formação em nível superior para admissão nos empregos dos empreendimentos em questão.

As relações de trabalho comuns nas usinas hidrelétricas se dão de forma híbrida entre os vínculos formais e informais, segundo as entrevistas que realizamos. A informalidade abrange, sobretudo os cargos de servente de obra, tratorista e carpinteiro que atuam nas barragens.

De acordo com a Convenção coletiva do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral (SITICEPOT) e da Federação das Indústrias das Construções Pesadas, do estado do Rio Grande do Sul, referente a convenção de 01 de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 e a convenção de 01 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023, a função de tratorista, por exemplo, obteve o maior aumento salarial de R\$1.216,96 para R\$1.671,50 (37,3% a mais), comparado as outras funções.

Embora o aumento da categoria de tratorista esteja acordado nas convenções coletivas do SITICEPOT, nos vínculos informais estabelecidos nas usinas a remuneração dos trabalhadores é inferior à da convenção coletiva (R\$1.350), caracterizando o uso de uma mão de obra ilegal para redução de custos operacionais das obras, no segmento. Vejamos na tabela a seguir os salários nas diferentes ocupações, no qual apenas duas ocupações aparecem com salários acima de R\$ 3.000 nos empreendimentos energéticos.

Tabela 5 - Salário por ocupação nas usinas hidrelétricas.

Salário por ocupação nas PCH's	
Servente de obra	R\$1.320
Carpinteiro	R\$1.800
Pedreiro	R\$1.800
Cozinheira	R\$1.750
Auxiliar de cozinha	R\$1.100
Mantenedor operador	R\$2.100
Topógrafo	R\$2.200
Engenheiro civil	R\$6.000
Serviço de limpeza	R\$1.200
Mecânico	R\$2.100
Técnico de enfermagem	R\$3.325

Tratorista	R\$1.350
Encarregado de obras	R\$2.730
Motorista	R\$2.100
Nutricionista	R\$2.880
Jovem aprendiz	R\$800

Fonte: Elaboração nossa, a partir da pesquisa de campo, 2024.

Além disso, o processo de instalação das usinas de curto prazo, torna a cadeia de produção sobre contratos por projetos, estabelecido em cada fase das obras, caracterizada por possuir um começo (contratação) e um fim (entrega do produto) (como a montagem de tubulação, a terraplanagem, a área de acabamento etc.). Assim, os vínculos formais tornaram-se menos estáveis pelas diferentes modalidades laborais por tempo determinado, sendo bastante comum nas usinas os contratos parciais e intermitentes (RAIS, 2022), prototípicos do regime de “acumulação flexível” (HARVEY, 1992), implementado no país nos anos de outrora.

Essa forma de organização das obras torna o tempo dos trabalhadores nos empregos efêmero: transitório e flutuante, elevando a grau de rotatividade. Nesse sentido, o tempo de permanência dos(as) trabalhadores(as) nas usinas, mescla entre 36 e 59,9 meses (20,2% dos trabalhadores); de 24 a 35,9 meses (17,6%); e de 12 a 23 meses (20%) (RAIS, 2022), sendo que as “demissões sem justa causa”, que influi sobre o seguro desemprego, abrange a maioria dos casos de rotatividade (37%) no setor, durante os anos de 2018 a 2020.

Como expressão da rotatividade no segmento das usinas, a cidade de Júlio de Castilhos concentrou o maior número de “não admitidos” (281 vínculos) e de “reempregados” (95 vínculos), relacionado a trabalhadores(as) que mudam de empresas e de função, nos empreendimentos, conforme as classificações e dados da RAIS, 2022.

A rigor, o modelo de produção flexível se encontra imbricado aos empreendimentos em questão. Este modelo se perpetua, no Brasil, desde os anos 1990 – período de crise do setor elétrico e de expansão financeirizada da matriz energética no país, que têm se beneficiado das políticas de flexibilizações da legislação trabalhista e ambientais, das métricas da economia neoliberal.

Um dos tripés das políticas neoliberais é a flexibilização contratual do trabalho, utilizada amplamente desde a crise setorial de energia elétrica no país, nos anos de 1980, que embora não signifique propriamente precariedade, os sintomas das novas modalidades de emprego têm se aproxima-

do cada vez mais de vínculos instáveis, inseguros e de negociações trabalhistas descentralizadas. Para Dari Krein (2007), as mudanças representam a “regulamentação privada” (KREIN, 2007, p. 118) das relações trabalhistas, que recentemente se ampliam com a “contrarreforma trabalhista” (BRIDI, 2020, p. 20) de 2017, e que legaliza o contrato intermitente, por exemplo, utilizado pelas empresas nos empreendimentos energéticos de nosso estudo.

O regime da jornada de trabalho nas usinas também expressa um quadro de exaustão vivido pelos trabalhadores(as). O tempo de 41 a 44 horas semanais abrange 94,3% da mão de obra, como é possível observar na tabela 6 a seguir (RAIS, 2022). A jornada rotativa nos empreendimentos, se estende aos finais de semana e feriados, além da inclusão de 2 horas extras por dia e acréscimos de tempo de trabalho excedente no banco de horas (Lei 9.601/98). Este último trata-se de um sistema característico da flexibilidade temporal, que “[...] retira a regulamentação social de uma jornada fixa e das condições do uso do tempo pelas empresas, sem que o trabalhador receba o pagamento das horas extras” (KREIN, 2007, p. 78).

Tabela 6 - Jornada de trabalho nos empreendimentos energéticos - RAIS (2018-2021).

Tempo de trabalho							
Ano	21 a 30 horas	%	41 a 44 horas	%	Não classificado	%	Total
2018	76,5	8,7	793	91,2	-	-	869,5
2019	69,4	7,4	863	92,5	-	-	932,4
2020	46,6	5,2	842	94,7	-	-	888,6
2021	-	-	914	98,7	12	1,2	926

Fonte: Elaboração nossa, a partir da tabulação dos dados abertos da RAIS, 2022.

Normalmente o processo de trabalho era executado por uma equipe de 5 a 6 trabalhadores(as), visando cumprir as demandas do calendário de término das obras. E, por sua vez, a jornada laboral era estendida sem o consentimento dos trabalhadores devido à escassez de transporte coletivo para o deslocamento dos mesmos do canteiro de obras (localizado na área rural) para o local das residências, ou alojamentos da força de trabalho, situados na área urbana.

Segundo os relatos, durante o tempo em que aguardavam o retorno do transporte para o término da jornada, acabavam dando continuidade à labuta, o que causava insatisfação, como evidencia o relato a seguir do interlocutor Nestor, que atuava como carpinteiro até o momento da entrevista, em fevereiro de 2023.

Muitas vezes a gente ficava porque a gente queria, mas muitas vezes a empresa obrigava a gente a ficar porque, um exemplo, tinha muitas vezes que ficamos porque tinha só um ônibus para levar nós de volta a cidade. E tinha gente que não queria ficar. O ônibus ia às 17 horas e 30 minutos, e aí bem dizer a gente era obrigado a ficar até as 20 horas. E aí chegava em casa umas 22 horas ou 23 horas da noite. E eles não pagavam as horas de viagem, né (Entrevista, Clodesmidt, servente de obras, 2023).

Os benefícios fornecidos pelas empresas aos trabalhadores(as) integram a parte *in natura* dos salários, por força do contrato, como serviços terceirizados entre empresas contratantes e unidades produtivas credenciadas em refeições (o desjejum, o almoço e a janta), moradia (alojamentos com lavanderias) e a autogestão das empresas por parte dos transportes para locomoção, frequentemente escassos, e em alguns casos, uma ajuda de custo com combustíveis, se configurando como indenizações.

3.1 Um olhar qualitativo dos trabalhadores sobre as condições de trabalho

Ao voltarmos nosso olhar para a mão de obra das usinas hidrelétricas, observamos que o perfil dos trabalhadores entrevistados em sua maioria se autodeclara branco (20), com idades que variam de 19 aos 58 anos. Parte deles são casados(as) (16) e com filhos, expressão de que os salários recebidos são mobilizados para o sustento do núcleo familiar. Ao total entrevistamos 16 homens e 13 mulheres dos setores da construção civil, de serviços de limpeza, de alimentos e da área da saúde.

No que tange ao percurso formativo dos(as) entrevistados(as), todos(as) cursaram a educação básica em escola pública e parte deles concluíram o ensino médio (14). A grande maioria dos interlocutores são naturais de estados do Rio Grande do Sul (24), outros em menor quantidade, são do Ceará (1), do Maranhão (1), do Paraná (1), do Piauí (1) e de Santa Catarina (1), tal como apresentamos no quadro 2 e 3, a seguir.

Quadro 2 - Perfil qualitativo dos trabalhadores masculinos das usinas hidrelétricas.¹⁴

Ocupação	Autodeclaração	Idade	Escolaridade	Estado civil	Cidade/Estado
Servente de obras	Pardo	19 anos	EMC	Solteiro	Quevedos/ RS
Carpinteiro	Pardo	22 anos	EMI	Casado	Jari/ RS
Pedreiro	Pardo	44 anos	EFI	Solteiro	Santa Quitéria/ CE
Servente de obras	Pardo	27 anos	EFI	Solteiro	São Francisco do Piauí/ PI
Tratorista	Preto	28 anos	EMC	Casado	Dilermando de Aguiar/ RS
Carpinteiro	Branco	51 anos	EFI	Divorciado	Quevedos/ RS
Mantenedor operador	Branco	52 anos	EMC	Casado	Quevedos/ RS
Mantenedor operador	Branco	40 anos	EMC	Casado	Tupanciretã/ RS

¹⁴ Optamos por apresentar abreviaturas do grau de escolaridade das interlocutoras no quadro, quais sejam: EFI - ensino fundamental incompleto; EFC- ensino fundamental completo; EMI- ensino médio incompleto; EMC- ensino médio completo; ESC- ensino superior completo, seguindo os dados coletados em relato dos interlocutores e interlocutoras. O mesmo modelo de abreviaturas também utilizamos para a apresentação do quadro a seguir, referente as interlocutoras, cujas entrevistas foram realizadas durante o período de 2021 a 2023 pela autora desta pesquisa.

Mantenedor operador	Branco	41 anos	EMC	Solteiro	Bossoroca/ RS
Mecânico	Branco	33 anos	EMC	Casado	São Martinho da Serra/ RS
Topógrafo	Branco	22 anos	EMC	Solteiro	Quevedos/ RS
Motorista	Branco	58 anos	EFC	Casado	Quevedos/ RS
Encarregado de obras	Branco	40 anos	EMC	Casado	Presidente Dutra/ MA
Servente de obras	Branco	23 anos	EMC	Solteiro	São Pedro do Sul/ RS
Servente de obras	Branco	21 anos	EMC	Solteiro	Quevedos/ RS
Serviço alimentício	Branco	25 anos	ESC	Solteiro	Santa Rosa/ RS

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas realizadas durante os anos de 2021 a 2023.

Abaixo apresentamos o quadro com o perfil feminino entrevistado.

Quadro 3- Perfil qualitativo das trabalhadoras femininas das usinas hidrelétricas.

Ocupação	Autodeclaração	Idade	Escolaridade	Estado civil	Cidade/ Estado
Técnica de enfermagem	Branca	46 anos	ESC	Casada	Quevedos/ RS
Serviços alimentícios	Branca	21 anos	EMC	Solteira	Tupanciretã/ RS
Serviços alimentícios	Branca	47 anos	EMC	Solteira	Quevedos/RS
Serviços de limpeza	Branca	38 anos	EFI	Casada	Quevedos/RS
Serviços alimentícios	Branca	53 anos	EMC	Casada	Tupanciretã/ RS
Engenheira	Branca	27 anos	ESC	Casada	Faxinal dos Guedes/ SC
Serviços alimentícios	Branca	50 anos	EFC	Casada	Veranópolis/RS

Serviço de limpeza	Branca	57 anos	EFI	Solteira	Quevedos/RS
Serviços alimentícios	Branca	35 anos	EMC	Casada	Quevedos/RS
Serviços alimentícios	Parda	19 anos	EMI	Solteira	Quevedos/RS
Serviços alimentícios	Parda	42 anos	EFI	Casada	São Pedro do Sul/ RS
Serviços alimentícios	Parda	46 anos	EFI	Casada	Bom Jesus/ PR
Serviços alimentícios	Parda	20 anos	EMI	Casada	Quevedos/RS

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas realizadas durante os anos de 2021 a 2023.

Quando questionamos os interlocutores sobre as condições dos benefícios recebidos, como as refeições e a moradia analisados anteriormente, observamos uma forma segregada de distribuição deste entre os níveis hierárquicos do segmento da cadeia produtiva.

Aos trabalhadores que atuavam no canteiro de obras, no setor da construção, era comum residirem em alojamentos coletivos com mais de 120 lugares, quarto superlotados e baixa infraestrutura. A gerência e os cargos de nível superior habitavam em locais com quartos e banheiros privativos, mobílias adequadas; expressão do contraste com a “[...] deterioração dos padrões de vida e de reprodução da força de trabalho” (SOUZA, 1994, p. 26) dos trabalhadores do canteiro de obras.

A alimentação dos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços e da construção, ocorria em refeitórios ou pela distribuição de marmitas, a baixo custo. Os relatos indicam alimentos em estados frios e inadequados. Os trabalhadores em situação informal, relatam receberem um valor de R\$ 150 mensais a ser destinado para as refeições diárias. Tanto a moradia quanto as refeições usufruídas por parte dos trabalhadores, contribuíam para a redução do absenteísmo (de atrasos e faltas) pela dependência dos mesmos aos benefícios prestados pelo tecido empresarial na cadeia de valor.

Do ponto de vista da jornada de trabalho diurna, o interlocutor José evidencia que o tempo das atividades são frequentemente estendidos pela excessiva demanda por produtividade, como relata: “[...] o nosso serviço ele está sempre atrasado e para estender um pouco mais o horário e para ter mais um pouco de produção, a gente vai até mais tarde. Além das 2 horas extras, tem mais 3 horas ou 4 horas” (Entrevista, José, servente de obras, 2023). Os horários da jornada variavam das 7 horas e 30 minutos perdurando até às 18 horas e 30 minutos, ou até às 20 horas ou 22 horas da noite.

Em relação ao trabalho noturno, o entrevistado Chico relata que começava a trabalhar às 19 horas e finalizava a jornada às 7 horas da manhã, a depender da demanda e da exigência empresarial, vide a pressão pela produtividade. Em seu relato o trabalhador destaca: “[...] tinha vezes que nós íamos à noite e de dia até 13 horas, 14 horas da tarde. Mas o horário certo mesmo era até 4 horas e 30 minutos da manhã, dali para frente é hora extra” (Entrevista, Chico, servente de obras, 2023).

Além da jornada exaustiva, poucos eram os trabalhadores que conseguiam compensar com folga o tempo excedente incluídas no banco de horas, segundo os relatos. Situação que reflete uma alta produtividade e uma redução de custos empresarial que a permitia reduzir a oferta de postos de trabalhos vide uma jornada rotativa e ininterrupta de trabalhadores(as) nas obras.

Não obstante, os salários eram identificados pelos interlocutores como baixos e insuficientes, os fazendo optar pelas 2 hora-extra por dia, além da labuta durante os finais de semana e feriados, como ilustramos no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Gerência do uso do tempo de trabalho no canteiro de obras.

Gerência do tempo laboral		
Formal		Informal
Jornada de trabalho	Jornadas rotativas 8h por dia.	8h por dia, não fixa.
Hora extra	2 horas + variáveis = estendidas aos finais de semana e feriado. Aproximadamente 70 horas semanais e 280 horas mensais.	Não se aplica.
Banco de horas	Sim	Sim.

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa empírica, 2023.

Tal experiência laboral dos interlocutores apresentada, remete ao que Sadi Dal Rosso (2017) evidencia, de que os trabalhadores não tomam decisões individuais sobre o número de horas que pretendem trabalhar.

Os indivíduos trabalham a carga laboral que a sociedade lhes impõe ou apresenta como aceitável para aquele momento histórico. O tempo da vida das pessoas gasto em trabalho resulta de enfrentamentos sociais gigantescos, pois as camadas dominantes, política e economicamente, colocam sobre os ombros dos assalariados o máximo que podem de horas de trabalho. A luta por libertar-se do trabalho necessário é uma luta constante e invisível, que escapa aos olhares atentos da academia e dos meios de comunicação (ROSSO, 2017, p. 88).

A labuta cotidiana da força de trabalho ocorria em contêiners, casas de alvenaria e na parte externa das usinas hidrelétricas, a céu aberto. Identificamos que estes espaços possuem riscos à saúde dos trabalhadores, devido a alta exposição ao sol, ao vento constante, a poeira, as pedras soltas, córrego de rios e vegetações, que sinalizam um espaço com riscos de desmoronamento e intempéries.

Não sem razão, a mão de obra entrevistada vivencia acidentes laborais frequentes, tanto pelas características dos espaços laborais quanto pelo desgaste físico e mental resultado das jornadas extenuantes e da falta

de proteção e segurança nas obras. Os relatos indicam fratura, perfuração e corte em mãos, dedos e pés, ingestão de bactéria, queda em altura, dores de cabeça e de coluna. Esses acidentes envolvem equipamentos e materiais como pregos, lâminas, enxada, marreta, andaimes, acidentes em transporte da empresa, entre outros¹⁵.

Mesmo com o Diálogo Diário de Segurança (DDS) nos empreendimentos energéticos, a sua função era destoadada para a resolução de conflitos, de cobranças acerca do cumprimento de demandas, controle de materiais etc., por encarregados e supervisores no canteiro de obra, a fim de agilizar e disciplinar a força de trabalho. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) possuem treinamentos de uso e de conscientização ineficientes e a responsabilização do cuidado com a segurança e a integridade física se colocava a cargo dos próprios trabalhadores, conforme os relatos.

Essas condições de trabalho, sobe viés qualitativo têm desencadeado uma não adaptação da força de trabalho nas usinas, que acabava dificultando o envolvimento laboral dos trabalhadores nas obras. Situação que também é reflexo da baixa qualificação nas ocupações – expressado pela oferta de cursos profissionalizantes (como manejo de motosserra, condução de barco, de materiais de topografia, entre outros), oferecidos pelas empresas para execução de atividades imediatas.

Esse contexto propiciou uma elevada rotatividade como analisamos na seção anterior. No que concerne ao olhar qualitativo, os entrevistados indicam duas situações de realocação (mudança de função ou de empresa), quatro situações de rotatividade espontânea (desistência por motivos ligados as condições de trabalho) e onze situações de rotatividade por demissão (justa causa).

Ainda, a maioria dos trabalhadores indicam viver uma constante mobilidade geográfica com vistas à obtenção de melhor renda e de estabilidade ocupacional. E os problemas relacionados as ações patronais, como a falta de pagamentos de verbas rescisórias (férias, décimo terceiro salário, falta de pagamento de hora extra etc.), também integram as motivações da rotatividade por parte dos trabalhadores, no segmento das usinas hidrelétricas.

15 Segundo o Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT), sobre esse aspecto, o setor da construção civil, no ano de 2021, possuiu 20.224 afastamentos previdenciários, sendo um dos setores com atividades mais perigosas e com risco de mortalidade, comparado aos outros setores produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que esse estudo não abrange uma análise da totalidade das políticas econômicas de orientação neoliberal em todo território nacional, implementadas no recorte temporal do ano de 2016 e 2022. Tampouco aprofunda as configurações do trabalho nas barragens energéticas, tendo em vista a existência de diversas formas de organização das cadeias produtivas do setor elétrico que se moldam pelas particularidades dos locais onde as usinas são instaladas. Além disso, as limitações de nosso estudo apontam para a necessidade de investigações adicionais que possam complementar e/ou aprofundar os efeitos das políticas econômicas e incluir novas perspectivas sociais, culturais e econômicas.

Todavia, nesse estudo caracterizamos e analisamos os processos empíricos e os efeitos particulares diante da instalação de quatro pequenas centrais de usinas hidrelétricas, na região Central do estado do Rio Grande do Sul.

1) Primeiro apresentamos as estratégias dos governos e dos conglomerados econômicos voltados ao setor elétrico. Observamos como o segmento energético situado como potencial histórico de impulsionar a diversificação da matriz industrial e da urbanização, no Brasil, é alvo de investimentos constantes desde as últimas décadas, e têm nas políticas econômicas recentes junto ao incentivo as parcerias entre os setores público e privado, atender a lógica de competitividade, expansão e mercantilização dos recursos hídricos.

Esses aspectos sobreditos são visíveis no estado do Rio Grande do Sul, através do “Plano de modernização do Setor Elétrico” (2017) e do Programa Gaúcho de Incentivo a Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (2017), que garantiram aos investidores do setor elétrico, a elaboração e a implementação de projetos de usinas, tendo como pano de fundo o auto licenciamento ambiental, flexibilizações no Código Estadual de Proteção Ambiental, redução de fiscalizações, de ICMS, isenção de IPVA, linhas de crédito e juros à baixo custo, ambos oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2022).

Como efeito das estratégias políticas, culminou na celeridade do processo de elaboração, aprovação e instalação de usinas hidrelétricas em todo o território gaúcho, especialmente na região Central, com redução de 80% dos custos para os órgãos públicos do setor. O caráter privado dos empreendimentos recentes são similares aquelas de ordem neoliberal de outrora do século XX, ao privilegiar a autonomização da esfera econômica, descentralizada de uma regulamentação setorial mais direta por parte do estado.

2) A pesquisa indicou um crescimento econômico na região Central do estado do Rio Grande do Sul, a partir da expansão do setor de energia elétrica. Identificamos essa alteração a partir da progressão do PIB, atingindo, durante o período de instalação dos empreendimentos (2018-2022), a cifra de R\$ 107.161,62 na cidade de Quevedos (IBGE, 2022), comparado ao valor inferior de 22 mil de outrora; além do crescimento de mais de R\$ 500 mil, em 2010, para R\$ 2,5 bilhões, em 2021 (soma dos PIB dos municípios abrangidos pelo complexo energético).

3) Historicamente o setor elétrico articula indiretamente outros setores nos processos de intervenção territorial, como as atividades do setor da construção. Nesse sentido, observamos uma mudança na estrutura ocupacional do território da região estudada: o mercado de trabalho contou com um aumento de 18,25% dos empregos, de 2018 para 2022.

Contudo, em que pese a prática e as políticas da diversificação da matriz energética, do crescimento econômico e da geração de empregos, a pesquisa empírica demonstra coexistir de forma correlata com os problemas trabalhistas enfrentados pelos trabalhadores(as), com base nas condições e nas relações de trabalho e de emprego.

A adesão ao modelo de produção flexível na forma de contratação e de organização da operacionalização das obras, expôs os trabalhadores a uma elevada rotatividade qualitativa, a qual demonstramos que, embora as empresas necessitassem de uma mão de obra fixa para o término das obras e empreitadas futuras, elas não retinham ou estabilizavam a maioria dos trabalhadores(as) às condições de trabalho e ao espaço-temporal. Experiência atrelada a lógica deliberada de “[...] contratarem e dispensarem no ritmo do mercado” (BRIDI, 2020, p. 34): envolvendo demissões, desistências e realocação da mão de obra.

As condições de trabalho expressam uma intensificação laboral e do ritmo acelerado com alta demanda por produtividade. As jornadas exaustivas combinam com os baixos e variáveis salários que, por sua vez, contrariam a Convenção Coletiva do sindicato das categorias ocupacionais. Essa forma de organização setorial vem de mãos dadas com as baixas qualificações da mão de obra, sobre a qual as empresas contornavam por meio de cursos profissionalizantes de curto prazo.

A reprodução social da mão de obra com benefícios escassos e hierarquizados, a baixa segurança laboral vinculado aos acidentes nas obras e os trabalhadores(as) com pouca perspectiva de carreira, são expressões de um trabalho precário experimentado pela classe trabalhadora ali inserida. Essas configurações do trabalho contribuíam para a contenção dos custos e redução de ofertas de empregos na cadeia produtiva.

Diante disso, denotamos principalmente as contradições das políticas econômicas, delineado por um inexorável compromisso político dos governos do estado gaúcho (de 2016 a 2022) com a manutenção exclusiva da esfera econômica articulado a iniciativa privada (em nome da modernização setorial), que dentre outros aspectos, ocorre em detrimento de relações e condições de trabalho digno.

REFERÊNCIAS

- Arquivos FEE. PIB Municipal – Série Histórica. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>>. Acessado em 18 de mar. de 2024.
- Atlas socioeconômico. “O valor do PIB per capita do RS em 2021 era aproximadamente 20% maior do que o do BR”, online. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/pib-per-capita>>. Acessado em: 20 de mar. de 2024.
- Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT). Divulgadas as estatísticas de acidentes de trabalho para o ano de 2021. Online. Disponível em: <<https://www.anamt.org.br/portal/2023/02/08/divulgadas-as-estatisticas-de-acidentes-de-trabalho-para-o-ano-de-2021/#:~:text=O%20aumento%20nos%20registros%20com,contra%2048.280%20do%20ano%20anterior>>. Acessado em: 22 de jan. de 2024.
- Balanço de Fiscalizações de Proteção Ambiental – FEPAM, 2014. Disponível em: <<https://fepam.rs.gov.br/resultados-das-fiscalizacoes-realizadas-no-ano>>. Acessado em: 12 de mai. De 2024.
- BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Lei 9.074 de 7 de julho de 1995. Declaração de utilidade pública. Disponível em: <<https://www.aneel.gov.br/declaracao-de-utilidade-publica-transmissao>>. Acessado em: 28/02/2024.
- BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Resolução Autorizativa nº 5.794/2016. Disponível em: <<https://www2.aneel.gov.br/cedoc/rea20165794ti.pdf>>. Acessado em: 22 de fev. 2023.
- BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Revisão simplificada da Agenda Regulatória da ANEEL de 2016-2018, 2017. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/aprt20174630_1.pdf>. Acessado em: 21 de nov. de 2023.
- BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Resolução Autorizativa Nº 7.004, de 3 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www2.aneel.gov.br/cedoc/rea20187004ti.pdf>>. Acessado em: 27 de fev. de 2024.

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Procedimentos de Licenciamento Ambiental do BRASIL. MORAES, M. G.; AMORIM, C. C.; BELMONT, M. A.; AVILLANUEVA, P. R., Org. Brasília: MMA, 2016.
- BRASIL. Programa de Parceira de Investimento (PPI), 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13334-13-setembro-2016-783604-publicacaooriginal-151062-pl.html>>. Acessado em: 20 de dez. de 2023.
- BRASIL. Código Estadual do Meio Ambiente, 2020. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=388665>>. Acessado em: 03 de out. de 2023.
- BRASIL. Licenciamento por Adesão e Compromisso (LAC), 2021. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/20100445-455-2021-licenca-ambiental-por-compromisso-lac.pdf>>. Acessado em: 10 de out. de 2023.
- BRASIL. Declaração de Adesão e Compromisso (DAC). Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/20100445-455-2021-licenca-ambiental-por-compromisso-lac.pdf>>. Acessado em: 22 de jun. de 2023.
- BRIDI, M. A. Pandemia Covid- 19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, n.34, vol.100, 2020.
- BURAWOY, M. **Marxismo sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2014.
- DRUCK, G. et.al. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CrH**, Salvador, v. 32, n. 86, 235-270 p. Maio/Ago. 2019.
- Governo do estado Rio Grande do Sul. Pequenas Hidrelétricas vão atender mais 25 mil residências gaúchas, online, 2018. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/pequenas-hidreletricas-vaio-atender-mais-25-mil-residencias-gauchas>>. Acessado em: 22 de outubro de 2023.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acessado em: 08 de mar. de 2024.

- KREIN, D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- NETO, C. S. Assédio Institucional, neoliberalismo e reforma da constituição no governo Bolsonaro. In: JUNIOR, J. C. (Org., et al.). **Assédio institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado**. Brasília, DF: Associação dos Funcionários do Ipea: EDUEPB, 2022.
- Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PECUE-RA), PCH Rincão dos Albinos, 2021. <[https://ww3.fepam.rs.gov.br/biblioteca/PACUERA_CCV_\(28-01-2022\).pdf](https://ww3.fepam.rs.gov.br/biblioteca/PACUERA_CCV_(28-01-2022).pdf)>. Acessado em: 22 de jul. de 2023.
- Portal da transparência. Relatórios de Financiamento do BNDS, 2022. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-nacional-sobre-mudan%C3%A7a-do-clima-fnmc/relatorios-fnmc>>. Acessado em: 07 de fev. de 2024.
- Ranking IDH Brasil- PNUD. Online, 2022. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acessado em: 18 de mar. de 2024.
- RAMALHO, J. R. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. **Dados** – Revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, Vol.48, n.3, 2005, pp.491-524.
- Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Base de dados online, 2022. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>>. Acessado em: 03 de fev. de 2024.
- Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) nº 388/2018. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=370212>>. Acessado em: 31 de jun. de 2024.
- ROSA, L. P., SCHAEFFER, R. A política energética brasileira. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. Comissão Pró-Índio: São Paulo, 1988.
- ROSSO, S. D. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SITICEPOT. Convenções Coletivas. Disponível em: <<https://siticepot.com.br/dissidio-convencao/>>. Acessado em: 03 de set. De 2023.
- SOUSA, N. H. B. **Trabalhadores pobres e cidadania**: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 1994.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica.
Estudos avançados, n° 30, vol. 87, 2016.

Recebido em: 01/02/2025

Aceito em: 16/06/2025

DOCUMENTAÇÃO DO DOSSIÊ

DUAS CONTRIBUIÇÕES: MEMORIAL DAS CHEIAS E MULHERES INVISÍVEIS DE UMA ENCHENTE QUALQUER

Lívia PetryJahn^{1*}

MEMORIAL DAS CHEIAS

IV

Era um cavalo sagaz,
Servindo a família,
No galope e na charrete,
Era um cavalo marrom,
Da cor do Caramelo,
Da cor dos olhos teus
Quando veem o sol se pondo,
Quando veem o socorro.

Pelo brilhoso,
Noz moscada feito crinas de outras vidas,
Sem encontrar pasto que o valha,
Montado no último telhado,
No último resto de chão seco,
Feito um bicho acuado
Sobre um navio aos pedaços.

E assim, em meio ao rio,
Às cheias todas,
Fitando as águas sobre a cidade,
Ele foi encontrado,
Um singelo cavalo,
Um cavalo que vale um povo inteiro,
Uma nação em quatro patas,

1 * Pós-Doutorado em Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas pela UFRGS/CAPES, Escritora, Poeta, Contadora de Histórias.

Uma república em desespero de causa,
Erguida sobre a esperança
De uma barca.

VI

Minha mãe e o rio,
A voz de minha mãe gritando:
Vai, vai com o tio!
As lágrimas nos olhos dela,
E o helicóptero subindo,
Subindo,
As cordas amarradas firmes,
As mãos fortes do tio
Segurando meu corpo frágil,
Meu corpo de criança.

Minha mãe e o rio,
Separados assim,
Ela de mim,
Uma moça tira foto,
Um celular vai chamar o nome de minha mãe,
Numa rede social,
Numa rede de gente
Que um dia também nasceu
De uma mãe como eu.

Minha mãe e o rio,
E o chão de piso frio do abrigo,
E as pessoas outras, tontas,
sem saber o que fazer,
aonde ir.

Minha mãe e o rio,
As mãos abanando pra mim,

De longe,
As mãos cheias de perfume da minha mãe,
O cheiro da lavanda e da clorofina,
O cheiro do detergente.
O cheiro da água levando as mãos da mãe
Pra outra margem,
Longe das hélices que voam,
Longe do barulho do motor,
Do rádio do piloto.

MULHERES INVISÍVEIS DE UMA ENCHENTE QUALQUER

CARLA, SARAH E O DESASSOSSEGO

Da primeira vez que pisei no Abrigo, vi chegar quase em prantos, num muxoxo, a moça Sarah e seu cabelo desgrenhado. Balbuciou qualquer coisa como quem pedisse socorro, entendi que sua mãe necessitava de ajuda. A mãe de Sarah estava escorada no corrimão da escada que levava aos dormitórios. Cheirava a urina e suor, segurava uma muleta suja, apertava os olhos como se isso fosse recobrar-lhe a visão perdida pela doença. A doença: HIV positivo. Fosse ela uma senhora dos seus sessenta anos na aparência; e quarenta e nove por fazer no registro civil.

Sarah mal se sustinha em pé, pouco podia ajudar a carregar sua mãe até a sala das refeições. Ambas sofriam de uma espécie de letargia do pensamento. Pouco entendiam das coisas mais triviais e corriqueiras, tipo: buscar uma xícara de café, fazer um pão torrado na torradeira elétrica. Em tudo necessitavam de auxílio. Assim, tornei-me a ajudante predileta de ambas. Em especial de Sarah: uma moça de dezenove anos num corpo semi andrógino, com a fala e os trejeitos de uma criança de três anos.

Não foi difícil entender seu mundo: num gesto simples, peguei um porquinho de plástico em cima da mesa de entrada do Abrigo e fiz uma voz como se fosse o bicho a falar. Sarah se encantou com o brinquedo, pegou-o, examinou-o, escutou-lhe fazer barulhos, e riu quando inventei uma música para o porquinho.

E assim, em pequenos gestos de cuidados vários, fui ganhando o sorriso e a confiança de Sarah. Ajudei-a o quanto pude: desde a banhar-se,

escovar os cabelos, vestir-se, até servir-lhe o prato nas refeições do Abrigo. A mocinha em falas de criança, aos poucos foi crescendo: dei-lhe uma mandala para pintar, e ela se esmerou nisso. Contei-lhe a história de Rapunzel, enquanto ela recebia as escovadas no cabelo de mim, e o rabicó, e a tentativa de fazer-lhe tranças.

Mas a sua maior alegria mesmo, foram os preparativos para a Festa de São João da Paróquia de Lourdes: vestiu o chapéu de palha, rindo e se mirando no espelho, e tirando foto para o celular. Vestiu com o júbilo dos recém-nascidos, o vestido de prenda branco com enfeites em roxo e lilás. Eu também pus minha saia e blusa de prenda, o poncho vermelho, e, juntas, fomos nós, mais outras tantas mulheres do Abrigo, à Festa Junina.

Ali, ela desfilou no Concurso da Mais Bela Prenda, ganhou um prêmio, comeu pipoca e bebeu quentão, dançou a quadrilha, mesmo que desajeitada, e assim, terminamos os festejos, com o microfone da paróquia anunciando os parabéns aos aniversariantes do dia, sua mãe incluída neles, cortando e servindo o bolo de maracujá, feito especialmente para aquela data.

A mãe de Sarah, a quem chamarei simplesmente assim, de Carla, tem um olhar malévolo que me incomoda deveras. Feito escondesse dos outros, uma inveja atroz e uma ira sem nome ou tamanho. Algumas vezes, observando-a, vi o tal olhar frio e ruim. Fosse um tiro saindo da cara, atravessando as paredes, atravessando as pessoas. Carla e seus subterrâneos: jamais saberei ao certo o quanto nela há de maldade, de dissimulação ou de falta de consciência das coisas do mundo. O verdadeiro eu, nela se desfaz em mil máscaras, e nunca sabemos qual das máscaras pegada à pele é a real ou a falsa. Deslizando feito uma enguia, Carla sempre acha soluções aos seus problemas que incluem pôr a própria filha em risco.

Foi numa manhã de frio e sol, que ela veio com a notícia: de que teriam uma casa à disposição. Casa essa, de parentes distantes, que por caminhos de whats app souberam da liberação do Auxílio-Reconstrução em nome de Carla. O quanto dura o amor em família? Eu diria, clinicamente, como o Bruxo do Cosme Velho, que neste caso, o amor dura o tempo exato de gastar o dinheiro do Auxílio do Governo Federal.

Para minha surpresa, naquela manhã de inverno, Sarah foi tomada por um espírito crítico e decidido que até então, eu não lhe vira na face quase ingênua, quase infantil. Ela disse em tom peremptório à sua mãe que para a tal casa, na dita vila, não iria de jeito nenhum. Deixou escorregar nas entrelinhas o nome do irmão de uma das pessoas de lá. Não sei por que artes o tal sujeito lhe causava asco e ojeriza, mas desconfio de muita coisa que nem Sarah, nem eu, ousamos pôr em palavras. Há homens e homens neste

mundo... E há aqueles que, vendo um corpo esguio de adolescente, sentem o lampejo de apossar-se dele, não importando se ali habita uma alma sensível e desamparada.

O fato é que Carla fez um pequeno teatro, uma careta de decepção, mostrou-se infeliz e lacrimosa, como uma criança de quem arrancam o doce, antes em suas mãos. Mas no fundo de sua dissimulada tristeza, Carla conhecia bem os riscos de viver naquela vila: a prostituição (da filha?) e o tráfico de entorpecentes. Pouco sabíamos das ocupações de Carla, exceto que vivera anos a fio como catadora. Tinha ela, no abrigo, uma amiga e vizinha de infortúnio, também catadora e assídua visitante dos galpões de reciclagem. Cacilda e Carla muitas vezes faziam as refeições juntas, e riam-se dos trejeitos de certas mulheres, todas elas vítimas das enchentes, todas agora desabrigadas. Sob um mesmo teto comum, histórias de tragédias e perdas. Gente como a gente, tão humanos, tão mortais e tão frágeis quanto qualquer um de nós.

Mas houve o momento em que Carla, de fato, desfez-se numa depressão atroz. Foi no domingo ensolarado em que visitou os restos do seu barraco depois de finda a inundação. Uma médica, ela também voluntária, levou-a de carro até a invasão onde costumava habitar antes das cheias do Guaíba. Carla trouxe apenas o coração despedaçado e um vídeo do que restara. Desabou em prantos, sentada numa cadeira de plástico à entrada do Abrigo. O lugar, mantido por doações de pessoas comuns e por um parco dinheiro estatal, era provisório. Duraria um ano, ou no máximo ano e meio. Quando o abrigo fechasse, para onde ela e a filha iriam? Ela não tinha horizontes, nem respostas a essa pergunta.

A angústia de virar mais uma sem-teto, ela que nunca fora mendiga, de viver debaixo de marquises, ao relento. Essa possibilidade aterrorizava Carla. Ainda mais sabendo que a filha, especial, não sobreviveria às intempéries de tanta desgraça. Sarah, que sofria de epilepsia e vinha de um longo tratamento para tuberculose.

Não sei ao certo, se foi o choque de ver destroçados os vinte anos de lutas e economias advindas do barracão de reciclagem, se foi o fim de todos os sonhos possíveis, ou o que foi, mas daquele domingo em diante, Carla virou uma sombra de si mesma e Sarah amanheceu sem conseguir ficar em pé.

Foi necessário chamar a Samu para levar Sarah a uma Unidade de Pronto Atendimento. Ali, numa cadeira de rodas, depois de examinada pela médica, e, aguardando o laudo médico e a prescrição dos exames a serem feitos, Sarah falou-me de sua urgência em ir ao banheiro. Procurei três vezes as técnicas de enfermagem, busquei saber onde ficava o banheiro acessível da UPA, e ninguém foi capaz de informar-me ou de nos ajudar.

O resultado? Sarah fez xixi nas calças, em cima da cadeira de rodas, molhou o consultório médico, e a plantonista em desespero, chamou apenas uma servente que limpou o recinto e me segredou: isso foi pura maldade.

Depois disso tudo, finalmente descobrimos o banheiro acessível, na entrada da UPA, sujo, com a patente molhada, e sem sabonete que o valha. Ali, ajudei Sarah a descartar a fralda encharcada e a fazer a coleta do exame de urina que a médica solicitara. Fui com ela até a sala de raio X, a técnica me dando instruções, chamando-me Mãe, pois ignorava até ali que eu era apenas uma cuidadora voluntária daquela moça especial. Acalmei Sarah durante a coleta de sangue para os últimos exames. Depois de todos os ritos terminados, esperamos no corredor da UPA longas seis horas, sem que o laboratório liberasse qualquer resultado.

Apenas de quando em quando, aparecia outra técnica de enfermagem “para uma nova coleta porque o sangue dela coagulou no trajeto até o laboratório.” Sarah cada vez mais amedrontada, se esquivava de injeções. Ainda assim, foi feita nova coleta e novamente aguardamos os resultados em vão.

Às 21:33 da noite, soubemos que... o sangue coagulava outra vez! Sarah vinha implorando-me para ir embora e por uma refeição qualquer. Resolvi que quatorze horas de espera em vão, sem comer, no frio do inverno, assistindo toda sorte de gente urrar de dor, vomitar no corredor, ter ataques do coração em frente a nós duas, já era demais da conta. Pedi à técnica de enfermagem que nos liberasse. A moça, em jaleco branco e sem paciência, deu de ombros, e simplesmente retirou do pulso de Sarah a pulseira de identificação que dava acesso aos serviços da UPA. Pedi pelos resultados dos outros exames. Num muxoxo, a técnica referiu que não “havia nenhum exame no sistema.” E eis tudo!

Saímos as duas, na noite da Vila Bom Jesus, no frio, em busca do boteco em frente para saciar a fome com um singelo pastel de carne. Entramos no Uber a caminho do abrigo sem um reles boletim de atendimento. Nem receita médica. Nada que referisse nossa presença ali por quatorze horas seguidas.

O resultado desse périplo todo? Acabamos ficando com a sugestão da médica de que poderia ser três diagnósticos possíveis: uma tuberculose reincidente, uma pneumonia grave ou uma doença oportunista no caso de Sarah também ser HIV Positiva como sua mãe.

No dia seguinte ainda retornei ao abrigo. Para adoecer em seguida, e ver-me subitamente subtraída de todas as mazelas daquele lugar. Agora, respirar dói-me, como soem doer os pulmões. Respirando e escrevendo vou vivendo, não a vida que pedi a Deus, mas a vida que Deus concebeu que eu vivesse.

MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DA ENCHENTE DE 2024: A REGIÃO SUL DO RS

Claudia Bos Wolff¹
Paulo Duarte²

INTRODUÇÃO

No início de maio de 2024, com a confirmação das previsões climáticas de fortes precipitações no Rio Grande do Sul (RS), dentro do contexto de El Niño, foram colocados em alerta os sistemas de previsão meteorológica e de monitoramento hidrológico, com o objetivo de gerar dados e sistematizar informações para tomada de decisão e comunicação à população. As precipitações ocorridas atingiram inicialmente a área central-nordeste da região hidrográfica do Guaíba (rios Gravataí, Sinos, Caí, Taquari-Antas, Pardo e Jacuí), com concentração na primeira quinzena de maio, e posteriormente, a região do extremo sul do RS (rios Camaquã, Piratini e Jaguarão) e nordeste do Uruguai (rios Yaguaron, Tacuarí, Cebollatí, San Luís e San Miguel), com concentração na segunda quinzena do mês.

A Gerência Regional Sul da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (GerSul/FEPAM) integrou esforços junto à Defesa Civil em Pelotas, especialmente na coleta de dados e sistematização de informações pertinentes aos dados hidrológicos regionais. Além das precipitações, a vazão na rede de drenagem e a onda de cheia geravam apreensão, pois os sistemas Patos e Mirim convergem para a região de Pelotas, portanto, a visão sinótica regional do escoamento era fator importante no conjunto de informações a serem consideradas. A ocorrência de alto volume de precipitações no extremo sul durante o mês de março causou a saturação das áreas de banhados e campos alagadiços, agravando o problema em maio, com locais superando em mais de 3 vezes a média mensal de precipitações.

1 DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Inicialmente foi realizada a pesquisa quanto à localização de pontos de monitoramento de níveis da água (cotas) disponíveis na região, formas de obtenção dos registros e de sistematização dos mesmos para disponibilização (Figura 1).

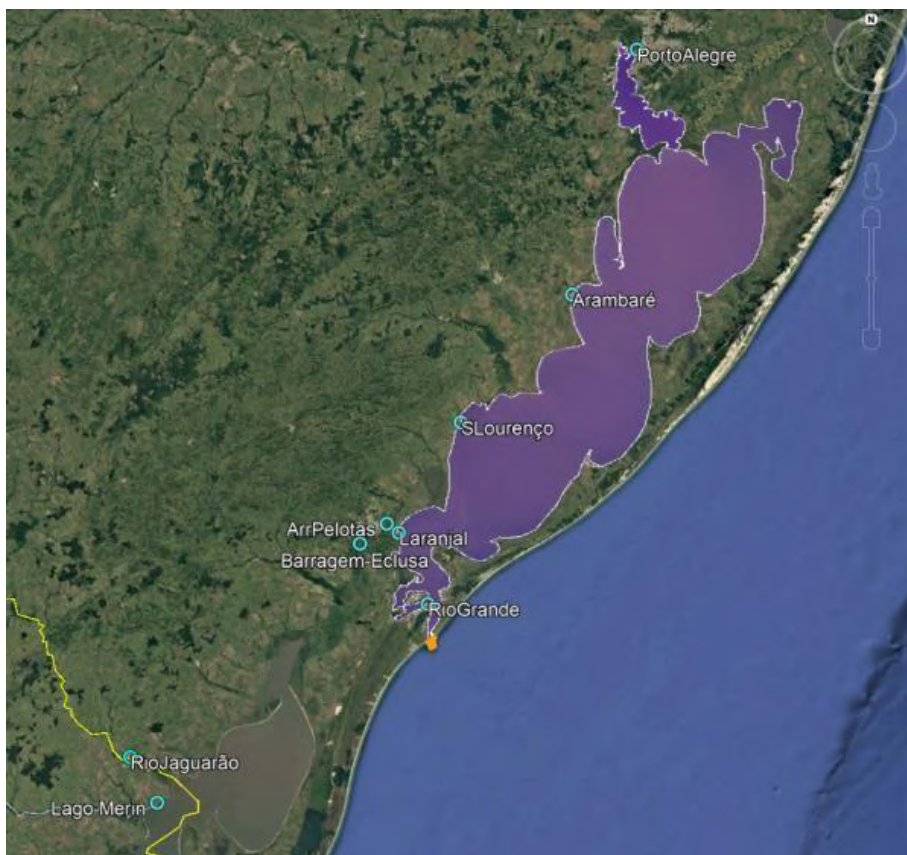
Um fator fundamental na integração dos dados coletados é a referência do nível médio do mar (NMM), pois havendo referências distintas,

1 Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

2 Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

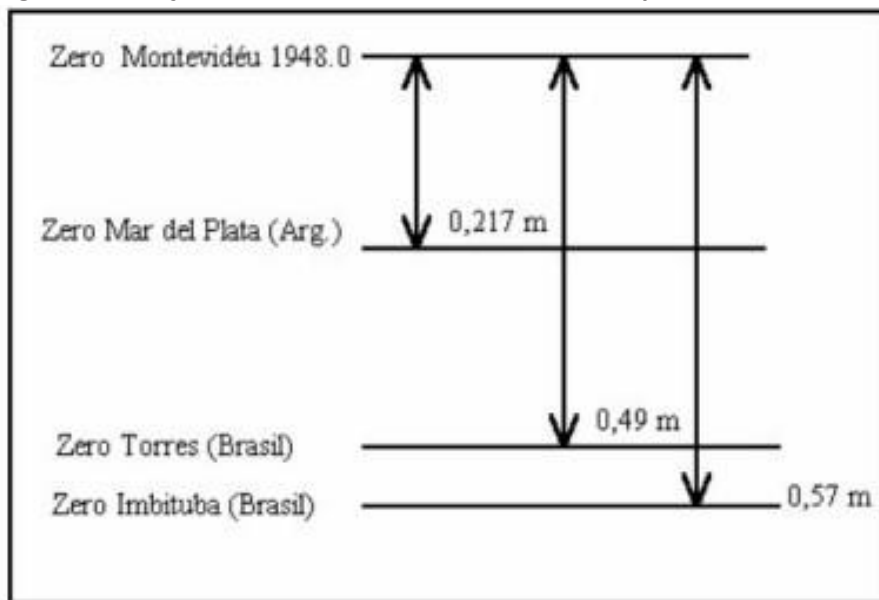
não se pode comparar os dados. A referência de nível (RN) oficial brasileira, determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o marégrafo de Imbituba (SC), entretanto, a maioria dos registros disponibilizados do Rio Grande do Sul tem referência no marégrafo de Torres (RS). Conforme o Projeto SIRGAS/UY (Figura 2) a diferença entre as RN do Brasil e do Uruguai é de 58 cm, e a diferença entre os marégrafos de Torres e Imbituba é de 8 cm. Da mesma forma que executado com os dados brasileiros, os dados de nível da localidade de Lago Merin, no Uruguai, foram corrigidos para a mesma referência de nível. Com a informação sobre a RN de cada ponto de coleta de dados foi possível montar uma planilha eletrônica visando à correção dos valores registrados e à uniformização das referências para o marégrafo de Imbituba.

Figura 1 – Locais monitorados durante a enchente de 2024



Fonte: Google Earth

Figura 2 - Relação entre as altitudes das RN do SGB e países do rio da Prata



Fonte: Projeto SIRGAS/UY

A busca por fontes de dados para compor as informações teve pesquisa junto ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH da Agência Nacional de Água – ANA. Na Rede Hidrometeorológica Nacional foram localizadas 14 estações de interesse, entretanto metade delas não apresentava registro de dados de nível, ou apresentavam dados de forma descontínua, indicando a precariedade operacional das mesmas. Foi verificado que muitas estações da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA/RS não tinham registros de nível nos dados disponibilizados, bem como os registros apresentavam período limitado e os dados atuais não estavam disponíveis. O sítio eletrônico da SEMA apresentava o monitoramento do nível no lago Guaíba e de outros recursos hídricos envolvidos no evento da cheia de 2024, mas na região sul apresentava dados apenas do balneário do Laranjal, em Pelotas.

Foram contatados pesquisadores de áreas de conhecimento afins para busca de registros hidrometeorológicos na região. A Agência da Lagoa Mirim – ALM/UFPel aportou informações sobre o entorno de Pelotas e o Instituto de Geociências da UFRGS, subsidiou com informações sobre Porto Alegre e Rio Grande, ambas com leituras de nível em tempo real. Outras fontes de dados disponíveis localizadas na área foco do trabalho foram o Serviço Geológico Brasileiro – SGB (CPRM), Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul e *Prefectura del Puerto* de Rio Branco, no Uruguai.

Além da diversidade de RN existente, é importante frisar que os sistemas de registros atuais possuem certo nível de instabilidade, seja no tocante às réguas físicas instaladas nos pontos de monitoramento, seja nos sistemas de coleta e disponibilização dos dados. Isso foi observado durante o acompanhamento da enchente de 2024, tendo locais como Arambaré e balneário do Laranjal, em Pelotas, onde as réguas físicas (SGB-ANA) foram removidas pela força das águas; ou na interrupção da disponibilização virtual das leituras de nível, nos municípios de Arambaré e São Lourenço do Sul (SGB-ANA).

Após a definição das fontes, contato com responsáveis e testes de acesso, foi realizado o monitoramento dos níveis durante o período mais crítico da enchente na região sul, de 07/05 a 17/06/24, sistematizadas informações e repassadas aos demandantes e interessados.

2 ESTRUTURAS EXISTENTES, SEGURANÇA E RISCOS ASSOCIADOS

Na região Sul existem obras estruturais construídas a partir de demandas de diferentes épocas e que foram objeto de questionamentos quanto a suas implicações sobre a segurança das populações e os riscos inerentes. As estruturas são: a barragem e eclusa do canal São Gonçalo, o sistema contra cheias de Pelotas e os molhes da barra do Rio Grande.

A barragem e eclusa do canal São Gonçalo teve início de operação em 1977, com o único objetivo de evitar a salinização (intrusão salina) das águas do sistema Mirim, para garantir captação de água doce para os sistemas de irrigação agrícola e para o abastecimento público do município do Rio Grande. A estrutura funciona como uma válvula que está sempre aberta para o fluxo no sentido Mirim-Patos (montante - jusante) e fecha quando o fluxo tende a inverter, portanto, não há o represamento da água a montante. Nos momentos de cheia extrema, como o de maio de 2024, o fluxo hídrico extravasa ocupando os vastos banhados laterais.

O relevo plano da região confere características lânticas às águas fluentes no sistema lagoa-canal, conferindo elevação e descenso de níveis de forma lenta e gradual. Esta característica permitiu que as populações potencialmente atingidas pela enchente tivessem tempo de mobilização e evacuação de áreas de risco. Diferente de ambientes com características lóaticas, onde a alteração de cotas de inundação ocorre de forma repentina, como na região metropolitana de POA. Entretanto, a confluência de águas de norte e sul em Pelotas proporciona complexidade em grandes vazões, com eventuais inundações das áreas baixas associadas aos cursos hídricos.

Distante 4,5 km à jusante da barragem do canal São Gonçalo está localizado o início do dique que compõe o sistema contra cheias da cidade de Pelotas junto ao canal São Gonçalo, com 7 km de extensão. O sistema é composto por dique construído em terra e casas de bombas, e foi instalado na década de 50 após a grande cheia de 1941. Não foi encontrada informação sobre execução de obras de manutenção ou recomposição desde sua instalação, que atualmente encontra-se em condições precárias de operação. Recentemente houve a execução de asfaltamento desse dique, entretanto não foi observada a regularização da cota da crista do dique (ou coroa), que originalmente teria 4,5 metros acima do NMM (SILVA, 2007), resultando no desnivelamento da estrutura.

No final da década de 60 foram construídos a barragem e o dique do arroio Santa Bárbara, visando a proteção da área urbana contra as cheias desse arroio. Na década de 80, próximo à foz do canal São Gonçalo, foi realizado um parcelamento do solo (loteamento Pontal da Barra) que ocupou áreas alagáveis e banhados, o novo uso demandou a proteção contra cheias, através da instalação de dique de pequenas dimensões e uma casa de bombas provisória e eventual. Esse dique foi construído de forma incompleta e sem as devidas estruturas que garantam sua operacionalidade e eficácia.

Os molhes da barra do Rio Grande foram construídos a partir de 1908 e ampliados em sua extensão em 2010 (Consórcio CBPO/PedraSul/Carioca/Ivaí, 2010), entretanto a obra resultou na diminuição da seção de escoamento do sistema. A largura da seção era de 712 m até 2008 e foi reduzida para 564 m após 2010, representando 20% de redução. O impacto da diminuição da seção de escoamento no evento extremo de 2024 demanda conhecimento complexo que deve ser debatido amplamente, especialmente com a participação dos especialistas que estudaram e acompanharam o planejamento e a execução da referida obra.

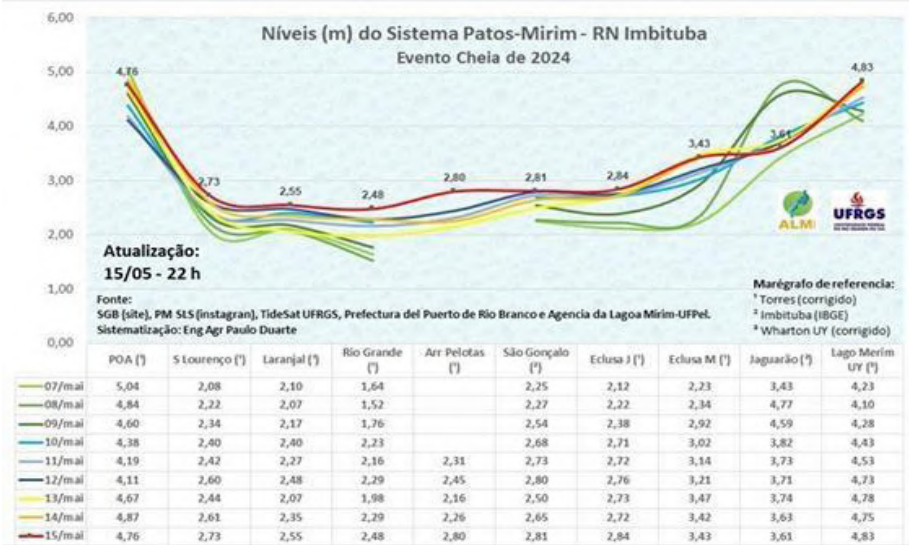
O conhecimento dessas estruturas é fundamental para que se compreenda a importância da manutenção e conservação, pois com o tempo tendem a parecer sem função ou mesmo ultrapassadas, como vinha ocorrendo com o muro (dique) da Mauá, em Porto Alegre.

3 ANÁLISE DO PERÍODO COMPLETO – MONITORAMENTO

Após a identificação das fontes de dados, procedeu-se a coleta sistemática, correções de altimetrias, organização e repasse de informação. A comunicação de informações foi feita diariamente, atendendo à demanda de subsidiar a sala de situação regional. O acompanhamento *online* foi pos-

sível em função da maioria das estações de monitoramento possibilitarem acesso remoto aos registros para construir uma visão sinótica do evento hidrológico, desde os extremos (Guaíba e Mirim), até o exutório (Rio Grande) no centro, conforme a figura 3. Este formato das informações permitiu acompanhar as cargas hidráulicas de cada flanco da confluência hidrográfica Patos-Mirim, ao passo que o histórico de cada estação de coleta de dados, permitiu observar os picos de cheia e vazante. No transcorrer do evento foi necessário desagregar os dados, para que não ficasse complexo o entendimento da informação. Cada gráfico agrupou uma semana de informações de níveis hidrológicos em 10 localidades entre Porto Alegre e Lago Merim.

Figura 3 – Níveis do sistema Patos-Mirim até a barra do Rio Grande



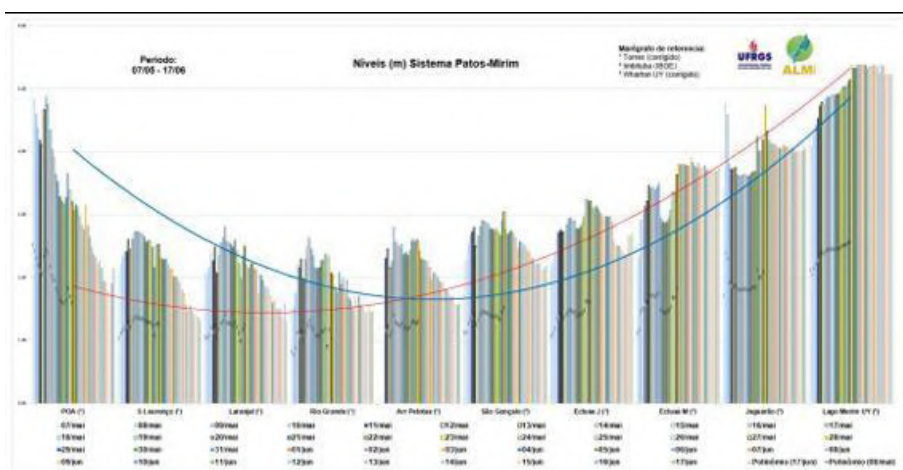
Fonte: elaborado pelos autores.

Ao final do período crítico foi realizada a análise do conjunto de registros (42 dias) para melhor compreensão sobre a dinâmica hídrica (Figura 4). As linhas de tendência dão uma noção sobre a influência de cada sistema nas cotas na confluência de ambos: a linha azul representa a tendência nos primeiros dias do período crítico (enchente no Guaíba), sendo esta a forçante mais importante naquele momento. A linha vermelha representa a tendência nos últimos dias críticos, a qual indica que as cotas no sistema Mirim estavam próximas dos valores máximos. O conjunto de dados deixou patente a importância do monitoramento em ambos sistemas. Embora os sistemas lacustres apresentem um comportamento menos intenso do que os sistemas fluviais, a informação sobre a permanência das descargas

hídricas foi importante na projeção das ações de evacuação, bem como no momento do retorno dos moradores.

A variável eólica é um fator importante nos momentos mais críticos, uma vez que as extensões de lâminas de água são de alta monta e possibilitam consideráveis empilhamentos da água nas extremidades. O dia mais crítico em Pelotas (27/05 – cota 3,03 m) contava com 3,20 m em Porto Alegre, enquanto Lago Merin registrava 5,14 m, mantendo a forte carga hidráulica do sul.

Figura 4 – Níveis do sistema Patos-Mirim até a barra do Rio Grande ao longo do período



Fonte: elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede de comunicação atingiu agentes de vários locais e funções, que utilizaram os dados compilados e divulgados para auxiliar suas ações. Mesmo de forma precária e emergencial foi possível coletar dados e apresentar informações consistentes para subsidiar o sistema de resposta à catástrofe, representado por: sala de situação da Defesa Civil, IFSul, EMATER, prefeituras, câmaras de vereadores, Agência da Lagoa Mirim/UFPel, associações de moradores (Brasil e Uruguai), comitê de bacia, IPH/UFRGS, produtores rurais, pescadores artesanais, clube náutico, entre outros.

A existência de sistemas de monitoramento permitiu a integração de dados sem custo adicional, mostrando a importância das ações das instituições colaboradoras. Ficou clara a necessidade urgente de manutenção e reconfiguração dos sistemas contra cheias existentes.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DA LAGOA MIRIM/UFPel. COLARES, Gilberto Loguercio. *Centro de Desenvolvimento Tecnológico*. <gilbertocollares@gmail.com>.
- CONSÓRCIO CBPO/PEDRASUL/CARIOCA/IVAÍ. *Cartas de qualquer quando: molhes da barra do Rio Grande: memórias de um lugar*. Rio Grande, 2010.
- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS UFRGS/PORTOS RS. SILVA, Tatiana da Silva. *Departamento de Geodésia*<tatiana.silva@ufrgs.br>.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL. Disponível em:<https://www.instagram.com/prefs/ls/>.
- PREFECTURA DEL PUERTO DE RIO BRANCO. *Régua da Obras Sanitárias del Estado – OSE, instalada no balneário Lago Merín, Cerro Largo, leituras observadas por Rafael Carnales Becerra*. Disponível em:<http://www.ose.com.uy/agua/upa-instaladas>.
- PROYECTO SIRGAS – UY. Grupo de Trabajo III. MRGMVD2004_cero_nivUR. Disponível em:https://intgis.montevideo.gub.uy/sit/data/otros_doc_y_proy/MRGMVD2004_cero_nivUR.pdf.
- SERVIÇO GEOLÓGICO BRASILEIRO – SGB. *Sistema de Alerta de Eventos Críticos – SACE*. Disponível em:https://www.sgb.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php.
- SILVA, C. S. Uso de geotecnologias para mapeamento de áreas inundáveis em zonas urbanas: estudo de caso da zona urbana de Pelotas/RS. *Paisagem Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 24, p. 319–326, 2007.

SAÚDE, SANEAMENTO E AMBIENTE: VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE NO EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO DE MAIO DE 2024

CRISE CLIMÁTICA GLOBAL E O IMPACTO À REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE EM PORTO ALEGRE – RS

Alex Elias Lamas¹

Marcelo Coelho da Silva²

Gabriela Cunha³

Ariane Marques⁴

Roxana Pinto Nishimura⁵

O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) aborda aspectos de vulnerabilidade no nível local e global, bem como a necessidade urgente de adaptação. Para o documento, a crise climática induzida pela atividade humana se manifesta em *“eventos extremos mais frequentes e intensos, causando impactos adversos, perdas e danos para a natureza e para as pessoas”* que se situam além da variabilidade climática natural. Apesar da ampla distribuição destes eventos, é observável que as pessoas e os sistemas são afetados de forma desproporcional entre diferentes setores e regiões. Nas palavras de António Guterres, Secretário Geral da ONU, *“os desastres climáticos estão a acumular-se – prejudicando mais aqueles que menos contribuíram para a crise. Vemos economias destruídas, vidas ceifadas, meios de subsistência perdidos e desenvolvimento negado”* (ONU, 2024).

Para os eventos extremos que o estado do Rio Grande do Sul viveu na última década, especialmente aquele de maio de 2024, esta descrição não poderia ser mais fiel. As desigualdades socioambientais prementes potencializam os efeitos dos eventos climáticos, ampliando a iniquidade de acesso aos serviços públicos de saúde e saneamento. As crises sobrepostas (de redução da biodiversidade dos ecossistemas, da poluição do solo, água e atmosfera, bem como o aumento médio da temperatura pelos gases de efeito estufa) impactam sobremaneira indivíduos e comunidades historicamente vulnerabilizadas, bem como o próprio Sistema de Saúde.

O aumento dos níveis dos afluentes da bacia hidrográfica do Lago Guaíba atingiu marcas históricas em amplas áreas do interior do estado.

1 Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

2 Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

3 Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres.

4 Escola de Saúde Pública - SES RS.

5 Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Na região metropolitana a cota de 3 metros de inundação do Cais Mauá é atingida em 2 de maio. No dia 6, a enchente se eleva a 5,3 metros e torna inviável a captação de água bruta e o funcionamento de cinco, dentre seis, estações de tratamento de água potável. O impacto direto à infraestrutura urbana não encontra precedentes na história da cidade.

Em termos de atenção à saúde, o evento afetou a locomoção de servidores, a ocupação da rede de serviços hospitalares de alta complexidade, o acesso à assistência farmacêutica e aos serviços de hemodiálise. Dada a amplitude do evento, é difícil a quantificação de seus impactos em termos de morbi-mortalidade e em termos econômicos. Dados preliminares da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre indicam que, na capital dos gaúchos, das 134 unidades de atendimento, 26 foram tomadas pelas enchentes e cerca de 10% da força de trabalho foi atingida. Além disso, foram perdidos mais de R\$ 11 milhões em medicamentos e materiais em estoque no município. Cerca de 176 abrigos foram organizados pela sociedade civil ou pelo poder público para abrigar mais de 13.500 pessoas (PMPA, 2024).

Foto 1: Unidade de Saúde Mário Quintana atingida diretamente, Porto Alegre - RS.



Fonte: Equipe Vigiagua/ DVS-SMS (2024).

1 IMPACTOS E RESPOSTA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE PORTO ALEGRE

No dia 3 de maio de 2024, a Vigilância em Saúde realizou a primeira visita a um abrigo aberto em decorrência do desastre, para comunidade indígena Guarani do bairro Lami. E, a partir de então, com foco na redução de danos à saúde, montou-se um roteiro para agentes da vigilância em saúde atuarem em abrigos em situação de desastre. Experiência que marca e documenta novas formas de atuação do setor saúde nas respostas frente a desastres.

No dia 04, com os avanços das águas nas ruas do bairro Menino Deus, o prédio-sede da Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS) foi evacuado. O monitoramento de alertas meteorológicos de continuidade de chuvas intensas, do aumento dos níveis dos rios e o mapeamento elaborado com informações da rede de saúde municipal sobreposta a projeção das áreas de inundação em caso do nível do Guaíba chegar aos 6 metros (elaborado por pesquisadores voluntários do IPH-UFRGS), permitiu que fosse tomada a decisão oportuna de retirada de insumos imunobiológicos para local seguro preventivamente. Entretanto, o Núcleo de Imunizações foi inundado, comprometendo a rede de frios do município, pois não houve tempo hábil para retirada dos equipamentos de refrigeração.

Os serviços de atendimento externo presenciais foram temporariamente cancelados e suspensas a distribuição de vacinas para as Unidades de Saúde. Alguns trabalhadores foram demandados para apoio em pontos de resgate e abrigos. Os serviços indispensáveis foram realocados para uma sala do prédio administrativo do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS), incluindo as ações da Sala de Situação da Vigilância, criada para enfrentamento da emergência. A verificação *in loco* de abrigos em áreas de risco de inundação e de rumores de riscos e agravos em saúde começou a ser realizada por equipes definidas conforme competências, buscando a multiprofissionalidade na atuação.

No dia 08, em visita a um ponto de recolhimento e distribuição de doações, numa comunidade quilombola, lindeira a mancha de inundação verificada no mapa, a situação encontrada foi de porcos, cavalos e cachorros isolados à beira de um arroio canalizado, nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho. O relato que recebíamos de moradores era que animais famintos atacavam uns aos outros como ato desesperado de sobrevivência. Cenas como essa assustaram, escancarando nossos limites e impotências.

Foto 2: Animais ilhados no bairro Sarandi, Porto Alegre - RS.



Fonte: Equipe Vigidesastres-Capital/ DVS-SMS (2024).

No auge da crise, servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre foram designados a registrar o impacto na rede de atenção à saúde, uma vez que o acesso seguia inviabilizado sobremaneira pelas vias públicas até as comunidades mais periféricas. A Vigilância Ambiental em Saúde do município, que participou dos momentos de monitoramento, preparação, resposta e mitigação, participou da iniciativa de registro dos efeitos sobre o sistema de saúde a partir dos programas Vigiagua (Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano) e Vigidesastres (Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres).

Em 15 de maio, foram registradas fotos que compõem agora a memória de um dos momentos mais desafiadores para os munícipes desde os primórdios do Porto dos Casais. Dentre os diversos registros, destaca-se o marco de 252 anos de fundação da Cidade de Porto Alegre sobre as águas que sobrepujaram as estruturas de contenção e o Muro da Mauá.

Foto 3: Cais Mauá, Porto Alegre - RS.



Fonte: Equipe Vigiagua/ DVS-SMS (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência e a aceleração destes eventos passam a determinar a organização e planejamento do Sistema Único de Saúde no Brasil enquanto desafio intergeracional. Para o Ministério da Saúde (2024):

A existência e a permanência da espécie humana no planeta Terra dependerão da capacidade das gerações atuais de modificar seu modo de vida, de produção e de consumo. Dependerá também da nossa capacidade de nos adaptarmos a novas condições climáticas e ambientais desfavoráveis (MS, 2024).

É esperado que os serviços de saúde sejam testados em sua capacidade de compreender este fenômeno como “uma das principais ameaças à saúde das pessoas nas próximas décadas”. A vigilância em saúde deve ampliar seu olhar aos fatores condicionantes relativos à variável ambiental e climática, é o que aponta o documento Mudanças Climáticas para Profissionais de Saúde (MS, 2024) quando assevera:

No caso do Brasil, já observamos a pressão no Sistema Único

co de Saúde no que se refere a doenças e agravos ligados a eventos climáticos extremos, à necessidade de estabelecer linhas de cuidado com atenção integral à saúde das pessoas vulneráveis ao clima, à necessidade de fortalecer os mecanismos de vigilância, entre outras situações (MS, 2024).

Em síntese, cabe aos estados nacionais e às sociedades de todo globo compreender estes desafios históricos. O evento de maio de 2024 no Rio Grande do Sul é marco a ser *perenizado* para as futuras gerações. Este breve relato pretende ser um testemunho para *urbi et orbi* (em uma reapropriação da expressão latina) deste momento de transformação e adaptação pelo qual iniciamos a passagem.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres*, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/vigidesastres>>. Acesso em: 23/12/2024
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Mudanças Climáticas para Profissionais da Saúde Guia de Bolso*, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/guia-mudancas-climaticas-para-profissionais-da-saude.pdf>>. Acesso em: 23/12/2024
- CREMERS, MORSCH, Jennifer. Notícia. *Secretário Fernando Ritter apresenta ao Cremers balanço do serviço de saúde pós-enchentes e debate pautas da Medicina*. Segunda-feira, 08 julho 2024. Disponível em: <<https://cremers.org.br/secretario-fernando-ritter-apresenta-ao-cremers-balanco-do-servico-de-saude-pos-enchentes-e-debate-pautas-da-medicina/>>. Acesso em: 30/12/2024
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde. *Capital vence prêmio de boas práticas da Anvisa*, 2024 Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/sms/noticias/capital-vence-premio-de-boas-praticas-da-anvisa>>. Acesso em: 23/12/2024
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. *Impactos das cheias de maio de 2024 em Porto Alegre*, 2024. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/02do1e-5f3a2b423893a2b2560fa8ecce>
- ONU. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC. *Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*, 2022. Dis-

ponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>>. Acesso em:

ONU. *Comentários do Secretário-Geral no Diálogo de Alto Nível sobre Perdas e Danos [conforme proferido]*, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-11-12/secretary-generals-remarks-high-level-dialogue-loss-and-damage-delivered?_gl=1%2A7tk-twK%2A_ga%2AMTIyMjI1MzEwNS4xNzMONTI3NTc4%2A_ga_TK9B-QL5X7Z%2AMTczNDUyNzU3Ny4xLjEuMTczNDUyODMyMy4wLjAuMA..%2A_ga_S5EKZKSB78%2AMTczNDUyNzU3Ny4xLjEuMTczNDUyODMyMy42MC4wLjA>. Acesso em: 03 de jan. 2025.

UNICEF. *Water, sanitation and hygiene (WASH) in emergencies*, 2024. Disponível em: <<https://www.unicef.org/wash/emergencies>>. Acesso em: 30/12/2024.

SALVANDO HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: ACERVOS E ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Luciana da Costa de Oliveira¹

Era final de abril. Na escola em que leciono, me despedi dos alunos avisando que o trabalho sobre os monumentos de Porto Alegre deveria ser entregue na semana seguinte. A pesquisa deveria estar finalizada porque, em duas semanas, visitaríamos espaços referenciais para a memória do Estado, como o Museu de História Júlio de Castilhos, a Praça da Matriz e o Palácio Piratini, tema de algumas das pesquisas em andamento em sala de aula. Para muitos desses alunos, senão a maioria, visitar parte do Centro Histórico de Porto Alegre seria uma grande aventura, pois desbravariam pela primeira vez parte da história de uma cidade que, ao mesmo tempo que era deles, era ainda uma completa desconhecida.

Chegou o final de semana. E junto dele, um temporal de grandes proporções. No domingo de noite recebemos aviso da direção que na segunda não haveria aula, pois a escola estava sem luz e muitas árvores bloqueavam a rua. No transcurso da semana, além da chuva intermitente, decreto do governador suspendendo as aulas por tempo indeterminado. As notícias que se espalhavam pela mídia e redes sociais davam a dimensão da catástrofe que estávamos vivendo: rios cada vez mais cheios, deslizamento de terra, enxurradas, estradas bloqueadas, enfim, um caos generalizado.

Nos dias que seguiram, Porto Alegre e região metropolitana começaram a inundar. O Centro Histórico, aquele que, poucas semanas atrás eu falava para meus alunos, estava submerso. E foi nesse contexto que começamos a ver as cenas mais tristes da enchente: pessoas sendo resgatadas de barco, casas debaixo d'água, animais buscando abrigo onde era possível. Na contramão disso tudo, inúmeros grupos de voluntários se mobilizando em uma grande força-tarefa para ajudar e acalantar aqueles que haviam perdido lar, família e esperança.

No meio de toda essa tragédia, outra catástrofe se delineava: espaços de memória, de Porto Alegre e interior do Estado, eram tragados pela água. Tal qual a Dança da Morte medieval, que no contexto da Peste Negra arrasou parte da população europeia sem distinguir estamento, idade ou gênero, as águas da inundação assim faziam com os museus, arquivos e memoriais que invadiam. Documentos em papel, objetos dos mais variados tipos e materiais, livros, fotografias e pinturas eram levados pelas águas. Os que não foram levados, estavam, aos poucos, submergindo nas águas da

1 Diretora Administrativa do Instituto Histórico e Geográfico do RS.

enchente. O cenário trágico alertava, tristemente, que parte dos registros da história estavam em vias de se perder.

Passados alguns dias, quando a chuva deu uma trégua e as águas começaram a baixar, a destruição dos acervos pôde, então, ser previamente mensurada. Foi justamente nesse momento que uma nova questão se apresentou: como salvar materiais de acervos que foram molhados não apenas com água, mas com barro e diversos tipos de dejetos? A partir disso, então, diversas frentes foram organizadas e, cada instituição a partir de suas especificidades e acervos, passou a trabalhar no salvamento e restauração de seus documentos.

É importante sinalizar que muitos espaços de memória e de custódia de documentos não possuíam equipe especializada para empreender o trabalho posterior ao de salvamento. Vimos, porém, que as articulações entre a Secretaria da Cultura do Estado e do Sistema Estadual de Museus, foram fundamentais no auxílio a espaços que foram fortemente atingidos pelas águas. Além disso, instituições como o Arquivo Nacional orientaram, através de *lives* e cartilhas, como proceder junto aos acervos danificados. Outros órgãos e instituições, nacionais e internacionais, igualmente prestaram socorro aos acervos do Estado, o que colaborou enormemente para que as perdas não fossem maiores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, instituição centenária que se dedica, desde sempre, à pesquisa e à produção de conhecimento, não ficou insensível à catástrofe. Por mais que não tenha sido diretamente afetado pela água, pelo fato de estar localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, o prédio permaneceu por longo tempo sem água e luz em suas dependências. Sendo solidário a todos que sofreram avarias em seus acervos, a equipe do IHGRGS, em conjunto com o Grupo de Trabalho Acervos: História, Memória e Patrimônio, vinculado à Associação Nacional de História (ANPUH) Sessão Rio Grande do Sul, e com o Núcleo de Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), organizou um evento que tinha por objetivo de oferecer subsídios para salvamentos emergenciais de acervos atingidos pela enchente.

O Curso de Formação *Salvando histórias e memórias: recuperando acervos da enchente*, ocorreu entre os dias 02 a 05 de julho de 2024, na modalidade *online*, com transmissão via canal do YouTube do IHGRGS. Contando com a participação de diversos profissionais de distintas áreas de atuação, o evento mostrou-se relevante nesse contexto pois, ao serem encerradas as inscrições, foram contabilizados 372 interessados. O número de participantes foi surpreendente; isso nos fez entender, enquanto instituições e grupo de trabalho que lida e atua na preservação e divulgação de acervos,

o quão necessário era a fala de profissionais que, ao mesmo tempo em que orientavam trabalhos, igualmente se solidarizavam e compartilhavam suas experiências durante a enchente.

A primeira ação desse curso de formação foi a divulgação, pelo mesmo canal de comunicação, de um vídeo explicativo intitulado *Procedimentos de emergência para acervos atingidos por água*, ministrado pela conservadora-restauradora Simone Steigleder. Neste, foram abordadas algumas técnicas que puderam ser utilizadas quando do manuseio inicial dos acervos molhados. A ideia não era apresentar técnicas avançadas de restauração, mas sim procedimentos corretos para que as perdas não fossem maiores.

Lançado esse primeiro vídeo, passamos ao curso de instrumentalização. Na abertura, além das palavras solidárias do presidente do IHGRGS, Miguel Frederico do Espírito Santo, tivemos a oportunidade de ouvir Beatriz Haspo, intelectual de vasto currículo e que atualmente leciona na Universidade de Maryland, onde é responsável pelo curso de mestrado em Preservação de Bibliotecas e Arquivos. Nessa ocasião, a professora Beatriz Haspo representou a APOYOnline – Associação para Preservação do Patrimônio Américas, onde é diretora executiva. Importante mencionar que a APOYOnline auxiliou de maneira incansável o Rio Grande do Sul nesse momento, prestando assessoria nos mais diversos casos que se apresentaram.

A fala de Beatriz Haspo foi fundamental para iniciarmos o curso, uma vez que trouxe toda sua *expertise* no tema. Os exemplos apresentados, vivenciados ou estudados por ela, foram percebidos como possibilidades no salvamento dos inúmeros acervos danificados. Além disso, medidas preventivas também foram apontadas, sendo esse o tema do grande debate que se seguiu à fala. Nessa mesma noite, apontando questões de ordem prática, Simone Steigleder ministrou a oficina *Salvamento na prática: instrumentalização para resgate de acervos*. Da mesma forma que no vídeo lançado anteriormente, a fala de Simone oportunizou um debate onde, ao mesmo tempo em que questões de salvamento eram colocadas, e medidas emergenciais e específicas, solicitadas pelos mais diversos profissionais que estavam atuando em acervos do Estado.

Após pensarmos nas questões de salvamento emergencial, a segunda noite de trabalho se dedicou aos relatos de experiência, onde cada convidado pôde falar sobre suas vivências no salvamento dos acervos. Nesse módulo, intitulado *Salvando histórias e memórias do Rio Grande do Sul*, ouvimos a experiência de Débora Flores, arquivista da Universidade Federal de Santa Maria, no trabalho junto ao acervo da universidade, um dos primeiros dos quais tivemos a notícias de que havia sido alagado. Na sequência, tivemos a oportunidade de escutar a fala sensível de Doris Couto, diretora do Museu

de História Júlio de Castilhos e coordenadora Sistema Estadual de Museus do RS. Na ocasião, ela compartilhou com os participantes o trabalho que prestou em diversos museus de Porto Alegre e interior, mostrando em números e exemplos a situação em que se encontravam, bem como as medidas adotadas até então.

Na mesma noite, ouvimos o arquiteto Jorge Stocker. Ao trabalhar com uma questão pouco problematizada, Stocker trouxe a situação dos prédios históricos no contexto da enchente. Além disso, pontuou a importância da conservação e restauração de bens edificados e a relevância dos materiais utilizados nesses trabalhos. Para finalizar a noite, Angelita Peixoto, conservadora-restauradora e membro titular do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio do RS, apresentou sua experiência no trabalho junto à biblioteca do Tribunal de Contas do RS. Ao ter seu acervo completamente inundado, a profissional mostrou a minúcia de seu trabalho no salvamento de livros e documentos em papel.

Apresentados os primeiros relatos de experiência, dedicamos o terceiro dia de evento aos conservadores-restauradores, profissionais fundamentais no momento que se seguiu à enchente. Na mesa *Conservação e restauração: processos e possibilidades de salvamento*, tivemos a oportunidade de ouvir Andréa Bachettini, professora do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas que, muito além de apresentar os procedimentos de salvamento, nos levou a refletir sobre a destruição do patrimônio e sua recuperação através do trabalho dos conservadores-restauradores.

Seguindo a mesma linha, Ísis Fófano, à época coordenadora do Plano de Recuperação do Estado, fez uma fala importantíssima sobre as condições do acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) bem como do trabalho de conservação e restauração que estava sendo realizado no acervo visual do espaço. Finalizando a noite, ouvimos a experiência de Ângela Flach, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS) – Campus Porto Alegre, que atuou no salvamento do acervo documental e bibliográfico da instituição.

Finalizada a parte expositiva e de compartilhamento de experiências, a última noite do evento se dedicou a ouvir os historiadores e profissionais da área de prevenção de riscos. Assim, a mesa *Prevenção de riscos: reflexões e perspectivas para o futuro* objetivou a confluência de experiências dos profissionais que lidam diretamente com os acervos e fazem deles seu espaço de trabalho e estudo. Alexandre Veiga, doutor em História e Arquivista, atentou sobre a importância da digitalização de acervos. Pensando na sobrevida dos suportes, Veiga apresentou diversas plataformas que supor-

tam diferentes tipologias de documentos. Em sequência, Marcelo Vianna e Cristiano Enrique de Brum, ambos doutores em História, além de frisar a relevância da digitalização, apresentaram as ações levadas a cabo pela COMINTER – Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos a Descarte do Tribunal de Justiça do RS. Na explanação se pôde refletir sobre as possibilidades de preservação de acervos bem como suas políticas de descarte.

Angela Beatriz Pomatti, mestre em História e museóloga, e que trabalha junto ao acervo do Museu de História da Medicina (MUHM), fez uma importante fala sobre gestão de acervos e programas de segurança para museus. E, finalizando a noite e o curso, tivemos a oportunidade de ouvir a mestre em Engenharia Civil, área de Sustentabilidade e Gestão de Riscos, Anaclaudia Silva. Sua experiência na gestão de riscos nos fez pensar nos processos preventivos, fundamentais para que, na ocorrência de tragédias, os danos não sejam catastróficos.

Durante a organização do curso, uma atividade que não queríamos deixar de fora foi a visita a espaços que tiveram seus acervos atingidos. Como não era viável realizar a visita presencial, pois muitos dos participantes não eram de Porto Alegre, optamos por gravar três *cases* em lugares que já estavam trabalhando na recuperação de sua documentação. O trabalho foi realizado por alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS (IFRS) – Campus Alvorada, e coordenado por Marcelo Vianna.

O primeiro *case* foi produzido na Sociedade Polônia. Instituição localizada no Quarto Distrito de Porto Alegre, teve grande parte de sua documentação institucional alagada. Em uma parceria com o grupo Sepia (UFRGS) e coordenados por Vanessa Barrozo Teixeira Aquino, doutora em Educação e professora do curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, alunos da universidade atuaram diretamente no salvamento do material da instituição. O mesmo ocorreu no segundo *case*, realizado na Fundação Pão do Pobres. Localizada no bairro Cidade Baixa, um dos mais atingidos pela enchente, a fundação viu sua parte histórica e administrativa embaixo d'água. Em uma ação conjunta de voluntários de diversas universidades e formações, especialmente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os arquitetos Lucas Volpato e Jeniffer Cuty, a museóloga Bárbara Hoch e a conservadora-restauradora Diana Bulcão, conjuntamente com alunos e voluntários, levaram a cabo a tarefa de recuperar o acervo que estava em vias de ser perdido.

O terceiro e último *case* foi feito no setor de arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre. Este, que fica no Centro Histórico de Porto Alegre,

viu seu acervo administrativo ser completamente alagado com a rápida subida da água. Os esforços dos servidores foram de grande importância para que muitos dos documentos lá salvaguardados não fossem completamente perdidos.

Muito embora o curso tenha finalizado após esses quatro dias, o processo de salvamento dos acervos estava apenas começando. No decorrer do ano de 2024 muita coisa foi feita. E certamente seguirá sendo feita ao longo de 2025 e 2026. No transcurso do tempo, serão necessários alguns anos ainda para consertar o que as águas, o barro e os esgotos levaram horas para destruir.

As cicatrizes dessa enchente, muito além de estarem apenas nas paredes das casas, prédios e muros da cidade, se faz presente nos inúmeros documentos que foram salvos dessa tragédia. Agora, além de sobreviventes de um período de negacionismos, são portadores de uma nova camada de história.

EFEITOS E PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO APÓS A ENCHENTE DE MAIO DE 2024

Rodrigo Luis dos Santos¹

Na noite do dia 4 de maio de 2024, mas principalmente na madrugada e manhã do dia 5 de maio, a região central de São Leopoldo foi atingida pela enchente proveniente do avanço das águas do Rio dos Sinos. Em decorrência, a sede do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, localizada na Avenida Dom João Becker, número 491, também teve seu Andar Térreo inundado. Por trata-se de um avanço rápido e até mesmo inimaginável – tendo em vista a existência de duas Casas de Bombas próximas ao Museu, uma no Ginásio Municipal Celso Morbach e a outra junto da Estação Rodoviária Germano Hauschild –, não houve tempo hábil para se tentar remover objetos do Acervo para o 2º Andar da Instituição. Na noite daquele sábado, 4 de maio, as duas Casas de Bombas deixaram de funcionar, uma por falta de energia elétrica e outra por conta do rompimento parcial de um muro, que forçou o desligamento dos equipamentos. Com isso, em poucas horas, as águas invadiram a região central da cidade por meio das redes de esgoto e pluvial, assim como pelo avanço pelas áreas laterais, com a enchente avançando de bairros próximos onde a inundação já era presente desde o dia 2 de maio, aproximadamente.

No domingo, 5 de maio, o volume de água na região central de São Leopoldo atingiu em torno de 2m70. O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, do ponto de vista de sua localiza  o, possui um fator agravante: fica bastante próximo ao Rio dos Sinos. Em decorrência da constru  o estar em torno de 1 metro acima do nível da rua, se estima – a partir de marcas deixadas na parede do prédio – que as águas chegaram ao patamar de 1m70 na parte interna do Museu. Internamente, a enchente invadiu o Museu já na madrugada daquele domingo, por volta de 2 horas da manhã, quando os vidros da porta principal foram quebrados pela força das   guas.

No Andar Térreo está localizado o principal conjunto expográfico, que é composto por objetos diversos, documentos, fotografias e livros, salvaguardados em sua grande maioria em vitrines e expositores. Outros objetos do Acervo, por suas características próprias e tamanho, ficam expostos

¹ Possui doutorado em História (2021) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), mestrado em História (2016) e gradua  o em Licenciatura Plena em História (2013) pela mesma institui  o. Historiador com registro profissional sob número 0000001/RS (2021). Atualmente    Professor Substituto da disciplina de História no Instituto Federal de Educa  o, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) - Campus São Borja.

em locais adequados sem estarem nos móveis anteriormente referidos. Em virtude da altura e volume da inundação, todos os expositores, vitrines, armários e demais móveis sofreram efeitos, assim como uma quantidade considerável dos objetos neles armazenados para exposição. Felizmente, todo o Acervo Documental e Fotográfico, assim como Hemeroteca e Biblioteca, estão no segundo Andar do prédio, o que evitou que os efeitos destrutivos fossem ainda mais catastróficos, tendo em vista a importância histórica e cultural destes conjuntos.

A imagem que segue registra como a parte externa da instituição e das adjacências estavam na tarde daquele domingo, para termos uma dimensão maior dos fatos narrados.

Imagem 1 – Enchente na área externa do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo no 5 de maio de 2024



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Antes de continuarmos relatando as consequências e o desenvolvimento do processo de recuperação do Museu, é importante trazer algumas informações sobre a trajetória e a responsabilidade que a instituição possui para São Leopoldo e a História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul.

A criação do Museu é fruto de desdobramentos históricos vindos de duas décadas antes. Entre 1937 e 1945, o Brasil viveu sobre a égide do Estado Novo, período ditatorial liderado pelo gaúcho Getúlio Vargas. Com a intenção de construir a identidade nacional brasileira, houve a perseguição e criminalização de elementos culturais de diversos grupos étnicos de origem imigrante, como alemães, japoneses, italianos, judeus, entre outros. Além

disso, o mundo experimentou a trágica Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), que ampliou as desconfianças, ações repressivas e a nacionalização forçada de imigrantes e descendentes. Estes dois acontecimentos históricos tiveram seu término em 1945.

Nos anos seguintes, especialmente a partir da década de 1950, ocorreu a tentativa de revalorização e reavivamento dos elementos identitários e culturais dos imigrantes alemães e seus descendentes. É neste cenário que iniciaram as tratativas para criação de um Museu na localidade berço da imigração alemã no Rio Grande do Sul, ou seja, São Leopoldo. E assim, em 20 de setembro de 1959, foi inaugurado o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, após algum tempo de mobilização entre lideranças comunitárias e diferentes instituições.

Na liderança dos trabalhos, estavam o professor Telmo Lauro Müller e o comerciante e pesquisador Germano Oscar Moehlecke, que, posteriormente, assumiriam a Direção e Presidência do Museu, exercendo estes cargos por longos anos. Além do objetivo de recuperação da Memória da Imigração Alemã, também existia – e existe – a busca por reunir, organizar e preservar o maior número possível de acervos que ajudem a contar essa História. Não apenas da Imigração em si, mas também de São Leopoldo – a cidade atual e o grande município de São Leopoldo, com seus antigos distritos, hoje cidades emancipadas – e do próprio Rio Grande do Sul.

A primeira sede foi em uma pequena sala cedida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei – origem da atual Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – em prédio histórico ainda existente no centro de São Leopoldo, próximo ao Rio dos Sinos. A segunda sede foi em um prédio nas esquinas da Rua Independência com Avenida Dom João Becker, onde antes funcionara o Clube Recreio Juvenil. Atualmente, no local está construído um prédio comercial e residencial. E, em 20 de julho de 1985, o Museu tem sua atual sede inaugurada. Os três locais por onde o Museu passou estão geograficamente próximos, inseridos no Centro Histórico leopoldense.

Retomando a narrativa sobre a enchente e seus desdobramentos, cabe destacar que na manhã de 7 de maio, uma equipe do Museu, com apoio de barcos voluntários, conseguiu acessar o prédio e realocar alguns objetos do acervo, especialmente documentos e livros, assim como outras peças tridimensionais, no 2º Andar. Nessa ocasião, o volume havia reduzido para em torno de 1m20, nível em que as águas permaneceram no prédio por mais cinco dias, aproximadamente.

Imagem 2 – Parte interna do Museu no dia 7 de maio de 2024



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Posteriormente, em 15 de maio, após o esvaziamento da inundação no local, uma Comissão Técnica, composta por membros da Diretoria e Funcionários da instituição, Voluntários e Especialistas, fez uma vistoria *in loco*, para análise da situação e planejamento das ações que seriam tomadas. De forma imediata, teve início a triagem e a separação dos objetos em três diferentes espaços: 1. Para limpeza – na Sala de Exposições Temporárias; 2. Para análise e posterior restauro – na Sala de Reuniões do 2º Andar; 3. Que não foram diretamente afetados pela enchente – na Reserva Técnica/Sala de Digitalização. Concomitantemente, teve início a limpeza e higienização do Andar Térreo, vitrines, expositores e móveis.

A partir dessa divisão, o trabalho seguinte foi o início do restauro de objetos do Acervo Documental, higienização do Acervo Tridimensional e análise pormenorizada dos objetos que venham a necessitar de restauro especializado externo. Concomitante, teve início uma fase de limpeza dos locais atingidos, sendo que os primeiros quatro dias foram destinados para retirar toda a lama que ali se encontrava, assim como a lavagem de vitrines e expositores.

Imagem 3 – Vitrines e objetos atingidos



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Imagem 4 – Vitrines e objetos atingidos e processo inicial de limpeza



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Muito foi danificado e algumas coisas se perderam. Um piano Schiedmayer, fabricado em Stuttgart, na Alemanha, em 1904, teve perda total. Outros objetos foram feridos, mas possíveis de restauro. Assim como alguns móveis que foram perdidos, outros possíveis de recuperação. Mas o espírito de solidariedade também se fez presente e a comunidade soube abraçar o Museu, doando valores em trabalho e recursos financeiros para a

recuperação, especialmente do acervo, contribuindo financeiramente para restauro de objetos.

Imagem 5 – Parte do piano Schiedmayer, totalmente destruído por conta da enchente



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ficou fechado durante 81 dias para visitação e acesso da comunidade. Neste período, um intenso trabalho de recuperação e reorganização foi realizado, visando a reabertura da instituição no dia 25 de julho de 2024, data em que se comemoraria o Bicentenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Doravante, estavam previstas festividades alusivas ao 25 de Julho em São Leopoldo, que desde 2011 é reconhecida, por decreto federal, como “Berço da Imigração Alemã no Brasil”. Entretanto, em razão de toda a destruição e pelo fato de mais da metade da população da cidade ter sido diretamente atingida pela enchente, as comemorações, no âmbito do Poder Público municipal foram canceladas ou postergadas para novembro e dezembro de 2024.

As imagens a seguir mostram o trabalho de recuperação realizado e a reorganização do Museu na véspera de sua reabertura.

Imagem 6 – Andar Térreo e Exposição reorganizadas no dia 24 de julho de 2024



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Imagem 7 – Andar Térreo e Exposição reorganizadas no dia 24 de julho de 2024



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Imagem 8 – Andar Térreo e Exposição reorganizadas no dia 24 de julho de 2024



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Desse modo, foi possível realizar a reabertura do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo no dia 25 de julho de 2024, cujo tema da atividade ganhou o título de “200 Anos de Solidariedade”, com a presença de mais de 4 mil pessoas durante o dia e a arrecadação de mais de 250 Kg de alimentos para duas entidades de São Leopoldo.

O trabalho de recuperação continua, ainda com a necessidade de restauro de objetos danificados, substituição de mobiliário e reestruturação da parte expositiva. Mas este processo também é marcado por outros saldos positivos, como a realização do Projeto Educativo “Descobrimos o Museu”, que entre os meses de setembro e dezembro de 2024 possibilitou que mais de 3700 alunos da rede pública municipal de São Leopoldo, desde a Educação Infantil até o EJA, visitassem o Museu e conhecessem um pouco mais sobre a História de São Leopoldo, da Imigração Alemã e do Rio Grande do Sul.

UM RELATO DAS ENCHENTES DE 2024 NO BAIRRO SARANDI, PORTO ALEGRE

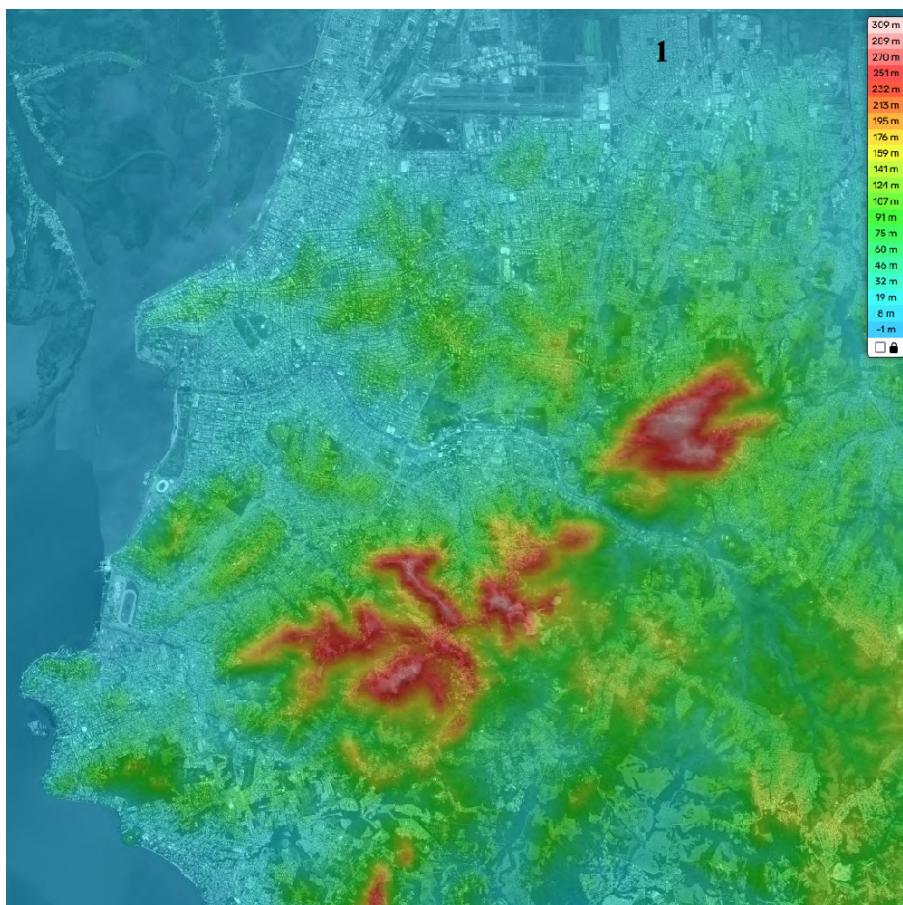
Wagner Feloniuk¹

Este é um relato das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, sob a perspectiva de um morador do bairro Sarandi. O caráter de memória é intenso, e as ênfases e comentários refletem a vivência de alguém diretamente afetado pela calamidade. No entanto, o impacto da enchente variou dentro do próprio bairro. Algumas famílias enfrentaram seu terceiro alagamento desde agosto de 2023, com casas submersas até dez metros. Outras vivenciaram sua primeira inundação desde a cheia histórica de 1941, com a água alcançando diferentes alturas, de telhados à altura dos ombros. Em algumas áreas, como na minha casa, o nível da água chegou a aproximadamente 50 centímetros no pior momento. Já no extremo sul do bairro, após a Avenida Assis Brasil, muitas ruas sequer foram atingidas.

O bairro Sarandi, um dos mais populosos de Porto Alegre, abriga cerca de 91 mil habitantes e frequentemente aparece na imprensa como o segundo maior da capital. Criado em 7 de dezembro de 1959, pela Lei nº 2.922/1959, localiza-se na região norte da cidade e, no mapa abaixo, está identificado pelo número 1.

¹ Professor Adjunto de Direito Constitucional (2019) e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutorado (2013-2016), mestrado (2012-2013), especialização (2011) e graduação (2006-2010) em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado na Mediterranean International Centre for Human Rights Research, Università degli Studi Mediterranea di Reggio Calabria/Itália (2021).

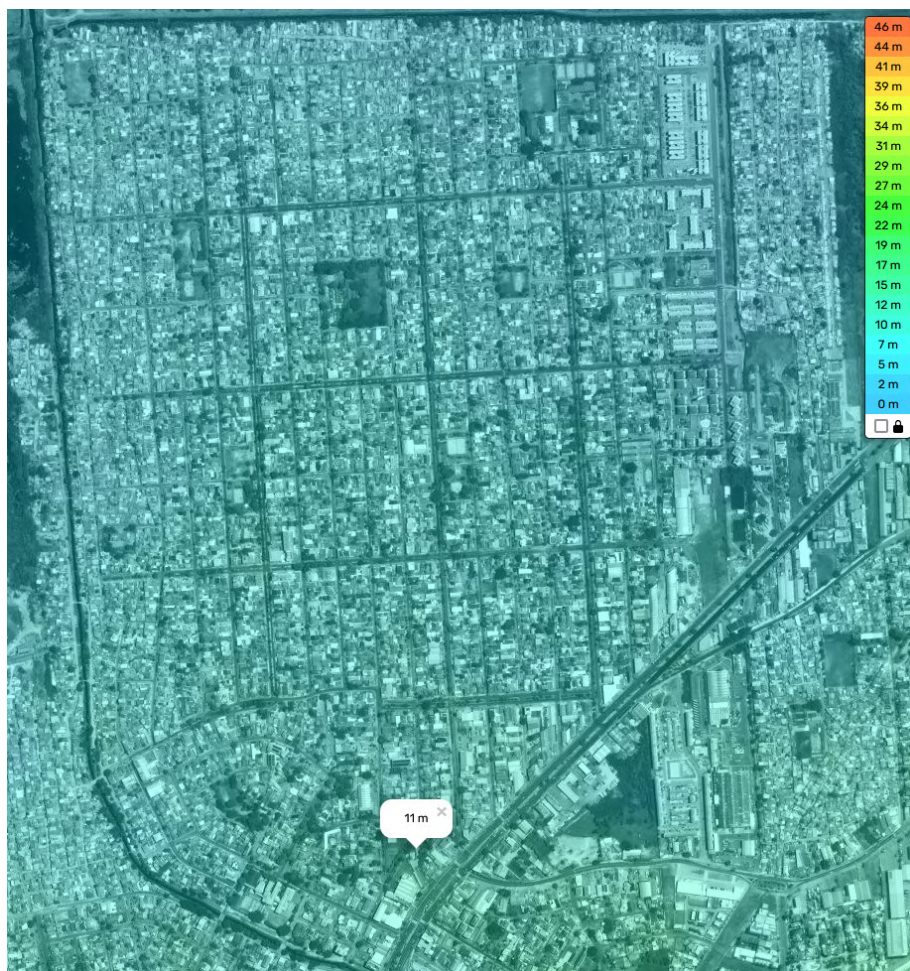
Imagem 1 – Mapa topográfico de Porto Alegre.



Fonte: Topographic-Map. Mapa topográfico Porto Alegre.

Definir o Sarandi como um bairro pobre é um lugar-comum. Embora correto, é também uma simplificação. Desde sua fundação, algumas áreas contam com saneamento adequado e boas condições de infraestrutura, incluindo ruas e imóveis de alto valor. O bairro também abriga um comércio ativo e serviços voltados à indústria. No entanto, há regiões de grande vulnerabilidade social. O mapa abaixo ilustra essa variação interna: ao norte, leste e oeste, predominam moradias menores e desordenadas, em ruas irregulares, onde a desigualdade social se concentra, trazendo consigo desafios como violência, baixa renda, menor expectativa de vida e dificuldades educacionais.

Imagem 2 – Mapa Topográfico do Sarandi.



Fonte: Topographic-Map. Mapa topográfico Porto Alegre.

Minha família paterna veio da Polônia durante o período das guerras mundiais, algum tempo antes da eclosão da Segunda Guerra. Parte permaneceu no país de origem, enquanto outros membros imigraram para os Estados Unidos e para o Brasil. Inicialmente, não se estabeleceram em Porto Alegre. Foi apenas em agosto de 1960, cerca de sete meses após a criação do bairro Sarandi, que adquiriram um lote na região, então em processo inicial de urbanização. Eles não foram os únicos europeus a se fixar ali. Um grande contingente de imigrantes com poucos recursos também escolheu o bairro. Sem recorrer a uma pesquisa formal, apenas, considerando vizinhos e famílias conhecidas há décadas, é possível identificar descendentes de alemães, italianos, ucranianos e russos, que até hoje mantêm suas raízes no local.

A família permaneceu no Sarandi pelos últimos 65 anos, quatro gerações vivendo no mesmo terreno. A primeira moradia foi uma casa de madeira, como tantas outras erguidas pelos descendentes de imigrantes no bairro. Apenas nos primeiros anos do século XXI foi construída uma casa de alvenaria.

Minhas lembranças das enchentes começam em 1º de maio de 2024 (Sul 21, 2024). Tornou-se comum ouvir que não houve alertas sobre a tragédia iminente, que as autoridades já tinham conhecimento, mas, sem certeza absoluta, evitaram um aviso que poderia ser desgastante caso nada acontecesse. Para mim, no entanto, a tragédia começou de outra forma: com uma postagem no Instagram. O vídeo mostrava o governador Eduardo Leite, em tom sóbrio, anunciando que o estado enfrentaria o maior desastre climático de sua história.

A frase me impactou. Perguntei-me como seria interpretada meses depois, sem imaginar que afetaria minha casa diretamente em apenas quatro dias. Suas palavras logo se perderiam, hoje quase esquecidas, mas não eram exageradas. Já havia notícias de chuvas intensas - ao revisar reportagens agora, vejo que os primeiros registros são de 26 de abril, na Fronteira Oeste e na Serra (Agência Brasil, 2024). Naquele momento, porém, essas cheias ainda pareciam distantes do bairro.

A partir do início de maio, a imprensa intensificou a cobertura sobre as tempestades em outras regiões, especialmente na Serra. Especialistas explicavam o volume excepcional de chuva, as condições geográficas do estado e os sistemas de contenção existentes. Ao mesmo tempo, começavam a surgir os primeiros sinais de falhas nesses sistemas. O Sarandi, como mostram os mapas acima, é um bairro de baixa altitude. No entanto, há nuances: a parte mais ao norte está praticamente no nível do Guaíba, enquanto áreas mais ao sul chegam a mais de 11 metros acima do mar. Assim, quando os primeiros alagamentos começaram, atingiram as regiões que já costumavam ser afetadas em chuvas fortes. Isso fez com que os moradores das partes tipicamente não alagadas, que são a maioria do bairro, não se preparassem para a enchente, mesmo quando a água começou a avançar de forma mais ampla.

Os dias 2 e 3 de maio foram marcados por notícias sobre o agravamento da situação. Problemas pontuais no trânsito tornaram-se a norma, e alagamentos começaram a atingir Porto Alegre, especialmente as ilhas. No bairro, a busca por informações e a troca de mensagens entre moradores se intensificaram. Um fenômeno central nesse período foi o papel do WhatsApp, Instagram e YouTube, onde circulavam vídeos e relatos, inclusive de vizinhos e moradores mais antigos.

Junto com as notícias locais, espalhava-se uma enxurrada de informações falsas, muitas delas em áudios ou longas mensagens de WhatsApp. Essas mensagens misturavam fatos reais com distorções, o que aumentava sua credibilidade. Além disso, conhecendo algumas das pessoas que as repassavam, percebi que, na maioria dos casos, não havia uma intenção deliberada de desinformar, mas sim a tentativa de interpretar os acontecimentos em meio à incerteza e até medo.

Até o dia 4 de maio, muitos moradores ainda tinham acesso às áreas com infraestrutura contra cheias, e a luz e a internet funcionavam em boa parte do bairro. Com isso, era comum ver pessoas indo até os diques, casas de máquinas e áreas alagadas para tentar prever os impactos, entender falhas no sistema e discutir soluções. Alguns chegavam a oferecer explicações detalhadas sobre o funcionamento dos mecanismos de contenção. Essas interpretações, movidas pelo medo e pela necessidade de ver ações concretas, eram rapidamente compartilhadas em grupos.

Na minha memória, a piora drástica na situação veio com o rompimento do dique do Arroio Feijó. Menos de um dia antes de minha casa ser inundada, as notícias indicavam que o dique estava no limite. Decidi subir o máximo de bens para o segundo andar. Fui um dos poucos a fazer isso. A maioria dos moradores e conhecidos não acreditava que a água subiria tanto. Mesmo quando a enchente já invadia os quintais, muitos ainda esperavam que estabilizasse. Quando perceberam o avanço irreversível, tiveram de sair às pressas, levando apenas o essencial para salvar suas vidas.

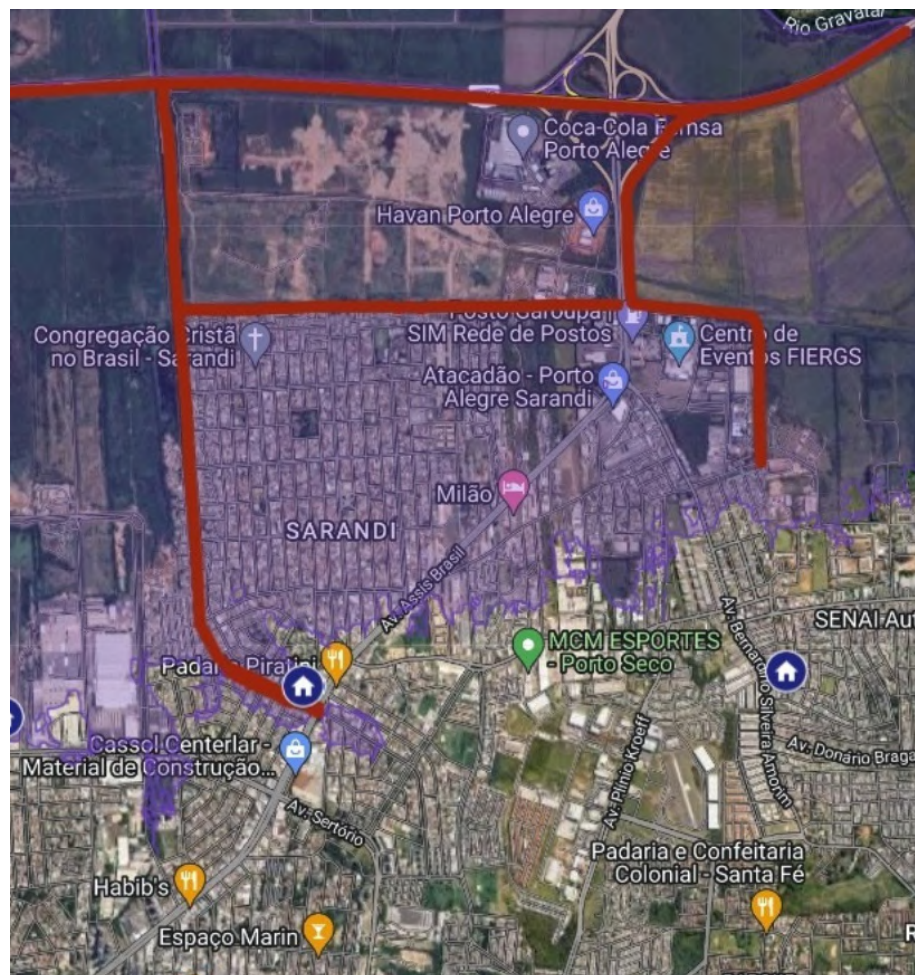
As informações sobre o limite do dique, seu extravasamento e supostos danos geraram um dos episódios mais confusos e marcantes da enchente. A prefeitura insistia que o dique não havia rompido, apenas extravasado, enquanto jornais publicavam versões conflitantes, algumas acompanhadas de fotos. O que me marcou foi o comentário de um professor na televisão, em um debate com autoridades municipais. Ele disse algo que soava como: 'Vamos ser responsáveis ao tratar desse tema. Não importa se rompeu ou extravasou, se isso continuar por dias, o efeito será o mesmo.'

Em 5 de maio, praticamente todo o bairro foi tomado pela água. O Arroio Feijó, de fato, transbordava. Na minha lembrança, o processo pareceu levar algumas horas. Boatos sobre o rompimento do dique circulavam desde antes, já no dia 4, muito antes de qualquer confirmação. O pânico tomou conta a partir das notícias falsas e se confirmou com a tomada do bairro pela água. Áudios alarmantes se espalhavam entre vizinhos, e vídeos mostravam pessoas correndo desesperadas, como se uma onda gigante estivesse prestes a engolir tudo.

Quando a imprensa confirmou a notícia, percebi que a situação

emergencial era inevitável também para mim. Fechamos tudo e saímos de casa algumas horas antes da água chegar. No último contato que tive com o bairro, a inundação já avançava pelo Sarandi e estava a apenas três quadras de distância. Busquei abrigo na casa de parentes junto a alguns familiares, enquanto outra parte da família seguiu para o centro de Porto Alegre.

Imagem 3 – Mapa dos diques e projeção de alagamento publicado em 05 de maio.



Fonte: Agora RS. Dique do Sarandi extravasa e moradores devem evacuar região. Agora RS, Porto Alegre, 05 mai. 2024.

A partir de 5 de maio, perdi o contato físico com o bairro, mas as notícias pela internet eram constantes. Foram cerca de dez dias até que a água comesse a recuar e o Sarandi emergisse novamente. Esse período ficou marcado na minha memória como o auge da enchente.

Um dos maiores problemas foi a falta de informações técnicas e atualizações em tempo real. Em um mundo onde guerras são transmitidas ao vivo, por que um alagamento não seria? Diante de uma tragédia dessa dimensão, a necessidade de acompanhar cada detalhe se torna intensa. Faltavam instrumentos que mostrassem o nível exato das águas, câmeras posicionadas para os moradores monitorarem a situação. Nada foi bem estruturado.

As notícias disponíveis vinham da imprensa, que divulgava dados fornecidos por órgãos públicos algumas vezes ao dia. No entanto, a atualização era lenta. O melhor canal para acompanhar os eventos em tempo real tornou-se o X (ex-Twitter), onde as informações apareciam primeiro e eram reproduzidas pela imprensa minutos ou horas depois. Além disso, os jornais online apresentavam outro problema: muitas matérias eram apenas atualizadas sem mudança de título, dificultando a compreensão de quem tentava se manter informado - o que estava escrito ali era do dia ou de três dias atrás?

O bairro Sarandi recebeu bastante atenção, sendo citado nominalmente nos principais jornais do país. Abaixo, há uma imagem da Avenida Assis Brasil em 5 de maio, a principal via de saída do bairro, facilmente localizável no mapa acima. Ela ilustra a enchente nas partes mais elevadas do Sarandi, onde a altitude chega a 10, 12 metros acima do nível do mar. Na parte mais ao norte, as áreas mais baixas estavam praticamente no mesmo nível do Guaíba. As regiões mais alagadas eram sobrevoadas frequentemente por helicópteros e exibidas nos noticiários, mas, nelas, só se viam barcos e algumas construções altas despontando sobre a água barrenta.

Imagem 4 – Avenida Assis Brasil em 05 de maio.

Fonte: Zero Hora. Informações desencontradas sobre dique do Arroio Feijó causam pânico em moradores da Zona Norte; orientação é deixar a região. Zero Hora, Porto Alegre, 05 mai. 2024a.

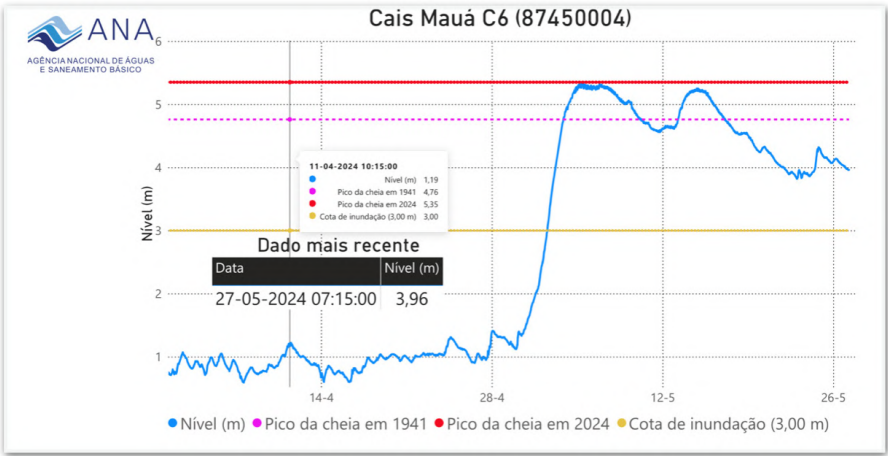
Um dos aspectos mais marcantes do auge da enchente foi a onda de solidariedade que veio de todo o Brasil. Ela se manifestou de diversas formas: doações de alimentos, produtos de limpeza, reforço das forças de segurança e outras ajudas essenciais. O Sarandi foi diretamente beneficiado por esse movimento, que, em meio à tragédia, trouxe algum alívio e se prolongou por meses, amparando os mais atingidos. A realidade da catástrofe parecia um pouco menos opressiva diante da quantidade de pessoas dispostas a ajudar, muitas vindas de longe apenas para isso. Conversas sobre a importância dessa assistência tornaram-se frequentes.

Outro elemento central desse período foi a disseminação da histeria, impulsionada principalmente por notícias falsas. Com o tempo, percebi que essas informações se espalhavam de maneira segmentada: havia rumores específicos entre idosos, jovens, grupos progressistas e conservadores. E cada grupo absorvia e replicava tipos diferentes de notícias. Algumas fake news tratavam da segurança pública, mencionando saques massivos, homens armados circulando livremente, policiais abandonando áreas perigosas, roubos cometidos por criminosos em barcos ou até relatos sobre frigoríficos escondendo cadáveres. Outras tinham viés político, com acusações de que as autoridades sabiam da tragédia iminente, teorias sobre a para-

lisação proposital de máquinas de contenção. Também havia boatos sobre corpos boiando desde a Serra em direção à cidade, sobre violência desenfreada dentro dos abrigos, doenças se alastrando. Em muitos desses casos, um algo de verdade existia, mas a escala dos relatos era frequentemente exagerada. Na maior parte do tempo, órgãos públicos e forças de segurança se apressavam em desmentir ou reduzir drasticamente a gravidade dos fatos narrados. Entretanto, uma nota oficial publicada horas depois tinha pouco impacto diante da força emocional dessas notícias.

No Sarandi, muitos moradores se recusaram a deixar suas casas. Permaneceram nos segundos andares de suas residências ou buscaram abrigo na casa de parentes próximos às áreas alagadas, ajudando no resgate de vítimas com barcos. Essa resistência ocorreu nos locais em que as partes superiores das casas se mantiveram relativamente seguras. Foi um momento exaustivo, no qual cada indivíduo reagiu de forma distinta. A falta de recursos se misturava a uma forte necessidade de agir. Para muitos, a resposta foi simplesmente ficar e ajudar. O que se destacou nesse cenário foi o alto grau de solidariedade com aqueles que optaram por permanecer. O auxílio surgia de todas as direções, e gestos diários de apoio se tornaram uma constante.

Imagem 5 – Nível do Guaíba do início ao final da enchente.



Fonte: Poder 360. Nível do Guaíba volta a ficar abaixo dos 4 metros. Poder 360, Porto Alegre, 27 mai. 2024.

As primeiras notícias sobre o recuo da água no Sarandi começaram a circular entre os dias 15 e 16 de maio. O processo foi lento, pois as casas de bomba enfrentavam problemas, e a geografia da cidade, combinada com

as contenções, criou barreiras que retardaram o escoamento (Zero Hora, 2024b). A ansiedade para retornar era generalizada. As pessoas queriam limpar suas casas, avaliar os estragos e verificar se haviam sido roubadas. Ao mesmo tempo, crescia a indignação com as decisões políticas tomadas durante a enchente e com as que ainda seriam adotadas. As reações variavam, mas duas predominavam: em muitos, uma tristeza profunda; em outros, uma determinação urgente de recomeçar o quanto antes.

Foi um período difícil. Conhecer as perdas, enfrentar limpezas que duraram muito mais do que a enchente em si. O Sarandi ainda possuía muitas casas de madeira, como a da minha infância, erguidas por imigrantes com técnicas trazidas da Europa. Muitas delas já eram antigas e agora, curvadas e apodrecidas, provavelmente não têm recuperação. Mesmo residências de alvenaria sofreram danos estruturais. Móveis e objetos molhados foram, em sua maioria, perdidos.

Nos primeiros dias de retorno, pilhas de entulho se acumulavam nas calçadas, algumas com mais de um metro de altura, estendendo-se por quarteirões inteiros. Pessoas a pé ou de carro passavam o tempo todo, observando os montes de destroços e recolhendo o que lhes interessava. Com o passar dos dias, caminhonetes e caminhões vazios também começaram a vasculhar o lixo à procura de itens de valor. Coleções de livros, discos e CDs, enfeites, mesas, cadeiras, gavetas, pequenos armários, guarda-roupas, tudo aquilo que um dia compôs lares era descartado nas ruas, molhado, retorcido, sujo de barro. Árvores caídas bloqueavam o caminho, algumas impedindo o tráfego, outras destruindo muros e atingindo casas. Nos jardins, o marrom escuro predominava: as plantas submersas estavam mortas ou agonizavam.

No lado de fora das casas, um traço marrom nas paredes marcava o ponto mais alto que a água havia alcançado. Quase um ano depois, essa linha ainda é visível em alguns lugares. Mais perto da Avenida Assis Brasil, onde a enchente foi menos severa, essa marca era mais baixa. Mas, conforme se avançava para o norte do bairro, a linha subia. Até desaparecer. Nessas áreas sem a linha, a água superou os telhados. Como tantas vezes acontece, as regiões mais pobres, situadas nas áreas mais baixas, foram as mais devastadas. O que restou ali foram pilhas de destroços, muitas contendo todos os pertences de famílias inteiras. Para alguns, não havia sequer uma casa para voltar.

Há incontáveis reflexões sobre o que aconteceu, mas uma frase dita por um vizinho me pareceu um diagnóstico e, ao mesmo tempo, um prognóstico. Ela reflete a resiliência de quem não quer abandonar o bairro, mas também o temor do futuro: 'A enchente acabou com 30% do Sarandi. Se vier

outra igual a essa, vai ser 80%.' A destruição foi imensa, mas ainda há quem acredite que pode ser superada, eis que ele afirmou que “apenas” 30% se perdeu. No entanto, o medo permanece: se isso acontecer de novo, quem ainda terá forças para ficar?

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. *Um mês de calamidade: a cronologia dos alertas da tragédia no RS*. Agência Brasil, Porto Alegre, 1 jun. 2024.
- Agora RS. *Dique do Sarandi extravasa e moradores devem evacuar região*. Agora RS, Porto Alegre, 05 mai. 2024. Disponível em: <<https://agorars.com/agora-no-tempo/dique-do-sarandi-extravasa-e-moradores-devem-evacuar-regiao/>>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- ChatGPT. Disponível em: <<https://chatgpt.com/>>. Acesso em: 02 mar. 2025. Utilizado em melhorias textuais, correções e traduções, em uso conforme a “Guidance on the use of generative artificial intelligence for authors submitting to the journal” produzido pela Sage Journals.
- Poder 360. *Nível do Guaíba volta a ficar abaixo dos 4 metros*. Poder 360, Porto Alegre, 27 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/nivel-do-guaiba-volta-a-ficar-abaixo-dos-4-metros/>>. Acesso em: 02 mar. 2025.
- Sul 21. *Leite diz que desastre climático atual é o pior da história do RS*. Sul 21, Porto Alegre, 01 mai. 2024.
- Topographic-Map. *Mapa topográfico Porto Alegre*. Disponível em: <<https://pt-br.topographic-map.com/map-nw9rr/Porto-Alegre/?center=-30.07548%2C-51.29482&zoom=13&base=5>>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- Zero Hora. *Água recua no bairro Sarandi, mas dique segue extravasando*. Zero Hora, Porto Alegre, 16 mai. 2024b. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/agua-recua-no-bairro-sarandi-mas-dique-segue-extravasando-clw9evr810od501d6kga4p-3zs.html>>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- Zero Hora. *Informações desencontradas sobre dique do Arroio Feijó causam pânico em moradores da Zona Norte; orientação é deixar a região*. Zero Hora, Porto Alegre, 05 mai. 2024a. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/informacoes-desencontradas-sobre-dique-do-arroio-feijo-causam-panico-em-moradores-da-zona-norte-orientacao-e-deixar-a-regiao-clvtx83k80036011wjqiyp321.html>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

NA EMERGÊNCIA POR ACOLHIMENTO E ALEGRIA, A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PARA O ESPERANÇAR

Andrea Helena Petry Rahmeier¹

Machado, Viviane de Oliveira²

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria (Freire, 1996, p. 29).

Durante o mês de maio de 2024, o Rio Grande do Sul viveu a maior catástrofe climática da sua história. Entre 26 de abril e 2 de maio choveu entre 500 e 700 mm, o que corresponde a um terço da média histórica para um ano. Como se não bastasse, entre os dias 11 e 13 de maio houve um novo acúmulo de chuvas, aumentando novamente o nível das águas, fazendo com que os rios da Bacia do Guaíba tivessem atingido seu segundo maior volume em 15 dias. Em São Leopoldo, o Rio dos Sinos, um dos afluentes do Guaíba, atingiu sua maior marca, passando de 8,21 metros no início do mês. A cidade e o estado já tinham passado por enchentes consideráveis, que estão presentes na memória popular, como a do fatídico ano de 1941. Todavia, nos anos de 1980 foi iniciada a construção de um dique para que as águas não repetissem o estrago daquele ano histórico. Teoricamente, este dique suportaria a vazão da água até 8 metros, mas infelizmente, a quantidade de água foi maior do que a projetada para que este tipo de barreira pudesse suportar.

Este texto não tem como objetivo apresentar a situação trágica vivida no Estado do Rio Grande do Sul e, em específico, na cidade de São Leopoldo, muitos contarão essa triste história por longos anos. Nós queremos relatar uma das muitas experiências felizes e solidárias que foram construídas por diversas mãos, durante esta tragédia, com vistas a tentar minimizar o sofrimento e o impacto sobre as crianças e adolescentes, dentro daquilo que a Educação poderia oferecer naquele momento: acolhimento, carinho, alegria e ensino.

A experiência que contaremos desloca os holofotes da tragédia para além da dor, do sofrimento e do medo, focalizando a solidariedade como algo que, assim como os níveis elevados das águas da enchente, deixou marcas evidentes na sociedade gaúcha. Proporcionalmente ao tamanho da

1 Professora da rede municipal e em 2024 vinculadas a SMED/SL.

2 Professora da rede municipal e em 2024 vinculadas a SMED/SL.

tragédia, a solidariedade foi intensa, marcante e decisiva para todos os cidadãos que foram afetados em alguma medida, principalmente as crianças e adolescentes. Alguns doaram mantimentos, roupas, calçados e outras necessidades materiais, outros doaram a si próprios, doaram amor, carinho, atenção e afeto. Todas essas doações foram muito bem-vindas e necessárias.

O CEVEN - Centro de Eventos do Município de São Leopoldo se transformou em um dos maiores abrigos da região, chegando a abrigar cerca de 2200 pessoas de todas as idades, entre elas muitas crianças e adolescentes. Neste contexto, o presente texto vem relatar a experiência desenvolvida a partir da necessidade observada naquele momento, de oportunizar um espaço que pudesse oferecer, além de acolhimento e atenção, ações pedagógicas emergenciais, para minimizar o trauma sofrido por aquelas crianças e adolescentes. Então, desde o domingo, dia 5 de maio de 2024, criou-se um espaço para tentar proporcionar-lhes um pouco de alegria e um acompanhamento pedagógico nas ações de acolhimento. O espaço foi organizado inicialmente por três professoras vinculadas ao Setor Pedagógico da SMED - São Leopoldo, que estavam fazendo ações de voluntariado no espaço. Uma delas permaneceu na coordenação deste espaço até o seu fechamento.

O espaço disponível para as atividades era o saguão de entrada do abrigo, que era diariamente higienizado, montado no início da manhã e desmontado ao final do dia, pois, durante a noite, algumas pessoas usavam este mesmo espaço para dormir. O espaço foi sendo construído com os poucos recursos disponíveis de imediato, contando apenas com 3 mesas redondas, um tapete, livros e alguns brinquedos que chegavam nas doações. Aos poucos, com a melhoria da mobilidade na cidade, alguns recursos da prefeitura municipal e muitas doações, o espaço foi sendo ampliado e qualificado.



Diariamente, após as crianças terem recebido o café da manhã, o espaço era aberto para que pudessem brincar e ressignificar aquele momento tão trágico. Inicialmente, as atividades começavam por volta das 9 horas e se estendiam até as 18 horas. Naquele primeiro momento, não se tinha ideia de como se daria o trabalho pedagógico desenvolvido no espaço, desejávamos apenas poder amenizar o trauma sofrido por aquelas crianças e adolescentes abrigados. Todavia, durante o percurso fomos construindo uma proposta centrada no acolhimento, na alegria e no respeito às individualidades. O planejamento passou a ser feito para cada turno, pois dependia da disponibilidade dos voluntários, principalmente, nas três primeiras semanas. Nossa proposta estava centrada nas necessidades das crianças e condicionada pela disponibilidade de voluntários e das possibilidades que o próprio espaço oferecia para o desenvolvimento das atividades.

Após análise desse contexto, no qual percebeu-se que o voluntariado era bastante rotativo e havia poucos espaços disponíveis para a realização das atividades pedagógicas, optamos por atender todas as crianças e adolescentes juntos, possibilitando que pudessem brincar e interagir entre si, sem distinção de faixa etária e sem limitação do número de participantes. Com isso, buscamos proporcionar um espaço de acolhida e alegria, agindo com muito cuidado e procurando compreender os momentos em que se mostravam mais sensibilizados, oferecendo uma atenção especial nessas situações.

Sendo assim, optou-se por não abordar diretamente o contexto dos acontecimentos, mas focar na alegria, na esperança, oferecendo um ambiente acolhedor e afetivo, mesmo que em alguns momentos, pudesse parecer, a quem olhasse de fora, que havia uma enorme desordem. As crianças tinham a liberdade de chegar e sair quando desejassem. Os pais poderiam observar, pois era um espaço aberto. A principal regra, para quem queria voluntariar-se ali, era demonstrar afetividade no trato com as crianças de forma constante e tentar evitar os conflitos entre elas, buscando ser um porto seguro às crianças e adolescentes, tanto que, em muitos casos, as professoras e voluntárias(os) se tornaram referência de autoridade e carinho.

A proposta era oportunizar a vivência em uma rotina de brincar, de alegrar-se e de ser feliz. O local foi pensado para proporcionar alegria, por isso, contava com estímulos positivos e alegres, voltado para uma expressão cultural multicentrada. Além disso, as pessoas que ali atuavam pretendiam ser uma referência de acolhimento e afetividade, de modo que, sempre que uma criança ou adolescente se mostrasse mais entristecido, nervoso ou mesmo agressivo, recebia ali um abraço, um olhar, um carinho ou uma palavra de conforto. Em função de todo o contexto em que se encontravam,

agravado pelo trauma vivido pela enchente, muitos demonstraram uma grande necessidade de afeto para se acalmarem. O abraço foi uma forma de acalmar o coração destas crianças e adolescentes. Em diversos momentos, alguns adultos vieram demonstrar esta mesma necessidade.

A comunidade abrigada passou a chamar o espaço, carinhosamente, de *Escolinha*, como referência a uma memória da vida normal e também porque, aos poucos, o espaço foi se assemelhando à escola, em alguns aspectos. O espaço acolheu crianças de todas as idades, sendo que para os bebês e crianças de até 3 anos, foi organizado um espaço no tapete de grama sintética, no qual os pais ou um responsável eram solicitados a permanecer brincando junto com seus bebês. Para as crianças maiores, havia mesinhas para desenhar, pintar, brincar de massinha de modelar, além de jogos e brinquedos diversos, que chegavam por meio de doações diversas e diárias. No espaço externo, eram realizadas atividades com bola, corda, giz para desenhar no chão. A cada dia, as atividades iam sendo ampliadas e diversificadas.

Neste período, alguns abrigados foram se tornando grandes parceiros, como seu Edson, um senhor que todos os dias era o primeiro a ajudar na organização de tudo e foi incansável. As crianças também gostavam de ajudar na organização e sempre tivemos alguém como *ajudante*. Dois adolescentes, em especial, foram excelentes lideranças nas atividades recreativas com bola e corda. A cada dia que passava, as crianças se organizavam de forma mais orgânica.

No dia 8 de maio, no turno da tarde, foi proporcionado o “Dia da Alegria”, momento em que um grupo de super-heróis foi alegrar as crianças. Além de muita magia e diversão, trouxeram presentes para todos(as), inclusive para aquelas que estavam dormindo ou doentes, para as quais a entrega foi dentro do ginásio. Este momento encantador alegrou não só a criançada, mas também os seus pais, que puderam, por algum tempo, relembrar a infância e esquecer um pouco suas dores.

Buscando sempre tornar o espaço mais acolhedor e criar memórias afetivas do abrigo, foram sendo planejadas atividades lúdicas e diferentes. No dia 10 de maio, tivemos uma apresentação musical para as crianças do grupo Aquarela Fredi e Ally, que foi lindo, com músicas que muitos conheciam, levando um fio de esperança naquele momento tão triste. Naquele dia, tivemos mais de 100 crianças no espaço e tantas outras com seus pais ao redor.



O número de pessoas abrigadas foi diminuindo com o passar dos dias, já que algumas retornavam para suas casas ou de familiares e outras iam sendo redirecionadas para outros abrigos, já que a superlotação no Centro de Eventos trazia algumas dificuldades na convivência dos abrigados e no atendimento às suas necessidades. Com isso, estima-se que a partir de 10 de maio, o espaço tinha, em média, 1000 pessoas abrigadas.

A partir da segunda semana de maio, as chuvas recomeçaram, desta vez, com uma queda acentuada nas temperaturas e percebemos que o espaço no hall de entrada já não era apropriado. Então, começamos a planejar e articular a ocupação de uma nova área um pouco mais fechada, que pudesse proteger melhor do frio e da chuva. Sendo assim, foi solicitado que algumas famílias liberassem o espaço de entrada no interior do Centro de Eventos para que a *Escolinha* pudesse ser instalada ali. Tínhamos muitos planos, mas muitos deles foram substituídos pelo contexto de nova onda de chuvas, que criou instabilidade, novo aumento do nível do rio e desânimo geral. No dia 13 de maio, instalamos a *Escolinha* neste novo local, mais protegido, já dentro do ginásio do CEVEN. Continuamos com a mesma rotina, higienizar pela manhã, montar todo o espaço e então proporcionar algumas atividades para as crianças, criando uma rotina diferenciada e ao final do dia, desmontar o espaço.



Não havia perspectivas de desmobilização do abrigo e a situação parecia que iria perdurar por muitos dias ainda. Sendo assim, naquele momento foi necessário organizar a *Escolinha* de forma mais sistemática. Entre as necessidades de uma nova organização, estavam a diminuição de voluntários pelo cansaço e a chegada do frio, que fazia com que as pessoas ficassem mais tempo deitadas e aquecidas nas cobertas, o que impactava no início das atividades, já que *Escolinha* passou a dividir o espaço com os colchões. Por estar dentro do ginásio, próximo ao local onde eram servidas as refeições, também havia a necessidade de aguardar que o café fosse servido, evitando que as pessoas usassem as mesas da *Escolinha* para alimentação, devido às dificuldades para higienizar o espaço depois disso, o que retardaria ainda mais o início das atividades. Então, o atendimento passou a ocorrer das 9h30 até as 11h45 e das 13h30 às 16 horas.

O novo espaço, por ser um pouco mais reservado, possibilitou a contação de histórias e atividades dirigidas, como a confecção de dobradura do gato. Como contávamos com muitas doações de brinquedos, as crianças que participassem dessa atividade, recebiam um presente. Foram mais de 100 crianças que fizeram a dobradura e receberam presentes, resultando num lindo mural com todas as dobraduras.

Entre os dias 14 e 15 de maio, percebeu-se a necessidade de realizar um mapeamento das crianças e adolescentes atendidas no espaço, identificando mais informações sobre sua vida escolar. A professora da rede e assessora escolar da SMED, que atuava na *Escolinha* conversou com cada criança que já estava participando em algum momento no espaço e também foi no local destinado às famílias para recolher os dados completos.



Estima-se que, naquele momento, havia cerca de 700 pessoas abrigadas, sendo mapeadas 190 crianças e adolescentes, todavia este número pode ter sido maior, já que havia grande circulação das famílias e algumas poderiam não estar presentes nos momentos de abordagem. Apesar de estarmos então em um espaço mais abrigado, ainda não era o adequado para o atendimento daquela quantidade expressiva de crianças e adolescentes. Sabíamos que aquele abrigo tinha sido o primeiro a abrir e seria o último a fechar, já que já haviam se passado 10 dias e não havia ainda nenhuma previsão das pessoas poderem retornar para suas casas, já que o nível do rio não tinha baixado. Além disso, passados 10 dias com o processo diário de higienização, organização, montagem e desmontagem do espaço, as professoras e demais voluntários ali davam sinais de extremo cansaço.



Ed. Infantil	46
Bloco Pedagógico	58
Anos Iniciais - 4º e 5º	22
Anos Finais - 6º a 9º	43
EJA	07
Ens. Médio	13
Escola Especial	01
	190

Tabela 1 - dados coletados

Com isso, foi solicitado o uso das salas de aula utilizadas pelo IFSUL, que estavam desativadas e ficavam no andar superior do CEVEN. Depois de muitas tratativas, ficamos responsáveis pelo espaço e assim transferiu-se o atendimento da *Escolinha* da entrada do Centro de Eventos para duas salas no espaço do IFSUL. Com esse novo espaço, mais organizado e no qual não havia mais a necessidade de montagem e desmontagem diária, a proposta foi reorganizada, de modo que o atendimento passou a levar em consideração atividades diferenciadas conforme a faixa etária. A sala maior foi destinada ao atendimento das crianças até 10 anos e outra sala um pouco menor, voltada para o atendimento às crianças e adolescentes com mais de 10 anos. As salas foram arrumadas e organizadas com muito carinho na manhã do dia 15 de maio e, já naquela tarde, a *Escolinha* passou a funcionar efetivamente naquele local.

As crianças ansiavam por assistir algum desenho animado ou filme, pois ninguém tinha acesso à televisão desde que haviam chegado no abrigo. Alguns tentavam disponibilizar esse tipo de entretenimento aos seus filhos pelos smartphones, mas a rede de internet era instável e não suportava tamanha quantidade de acessos. Então, tendo em vista que a sala maior possuía uma tela interativa, conseguimos solicitar suporte para fazê-la funcionar com acesso à internet, tornando possível a realização de uma sessão de cinema. Na tarde do dia 16 de maio, as crianças olharam o primeiro filme e até puderam votar em qual gostariam de assistir. Com o passar dos dias, a reprodução de desenhos animados foi inserida na rotina, mas sem uma organização sistemática, porém, percebeu-se que o interesse das crianças diminuiu gradativamente e a maioria preferia ficar brincando. Acreditamos que, na verdade, estavam apenas com saudade de ter acesso a este recurso.

Naquele período, a contação de histórias passou a fazer parte da rotina e conseguimos realizar mais atividades dirigidas para todos na sala dos pequenos, além de uma oficina de taekwondo, oferecida voluntariamente.

Com o término das chuvas e o retorno gradual à normalidade, muitos voluntários vinculados à SMED tiveram que retornar às suas funções, para que fosse possível a retomada das aulas nas escolas municipais de São Leopoldo. Nesse novo contexto, outros profissionais da educação passaram a auxiliar na escolinha, já que a mobilidade dentro da cidade e entre os municípios próximos se tornava viável. Sendo assim, foram sendo desenvolvidas oficinas, conforme a disponibilidade das pessoas e materiais, como oficina de confecção de pulseiras para os adolescentes, taekwondo, arteterapia e ginástica.

O final de semana de 25 e 26 de maio foi o primeiro que não teve atividade na *Escolinha*, desde a abertura do espaço. Naquele momento, entendeu-se que havia uma rotina de atividades montadas durante a semana e o grupo de profissionais voluntários também precisava descansar e retomar uma rotina de vida.

Quando as águas começaram a baixar, por volta da quarta semana de existência do abrigo, houve uma mistura de sentimentos e sensações: centenas de pessoas ainda não conseguiam acesso às suas casas; diversos tiveram acesso a suas casas e descobriram que não tinham mais nada; outros já puderam retornar às suas casas ou a de familiares; outros estavam chegando, pois alguns abrigos estavam fechando e era necessário retomar as atividades das escolas e da cidade como um todo. Então, os ânimos das pessoas abrigadas refletiam o desânimo e o cansaço deste ritmo. Naquela semana, a escolinha funcionou, mas não com tantas oficinas, mesmo com redução de pessoal, mantivemos as atividades da escolinha nos horários já estipulados.

No mês de junho, que foi nossa quinta, sexta e sétima semana de vivência no abrigo, a cidade começou um processo de retomada de algumas rotinas e atividades, e a escolinha precisou fazer novos ajustes. Com a mobilidade na cidade normalizada, trabalhadores que atuavam como monitores no Programa Mais Educa São Léo passaram a atuar na *Escolinha*, desenvolvendo ali as oficinas que realizavam nas escolas atingidas, cujos estudantes estavam muito ali abrigados. Ao final da semana, criamos uma belíssima organização de oficinas e atividades que foram executadas na sequência dos dias. Todos os dias havia oficinas entre as atividades, havia pilates, dança, taekwondo, música, rugby.

Com o passar dos dias, a cidade finalmente foi retomando a vida normal. Várias escolas foram reabertas, de modo que muitos dos voluntá-

rios que atuavam em escolas precisaram retomar suas funções. Então no dia 19 de junho, depois de quase 7 semanas de intensos momentos de acolhimento, alegria e esperança, encerramos nossa participação no espaço, passamos o material para os responsáveis pela SAS e grupo Athos para seguirem com as atividades, pois havia no espaço ainda em torno de 35 crianças.

ENTRE MEMÓRIAS E INTERPRETAÇÕES: LEMBRANÇAS DA ENCHENTE NA CIDADE DE CANOAS/RS (2024)

José Carlos da Silva Cardozo¹

Confesso, escrever sobre a enchente que atingiu grande parte do Rio Grande do Sul no ano de 2024, não é tarefa fácil, ainda mais para mim, que a vivenciei junto de minha família e amigos na cidade de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre.

Para o leitor que não está familiarizado, Canoas é a terceira cidade mais populosa do Estado e abriga cerca de 350.000 habitantes. Porém, o município não se limita a um simples espaço geográfico. Existem várias explicações sobre a origem do nome Canoas, que até 1939 era conhecido como Vila de Gravataí, e todas elas fazem referência direta às águas da região. Mas poucas são as oportunidades para quem transita pela cidade de conhecer sobre sua história.

Localização de Canoas



Mapa da localização de Canoas. Disponível em: <<https://pt.mapsofworld.com/where-is/canoas.html>>. Acesso em 02/03/2025.

1 Professor Adjunto de Relações Internacionais e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS). Morador do município de Canoas/RS.

Pouca gente sabe, mas Canoas é repleta de arroios e abriga a Ilha das Garças, que é uma unidade de conservação ambiental. No início do século XX, algumas áreas da cidade eram usadas para cultivo de arroz (como aquelas onde hoje estão localizados os bairros da região oeste da cidade, incluindo o meu). Em 1871, teve início a construção da estrada de ferro que ligaria São Leopoldo a Porto Alegre. O primeiro trecho da ferrovia foi inaugurado em 1874, e, na área que hoje corresponde a Canoas, foi erguida uma estação. O processo de povoamento da região começou em torno dessa estação ferroviária, situada no centro da Fazenda Gravataí (hoje, bairro Estância Velha). A localidade ficou popularmente conhecida como “Capão das Canoas”, em razão de alguns trabalhadores que produziam canoas na região, inspirando a denominação da estação, do povoado e, posteriormente, do município.

Tudo isso eu aprendi quando fui aluno da rede municipal de ensino. Naquele tempo, cantávamos o hino, estudávamos sobre a cidade e éramos incentivados a fazer trabalhos sobre a história de Canoas. Não sei como as coisas estão hoje, se ainda mantêm essas atividades durante a “Semana de Canoas”. Ainda assim, tenho essas memórias.

Como o leitor já deve ter percebido, este não é um texto acadêmico, como os que estou acostumado a escrever ou que se encontraria em um periódico científico. Trata-se, na verdade, de uma oportunidade de preservar a memória, além dos indivíduos. Mais uma vez, escrever sobre algo que ainda nos incomoda não é fácil. Não é simples caminhar pelas ruas do meu bairro e observar até onde as águas subiram, ou ver a constante presença de casas “abandonadas”, onde as pessoas nunca mais retornaram. É uma realidade triste, mas que ainda faz parte do nosso cotidiano. As lembranças continuam a assombrar uma parte significativa da população, e eu sou uma delas.

Quem me conhece há mais tempo sabe que não sou uma pessoa otimista, talvez um reflexo do histórico dos meus antepassados, que viveram sob perseguições constantes, mudando-se de um lugar para o outro, de um país para outro. Ainda assim, quando comecei a acompanhar as notícias sobre o que acontecia em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, como os vales do Taquari e Lajeado, fiquei bastante preocupado com a situação deles e com o que poderia vir a acontecer aqui, na cidade de Canoas. Minha esposa, por outro lado, é otimista por natureza (os opostos se atraem). Para ela, minha preocupação parecia um desgaste desnecessário, afinal, “nunca aconteceu antes”, e mesmo que a água chegasse até nossa rua, seria apenas uma “lâmina d’água”. Ela não era a única a pensar assim. Muitos dos meus vizinhos compartilhavam a mesma visão.

Cheias de 1963. Vila Rio Branco.



Cheias de 1963. Vila Rio Branco. Disponível no Arquivo Público de Canoas.

A pediatra do meu filho e o oftalmologista da minha esposa e meu são casados e tinham seus consultórios no prédio ao lado do Arquivo Histórico de Canoas. Sempre que chegávamos com antecedência para as consultas, como bons curiosos, gostávamos de caminhar pelos arredores, que ficam no centro da cidade. Numa das vezes, entramos nos arquivos e encontramos algumas imagens relacionadas a outras enchentes, como a da imagem acima, referente ao bairro onde cresci, vizinho ao atual. A cidade já havia enfrentado uma grande enchente, não apenas a famosa de 1941, que afetou quase todo o estado, mas também uma, em 1963, com características semelhantes à que ocorreu em 2024: cheias nos rios dos vales e transbordamentos nos rios da região metropolitana de Porto Alegre. A história se fez, novamente, diante dos nossos olhos.

Você se lembra de quando mencionei que não sou otimista? Pois bem, quando começaram os alertas sobre a subida dos rios na região metropolitana, já entrei em estado de alerta. Na quinta-feira, dia 2 de maio de 2024, saí com meu filho de bicicleta para observar a situação no bairro vizinho, Rio Branco, onde as águas do Rio Gravataí já começavam a transbordar de seu leito. A situação exigia atenção, pois as águas já ocupavam parte das ruas, dificultando o deslocamento de pedestres, que precisavam molhar os pés. Porém, ainda era uma condição “suportável” comparada ao que estava prestes a acontecer no dia seguinte.

O volume da água aumentava e se aproximava do meu bairro, Fátima. A princípio, só causava transtornos no deslocamento a pé. Entretanto, no bairro Rio Branco, veículos de menor porte já não conseguiam trafegar com facilidade.

Ao analisarmos a topografia da região oeste da cidade, percebemos

que, embora pareça plano, o terreno não é uniforme. Existe um desnível entre as ruas e bairros dessa área, o que fazia com que algumas ruas dos bairros Rio Branco e Fátima permanecessem livres de alagamentos. Dando uma sensação de “normalidade” para alguns.

Na sexta-feira, dia 3 de maio, aproveitei o dia para levantar eletrodomésticos, sofás e subir para o andar superior tudo o que fosse possível. Minha esposa, contrariada, me ajudou na primeira parte do dia, mas, à tarde, me disse que já era demais. O clima estava tenso, mas ainda assim, com respeito mútuo. Outras famílias nos contaram que passaram pela mesma situação, com um cônjuge mais preocupado e o outro mais confiante de que a situação não seria tão grave.

Mesmo assim, chegamos a um consenso: caso a situação se agravasse, deveríamos estar preparados. Deixamos malas, documentos, animais e o carro prontos, além de termos organizado tudo para que, caso o dique que cercava nosso bairro rompesse, como aconteceu em outros locais da cidade, já tivéssemos um plano. A paz, então, voltou a reinar. Mas essa paz não durou muito.

Com base na experiência de outros bairros, sabíamos que, com o corte de energia, o risco de rompimento do dique aumentaria consideravelmente. Às 4 horas da manhã de sábado, dia 4 de maio, a luz foi cortada. Deixei a luz do banheiro ligada e, ao perceber a falta de energia, avisei à minha esposa que iria para a rua verificar a situação. Saí com minha lanterna de cabeça acesa e encontrei outros vizinhos, que estavam atentos. Alguns estavam tão assustados quanto eu, enquanto outros se mostravam mais confiantes, dizendo que “não aconteceria nada, no máximo uma lâmina d’água na rua”. Essa frase, de tão certa que parecia, ficou gravada na minha mente e não sairá tão cedo.

Meu amigo e vizinho, Ederson Madri, me convidou para darmos uma volta e verificar a situação nas ruas abaixo da nossa. Quando chegamos à quadra imediatamente abaixo da nossa rua, ele apontou com a lanterna e disse: “A água está com correnteza.” Nesse momento, começaram a chegar vários veículos do bairro Rio Branco, e pessoas nas janelas dos carros gritavam: “O dique estourou, vão embora!”

Nos olhamos e, quase sem pensar, dissemos: “Vamos para casa.” Revisitar esse momento é algo doloroso. Voltamos, e eu ajudei o Ederson a levantar os eletrodomésticos e móveis. Mal sabíamos que esse esforço seria em vão, pois as águas logo invadiriam nossas casas, alcançando a altura da barriga, e, no portão que dá acesso à rua, nos cobriria por completo. Quando voltei para casa, olhei para o carro, tudo já estava arrumado dentro dele. Minha esposa já imaginava que o pior estava por vir, pois demoramos

a voltar. Eu não percebi que havia levado tanto tempo, mas ela acompanhava pelo relógio. Ela se desculpou, pois não acreditava que a situação fosse realmente tão grave. Saímos de casa com a água já avançando sobre o capô do carro.

O Ederson ficou em casa para tentar organizar mais algumas coisas nos carros dele e da esposa, mas não houve tempo. Ele, sua esposa e filha foram resgatados de barco, pois as águas subiram com uma velocidade impressionante.

Fomos para a casa de uma família de amigos, na parte alta da cidade, no bairro São Luís, e depois seguimos para o apartamento. Estávamos preocupados com uma outra família de amigos, cujos membros estavam em situações delicadas. O marido estava cuidando do pai, em tratamento contra o câncer no Hospital São Lucas da PUCRS, enquanto a esposa e a filha estavam sozinhas em casa, no bairro Rio Branco. A casa deles foi inundada bem antes da nossa, e eles também foram resgatados de barco, após longa espera em cima da caçamba de um caminhão abarrotado de moradores do condomínio em que viviam (vale destacar que o caminhão estava estacionado na entrada do condomínio, a uma altura de 50 cm da rua). Encontramos essa família em segurança, nessa casa.

Famílias aguardando resgate.



Foto do caminhão com os moradores juntos. Acervo pessoal.

Quando fomos para o apartamento, nos acomodamos lá. Minha es-

posa ligou para a Daiane, esposa do Ederson, que é amiga dela. Daiane contou a situação e disse que estavam abrigados no Colégio La Salle, com apenas a roupa do corpo. Minha esposa conseguiu um apartamento no mesmo local em que estávamos, para que eles também ficassem lá. Não havia mais opções de aluguel ou hotéis disponíveis; a parte seca da cidade, de uma hora para outra, assim como com a velocidade das águas, estava completamente tomada de pessoas. No entanto, muitos não tiveram a mesma sorte que nós e ficaram em abrigos enquanto durou o acúmulo de água.

Estávamos bem. Tínhamos dinheiro e poderíamos comprar roupas e alimentos em breve (tínhamos o suficiente para nós e para compartilhar). Mas ainda havia muitas pessoas que precisavam de ajuda.

Alguns amigos se dispuseram em ajudar nos resgates, pois muitas pessoas ficaram presas em suas próprias casas (algumas tendo apenas o telhado da casa como ponto seco). Eu não tinha mais nada a fazer ali, minha família estava em segurança, mas outras precisavam de auxílio. Aqui é outro ponto que fico triste, pois ao tentar voltar para meu bairro através do bairro oposto ao meu (Niterói), me deparei com filas quilométricas de carros, gente caminhando só com a roupa do corpo, desalentados, chorando, tudo isso me cortou o coração, mas, mal sabia o que estava por vir.

Ajudar diretamente nos resgates é algo nobre? Talvez não tenha feito mais do que a obrigação, mas era dolorido. Estava assustado quando, ao atravessar a passarela da estação Niterói do Trensurb, vi a altura que as águas se elevaram. Muita gente chorando, crianças apavoradas. Barcos indo e vindo com gente, animais, algumas sacolas de roupas. As pessoas ficavam em suas casas e apartamentos implorando para serem resgatadas. Era dura a escolha de em qual momento poderíamos atender ao pedido. A busca era por pessoas mais idosas ou que já não tinham mais nenhum ponto seco em que se abrigar.

Não se fazia mais distinção onde era a rua ou o pátio das casas das pessoas. O barco estava arrastando o fundo em algo, no momento não entendemos o que era, tínhamos que cuidar em não estragar as hélices do motor, mas com o tempo fomos conversando entre nós e percebemos que era o teto dos carros que estávamos a bater. Mas essas batidas logo cessaram. O fundo do barco já não estava mais “tão baixo”.

Estação Niterói



Foto da passarela de acesso a Estação Niterói, ao lado do bairro Rio Branco.
Acervo pessoal.

Estávamos ali, sem saber exatamente o que fazer, apenas ajudando as pessoas a chegarem à parte seca e atravessarem a passarela. Ficamos até tarde da noite. Quando finalmente voltei para o apartamento, estava completamente encharcado e com muito frio, pois começou a chover no início da noite, e permanecemos na rua, em contato com as águas da cheia até às 23h. contei tudo o que havia visto e vivido para minha esposa; meu filho já estava dormindo. Abraçamos-nos e desabei em lágrimas.

Aqui, vocês têm apenas um vislumbre do que vivi. Texto em primeiro pessoa. Não consigo descrever tudo em detalhes. Ainda é triste. Seria melhor ter continuado como no início do texto, na parte histórica, mas essa segunda parte, sobre o vivido, isso é algo muito pessoal e que ainda dói, mas não poderia deixar de escrever sobre isso. Lembro-me de uma senhora, agradecendo emocionada, dizendo: “Vocês são heróis”. Ela subiu pela passarela, e, sinceramente, nunca esquecerei a felicidade dela ao reencontrar a família que a esperava. Mas, ao mesmo tempo, ainda ouço o soluçar deles, lamentando entre lágrimas: “Perdemos tudo”.

A população foi incrível, sempre pronta a ajudar antes mesmo dos agentes estatais chegarem. Mesmo quando os resgates diminuíram, as pessoas continuaram a se doar, ajudando nos abrigos e na arrecadação e distribuição de alimentos e roupas.

Pessoas afetadas pelas enchentes.



Disponível em UFRGS.br

Quando já não fui mais necessário com a diminuição dos resgates, decidi ajudar na igreja em que congrego. Muitas doações chegaram: roupas, alimentos, colchões e produtos de higiene. Lembro de dois caminhões que vieram da região central do Brasil, trazendo 11 toneladas de alimentos, água e roupas. Com pouco mais de 20 pessoas, descarregamos os veículos das 23h às 4h55min. Saímos exaustos e doloridos, mas era o pouco que podíamos fazer. Aquela carga foi distribuída em poucos dias, e logo outra estava a caminho. Havia muito a ser feito.

Tive a oportunidade de visitar os abrigos, uma experiência que cortou meu coração. No entanto, apesar de tudo, ao conversar com aquelas pessoas, elas estavam felizes e confiantes de que poderiam reconstruir suas vidas e recuperar o que haviam perdido.

Foram 21 dias de casas alagadas (ninguém poderia imaginar que duraria tanto tempo, quando, no máximo, esperávamos três dias). Quando as águas finalmente baixaram, começou o difícil processo de retornar aos lares e começar a limpeza. Foi outra fase dura para todos. Ver o que havíamos perdido, jogar fora praticamente tudo o que ficou submerso e seguir em frente. Não havia luz nem água disponíveis. Muitos mercados limitaram a venda de produtos, incluindo itens básicos de limpeza. Não foi fácil, mas superamos. E chegamos até aqui, ainda com dor no peito e os olhos marejados ao lembrar do que vivemos.

Neste texto, compartilhei algumas memórias, mas há muitas outras, tanto de sofrimento quanto de alegria e superação. Para aqueles que viveram as enchentes de maio de 2024, basta uma troca de olhares para que a cumplicidade e a empatia se façam presentes e as memórias sejam recordadas.

Canoas na enchente.



VÍDEO: imagens aéreas mostram Canoas inundada durante enchente no RS; mais de 180 mil pessoas foram atingidas, diz prefeitura. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/08/video-imagens-aereas-mostram-canoas-inundada-durante-enchente-no-rs-mais-de-180-mil-pessoas-foram-atingidas-diz-prefeitura.ghtml>. Acesso em 02/03/2024.

DOCUMENTAÇÃO

A MAPOTECA DO IHGRGS

Nesta edição de nossa revista, que trata dos episódios que assolaram o Rio Grande do Sul no ano de 2024, a seção “Documentação” se propõe a apresentar ao público um dos mais relevantes acervos de nossa instituição, a sua mapoteca. Formada por aproximadamente mil itens, que registram informações sobre todos os lugares do planeta, a coleção de mapas do IHGRGS é uma das mais importantes de nosso estado, na medida em que permite desvendar localidades em sua perspectiva história e suas dimensões físicas ao longo do tempo.

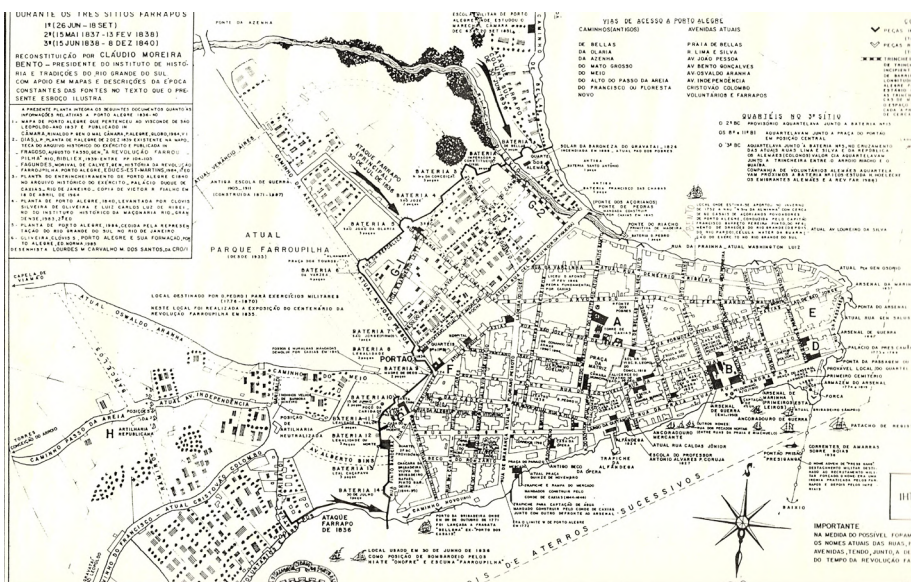
Como se sabe, a produção de mapas foi importante fator de promoção do conhecimento ao longo dos séculos. A trajetória da humanidade ao longo do território, na mesma medida em que se realizou como parte de um modelo de civilização, exigiu o registro sistemático desses deslocamentos, para garantir o retorno em segurança ao ponto de partida, como também para permitir se refazer uma determinada rota. Mapas e plantas de locais desconhecidos ou daqueles que se dispunha a ser mais visitados foram essenciais para essa condição da humanidade. Assim, foram produzidos milhares de documentos que continham as mais diversas informações a respeito de regiões, países, municípios, espaços de convívio ou mesmo uma determinada fração de um território.

A mapoteca do IHGRGS foi sendo formada, ao longo dos anos, a partir de doações obtidas de várias instituições e também pelo acréscimo decorrente das atividades realizadas por seus membros, tais como Afonso Guerreiro Lima e Raphael Copstein. Nesse acervo, podemos consultar registros relacionados aos continentes, ao território brasileiro e localidades em outros países, mas a centralidade, por evidente, está no registro de dados sobre o Rio Grande do Sul e seus municípios. Ao longo dos seus mais de cem anos de atuação, o IHGRGS, por sua mapoteca, já apoiou diversas pesquisas e produções acadêmicas, permitindo que o conhecimento sobre o território se tornasse cada vez mais relevante.

Para termos uma visão panorâmica sobre esse importante acervo, vamos destacar três itens, que dialogam com duas dimensões do trabalho com esses registros. São plantas que refletem episódios tão distintos quanto expressivos na história do Rio Grande do Sul, e que dialogam com o atual momento de nosso estado.

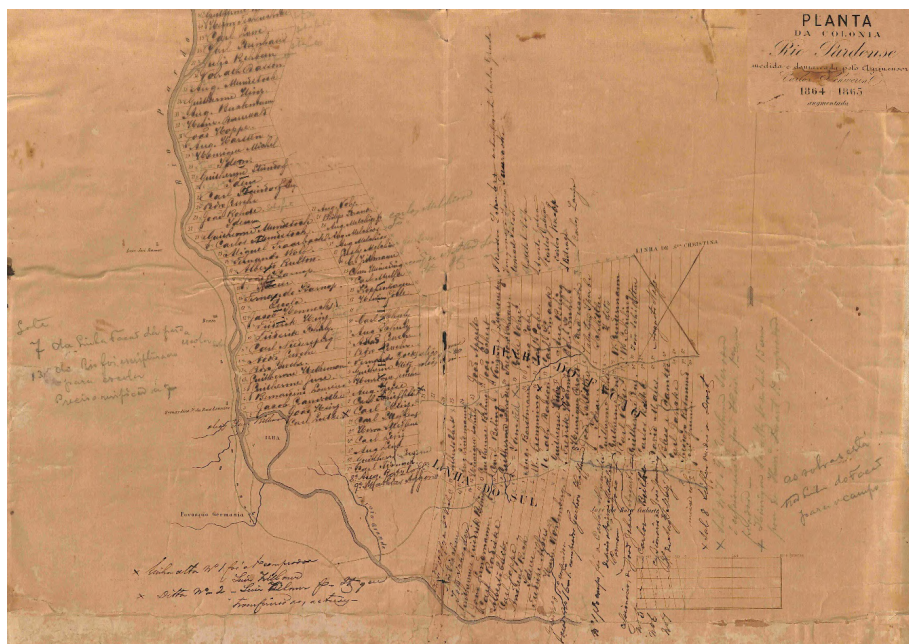
O primeiro registra os deslocamentos e os episódios ocorridos durante o principal movimento de luta armada em nosso estado, a guerra civil iniciada em 1835, e que completa 190 anos agora em 2025. Esse mapa, que contém informações importantes sobre o conflito, descreve as batalhas ocorridas, a atuação das tropas envolvidas e a dimensão do episódio sobre o

território, mostrando com clareza que se tratou de um evento de importante dimensão, o que muitas vezes não fica claro ao se abordar esse momento da história gaúcha.



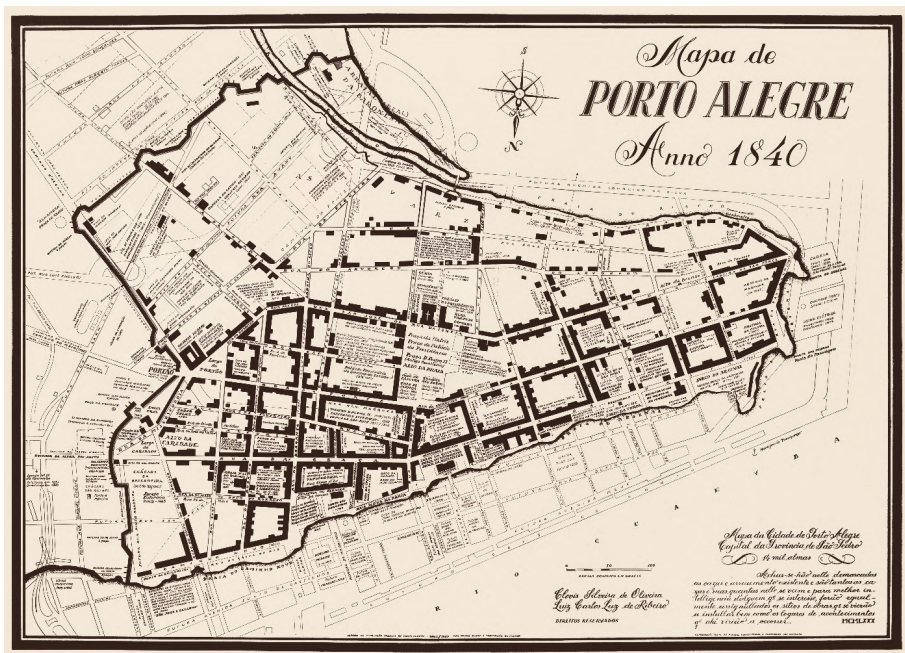
O segundo documento é uma planta que revela o processo migratório que transformou o estado num dos locais com o maior número de habitantes vindos de outras regiões, como os italianos e os alemães, episódio que completou dois séculos no ano passado. Trata-se da planta da colônia Riopardense, instalada na região de mesmo nome. Essa colônia recebeu principalmente imigrantes da atual Alemanha, os quais ocuparam os chamados “lotes coloniais”, distribuídos pelo território, como se pode ver no desenho.

Essa planta, elaborada por Carlos Schwein, datada de 1864-1865, além de ser relevante para se identificar os proprietários de cada “prazo” – denominação utilizada para descrever a área ocupada – permite também compreender a dimensão do processo, na medida em que demonstra o tamanho de cada lote e sua disposição espacial, possibilitando compreender as configurações que ainda hoje remanescem nessas localidades.



O último registro que destacamos se conecta diretamente com a temática abordada em nossa revista. Trata-se de um mapa que reproduz a região do denominado “Centro Histórico” da capital gaúcha, em 1840. Essa área, fortemente atingida pela calamidade que assolou o estado, teve grande parte de seu território ampliado através dos denominados aterros, áreas nas margens do Guaíba que foram reformuladas a fim de permitir a expansão do território ocupado.

Por essa planta, é possível identificar que o espaço do corpo d’água foi sistematicamente reduzido, o que sempre ensejou uma leitura derivada da ideia de que uma enchente nada mais era do que a resposta da água à invasão sofrida. Pela leitura da planta, no entanto, fica evidenciado que tal episódio é fruto de outras interações, pois a área que foi inundada no episódio do ano passado é muito mais ampla do que a que foi, para usar uma expressão de senso comum, subtraída ao espaço da água.



Com esses exemplos, o IHGRGS indica a relevância de sua mapoteca, que como se afirmou anteriormente já serviu de fonte de informações para inúmeros pesquisadores. Esse acervo, que está sendo reorganizado, é uma das mais importantes demonstrações da relevância do trabalho que os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul vem realizando ao longo dos seus 105 anos, e está entre as mais expressivas contribuições da instituição para a produção do conhecimento, o que norteou sua atuação em todos esses anos.

PROJETOS

O Ministério da Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, com o copatrocínio de Santander Brasil e os patrocínios de Gerdau e Banrisul Pagamentos/Vero, apresentam o projeto: Implantação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio do Palácio Piratini - PRONAC 185355



copatrocínio



patrocínio



realização



PALÁCIO
PIRATINI



Confira o release do projeto no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br